

A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO:

*da geopolítica clássica às
novas geopolíticas*



Este livro não é um manual de geopolítica. Ele foi escrito objetivando apresentar alguns pensadores – dos clássicos aos atuais – que em suas obras elaboraram doutrinas ou demonstraram preocupações geopolíticas. A lista dos pensadores selecionados e abordados neste livro, como toda seleção, é arbitrária. Outros pensadores poderiam ser incluídos como elaboradores de concepções geopolíticas. Atualmente a palavra geopolítica é usada com naturalidade em várias circunstâncias. Mas ela já teve o seu momento de “ciência maldita” em que, inclusive, procurava-se evitar o seu uso. Neste livro é mostrado, através das obras dos pensadores escolhidos, como a geopolítica surgiu, a sua sistematização como conhecimento, o seu auge na Alemanha nazista, sua crise e seu ressurgimento. Os chamados autores clássicos vão preconizar o fortalecimento do Estado, onde havia um componente belicoso, pois a hipótese de guerra estava sempre presente. Mais recentemente, os autores estão apontando para atores não-estatais, onde as disputas vão muito além da guerra.

ADELAR HEINSFELD

A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO

*da geopolítica clássica às
novas geopolíticas*



PASSO FUNDO

2020

© 2020, ADELAR HEINSFELD
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO AUTOR

EDITORAÇÃO E CAPA
ALEX ANTÔNIO VANIN

PROJETO GRÁFICO
ACERVUS

IMAGEM DA CAPA
THELIGHTWRITER/VIA 123F

ORIGINAIS ENVIADOS PELO AUTOR EM:
OUTUBRO DE 2020

APROVAÇÃO PELO CONSELHO EDITORIAL EM:
NOVEMBRO DE 2020

FINALIZAÇÃO DA OBRA:
DEZEMBRO DE 2020

A REVISÃO DO TEXTOS FOI DE
RESPONSABILIDADE DO AUTOR

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS
INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTA OBRA SÃO DE
INTEIRA RESPONSABILIDADE O AUTOR

ACERVUS EDITORA
AV. ASPIRANTE JENNER, 1274 - LUCAS ARAÚJO
99074-360 - PASSO FUNDO
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
TEL.: (54) 99686-9020
E-MAIL: ACERVUSEDITORA@GMAIL.COM
SITE: ACERVUSEDITORA.COM.BR

CONSELHO EDITORIAL
ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)
EDUARDO KNACK (UFCG)
EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)
FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)
GIZELE KLEIDERMACHER (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES)
HELION PÓVOA NETO (UFRJ)
HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS ERECHIM)
JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)
ROBERTO GEORG UEBEL (ESPM)
VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

H471t Heinsfeld, Adelar
A trajetória do pensamento geopolítico [recurso eletrônico]: da geopolítica clássica às novas geopolíticas / Adelar Heinsfeld. – Passo Fundo: Acervus, 2020.
1MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-37-5.

1. Geopolítica. 2. Geografia política. 3. Geografia econômica. I. Título.

CDU: 911.3:33

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Dedicado à
Maria Fátima,
pelo companheirismo
e pelos nossos erros e acertos.

SUMÁRIO

INICIANDO A CONVERSA	7
-----------------------------	----------

PRIMEIRA PARTE: A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA

1. O CONHECIMENTO GEOPOLÍTICO	13
ORIGEM E CONCEITO	14
CIÊNCIA OU ARTE?	24
2. A FORMULAÇÃO DA GEOPOLÍTICA	35
FRIEDRICH RATZEL	36
ALFRED THAYER MAHAN	49
HALFORD MACKINDER	59
RUDOLF KJELLÉN	71
PAUL VIDAL DE LA BLACHE	80
3. A SEQUÊNCIA DOS CLÁSSICOS	107
KARL HAUSHOFER	107
ALEXANDER SERVERSKY	122
NICOLAS SPYKMAN	132
ZBIGNIEW BRZEZINSKI	145

SEGUNDA PARTE: AS NOVAS GEOPOLÍTICAS

4. A GEOPOLÍTICA RADICAL	165
YVES LACOSTE	166

5. A GEOECONOMIA	187
PAUL KENNEDY	190
EDWARD LUTTWAK	211
LESTER THUROW	229
KENICHI OHMAE	247
JOHN NAISBITT	267
6. O FIM DA HISTÓRIA	283
FRANCIS FUKUYAMA	283
7. O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES	303
SAMUEL HUNTINGTON	303
8. A GEOPOLÍTICA DO CAOS	319
IGNACIO RAMONET	319
ALAIN MINC	333
ENCERRANDO A CONVERSA	345
REFERÊNCIAS	351
FONTES	351
BIBLIOGRAFIA	359
ÍNDICE ONOMÁSTICO	371
FONTE DAS IMAGENS	376

Iniciando a conversa

- *Geopolítica do vírus*,¹
- *Geopolítica da pandemia*,²
- *A Geopolítica do “vírus chinês”*³
- *O impacto geopolítico do coronavírus*,⁴
- *Bolsonaro transforma SG em disputa geopolítica*,⁵

ESTAS SÃO APENAS ALGUMAS DAS MANCHETES DE ÓRGÃOS DA imprensa nacional nos últimos meses. Uma rápida olhada nos portais de notícias atesta que o termo “geopolítica” é aceito e empregado com naturalidade, parecendo que está na moda. Ao tomarmos como referência o jornal *Folha de São Paulo*, um dos mais importantes e de maior circulação no Brasil, constatamos que durante o ano de 2019 foi utilizada 181 vezes a palavra geopolítica em 131 de suas edições.

¹ *O Globo*, 02.02.2020.

² *Jornal de Brasília*, 25.06.2020.

³ *Revista Piauí*, junho de 2020.

⁴ *O Estado de São Paulo*, 24.03.2020.

⁵ *Folha de São Paulo*, 13.06.2020.

Mas nem sempre foi assim. Já teve tempos que este termo havia caído em desgraça e sua utilização era vista com desconfiança ou ojeriza. Chegou a ser acusado de possuir vínculos com políticas imperialistas, expansionistas e até com conotação racista. Olhando o título de alguns livros já dá para perceber como isso é endossado: *Geopolítica, arma do fascismo*⁶ é um bom e muito claro exemplo do que estamos falando.

Por outro lado, *Quem tem medo da geopolítica?*, pergunta-título de um livro⁷ lançado no Brasil no final dos anos 1990 dá uma ideia do que a geopolítica representou durante um bom tempo. Na mesma época, um dos grandes e tradicionais periódicos da imprensa nacional, ao referir-se à geopolítica dizia que “a palavra ainda é maldita, mas é necessário empregá-la para que se possa ter exata consciência dos problemas que ameaçam não o governo em si, mas o País como um todo.”⁸ De forma geral, isso aconteceu no mundo todo, onde a academia fez questão de manter distância da geopolítica enquanto campo de conhecimento. Isso levou o reconhecido historiador francês, Jean Chesneaux, a dizer que o termo geopolítica espanta, devido à sua má fama. Por isso ele propôs: “é preciso reabrir o dossiê da geopolítica.”⁹

A geopolítica durante muito tempo permitiu compreender as situações de conflito, ao levar em consideração os mecanismos a que recorria um Estado para sobreviver e/ou projetar-se para fora dos seus limites territoriais, políticos, ideológicos ou econômicos. Ela ajudava a descobrir as razões que convertiam um espaço em tensão e permitia seguir o movimento da História com uma visão política.

É necessário recuperar a dimensão política do espaço. Para isto é imprescindível superar as concepções naturalizadas que têm imobilizado

⁶ CHIAVENATO, Júlio José. *Geopolítica, arma do fascismo*. São Paulo: Global, 1981.

⁷ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

⁸ A geopolítica bate às portas. *O Estado de São Paulo*, 06 set. 1999.

⁹ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995, p. 168.

as contribuições maiores a esta análise que são os determinismos, sejam eles geográfico, econômico ou qualquer outro.

A geopolítica tradicional está condicionada ao determinismo geográfico, que tem o espaço físico como pano de fundo. Ao centrar a geopolítica como elemento fundamental nas relações externas, é necessário analisá-la em sua dinamicidade, que vai além do espaço meramente físico.

Com o progressivo enfraquecimento do Estado Nacional decorrente, principalmente, da globalização e das inovações tecnológicas informacionais, a geopolítica entra em crise. Alguns apressados chegaram, inclusive, a anunciar a sua morte. Este anúncio era precipitado, obviamente.

A geopolítica clássica entrou em crise, coincidentemente, quando começava a se popularizar enquanto campo de conhecimento. Mas em seu lugar surgiram novas interpretações geopolíticas. Ao invés de preocupar-se em dotar o Estado Nacional de eficientes mecanismos de defesa bélica, as novas geopolíticas têm outras preocupações: disputas econômicas, conflitos culturais.... E como destaque: ao contrário dos clássicos, entre os novos pensadores geopolíticos não encontramos militares.

O espaço ganhou novas dimensões. O espaço virtual domina atualmente, inclusive, as relações humanas. Saber utilizar este “novo” espaço é a chave para o exercício do poder.

Graças a utilização deste espaço virtual, conseguimos ter acesso a inúmeras obras que serviram de base para a feitura deste livro, incluindo entre estes o famoso artigo publicado na Suécia em 1899 por Rudolf Kjellén, onde foi utilizado pela primeira vez a palavra geopolítica. Muitos textos que não se encontram mais no mercado editorial, nem nas nossas bibliotecas, foi possível acessá-los digitalmente. Da mesma forma aconteceu com as obras que não se encontram no Brasil. Sem o espaço virtual não teríamos tido acesso a elas ou, na pior hipótese, nem saberíamos da sua existência.

Os textos disponíveis em língua estrangeira foram traduzidos livremente. E para isso, às vezes, tivemos que apelar para o auxílio imprescindível dos tradutores eletrônicos que, também eles, se encontram no espaço digital.

De resto, este livro não é um manual de geopolítica. Seu objetivo é apenas apresentar alguns pensadores – dos clássicos aos atuais – que em seus escritos elaboraram doutrinas ou demonstraram preocupações geopolíticas. Obviamente a lista dos pensadores selecionados pelo autor, como toda seleção, é arbitrária. Muitos outros pensadores atuais poderiam ser incluídos. Mas isso já é uma outra tarefa!

As questões abordadas neste livro foram discutidas com a turma da disciplina História e Geopolítica, oferecida no segundo semestre de 2020, no âmbito do programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Desta forma sou grato aos mestrandos Aladino Fernandes e Mariana Aparecida de Oliveira Santana e aos doutorandos Caio Rafael Peppe, Julia de Oliveira Bender, Marcelo Marcon, Lisandro Lemos Machado, Samuel Celuppi Schneider e Vanucia Gnoatto.

Boa leitura! E as críticas serão aceitas...

Santa Tereza – RS, primavera de 2020.



PRIMEIRA PARTE

**A GEOPOLÍTICA
CLÁSSICA**

O conhecimento geopolítico

A EXPRESSÃO GEOPOLÍTICA É ATUALMENTE UMA DAQUELAS PALAVRAS MÁGICAS que explicam quase tudo, até o inexplicável. Já se disse que é considerado geopolítica qualquer questão que extravase a racionalidade, envolvendo grandes interesses.

Toda geopolítica é um reflexo do poder. Desta forma, podemos aventar que “há geopolítica do triunfo e geopolítica da derrota, esta última nascida de um trauma nacional, e que visa superá-lo com um projeto ou pelo menos um sonho.”¹

A complexidade das relações internacionais impõe ao estudioso da questão uma postura de contínua inquietude e problematização, que o levará a ver nos acontecimentos bem mais do que aquilo que está assimilado na forma de concepções predominantes. No contexto das relações internacionais, um dos elementos que é concebido de acordo com a situação interna - em função da direção tomada pelo grupo que

¹ DEFARGES, Philippe Moreau. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva, 2003, p. 109.

detém o poder - e que leva em consideração as condições externas, é a geopolítica. Neste caso, a geopolítica possui uma importância fundamental, uma vez que tem servido como um relevante referencial analítico. Ou como dizia Raymond Aron:

A geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geográfico-econômica dos recursos, e uma interpretação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio (sedentário e nômade; terrestre e marítimo).²

O século vinte foi o século da geopolítica, afirma Gearóid Ó Tuathail. Desde a criação do termo no início do século a problemática da geopolítica oferece uma janela reveladora para as grandes lutas pelo poder e pelo espaço que dominaram este século. Ela fornece uma visão das lutas históricas sobre a organização do espaço político global. Durante os anos da Guerra Fria, a geopolítica foi usada para descrever uma luta global permanente entre o bloco ocidental capitalista e o Leste soviético até seu término com o colapso da União Soviética.³

ORIGEM E CONCEITO

Todos os conceitos têm uma história e uma geografia; o termo “geopolítica” não é exceção. A geopolítica, como campo de estudo e como saber, tem origem no início do século XX. Torna-se conhecida a partir do final da Primeira Guerra Mundial e é institucionalizada como doutrina oficial da Alemanha nazista. A expressão geopolítica foi formulada pelo sueco germanófilo **Rudolf Kjellén**, professor da Universidade de Uppsala. Porém, ainda antes dele, outros pensadores

² ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2002, p. 264.

³ Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (org.). *The geopolitics reader*. Nova Iorque: Routledge, 2003. p. i.

vão contribuir para a sistematização deste conhecimento. No entanto, esta posição não é compartilhada por todos. Um exemplo é o brasileiro Julio José Chiavenato, que critica os pensadores que “em supérfluos exercícios de erudição, costumam buscar ‘fatos geopolíticos’ em tempos remotos.” Em sua opinião, as situações e personagens antes de Kjellén constituíam “um saber ainda não formalizado”, não podendo ser considerado geopolítica ou conhecimento geopolítico.⁴

Na vasta literatura sobre a geopolítica encontramos divergências sobre quando Kjellén utilizou pela primeira vez do termo geopolítica. Os estudiosos divergem em torno de cinco datas diferentes:

- a) 1899: Octavio Tosta, Shiguenoli Miyamoto, Heriberto Cairo Carou e Gearóid Ó Tuathail.⁵
- b) 1900: Michel Korinman.⁶
- c) 1905: José Willian Vesentini; Edu Silvestre Albuquerque.⁷
- d) 1908: Jose Felipe Marini.⁸
- e) 1916: Júlio José Chiavenato, Nelson Werneck Sodré, Everardo Backheuser, Juan Enrique Gugliamelli.⁹

⁴ CHIAVENATO, 1981, p. 8-9.

⁵ TOSTA, Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, p. 24; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995, p. 21; CAIRO CAROU, Heriberto. Discurso político o metodo de analisis: algunos problemas de definicion de la geopolitica. *Geosur*, Montevideo, Año XVI, nº 173/174, set./oct. 1993, p. 04; Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. (org.). *The geopolitics geader*. Nova Iorque: Routledge, 2003. p. 1.

⁶ KORINMAN apud FERNANDES, João Pedro Teixeira. A geopolítica clássica revisitada. *Nação e Defesa*, nº 105, verão 2003, p. 224.

⁷ VESENTINI, José Willian. *A Capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986, p. 52; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A Geopolítica da dependência como estratégia brasileira da inserção no Sistema Internacional. In: PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo. *Perspectivas Geopolíticas: uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2010, p. 53.

⁸ MARINI, Jose Felipe. *El conocimiento geopolítico*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1985, p. 34 e 308;

⁹ CHIAVENATO, 1981, p. 9; SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia: geografia e*

No entanto, parece que não há motivos para estas divergências. Com certeza, a primeira vez que a expressão geopolítica foi utilizada, pelo sueco Rudolf Kjellén, foi no longo artigo *Studier öfver Sveriges politiska gränser*, publicado na revista *Ymer*, da Sociedade Sueca de Antropologia e Geografia, em 1899.¹⁰

Ao longo de pouco mais de um século de existência, foram emitidos inúmeros conceitos de geopolítica. Vejamos alguns:

Rudolf Kjellén (1864-1922), jurista e cientista político sueco:

“Geopolítica é o ramo da política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço, portanto como país, territorium e dominium”

Pierre Galois (1911-2010), general e geopolítico francês:

“É o estudo das relações que existem entre a condução de uma política de potência levada ao plano internacional e o quadro geográfico em que se exerce”

Karl Haushofer (1869-1946), geógrafo e general alemão, diretor do Instituto de Geopolítica de Munique:

“Geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo”

Instituto de Geopolítica de Munique:

“Geopolítica é a ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos”

ideologia. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 59; BACKHEUSER, Everardo. Geopolítica e geografia política, *Revista Brasileira de Geografia*. São Paulo, V. 4, nº 1, 1942, p. 4; GUGLIAMELLI, Juan Enrique. Geopolítica en la Argentina. *Estrategia*, Buenos Aires, nº 46/47, may./ago. 1977, p. 5.

¹⁰ KJELLÉN, Rudolf. Studier öfver Sveriges politiska gränser. *Ymer*, Upsala, nº 19, 1899, p. 283.

Nicholas John Spykman (1893-1943), cientista político norte-americano:

“A geopolítica pode ser aplicada ao planejamento da segurança política de um país, em termos de seus fatores geográficos”.

Hans H. Weigert (1902-1983), geógrafo norte-americano:

“Geopolítica é a geografia aplicada à política de poder nacional e à sua estratégia, na paz e na guerra”.

F. Cabaugh, coronel norte-americano:

“Geopolítica é a ciência que combina geografia, história e política, com o objetivo de explicar e prever o comportamento das nações”.

Griffith Taylor (1883-1963), geógrafo e antropólogo inglês:

“Geopolítica é o estudo dos mais relevantes aspectos da situação e dos recursos de um país, com vistas à determinação de sua posição relativa na política mundial”.

Hans Morgenthau (1904-1980), cientista político nascido na Alemanha, naturalizado norte-americano.

“A geopolítica constitui uma tentativa de compreender o problema do poder nacional exclusivamente em termos de geografia.... A localização geográfica é o único determinante do poder nacional aos olhos da geopolítica.”

Everardo Backheuser (1879-1951), engenheiro, político e geógrafo brasileiro, que introduziu no Brasil os estudos geopolíticos:

“Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas”

Mario Travassos (1891-1973), militar e geopolítico brasileiro:

“Geopolítica é um processo interpretativo dos fatos geográficos, em seus

aspectos negativos e positivos, de cuja soma algébrica deve resultar um juízo da situação de um país, no momento considerado, não como um julgamento definitivo fruto de uma predestinação de caráter determinista e, muito menos, de uma forma de seleção coletiva, visando a objetivos políticos nem sempre confessáveis.”

Golbey do Couto e Silva (1911-1987), general e geopolítico brasileiro:

“Geopolítica é a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição.

Carlos de Meira Mattos (1913-2007), general e geopolítico brasileiro:

“Geopolítica é a arte de aplicar a política nos espaços geográficos”

Therezinha de Castro (1930-2000), historiadora e geógrafa brasileira:

“A geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados deste estudo levam a conclusões práticas aplicáveis ou não à atualidade”

A geopolítica enquanto campo de conhecimento surge no início do século XX e duas décadas depois já estava popularizada, chegando inclusive no Brasil através dos estudos de Everardo Backheuser. Nos anos 1930 ela acabou se convertendo numa espécie de doutrina oficial da Alemanha nazista. Há quase uma unanimidade em afirmar que a geopolítica como campo de estudo e prática política teve seu auge na Alemanha nazista. Diante disto, tudo o que se relaciona a esta ciência é logo identificado como prática destinada a ser utilizada por regimes totalitários, expansionistas e até racistas. Com a derrota da Alemanha e o suicídio do principal teórico geopolítico do regime, o general Karl Haushofer, a geopolítica tornou-se uma “ciência maldita” sobre a qual

muitos intelectuais do mundo todo não queriam sequer ouvir falar. Ou como afirmava Raymundo Aron, “a geopolítica alemã tinha deixado má lembrança”¹¹

Como decorrência desta “má lembrança” veremos na França geógrafos do quilate de Pierre George afirmando que a geopolítica foi a pior das caricaturas da geografia aplicada da primeira metade do século XX, e que ela justificava automaticamente qualquer reivindicação territorial, qualquer *pilhagem*, usando pseudo-argumentos científicos.¹²

Na mesma linha de Pierre George é o raciocínio de Hans J. Morgenthau, um dos principais impulsionadores do estudo acadêmico autônomo das Relações Internacionais nos Estados Unidos, em seu famoso livro de 1948, para quem “a geopolítica é uma pseudociência que eleva a geografia à categoria de um valor absoluto que determinaria o poder, e portanto, o destino das nações.” Para ele, a geopolítica era também “uma pintura válida do anglo exclusivo, e portanto distorcido, da geografia.”¹³

Para um influente pensador contemporâneo, Claude Raffestin, a geopolítica “na verdade é uma geografia do Estado totalitário (Itália, Alemanha, URSS)”¹⁴, ou seja, poderia estar vinculado à ideologias totalitárias de direito, quanto de esquerda. Aliás, para este geógrafo suíço a geopolítica é uma geografia aplicada ao Estado. Portanto, ela só faz sentido se estiver vinculada ao Estado. No seu dizer, “o Estado, com maiúscula, é o único ator que a geopolítica leva em consideração.”¹⁵

A afirmação do geógrafo alemão fugitivo da Alemanha hitlerista, Leo Waibel, logo após a derrocada do regime nazista é bastante esclarecedora neste sentido:

¹¹ ARON, 2002, p. 48.

¹² GEORGE, Pierre et alii. *A Geografia Ativa*. São Paulo, DIFEL, 1980, p. 12.

¹³ MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Ed. UnB; IPRI, 2003 [1948], p. 308 e 310.

¹⁴ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 16.

¹⁵ RAFFESTIN, 1993, p. 199.

o que eu não quero é rebaixar o meu padrão profissional ao nível de um geopolítico! Para os geógrafos alemães a palavra *Geopolitik* tem sabor amargo. A geopolítica é aquela pseudo-ciência que é largamente responsável pela catástrofe da Alemanha atual, e não foi sem razão que o seu principal representante, o major-general Karl Haushofer, em 1945 suicidou-se na idade de 73 anos!¹⁶

Gearóid Ó Tuathail lembra que ainda durante o regime nazista o geógrafo norte-americano, Isaiah Bowman, publicou um influente artigo na *Geographical Revue*, em outubro de 1942, intitulado *Geography versus Geopolitics*, onde afirmava que “a geopolítica representa uma visão distorcida das relações históricas, políticas e geográficas do mundo e das suas partes” e que “os seus argumentos tal como são desenvolvidos na Alemanha servem apenas para sustentar o caso da agressão alemã”. Continua, portanto, “um princípio venenoso e auto-destrutivo.”¹⁷

No Brasil, não poderia ser diferente e a geopolítica passou durante um bom tempo relegada a um segundo plano pela comunidade acadêmica. Como resultado desse “abandono” a grande maioria dos trabalhos publicados sobre a geopolítica tem origem na caserna. Mesmo as relações entre a geografia e a ciência política, durante um bom tempo, não eram vistas com bons olhos pelo meio universitário brasileiro. Podemos citar o caso de Aroldo de Azevedo, expoente do pensamento geográfico brasileiro, que afirmava que este assunto não lhe despertava a menor simpatia e que quando o abordava fazia com receio e com “indisfarçável constrangimento.”¹⁸

¹⁶ WAIBEL, Leo. Determinismo Geográfico e Geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital). *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, Ano XIX, nº 162, mai./jun. 1961, p. 614. Este artigo foi publicado originalmente pelo *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1948.

¹⁷ BOWMAN apud Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical Geopolitics. The Politics of Writing Global Space*. London: Routledge, 1996, p. 122.

¹⁸ AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a serviço da política. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 21, out. 1955, p. 42.

No entanto, nem todos pensam assim. O argentino Alberto E. Asseff afirma que “es inicuo ligar a la geopolítica y a la valoración del espacio con las ideas en boga en la Alemania de los años treinta. Y es históricamente falso.”¹⁹ É fundamental também que se leve em consideração o questionamento do francês Yves Lacoste, quando se refere a utilização da geopolítica pelo expansionismo hitleriano: “Mas, pelo mesmo motivo se baniu a biologia, da qual os teóricos nazistas das ‘raças’ superiores fizeram o uso que se sabe?”²⁰

Seguindo a mesma linha de argumentação, de uma forma sarcástica, Joseph J. Thorndike Jr, comenta a rejeição que a geopolítica tem sofrido por causa da sua utilização pela Alemanha nazista:

Condenar a geopolítica por causa dos pecados dos geopolíticos alemães é tão irracional quanto condenar afiar facas porque elas têm sido usadas, em certas ocasiões, para apunhalar gente. A antropologia não está amaldiçoada por que os nazistas a empregaram para apoiar as suas odiosas ideias raciais.²¹

O grande problema é que a geopolítica, quase sempre, é vista como uma prática imperialista. Neste sentido o espanhol Vicens Vives, em 1950, alertava que “la geopolítica, que interpreta el pasado geográfico e histórico para justificar la actualidad, adolecerá siempre del inminente peligro de caer sojuzgada bajo la presión de un régimen totalitário triunfante.”²²

No entanto, Yves Lacoste lembra que os raciocínios geopolíti-

¹⁹ ASSEFF, Alberto E. *Proyección Continental de la Argentina: de la Geohistoria a la Geopolítica Nacional*. Buenos Aires: Pleamar, 1979, p. 19.

²⁰ LACOSTE, Yves. *A Geografia. Isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra*. Campinas, Papirus, 1988 [1976], p. 242.

²¹ THORNDIKE JR, Joseph J. Geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, Ano I, N° 6, set. 1943, p. 25

²² VICENS VIVES, J. *Tratado general de geopolítica*. El fator geográfico y el proceso histórico. 3ª ed. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1972, p. 8.

cos que mostram a complexidade das relações entre o que sobrevém da política e as configurações geográficas, não são mais de “*direita*” do que de “*esquerda*”, nem mais “*imperialistas*” do que “*libertadoras*”. Toda argumentação geopolítica prejudicial a um Estado, a um povo, será refutada por outro raciocínio que será também geopolítico.²³

Certamente esta forma de compreender a geopolítica contribuiu para que ocorresse uma espécie de renascimento da mesma enquanto campo de conhecimento. Durante algum tempo, imaginou-se que a geopolítica e sua pesada tradição histórica - colonial, belicista e expansionista - estava para sempre sepultada. Este anúncio era obviamente precipitado. Na verdade, não se devem separar as concepções geopolíticas das geoeconômicas, nem se poderia realmente omitir a questão do poder na análise político-estratégica, bem como nas relações entre os Estados ou entre instituições interestatais.

No novo mundo de hoje, a problemática da geopolítica é mais relevante do que nunca, à medida que novas lutas globais pelo poder e pelo espaço moldam a forma emergente do mundo pós-Guerra Fria. A vida cotidiana no final do século XX é permeada por uma imaginação geopolítica que se expandiu para incluir questões e questões previamente ignoradas durante a Guerra Fria: choques civilizacionais, aquecimento global, lutas de movimentos sociais, finanças globais e redes de comunicação transnacionais. Neste mundo pós-Guerra Fria, o domínio da geopolítica agora toca algumas das questões mais debatidas de nosso tempo, incluindo a degradação ambiental global, etnonacionalismo e pós-modernismo.²⁴

A geopolítica, historicamente, foi entendida de várias formas, todas elas ligadas ao espaço territorial, e às estratégias de ação dos Estados, como forma de expandir o território nacional ou defender as

²³ LACOSTE, 1988, p. 242.

²⁴ Ó TUATHAIL, 2003, p. i.

fronteiras, regulamentar ou não as ações predatórias e/ou conservacionistas com relação ao meio ambiente e, inclusive, como uma correlação entre os acontecimentos políticos e o solo. A geopolítica esteve vinculada ao poder e, seu uso pelos Estados, primordialmente, esteve ligada ao solo, ao território, e ao espaço vital. No entanto, Yves Lacoste adverte que toda ação de um povo é uma ação geopolítica.²⁵ Além de não existir unanimidade do que é entendido como geopolítica, em alguns casos, as definições tornam-se contraditórias, incoerentes e até excludentes. Vale aqui a lembrança de Hans W. Weigert, que no auge da Segunda Guerra mundial e da geopolítica nazista já dizia que era “un error dar la impresión de que la geopolítica es un monopolio nazi.”²⁶ Ele era bem explícito quanto a isso:

No existe en absoluto una ciencia general de la geopolítica que pueda ser aceptada por todas las organizaciones estatales. Existen tantas geopolíticas como sistemas estatales en conflicto, en lucha bajo condiciones geográficas que, [...] son fundamentalmente distintas.²⁷

A geopolítica pode ser entendida como a fundamentação geográfica das linhas de ações políticas, que englobam necessariamente a noção de espaço, o que torna estas ações dependentes do espaço físico, do território, ou da região.

O espaço físico tem sido sempre um dos componentes vitais do pensamento geopolítico. Entretanto, com o renascer do interesse pelos estudos de natureza geopolítica, houve uma ampliação do seu conceito e o espaço físico deixa de ser o objeto privilegiado de análise, tanto estratégica, quanto econômica. Desta forma, a geopolítica deixa de

²⁵ LACOSTE, Yves. Braudel Geógrafo. In: LACOSTE, Y. (Org). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989, p. 208.

²⁶ WEIGERT, Hans W. *Geopolítica: generales y geografos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944, p. 22.

²⁷ WEIGERT, 1944, p. 33.

ser considerada apenas como as relações que se estabelecem em virtude do território, ou seja, do espaço físico, para englobar também o espaço das ideias e as várias concepções de mundo que são daí decorrentes.

CIÊNCIA OU ARTE?

Já se disse que a geopolítica é uma ciência comprometida com os destinos do homem. Analisa seu habitat e propõe novos habitats, com ou apesar da aquiescência dos outros homens. Por isso, não é possível pensar em uma geopolítica quimicamente pura, bem como é impossível existir geopolíticos neutros. Existem, em troca, ideólogos da política geo-ofensiva e ideólogos da política geo-defensiva.

Ciência para uns, arte na concepção de outros analistas, a geopolítica nasceu na realidade quando, para garantir sua sobrevivência e segurança, as sociedades humanas passaram a viver de forma sedentária, organizando o espaço em que começam a aparecer as primeiras relações de poder.²⁸

Alguns autores não compreendem a geopolítica como ciência. O general Golbery do Couto e Silva se refere a ela como “uma arte” ou “pseudociência”.²⁹

Por outro lado, há quem veja a geopolítica tanto como arte e como ciência.

A geopolítica é simultaneamente ciência e arte. Ciência porque apresenta um objeto de estudo definido e que se confunde com as bases geográficas do poder do Estado. Arte porque produz leituras de mundo que envolvem representações e percepções individuais e co-

²⁸ QUAGLIOTTI DE BELLIS, Bernardo. Reflexiones sobre la Geopolítica de Fin de Siglo. *Geosur*, Montevideo, Año XV, nº 169/170, may./jun. 1994, p. 6.

²⁹ SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 33 e 146.

letivas diversas, inclusive com cartografias sempre singulares (as leituras geopolíticas de mundo podem ser tantas quanto o número de Estados nacionais e blocos de poder, e seguramente são tantas quanto as orientações ideológicas de seus formuladores).³⁰

Arte ou ciência, tem-se discutido ao longo do tempo se a geopolítica, enquanto campo de conhecimento, pertence à Geografia ou à Política. Nelson Werneck Sodré afirma que a geopolítica é a “arma do fascismo”, uma construção ideológica, desprovida de sentido científico, marginal, com papel no plano político unicamente.³¹ Outros autores, como Jose Willian Vesentini, baseados em estudos de Yves Lacoste, chegam a afirmar que a geopolítica é a geografia “nobre por excelência” ou a “verdadeira” geografia.³²

Ruy Moreira, ao teorizar sobre a geografia enquanto ciência, afirmou que:

A geopolítica, por conseguinte, não é uma “ideologia alemã”, mas a geografia oficial sem seu costureiro disfarce. A geopolítica sob a forma exacerbada em que aparece no entre-guerras serve inclusive para esconder o fato de que a geografia é sempre uma geopolítica, ou seja, um discurso que sempre está pondo sobre a mesa a questão do poder: dos homens sobre a natureza e dos homens sobre os outros homens. Eis o que escondem as academias e seus professores.³³

Com a retomada dos estudos geopolíticos a partir dos anos oitenta do século XX estes estão sendo vistos como uma problemáti-

³⁰ ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. *Uma breve história da geopolítica*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011, p. 26

³¹ SODRÉ, 1982, p. 54.

³² VESENTINI, 1986, p. 54.

³³ MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 41.

ca interdisciplinar, uma vez que a geopolítica não se identifica como uma única disciplina. É necessário considerar também que mesmo no início da sua sistematização enquanto conhecimento, seus fundadores vieram de várias áreas do conhecimento, como geografia, sociologia, direito, história,... Muito além da discussão se a geopolítica é uma arte ou ciência, se pertence à geografia ou à ciência política ou ainda à estratégia militar ela é certamente um campo de estudos.

Já se discutiu intensamente se geopolítica e geografia política têm o mesmo objeto de estudo, ou são algo distinto. Karl Haushofer, ideólogo da geopolítica hitleriana, procurou conceituar as duas expressões. Para ele, a geopolítica “é a ciência das formas da vida política nos espaços vitais naturais, compreendidos em sua vinculação ao solo e dependência dos movimentos históricos,” enquanto a geografia política “é a ciência da distribuição do poder do Estado através dos ‘espaços’ da superfície da terra e na dependência da morfologia, clima e revestimento florestal dos mesmos.”³⁴

Um importante geógrafo contemporâneo brasileiro procurou distinguir a geografia política da geopolítica. Para Manuel Correia de Andrade, a primeira é um dos “enfoques da ciência geográfica no qual se estuda a distribuição dos Estados pela superfície da terra”, enquanto a segunda é um “saber engajado, comprometido com um pensamento e com objetivos políticos”, que embora analisando o Estado como “produtor de um espaço, ela não tem um rigoroso critério científico”.³⁵

Quando Kjellén cunhou o nome geopolítica ele procurou diferenciar da geografia política formulada por Friedrich Ratzel em 1897. Essas diferenças estariam no foco de abordagem: seria geográfica no caso da geografia política, enfatizando as relações homem/natureza) e política no caso da geopolítica, priorizando a perspectiva do Estado na dimensão espacial da sua atuação. Da mesma forma, o professor sueco

³⁴ BACKHEUSER, 1942, p. 14.

³⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989, p. 7.

ênfatisou o lugar da geopolítica como intersecção entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado.³⁶

O cientista político brasileiro, Shiguenoli Miyamoto, procurando perceber diferenças entre geografia política e geopolítica, afirma que a geografia política teria como função descrever as fronteiras, os rios, as serras e as planícies, “contentando-se em realizar uma representação meramente estática destes elementos”. A geopolítica, ao contrário, não se satisfaz “apenas com a descrição física dos acidentes geográficos, fotografando-os” meramente. Ela tem preocupação com os “movimentos” destes elementos, e com sua aplicação na formulação de uma política que visa fundamentalmente fins estratégicos.³⁷

Esta forma de diferenciar a geopolítica da geografia política empregada por Miyamoto é baseada numa afirmação de Richard Henning, da Universidade de Düsseldorf, que na década de 1950 já dizia que, a geografia política “é um instantâneo fotográfico do momento temporal em circunstância especial determinada,” enquanto que a geopolítica, “é a fita cinematográfica do mesmo processo geral.”³⁸

Concluindo: a atitude de um geopolítico seria dinâmica; por outro lado, a de um geógrafo político, seria estática.

Quanto à finalidade de uma ou de outra, o coronel argentino Jorge E. Atencio, argumenta que compete à geopolítica “guiar al estadista en la política interna y externa y orientar al militar en la preparación de la defensa nacional y en la conducción estratégica” enquanto que à geografia política tem que “conocer la situación pasada y presente relacionada con: gobierno, división política, etnográfica, idiomas, religiones, cultura, ideología, etc., de las sociedades humanas en determinado territorio.”³⁹

³⁶ VESENTINI, José Willian. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 15.

³⁷ MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, São Paulo, n° 4, 1981, p. 76.

³⁸ Apud CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Theresinha de. Geografia política e geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 14, n° 133, jul/ago. 1956, p. 390.

³⁹ ATENCIO, Jorge E. *Que es la geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1965, p. 47.

Por um lado, se há estudiosos que procuram ver de modo distinto a geografia política da geopolítica, de outro, há aqueles que entendem que ambas as expressões fazem parte de um mesmo processo. O primeiro a não diferenciá-las foi Otto Maull, membro do Instituto de Geopolítica de Munique, ao afirmar que “a geopolítica nada mais é do que uma geografia política aplicada”.⁴⁰

Autores como o geógrafo Wanderley Messias Costa partem do princípio de que o mais importante é procurar os liames estreitos entre a geografia e a geopolítica, expressos pelos círculos de poder à frente do Estado num determinado período.⁴¹ Outra autora propõe o resgate do debate entre geografia política e geopolítica, quando afirma:

Negar, portanto, a prática estratégica, seja a das origens da disciplina, seja a teorizada por Ratzel, seja a da geopolítica explícita do Estado Maior ou a implícita na prática dos geógrafos, é negar a própria geografia, que foi assim, prejudicada no seu desenvolvimento teórico e na sua função social. E repensar a geografia envolve necessariamente o desvendar da geopolítica, sua avaliação crítica e seu resgate, e o trazer esse conhecimento para o debate na sociedade. Em outras palavras, nesse campo de preocupação, à geografia caberia a teorização sobre a prática estratégica desenvolvida pela geopolítica.⁴²

Mais importante que procurar as diferenças entre a geografia política e a geopolítica, é entender como ambas são utilizadas pelo Estado para exercer o poder em um determinado espaço.

O poder pode ser interpretado como a síntese de vontades e meios, dirigida para o alcance de determinada finalidade. A vontade,

⁴⁰ Cf. BACKHEUSER, 1942, p. 14.

⁴¹ COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 191.

⁴² BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da geopolítica. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, n° 50, t. 2, 1988, p.100.

como o principal elemento do poder, é uma característica essencialmente humana. Os meios, como um complemento fundamental do poder, são os instrumentos para o atendimento dessa vontade. O homem, então, dotado de vontade e tendo à disposição os meios, poderá direcionar suas ações para satisfazer suas necessidades, aspirações e interesses. A dimensão do poder de determinado grupo social tem como base um conjunto de meios à disposição da vontade comum aos subgrupos e indivíduos.⁴³

O surgimento da geografia política, sobretudo da geopolítica, enquanto campo de conhecimento, é um produto do contexto europeu na virada do século XIX para o XX. Num plano mais geral, entretanto, não se pode esquecer que o interesse pelos fatos relacionados entre espaço e poder também reflete um momento histórico que envolve o mundo em escala global, caracterizado pela emergência das potências mundiais e, com elas, o imperialismo como forma histórica específica de relacionamento internacional. A partir daí “projetos nacionais” tenderam a assumir cada vez mais um conteúdo necessariamente internacional.

Os conceitos de potência mundial e imperialismo estão intimamente ligados quando nos referimos ao período histórico que inicia em meados do séc. XIX. Ambos expressam a expansão capitalista, bem como a reprodução ampliada do capital, fazendo com que o capitalismo assuma sua forma monopolista. Por isso, o general Golbery, um dos responsáveis pelo pensamento geopolítico brasileiro contemporâneo, afirma que a geopolítica, muitas vezes, se não fomenta os imperialismos, lhes abre o caminho a sonhos de conquista, domínio e expansão territorial, inclusive “imperialismos megalomaníacos”.⁴⁴

O caráter imperialista da economia e das políticas territoriais passa a assentar-se em dois movimentos principais, envolvendo estratégias

⁴³ ESG. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos doutrinários*. Rio de Janeiro, 1997, p.47.

⁴⁴ SILVA, 1967, p. 35.

de dominação em escala global: por um lado, disputas hegemônicas de vizinhança, circunscritas aos espaços sujeitos à influência direta de cada Estado e de outro, a competição pelo domínio dos espaços territoriais formados quando da expansão colonial.

A geopolítica, desta forma, é o discurso do Estado sobre um determinado espaço geográfico; é o conhecimento - sempre voltado para a ação - que visa assegurar e fortalecer a soberania de um Estado nacional tanto em relação aos demais Estados quanto sobre o seu território, no seio da sociedade onde ele encontra sua razão de existir.⁴⁵

No Brasil, a “comunidade geográfica”, até bem recentemente, com exceção de Delgado de Carvalho e Theresinha de Castro, manteve-se afastada da geografia política e principalmente da geopolítica. Estes dois autores demonstraram a importância do conhecimento geopolítico, quando escreveram que a geopolítica é uma ciência “do Estado, para o Estado e pelo Estado, interessando-se por tudo que a ele diga respeito,” abrangendo, destarte “um estudo profundo de tudo que se enquadre numa área cercada de fronteiras por todos os lados.”⁴⁶

Estes mesmos dois estudiosos enfatizam a importância dos estudos geopolíticos para o Brasil, em virtude dos seus milhares de quilômetros de fronteiras. Afirmam ainda, que além da questão estratégica das fronteiras do Brasil, “interessa-nos também a geopolítica com respeito ao nosso povoamento e colonização...”⁴⁷

Podemos afirmar que “ideias geopolíticas” são encontradas em obras de geógrafos e de filósofos políticos de todos os tempos e em todas as regiões do planeta. Tomamos como exemplos, Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu, Alexis de Tocqueville, o Papa Alexandre VI, e outros. Por outro lado, no campo da geopolítica prática, “há numerosos exemplos de estadistas cujas obras tiveram evidente sentido

⁴⁵ VESENTINI, 1986, p. 57.

⁴⁶ CARVALHO; CASTRO, 1956, p. 390.

⁴⁷ CARVALHO; CASTRO, 1956, p. 391.

geopolítico”, como Júlio Cesar, Napoleão Bonaparte, Thomas Jefferson, Simon Bolívar.⁴⁸

Hans W. Weigert⁴⁹ analisando as obras de autores do passado, resgata historicamente como precursores da geopolítica os seguintes pensadores:

- **Tucídides:** apresenta a ideia de crescimento orgânico dos Estados, bem como da influência do território sobre o caráter das nações.
- **Hipócrates:** trabalhou a influência do clima sobre o homem e o efeito das mudanças de estações sobre atitudes de indivíduos e povos, bem como a influência do ar, água e situação geográfica sobre o homem.
- **Platão e Aristóteles:** abordaram problemas geopolíticos, quando trataram de decidir se a situação marítima ou a montanhosa era a que apresentava maiores vantagens para um Estado.
- **Estrabão:** sua obra, *Geografia*, é uma magnífica descrição geopolítica, em que relaciona a ascensão do Império Romano com as características geográficas da Península Itálica.
- **Jean Bodin:** viu com clareza a relação entre a terra e o Estado, “propondo” que o solo determina os habitantes, molda-os física e espiritualmente, decide suas ações e sua história. Porém o efeito do clima lhe parece ser mais forte do que outros fatores geográficos.
- **Montesquieu:** tratou do tamanho dos Estados, o espaço, a distância, as diferenças de nível, todos fatores fundamentais, que desempenharam papel tão importante, não somente

⁴⁸ TOSTA, 1984, p. 1-6.

⁴⁹ WEIGERT, 1944, p. 92-94.

no desenvolvimento da geografia política e da geopolítica moderna, bem como na formação de uma *Weltanschauung* geográfica.

Para além destes pensadores ocidentais até aqui nominados, podemos acrescentar ainda:

- **Sun Tzu:** filósofo chinês, que no séc. VI a. C., que escreveu sobre a arte da guerra, em que é necessário considerar as condições geográficas para se obter sucesso no campo de batalha.
- **Ibn Khaldoun:** filósofo árabe, que no séc. XIV desenvolveu um pensamento que considerava haver uma analogia entre a vida dos seres vivos e dos Estados: os impérios têm vida própria, nascem, crescem, atingem a maturidade, declinam e morrem.

Somos levados a acreditar que ações e práticas desenvolvidas por generais, estadistas e políticos ao longo da história da humanidade demonstram que atitudes geopolíticas existem desde que o ser humano passou a se organizar sócio-politicamente para garantir sua sobrevivência, seja frente às forças da natureza ou forças antagônicas proporcionadas por seus próprios semelhantes, quando estava em disputa um determinado espaço.

Como já foi dito anteriormente, é no final do século XIX que teve início a sistematização do que será a geopolítica enquanto campo de conhecimento. Neste sentido, alguns pensadores serão os balizadores desta forma de compreender o mundo.

Durante um bom tempo se tentou classificar os pensadores geopolíticos em escolas teóricas. Mas não foi possível chegar a um consenso sobre uma classificação única para definir as diferentes correntes teóricas da geopolítica que surgiram no fim do século XIX. A classi-

ficação mais conhecida dentre os que estudam a geopolítica é baseada numa divisão em escolas a partir dos países de origem de cada autor. Desta forma, Friedrich Ratzel seria o fundador da escola alemã; Halford John Mackinder, da escola de geopolítica inglesa; Paul Vidal de la Blache, da escola francesa e Alfred Thayer Mahan, seria o fundador da escola norte-americana de geopolítica.⁵⁰

Esta é uma classificação muito simplista, até por que vamos encontrar pensadores nascidos em um país cujas ideias estão muito mais próximas ao que seria uma escola de outro país. Assim sendo, pensamos que é mais racional enquadrar os pensadores da geopolítica a partir das concepções que eles têm sobre a relação espaço e poder.

⁵⁰ CÉLERIÉR, Pierre. *Geopolítica y geoestratégia*. Buenos Aires: Pleamar, 1983, p. 11.

A formulação da geopolítica

A SISTEMATIZAÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO, TOMANDO por base conceitos desenvolvidos por todos aqueles autores que ao longo do tempo estabeleceram a ligação entre o solo e o poder, deu-se a partir das formulações teóricas de cinco pensadores: Friedrich Ratzel, Alfred Thayer Mahan, Halford John Mackinder, Rudolf Kjellén e Paul Vidal de la Blache.

Já foi proposto que estes cinco personagens fundamentais para o conhecimento geopolítico formariam três correntes: a primeira corrente da geopolítica emergiria do darwinismo social, teoria bastante difundida no século XIX, da qual fariam parte Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén, denominada de “Teoria do Estado Orgânico”; a segunda corrente se basearia mais nos fatos geográficos e políticas. Esta corrente foi chamada de “Geoestratégia” e teve Alfred Thayer Mahan, Halford John Mackinder como principais teóricos; por sua vez, a terceira corrente chamada de “possibilista” teria sido fundada por Paul Vidal de la Blache.

Indiferente à formação de correntes ou escolas, eles foram responsáveis por sistematizar a geopolítica enquanto campo de conhecimento e vão influenciar gerações de geopolíticos e estadistas ao longo do século XX. Suas elocubrações teóricas foram intensamente discutidas no momento em que foram publicizadas, bem como posteriormente.

Discípulos e detratores se engalfinharam intelectualmente defendendo ou criticando as teorias elaboradas por seus mestres. Na academia e na caserna as teorias formuladas pelos cinco sistematizadores da geopolítica serviram para justificar ações políticas tomadas por “Homens de Estado” que tinham como objetivo vencer o “inimigo”.

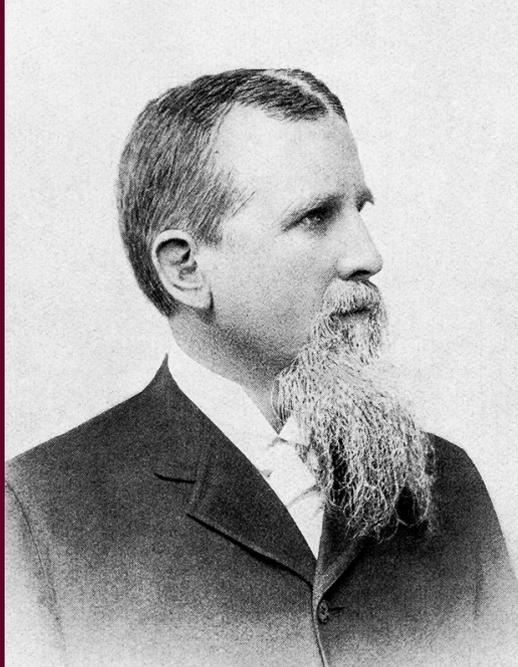
FRIEDRICH RATZEL

O lugar e a importância da obra e das ideias do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, no desenvolvimento da geografia enquanto ciência, está longe de ser consensual por parte de estudiosos e analistas. Seu pensamento tem sido objeto de muitas críticas, classificando-o como um dos responsáveis pela formulação teórica do que ficou conhecido como determinismo geográfico. O que se percebe na produção científica de muitos geógrafos é um Ratzel estigmatizado como determinista e, às vezes, mesmo que de forma implícita, suas ideias são ridicularizadas.

Talvez tenha razão André-Louis Sanguin, quando afirma que “infelizmente, muitos geógrafos apreenderam não mais que algumas frases de Ratzel, sem apreciar seu contexto.”¹ Isto acaba resultando num extremo reducionismo da obra ratzeliana, que somente poderá ser combatido a partir de uma leitura do autor considerando sua própria trajetória acadêmica e pessoal e o momento histórico em que ele viveu e produziu.

¹ SANGUIN, André-Louis. En relisant Ratzel. *Annales de Géographie*, Vol. 99, n° 555, 1990, p. 580.

Formado em zoologia, influenciado pela obra de Charles Darwin. Lutou na guerra franco-prussiana. Nomeado professor de geografia na Universidade de Leipzig. É membro fundador do *Kolonialverein* (Comitê Colonial), defendendo a ideia da formação de um império colonial alemão.



FRIEDRICH RATZEL

(1844-1904)

PRINCIPAIS OBRAS:

1876 – *Cidades e culturas da América do Norte.*

1878/ 80 – *Os Estados Unidos da América.*

1882 – *Antropogeografia: Fundamentos da Aplicação da Geografia à História.*

1888 – *As raças humanas.*

1892 – *Estudo sobre os Espaços Políticos.*

1896 – *Estado e Solo.*

1897 – *Geografia Política – uma geografia dos estados, do comércio e da guerra.*

1898 – *Alemanha – introdução a uma ciência do país natal.*

1901 – *A Terra e a Vida – uma geografia comparada.*

No entanto, não há divergências de que as bases intelectuais da geopolítica são encontradas em sua vasta obra. Ao publicar, em 1882, o livro *Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História*,² vai começar a sistematizar o conhecimento inerente ao poder político e suas relações com o espaço geográfico.

Ratzel vai despende uma parcela significativa de seu esforço teórico na elaboração de uma teoria do Estado. A gênese do Estado é vista como ponto de inflexão da história humana. Seu surgimento demandaria um certo patrimônio cultural acumulado e teria por pressuposto a delimitação do território.

Assim, toda sociedade “busca ante todo mantener integramente el suelo sobre el que vive y donde vive. En cuanto asuma especificamente esta tarea, se transforma automáticamente en Estado”.³ Para Ratzel, a defesa do espaço vital seria a causa e função da existência do Estado, com este sendo a “emanação natural da Sociedade destinada à defesa do território”. Além do Estado, temas como relações internacionais, fronteiras e guerra estão no centro das considerações de Ratzel.

A geografia humana ratzeliana, ou a “antropogeografia” pode ser dividida em três principais temas: i) influência das condições naturais sobre a humanidade; ii) distribuição das sociedades sobre o globo; iii) formação dos territórios. Esta tríplice repartição da “antropogeografia” proposta por Ratzel seria então a responsável por elucidar as diversas questões acerca da distribuição das sociedades humanas nos diversos territórios, sempre levando em conta a influência do meio no estabelecimento dos mesmos. Segundo Ratzel, a história havia conseguido descrever esta relação de influência, entretanto somente as ciên-

² O título original era *Anthropogeographie. Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*. Stuttgart: Engelhorn, 1882-1892. 2 vols. Partes desta obra foram publicadas no Brasil numa coletânea de textos do geógrafo alemão: RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990 [1882], p. 32-107. (Coleção Grandes Cientistas Sociais - 59)

³ RATZEL, Friedrich. El Territorio, la Sociedad y el Estado. *Geosur*, Montevideo, Año XV, nº 161/162, sep./oct. 1993 [1899], p. 7.

cias naturais teriam sido bem-sucedidas ao criar leis gerais para estas descrições dos estabelecimentos humanos nos diversos territórios.

Friedrich Ratzel desenvolveu suas concepções teóricas num contexto nacional e internacional marcado pelo momento em que a Alemanha, liderada por Otto von Bismarck, se unificava como Estado e se assumia como potência mundial; por outro lado, o mundo assistia à afirmação de grandes Estados-continente e dos impérios coloniais.

No pensamento estratégico e geopolítico alemão era dominante a psicose do cerco, ou seja, a não correspondência entre a dimensão real da Alemanha e a sua dimensão espacial. Ratzel iniciou seus estudos pelas ciências naturais, refletindo sobre a problemática darwinista que aplicaria depois à realidade social. Ao enveredar pela geografia, considerava que esta área do conhecimento tinha como objetivo explicar as influências que o ambiente exerce sobre os grupos humanos, particularmente sobre os Estados. Assim, considera que o Estado mantém uma relação de necessidade com o solo e que, por isso, deve ser considerado sob o ângulo geográfico.

O pensamento ratzeliano, com sua ligação indissolúvel entre Estado e território, é baseado em dois elementos essenciais: “espaço” (*raum*) e “posição” (*lage*). A partir destes elementos, Ratzel formulou dois conceitos fundamentais para a elaboração das doutrinas geopolíticas: *espaço vital* (*Lebensraum*) e *sentido de espaço* (*Raumsinn*). O primeiro é entendido como uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis, mediada pela capacidade técnica, ou seja, o espaço territorial necessário para a sobrevivência de uma dada comunidade. O espaço vital manifesta a necessidade territorial de uma sociedade, seu efetivo demográfico e os recursos naturais de que disponha;⁴ o segundo conceito é uma “espécie de aptitud natural de un

⁴ MORAES, Antonio Carlos Robert. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, 1990, p. 23.

pueblo para infundir dinamismo a la naturaleza y para organizarla.”⁵ O geógrafo Otto Maull, um dos ideólogos da geopolítica que deu sustentação ao regime nazista, que usou de forma desenfreada o conceito de “espaço vital”, dizia que “el espacio vital nos es una zona cerrada y definida, sino que varía según la fuerza del Estado y en estrecha dependencia con esta.” Por outro lado, o mesmo autor afirmava que “los espacios vitales de diversos Estados se superponen mutuamente.”⁶

“*Espaço é Poder*”: este princípio ratzeliano vai embasar todo o pensamento Geopolítico posteriormente. Ratzel partiu do princípio de que existia uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Diante disso, afirmava que

o solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido, imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que este ignora sua presença para adverti-lo severamente de que a raiz da vida está unicamente no solo.⁷

Em outro momento, em *Geografia Política*, talvez sua obra mais conhecida, Ratzel vai dizer que “todo Estado é uma parcela da humanidade e uma porção do espaço terrestre”. E deixa transparecer uma concepção que poderia ser classificada como determinista.

As leis particulares da propagação da vida humana sobre a superfície da Terra determinam também a emergência dos Estados. Nunca se viu a formação de Estados nas zonas polares ou nos desertos, e eles são escassos nas regiões pouco povoadas dos trópicos, nas áreas florestais e nas altas montanhas.⁸

⁵ CELERIER, 1983, p. 11.

⁶ MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona: Ediciones Omega, 1960.

⁷ RATZEL, 1990 [1882], p. 81.

⁸ RATZEL, 1987 [1897], p. 137.

Este posicionamento de Ratzel trata-se de uma ilustração política daquilo que alguns de seus detratores, principalmente os vinculados à Escola Geográfica Francesa, passaram a chamar de “*determinismo geográfico*”.⁹ A concepção determinista da geografia, na verdade, foi obra de alguns dos discípulos de Ratzel.

Os discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, constituindo o que denomina “escola determinista” de Geografia, ou a doutrina do “determinismo geográfico”. Os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica e simplificaram-na. Orientaram seus estudos por máximas como “as condições naturais determinam a História” ou “o homem é um produto do meio” - empobrecendo bastante as formulações de Ratzel, que falava de influências.¹⁰

Dentre os discípulos de Ratzel que levaram o determinismo geográfico ao extremo, destacam-se os geógrafos Ellen Semple¹¹ e Ellsworth Huntington,¹² que deturpam e radicalizam as formulações teóricas do mestre.

⁹ É lugar comum classificar Ratzel como determinista. No entanto, muitos estudiosos de sua obra defendem a tese de que o geógrafo alemão não foi um determinista simplista, como o acusaram seus adversários. Entre estes estudos, ver por exemplo: MORAES, 1990, p. 10; CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona, nº 25, abril de 1997; HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1978, p. 61, nota nº 5; CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea. Una introducción a la geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981, p. 284-285.

¹⁰ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Anna-blume, 2005, p. 71.

¹¹ Ellen Churchil Semple foi a principal responsável pela divulgação do pensamento ratzeliano nos EUA. Radicalizando as ideias do mestre, desenvolveu uma teoria que relaciona a religião com o relevo: nas regiões planas, predominariam religiões monoteístas, enquanto nas regiões montanhosas predominariam religiões politeístas. (SEMPLÉ, Ellen Churchil. *Influences of Geographic Environment – on the Basis of Ratzel's System of Anthropogeography*. New York: H. Holt, 1911).

¹² Para Ellsworth Huntington, as condições mais hostis proporcionariam maior desenvolvimento de uma sociedade. Assim, os rigores do inverno explicariam, pelas necessidades impostas, o desenvolvimento das sociedades europeias. (HUNTINGTON, Ellsworth. *Civilization and Climate*. New Haven: Yale University Press, 1915).

O próprio Ratzel em mais de um momento deixou claro que não concordava com o determinismo:

Não podemos fugir das influências precisas de nosso ambiente, principalmente das que atuam em nossos corpos; lembro as que se referem ao clima e à oferta de alimentos. É sabido que também o espírito encontra-se sob influência dos caracteres gerais do cenário que nos cerca. Mas, por outro lado, o grau que essa influência desempenha vai depender, em grande medida, da força da vontade que a ela resista. Podemos nos defender dela, contanto que o queiramos. Um rio que, para um povo preguiçoso, constitui um limite para um povo decidido pode não ser uma barreira [...] não há coação nem nenhuma lei inflexível, mas sim amplos limites, dentro dos quais o homem consegue impor a sua vontade e até mesmo seu despotismo. E é isto precisamente que tanto dificulta todos os estudos sobre a relação entre história e ambiente natural, a ponto de podermos falar apenas de gerais especificadas. Pois há um fator nessa relação, nessa ligação, que não é precisamente calculável para cada caso isolado, porque é livre; trata-se da vontade humana.¹³

Encontramos em sua vasta obra passagens em que Ratzel ataca frontalmente o determinismo ambiental. “A civilização é independente da natureza não no sentido da completa libertação, mas no sentido de uma ligação mais diversificada, mais ampla e menos imperiosa.” Desta forma, “é obscura e exagerada a afirmação de que o homem é produto do ambiente,” para afirmar categoricamente que “o processo cultural emancipa o homem da natureza”.¹⁴

O que fica claro, é que Ratzel defendia que o meio físico exerce

¹³ RATZEL, Friedrich. *Las raças humanas*. Barcelona: Montaner y Simon, 1906 [1888]. V. 1, p. 36.

¹⁴ RATZEL, 1990 [1882], p. 37 e 39.

influência sobre a organização dos seres humanos. Ele identifica quatro formas de influência da natureza sobre o homem:¹⁵

i) a que se exerce sobre os indivíduos e produz nestes uma modificação profunda; ela age primeiramente sobre o corpo e sobre o espírito do indivíduo; posteriormente passa a agir no âmbito da história e da geografia, estendendo-se a povos inteiros;

ii) a que direciona, acelera ou dificulta a expansão das massas étnicas, determinando a direção desta expansão, sua amplitude e posição geográfica, culminando com os limites;

iii) sobre a essência íntima de cada povo, impondo a ele condições geográficas que favoreçam seu isolamento, conservando e reafirmando determinadas características, ou ao contrário, facilitando a miscigenação com outros povos e perdendo as próprias características;

Um território fechado em si mesmo favorece a formação de um povo homogêneo impedindo ou limitando a penetração de elementos estranhos. Por esta razão as ilhas se caracterizam em geral por uma grande homogeneidade étnica e de civilização de seus habitantes. Ao contrário, um território muito aberto favorece a miscigenação e o cruzamento dos povos.¹⁶

iv) sobre a constituição social de cada povo, oferecendo-lhe maiores ou menores riquezas naturais, facilitando-lhe ou dificultando-lhe a obtenção dos meios necessários à vida.

Na sua obra *Geografia Política*,¹⁷ de 1897, Ratzel explicita que os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço. Daí a necessidade de adotar um “senso geográ-

¹⁵ RATZEL, 1990 [1882], p. 59-60.

¹⁶ RATZEL, 1990 [1882], p. 59.

¹⁷ RATZEL, Friedrich, *La géographie politique*. Paris: Fayard, 1987 [1897].

fico” ou o fundamento geográfico do poder político, o qual não deve faltar aos “homens de Estado pragmáticos”. Além do mais, deixa claro seu principal objetivo com o livro:

Eu tenho, portanto, a esperança de que este livro não interessará apenas aos geógrafos. Se ele puder contribuir a uma aproximação entre as ciências políticas e históricas de uma parte, e a geografia de outra, eu já me sentirei plenamente gratificado pelo meu trabalho.¹⁸

Wanderley Messias da Costa lembra que todos os geopolíticos mais destacados também consideram o livro *Geografia Política* como a obra que funda a geopolítica.¹⁹

A geografia política de Ratzel é uma geografia do Estado - que aliás, não poderia ser diferente, tendo em vista o contexto histórico²⁰ em que ele formulou sua teoria geográfica - pois veicula uma concepção totalitária, a de um Estado todo-poderoso. De acordo com Antonio Carlos Robert Moraes, Ratzel é o típico intelectual engajado num projeto do Estado, pois sua obra estaria legitimando o expansionismo bismarckiano. A geografia proposta por Ratzel estaria expressando diretamente um elogio ao imperialismo.²¹ O belicismo expansionista, a tutela integral da sociedade são por ele alçados à condição *de* natureza intrínseca do organismo estatal. A estratégia imperial desenvolvida por Bismarck teria sido plenamente assumida por Ratzel, aparecendo, por exemplo, em suas colocações sobre a relatividade das fronteiras ou sobre a inevitabilidade da guerra.²²

¹⁸ RATZEL, 1987 [1897], p. 55.

¹⁹ COSTA, 1992, p. 16.

²⁰ Ratzel teve ligações oficiais com o Estado Prussiano. Um ano após seu ingresso na Universidade de Heidelberg foi convocado pelo exército da Prússia, participando da guerra franco-prussiana como oficial. Mais tarde vai ser coordenador do Comitê Central para o Estudo da Geografia da Alemanha, organismo estatal interuniversitário.

²¹ MORAES, 2005, p. 69.

²² MORAES, 1990, p. 26.

Para Ratzel, os Estados, “se são fortes exercem uma enorme influência exterior, enquanto fracos se encontram em grave perigo. Esta é em qualquer parte da Terra a vantagem e a desvantagem que confere a um Estado a centralidade da posição política.”²³ Ratzel, enxergava no Estado - e, portanto, no território delimitado por fronteiras políticas - o objeto de estudo da geografia. Desta forma, interpretou a construção do território estatal como a mais elevada conquista do espírito e da cultura humana. Estas ideias de Ratzel foram posteriormente manipuladas para fins de legitimação do expansionismo nazista. Segundo ideólogos do nazismo, Ratzel explicitava a superioridade alemã, como por exemplo, quando faz a afirmação: “Os alemães vieram do interior das florestas para os grandes cenários da história, e na paz ou na guerra fizeram com que seu nome esteja entre os mais respeitados e os mais temidos.”²⁴

De acordo com Ratzel, o Estado tem uma concepção orgânica. A ideia de organismo foi emprestada por ele da biogeografia, para a qual o solo condiciona tanto as formas elementares como as complexas de vida. Nesse sentido, o Estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se analogicamente segundo as leis que regem os seres vivos na terra: nascem, crescem, avançam, recuam, estabelecem relações, declinam,... Consoante a este sentido, as características fundamentais do Estado estavam ligadas “a extensão, a posição e as fronteiras”²⁵

A concepção de Estado, para o geógrafo alemão, estava intimamente ligada ao solo:

O Estado é um organismo não somente porque articula a vida do povo em sua fixação no solo, mas porque esta relação reforça-se por reciprocidade, ao ponto que formam não mais do que um único ser e que não

²³ RATZEL, 1990 [1882], p. 102.

²⁴ RATZEL, Friedrich. As Raças Humanas. In: MORAES, 1990 [1888], p. 109.

²⁵ RATZEL, 1987 [1897], p. 138.

se possa mais pensar em um sem o outro. Solo e povo alcançam esta situação, na medida em que possuem as características necessárias para a ação de um sobre o outro. Um solo inabitável, impotente para alimentar um Estado, é um desperdício histórico.²⁶

Como defendia que “com o Estado, estamos tratando de uma natureza orgânica,”²⁷ foi possível elaborar “leis” sobre o crescimento espacial dos Estados, onde deixava explícita sua concepção de que o Estado que conquista e ocupa um espaço – *lebensraum* – vai exercer o poder sobre determinado território. Diante disso, “cuanto más grande es el espacio, con tanta mayor libertad se desenvuelve en él una parte de la humanidad y menor peligro corre de ser presionado desde afuera.”²⁸ Da mesma forma, Ratzel vai dizer que “cuanto mayor es el espacio, tanto mayores son los contactos que pueden evitar el estancamiento. Los pueblos más expandidos son los que tienen las relaciones más variadas.”²⁹

A essência da teoria do espaço vital – *lebensraum* – foi a base de sua obra, intitulada *Os Estados Unidos da América*, de 1880. Nesse livro, são estudados os fundamentos do poder estatal exemplificados na hegemonia estadunidense no concerto americano de nações. Essa teoria ganhou maior desenvolvimento e profundidade com a formulação das sete leis de expansão do Estado na obra *Geografia Política*.

Como o Estado possui uma natureza orgânica, Ratzel elaborou princípios que estabelecem seu crescimento. São as *Leis do Crescimento Espacial dos Estados*:

²⁶ RATZEL, 1987 [1897], p. 61.

²⁷ RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, 1990 [1896], p. 176.

²⁸ RATZEL, Friedrich. Ubicación y espacio. In: RATTENBACH, Augusto B. (Comp.) *Antología geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985 [1897], p. 37.

²⁹ RATZEL, 1985 [1897], p. 44.

1. As dimensões do Estado crescem com sua cultura;
2. O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado;
3. O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e a terra torna-se continuamente mais próxima;
4. As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado;
5. No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas;
6. Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm-lhes do exterior;
7. A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade.³⁰

Para Strausz-Hupé estas leis elaboradas por Ratzel eram “poco más que un sumario de la historia expansionista de los grandes impérios del pasado y del presente.”³¹ Diante das leis estabelecidas constata-se que para Ratzel quanto maior for o espaço territorial, com maior liberdade se desenvolverá nele a sociedade humana e menor será o perigo de ser pressionada a partir de fora deste território.³² Da mesma forma, Ratzel afirma que quanto maior for o espaço territorial, maiores serão os contatos que poderão evitar o isolamento e o estancamento sócio-econômico. Os povos mais expandidos são os que tem as relações mais variadas.³³

³⁰ RATZEL, 1990 [1896], p. 175-198.

³¹ STRAUZS-HUPÉ, Robert. *Geopolítica: la lucha por el espacio y el poder*. México: Editorial Hermes, 1945, p. 48.

³² RATZEL, 1985 [1897], p. 37.

³³ RATZEL, 1985 [1897], p. 44.

Na defesa que fazia de um Estado poderoso, Ratzel afirmava que “os povos fortes visam alcançar o mar ou a estender sobre este seu domínio.”³⁴ Ratzel lembra que a tarefa primordial do Estado continuava a ser a da proteção: o Estado protege o território contra os ataques exteriores que procuram diminuí-lo.³⁵ Salienta que a luta do Estado para a conquista e manutenção do espaço conduz facilmente à guerra. Quando no final do século XIX a Alemanha assim como a grande maioria dos países europeus, participava da corrida armamentista, que levou ao fenômeno da *Paz Armada*, Ratzel fazia a sua defesa, argumentando que “la guerra es la lucha por el espacio geográfico.”³⁶

De acordo com o grau de civilização a guerra exerceu um papel diferente para cada povo. Nos estágios superiores, onde já existe a consolidação do Estado e o território rigidamente delimitado por fronteiras, a chamada “mobilidade de fronteiras” somente pode ocorrer através de guerras. Para Ratzel, a guerra é “o meio mais poderoso de que dispõe um Estado para perseguir seu crescimento perdido em período de paz e esclarecer as relações interestatais conflituosas.”³⁷

Na obra ratzeliana também os conceitos de soberania e nacionalismo estão vinculados ao espaço territorial. “O território faz parte da essência do Estado, a soberania é considerada como um direito territorial”, dizia Ratzel. Dessa forma, ele chamava de *povo* “a uma comunidade ou indivíduos politicamente associados, que não são necessariamente aparentados pela origem ou pela língua, mas unidos especialmente por um território comum.” Para o geógrafo alemão, “quando falamos do ‘nosso país’, no nosso espírito associamos um fundamento natural com as obras que os homens ai introduziram.” Tratava-se, portanto,

³⁴ RATZEL, 1990 [1882], p. 102.

³⁵ RATZEL, 1993 [1899], p. 7.

³⁶ RATZEL apud MAULL, 1960, p. 31.

³⁷ RATZEL, 1987 [1897], p. 92.

“de um laço mental e afetivo entre a terra e os habitantes, no qual existe toda uma história.”³⁸

Partindo das concepções de Ratzel, percebe-se que a geopolítica, com suas concepções de espaço, situação e extensão, é essencialmente uma ideia política. “Es una concepción política del mundo, una *Weltanschauung* política [...] El concepto político del espacio y de los factores geográficos en general no puede separarse de la idea política, de la *Weltanschauung* política.”³⁹

Estes conceitos, *Weltanschauung* - “ideia de mundo” -, *Lebensraum* - “espaço vital” - e *Raumsinn* - “sentido de espaço” serão as colunas de sustentação do pensamento de todos os que se dedicaram, posteriormente, a formular doutrinas geopolíticas.

Concordando com Claude Raffestin, podemos dizer que a geopolítica “nada mais teve a fazer que buscar, no conjunto dos conceitos ratzelianos, os instrumentos de sua elaboração.”⁴⁰

As ideias desse geógrafo alemão, considerado o “pai da geografia humana”, serão muito úteis no início do século XX. Foram utilizadas por quem esteve à frente dos negócios exteriores de seu país, principalmente no que se refere ao estabelecimento das fronteiras territoriais e na preconização de um Estado forte.

ALFRED THAYER MAHAN

O mar sempre atraiu a atenção da humanidade. Os poetas destacam sua beleza e esplendor. Os pescadores o compreendem como fonte primária de sobrevivência. Os engenheiros enxergam-no como fon-

³⁸ RATZEL, 1987 [1897], p. 138.

³⁹ WEIGERT, 1944, p. 31.

⁴⁰ RAFFESTIN, 1993, p. 16.

te primordial de energia. Os comerciantes o entendem como o meio em que os seus navios transportam mercadorias. E para os militares é o local onde defendem os interesses de seu Estado.

O contra-almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan viu no mar a centralidade do poder de um Estado. Toda sua obra intelectual está relacionada à forma como o mar foi utilizado ao longo da História por alguma potência para exercer a dominação sobre o restante do mundo

Filho de professor de engenharia militar da Academia Militar de West Point, Alfred T. Mahan é considerado o “*Evangelista do Poder Naval*”. Carlos de Meira Mattos o considera precursor da teoria geopolítica, devido sua concepção de “*destino manifesto*” que influenciou enormemente nos rumos da política exterior dos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX.⁴¹

Em sua obra, publicada em 1890, *The Influence of Sea Power upon History*, Mahan analisa o controle dos mares, tanto para fins comerciais como militares, que foi trunfo decisivo em todas as guerras desde a antiguidade. Segundo ele, há a necessidade de se buscar na História alguns ensinamentos que são constantes, tornando-se, desta forma, em princípios, na relação entre guerra e poder. Nesta obra Mahan mostrou como a Inglaterra dominou os mares e o mundo por um bom período.⁴²

O livro teve repercussão enorme nos principais centros navais do mundo. Os ingleses ficaram admirados por ter sido um norte-americano e não um britânico que melhor descreveu as políticas navais inglesas da época. Além disso, a época em que o livro foi lançado não poderia ter sido mais oportuna. Em 1889 havia sido estabelecida a po-

⁴¹ MATTOS, Carlos de Meira. Fundamentos, teorias e Escolas Geopolíticas. *Política e Estratégia*, São Paulo, V. II, nº 4, out./dez. 1984, p. 560.

⁴² MAHAN, Alfred T. *The Influence of sea power upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

Oficial da marinha dos EUA, professor da Academia Militar de West Point e do Naval War College, do qual foi diretor. Lutou na Guerra de Secessão. Suas habilidades como comandante de navio deixavam muito a desejar, envolvendo-se em várias colisões e encalhes.



PRINCIPAIS OBRAS:

1883 – *The Gulf and Inland Waters*

1890 – *The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783*

1892 – *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire, 1793–1812*

1897 – *The Life of Nelson: The Embodiment of the Sea Power of Great Britain*

1897 – *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*

1899 – *Lessons of the War with Spain, and Other Articles*

1900 – *The Problem of Asia and Effect Upon International Policies*

1900 – *Story of the War in South Africa 1899–1900*

1901 – *Types of Naval Officers Drawn from the History of the British Navy*

1905 – *Sea Power in Its Relations to the War of 1812*

1908 – *Naval Administration and Warfare: Some General Principles, with Other Essays*

1912 – *Armaments and Arbitration; or, The Place of Force in the International Relations of States*

1913 – *The Major Operations of the Navies in the War of American Independence*

**ALFRED THAYER
MAHAN
(1840–1914)**

lítica do “*Two Power Standard*”⁴³ e Mahan acabou proporcionado os argumentos para os políticos ingleses que desejavam a expansão britânica no mar. Na Alemanha o livro foi um sucesso estrondoso. O kaiser Guilherme II, ao ler o livro de Mahan, viu o respaldo necessário para a expansão colonial de sua Nação e o desenvolvimento de um forte poder marítimo, de modo a contestar o poder da Inglaterra. Em maio de 1894 disse que não estava somente lendo o livro de Mahan, mas sim o devorando, com o propósito de entendê-lo e fazer com que sua leitura fosse obrigatória nos navios de sua Marinha.⁴⁴

Como historiador naval, Mahan se diferenciava dos seus antecessores por discutir com método e profundidade, pela primeira vez, a importância do mar para o desenvolvimento das nações, utilizando a história como ferramenta para a estratégia naval.

Mahan mostrou que a Inglaterra, com um mínimo de poder terrestre, mas com uma frota marítima potente, tornou-se a grande potência mundial. O poder terrestre encontrava obstáculos que a unidade e a mobilidade dos mares superava. Partia do princípio de que “*aquele que comanda o mar comanda todas as coisas*”.

O objetivo primordial de Mahan era despertar na classe política dos EUA a centralidade das políticas navais para o desenvolvimento nacional. Para ele, a marinha norte-americana tinha uma postura defensiva, voltada para a guerra costeira, sem pretensões além-fronteiras. Acreditava que essa postura era deficiente e equivocada, sugerindo que o melhor caminho era a adoção de uma política ofensiva e com isso obtendo a projeção internacional.

A. T. Mahan sintetizava sua doutrina em seis fatores que julgava de importância decisiva no desenvolvimento do poder marítimo: po-

⁴³ Princípio pelo qual a frota britânica deve ser sempre pelo menos tão forte quanto as duas frotas próximas menores combinadas.

⁴⁴ CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Mahan: sua época e suas ideias. *Política e Estratégia*. São Paulo, V. IV, nº 1, jan./mar. 1986, p. 60.

sição geográfica; conformação física; extensão territorial; população; caráter nacional; instituições governamentais.⁴⁵

Devido à corrida imperialista empreendida pelas potências europeias nas últimas décadas do século XIX, Mahan começou a recear que os EUA não participando desta corrida, tivessem que sacrificar, futuramente, interesses essenciais à segurança e à prosperidade. Assim, reconhecia que até 1885 tinha sido um anti-imperialista ferrenho, mas que começara a mudar de convicção em virtude dos estudos empreendidos sobre a influência do poder marítimo no destino das nações.⁴⁶ Para Mahan, o poder é um elemento fundamental e permanente no relacionamento entre as nações. Assim, vendo o relacionamento internacional vinculado a um contexto de interesses e de poderes, a guerra constitui-se em um instrumento de ajustagem, onde a diplomacia não consegue resolver os conflitos. Daí a origem do ceticismo de Mahan em relação à capacidade dos foros internacionais de dirimirem conflitos de vulto. A única saída, seria cada nação reforçar seu poder ofensivo-defensivo, para garantir sua segurança. Por isso, Mahan via os sucessos e insucessos num conflito bélico refletindo, antes de qualquer coisa, obediências aos *Princípios da Guerra*.⁴⁷

O poder Naval é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e águas interiores, seja como instrumento de ação política e militar, seja como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais.

O poder naval tem sido um instrumento relevante e eficaz na política de qualquer Estado, tanto nos períodos de paz como de guerra. Como um elemento constitutivo do poder marítimo, ele, da mesma

⁴⁵ MAHAN, 1890, p. 29-58.

⁴⁶ MAHAN, Alfred T. *Retrospect & Prospect: studies in International Naval and Political*. London: Sampson Low, Marston & Company, 1902, p. 18.

⁴⁷ MAHAN, 1890, p. 17.

forma que apoia os outros elementos, deles depende. As características básicas do poder naval são: i) mobilidade, ao deslocar-se prontamente a grandes distâncias em condições de emprego; ii) permanência, ao operar em áreas distantes por longos períodos de tempo independentemente; iii) versatilidade, ao regular o poder de destruição infligido de acordo com as tarefas recebidas; iv) flexibilidade, a capacidade de se compor em grupos em função da missão alocada.⁴⁸

Quando um país fortalece seu poder naval, está abrindo caminho para seus produtos, criando uma nova esfera de influência para suas exportações, buscando novos horizontes e empreendimentos para seu povo e maiores riquezas e poder para o Estado. A essência do poder marítimo resulta na integração de elementos materiais e vontade política, que fazem do domínio do mar - capacidade de usá-lo em benefício próprio, negando-o ao mesmo tempo ao inimigo, - o elo de acumulação de riquezas, para em seguida, converter-se em mais poder, em capacidades de influir em acontecimentos e comportamentos.⁴⁹

Ao pensar na defesa do Estado, Mahan tem em mente dois conceitos para o termo “defesa”: “existe a defesa pura e absoluta que procura aumentar suas forças e espera o ataque”, que pode ser chamada de passiva, e é composta de fortificações fixas, defesas submarinas e outras obras de caráter permanente, cujo objetivo é deter o inimigo que tenta agredir; “e há outra classe de defesa que se funda no princípio de que a salvação própria – que é o verdadeiro objeto da defesa está muito mais assegurada atacando ao inimigo”.⁵⁰ Este segundo tipo de defesa é constituído pelas armas e elementos que não esperam o ataque inimigo, e sim que vão ao encontro dele, seja a poucas milhas de distância

⁴⁸ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *O poder marítimo sob o ponto de vista estratégico entre 1540 e 1945: uma comparação entre as concepções de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Herbert William Richmond (1871-1946)*. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de mestrado em História), 2009, p. 23.

⁴⁹ MAHAN, 1890, p. 510.

⁵⁰ MAHAN, 1890, p. 89.

ou até às suas costas. Esta defesa pode se confundir com uma guerra agressiva, mas esta somente acontece quando o objetivo é a conquista do território inimigo.

Quando um país fortalece seu poder naval, está abrindo caminho para seus produtos, criando uma nova esfera de influência para suas exportações, buscando novos horizontes e empreendimentos para seu povo e maiores riquezas e poder para o Estado. A essência do poder marítimo resulta na integração de elementos materiais e vontade política, que fazem do domínio do mar - capacidade de usá-lo em benefício próprio, negando-o ao mesmo tempo ao inimigo, - o elo de acumulação de riquezas, para em seguida, converter-se em mais poder, em capacidades de influir em acontecimentos e comportamentos.⁵¹

De acordo com Mahan, a fraqueza marítima dos Estados Unidos era motivada pela falta de uma política expansionista. Pelo fato dos EUA não terem estabelecimentos coloniais ou militares em território estrangeiro, fazia com que seus navios de combate não pudessem afastar-se do território americano. Para que a marinha dos EUA estivesse à altura para ajudar a cumprir o “*destino manifesto*”, Mahan defendia que seria necessário a abertura do istmo da América Central, o que asseguraria o alinhamento das esquadras do Atlântico e do Pacífico, para concentrar forças onde e quando se fizessem necessários.⁵² No cumprimento do “*destino manifesto*”, para Mahan, a política externa dos EUA teria que repousar sobre duas doutrinas: a da “Porta Aberta”, procurando estabelecer um *modus vivendi* entre as grandes potências no Pacífico Ocidental e no Extremo Oriente, e a de *Monroe* em relação à América Latina. Os EUA, na afirmação do poder internacional, não poderiam permitir que qualquer outra potência continuasse a manter a América Latina sob sua órbita de influência.⁵³

⁵¹ MAHAN, 1890, p. 510.

⁵² MAHAN, 1897, p. 51.

⁵³ MAHAN, 1902, p. 51.

Dois anos após o lançamento do livro que é considerado a base da sua teoria, Alfred Mahan lança, em 1892, outro livro de impacto, onde escreveu: “o mundo jamais viu uma demonstração mais impressionante da influência do poder marítimo na história. Aqueles navios distantes e desgastados por tempestades que a Grand Armée francesa nunca se preocupou, se contrapunham a ela e o domínio do mundo”.⁵⁴ Para ele, naquela esquadra combativa e desgastada da Inglaterra estava a própria dominação mundial, fato este que não chegou a ser percebido por Napoleão Bonaparte.

A influência direta de Mahan na vida política do seu país foi significativa. Em 1890, a marinha dos EUA era a sexta do mundo, com 122.000 toneladas de deslocamento, passando à quarta em 1900, em terceiro em 1906 e em segundo lugar em 1907, com 611.000 toneladas.⁵⁵ A maior influência se deu quando seu amigo Theodore Roosevelt⁵⁶ assumiu a presidência da República (1901-1908). O poderio marítimo norte-americano vai ser útil por ocasião do Corolário Roosevelt, com sua política do “Big Stick”. Desta forma, Mahan, defendendo que a capacidade de usar o mar resultava da combinação de fatores geográficos, políticos, militares e psicológicos, deixou seu nome ligado fortemente aos inúmeros programas de construção de navios de guerra, que caracterizou a corrida armamentista dos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial.

Em 1897 Mahan lançou outro livro, *The Interest of América in Sea Power, Present and Future*⁵⁷, em que discute questões relativas ao Havai

⁵⁴ MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire 1793-1812*. Boston: Little, Brown and Company, 1892, p. 118.

⁵⁵ TRIAS, Vivian. *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*. Montevideo: Ediciones El Sol, 1967, p. 67.

⁵⁶ Logo após a publicação de *The Influence of Sea Power Upon History*, Theodore Roosevelt escreveu à Mahan: “Durante os dois últimos dias gastei metade do meu tempo, atarefado como estava, lendo o seu livro. Incorro em grave erro se ele não se converter num clássico naval” (Citado por CAMINHA, 1986, p. 60.)

⁵⁷ MAHAN, Alfred Thayer. *The Interest of America in sea Power, Present and Future*. Boston:

e sua importância para os EUA, bem como a necessidade de se obter o controle do istmo do Panamá, que possibilitaria a junção das esquadras norte-americanas do Atlântico e do Pacífico, as perspectivas estratégicas do Mar do Caribe e do Golfo do México, o futuro do poder marítimo dos EUA, perspectivas da política externa norte-americana, a sua preparação para a guerra naval e prognósticos para o Século XX.

No ano seguinte, a guerra com a Espanha acabou dando razão às premissas defendidas por Mahan.

O trabalho seguinte de Mahan foi o *Sea Power in its relations to the War of 1812*,⁵⁸ o terceiro volume da trilogia *The Influence of Sea Power*, que é a base de sua doutrina. Nessa obra ao invés de apontar os benefícios obtidos por um país com o desenvolvimento de seu poder marítimo, ele discutiu o desastroso resultado da falta de preparação para a guerra no mar pelos EUA na Guerra de 1812 contra a Inglaterra. Com isso Mahan pretendia convencer os cidadãos dos EUA que o poder marítimo era imprescindível para o país. De forma categórica afirmou que a prosperidade comercial norte-americana dependia da segurança das linhas de comércio. Assim, apontou para o fato de que um país que negligencie o poder marítimo estará em uma posição de inferioridade na mesa de negociação numa situação de pós-conflito. Era muito enfático ao dizer que o que “falhando em criar antes da guerra, uma Marinha competente, capaz de aproveitar oportunidades surgidas para atacar unidades hostis no mundo todo, não era possível, depois de começado o conflito, corrigir o erro.”⁵⁹

Como conclusão, Mahan conjectura que uma modesta marinha de guerra poderia se contrapor a um poder naval mais poderoso, quando condições geográficas e outras possibilidades fossem consideradas.

Little, Brown and Company, 1897.

⁵⁸ MAHAN, Alfred Thayer. *Sea Power in its relations to the War of 1812*. London: Sampson Low, Marston & Company, 1905.

⁵⁹ MAHAN, 1905, p. 14.

Essa concepção se aplicava aos EUA, de acordo com seus estudos da guerra no mar dos séculos XVII ao XIX.

Em 1910 Mahan lançou *The Interest of América in International Conditions*.⁶⁰ Esse livro demonstra a preocupação de Mahan com a situação europeia e a emergência da Alemanha como um elemento perturbador no velho continente. Analisava a rivalidade entre a Inglaterra e a Alemanha como um resultado natural das relações internacionais e que não poderia ser desprezada. Ao contrário de muitos que na época não consideravam a possibilidade de um conflito armado entre Inglaterra e Alemanha, Mahan acreditava que o choque entre as duas Nações poderia ocorrer a qualquer momento:

Sob as condições atuais na Europa, notadamente pela incapacidade russa, junto com a diversão de suas energias para o leste, a Alemanha está a salvo de qualquer invasão. Sua Marinha está ou muito breve estará livre para agir em qualquer parte do mundo, com exceção da Marinha britânica a lhe opor. Se a Marinha britânica permanecer neutra ou sucumbir, a Alemanha sob as presentes circunstâncias e com toda a probabilidade se tornará o Estado naval dominante do mundo, assim como o país predominante da Europa.⁶¹

Com a eclosão da Grande Guerra, ele externou sua firme convicção na vitória dos aliados sobre a Alemanha e voltou a mencionar que a marinha inglesa dominaria os mares, pois era a única marinha digna deste nome, e que comparativamente as outras marinhas eram apenas crianças, que ainda tinha muito a aprender.

A história, para Mahan, servia como uma ferramenta de análise aplicada e não como uma história interpretativa e problematizada.

⁶⁰ MAHAN, Alfred Thayer. *The Interest of America in International Conditions*. Boston: Little Brown, 1910.

⁶¹ MAHAN, 1910, p. 78.

O cenário histórico em que A. T. Mahan formulou sua teoria foi o da ascensão e queda dos impérios, onde as rivalidades entre os Estados caracterizavam as relações internacionais. Por isso mesmo, ele vai se converter num paradigma, cujo resultado foi uma corrida armamentista, e Mahan tornou-se a autoridade naval mais citada por aqueles que a promoviam na esfera política. No Brasil, iremos nos deparar com as ideias de Alfred Mahan sendo debatidas no seio do Congresso Nacional⁶² e na imprensa⁶³, por ocasião da discussão do programa de reaparelhamento da marinha de guerra na primeira década do século XX.

Alfred Mahan influenciou na tomada de decisões governamentais no mundo todo quando o assunto era o fortalecimento do poder naval. No Brasil não foi diferente! A defesa empreendida pelo barão do Rio Branco, enquanto ministro das relações exteriores,⁶⁴ de uma política de rearmamento da esquadra brasileira, em que o Brasil teria que recuperar a supremacia naval na América do Sul, pode ser considerado o reflexo das ideias e concepções geopolíticas de Mahan.

HALFORD MACKINDER

Geógrafo inglês, Halford Mackinder de acordo com Carlos de Meira Mattos foi o mais respeitado cientista geopolítico.⁶⁵ A mesma opinião tem Joseph J. Thorndike Jr, que o considera o maior de todos

⁶² Deputado Laurindo Pitta (DF), sessão de 07.06.1904; Deputado Jesuíno Cardoso (SP), sessão de 17.07.1906; Senador Rui Barbosa, sessão de 21.08.1906.

⁶³ Rui Barbosa. A Lógica do Inimigo. *A Imprensa*. Rio de Janeiro, 08.06.1899; Tácito. Programa Naval de 1904. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 08.11.1909.

⁶⁴ Na biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty existem cinco obras de Mahan que foram adquiridas no período em que Rio Branco era Ministro: *The Gulf and Island Waters* (1883); *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire: 1793-1812* [1898]; *The Interest of America in sea Power, Present and Future*. [1898]; *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783* (1902); *Retrospect & Prospect: studies in International Naval and Political* (1902).

⁶⁵ MATTOS, Carlos de Meira. Uma visão histórica e contemporânea da geopolítica brasileira. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n° 739, set./out. 1988, p. 28.

os pensadores geopolíticos,⁶⁶ e Raymond Aron considera que Mackinder foi quem mais contribuiu para a popularidade da geopolítica.⁶⁷

Com Mackinder, surgem as ideias essenciais do que ficou conhecido como a teoria do poder terrestre, que pode ser interpretada como uma resposta às ideias de Alfred T. Mahan e sua teoria do poder marítimo. Em contraposição a Mahan, Mackinder sustentava que, após a invenção das ferrovias, o poder terrestre superaria o poder marítimo estrategicamente em termos de projeção mundial.

Dentre os geógrafos que convergiram os seus estudos para uma abordagem explicitamente geopolítica, H. Mackinder ocupa inegavelmente uma posição de destaque. Sua trajetória de vida é muito rica, tendo acompanhado de perto a situação de seu país e do mundo em quatro períodos bastante significativos para a história contemporânea e, principalmente, para a evolução do pensamento geográfico-político: a transição do século XIX para o XX, com as transformações no continente europeu que influenciaram grandemente o mundo, dentre elas o fortalecimento do Império Britânico e as disputas imperialistas que resultaram na Primeira Guerra mundial; o desenrolar do grande conflito que foi a Primeira Guerra e suas consequências; o período entre-guerras; a Segunda Guerra mundial e suas primeiras consequências para o mundo.⁶⁸

O pensamento de Mackinder começa a ficar conhecido em 1904, quando pronunciou uma conferência na *Royal Geographical Society*, de Londres, com o título *The Geographical Pivot of History*.⁶⁹ Este artigo de 16 páginas foi considerado pelo geopolítico alemão Karl Haushofer como “uma obra-prima geopolítica.”

⁶⁶ THORNDIKE JR, 1943, p. 24.

⁶⁷ ARON, Raymond. *Guerra e Paz Entre as Nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986, p. 264.

⁶⁸ COSTA, 1999, p. 77.

⁶⁹ O texto da conferência proferida em 25 de janeiro de 1904 foi publicado originalmente no *The Geographical Journal*. London, Vol. XXIII, n° 4 p. 421-437, abril 1904.

Professor de Geografia na Universidade de Oxford e diretor da Escola de Economia e Ciência Política da Universidade de Londres. Membro da conceituada Royal Geographical Society. Exerceu mandado de deputado no parlamento inglês, pelo Partido Conservador, de 1909 a 1922.



PRINCIPAIS OBRAS:

1890 – *The Physical Basis of Political Geography*

1902 – *Britain and british seas*

1904 – *The geographycal pivot of History*

1905 – *Man-Power as a Measure of National and Imperial Strength*

1907 – *Our Own Islands: An Elementary Study in Geography*

1908 – *The Rhine: Its Valley & History*

1910 – *Eight Lectures on India*

1914 – *The modern british state. An introduction to the study of civics.*

1919 – *Democratic Ideals and reality*

1921 – *Geography as a pivotal subject in education*

1943 - *The round world and the winning of the peace*

**HALFORD JOHN
MACKINDER**
(1861-1946)

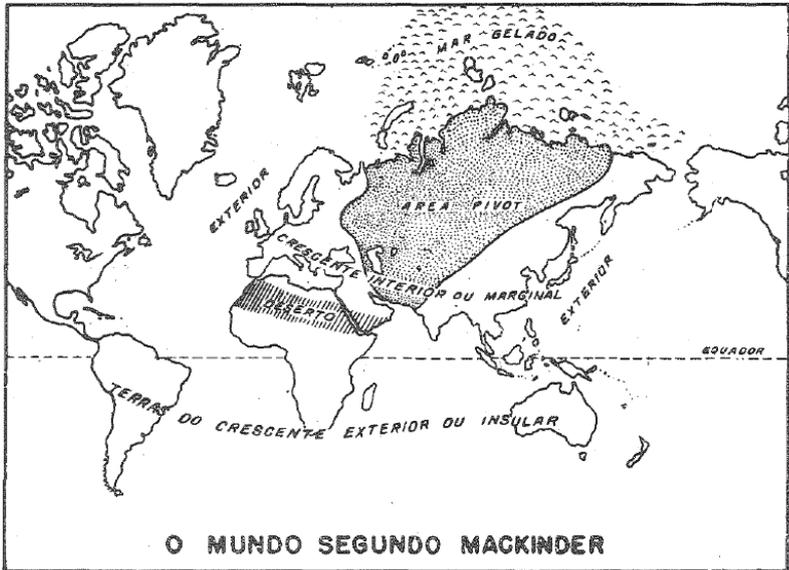
Embora fosse professor universitário, Mackinder não formulou sua teoria de um ponto de vista meramente acadêmico, mas sim de um ponto de vista político. Por isso, com o passar do tempo e com as mudanças políticas ocorridas, seu conceito central sofrerá ajustes para que fosse melhor enquadrado no cenário em vigor. Segundo Christopher Fettes, Mackinder era um patriota imperialista e protecionista, e não é coincidência que ele desenvolveu teorias preocupadas principalmente com as ameaças crescentes ao império britânico.⁷⁰

Geopoliticamente, Mackinder subverteu a cosmovisão da História e da Geografia tradicionais, que sempre situaram a Europa Ocidental no centro do mundo desde a expansão marítimo-comercial da Idade Moderna. Ele partiu do princípio que a história da civilização europeia seria o resultado da luta contínua contra a invasão asiática; seria então o fruto da reação da Europa às pressões exercidas desde as estepes da Ásia.⁷¹

Observando o mapa mundi, Mackinder percebeu que 75% das terras do globo terrestre eram constituídas de Europa, Ásia e África, abrangendo cerca de 90% da população mundial. Ele denominou esse conjunto de “Ilha do Mundo” e destacando-o como eixo central no hemisfério norte. Constatou, ainda, que as conquistas antigas dos bárbaros para oeste e dos cossacos para leste partiram do centro-oriental, concebendo que no interior desse eixo, numa área central, se instalaria o poder terrestre. Denominou-se essa área de “Terra Central” ou “área pivô”, que exerceria uma centralidade na História. A seguir, deduziu que quem a controlasse dominaria a Europa e a Ásia e, como consequência, controlaria o mundo.

⁷⁰ FETTES, Christopher. J. On Heartlands and Chessboards: classical geopolitics, then and now. *Orbis*, v. 59, n. 2, 2015, p. 245.

⁷¹ MACKINDER, Halford J. O pivot geográfico da História. *GEOSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n° 29, 2011 [1904], p. 90-91.



Mackinder define a importância desta área com uma pergunta: “Não é a região pivô da política mundial essa extensa zona da Eurásia que é inacessível às embarcações, mas que na antiguidade estava aberta aos cavaleiros nômades e hoje está prestes a ser coberta por uma rede de ferrovias?”⁷²

Assim sendo, Mackinder concluiu que na região da Europa Oriental está a chave para, através do poder terrestre e das integrações sucessivas, alcançar-se a dominação do globo. Pelo texto de 1904, seu pensamento pode ser assim sintetizado: o centro do poder mundial, a *área pivô* está situado na região central da massa continental euro-asiática; a potência que dominar a área pivô dominará a Ilha Mundial (imensa massa euro-ásio-africana) e a potência que dominar a ilha mundial dominará o mundo.

⁷² MACKINDER, 2011 [1904], p. 97.

Ao eleger a Europa Oriental como ponto central para a política do poder terrestre, verifica Mackinder que duas nações europeias estão em condições de concretizar o domínio dessa região: Alemanha e Rússia.⁷³ No entanto, concluía, nenhuma das duas estava em condições de exercer este domínio sozinha. Haveria a necessidade de aliança, ou de controle de uma sobre a outra, para que uma delas consolidasse a dominação que seria a primeira etapa na busca de controle mundial.

A reviravolta do equilíbrio de poder em favor do Estado pivô, resultando em sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria o uso de vastos recursos continentais para a construção de frotas navais, e o império mundial estaria à vista. Isso poderia acontecer se a Alemanha se aliasse à Rússia.⁷⁴

Ao final da Primeira Guerra mundial, Mackinder publica *Democratic Ideals and Reality*, em 1919. Logo no início desta obra Mackinder deixa de forma escancarada todo o seu determinismo geográfico:

não existe na natureza algo como igualdade de oportunidades para as nações. A menos que eu interprete mal os fatos da geografia, eu iria mais longe e diria que o agrupamento de terras e mares, e de fertilidade e caminhos naturais, é tal que se presta ao crescimento de impérios, e no final o crescimento de um único Império Mundial.⁷⁵

Em termos geopolíticos, nesta obra Mackinder não apresentará modificações profundas nos traços da sua visão geográfica do sistema político mundial já apresentada em 1904. Rebatiza a área pivô como

⁷³ MACKINDER, 2011 [1904], p. 98.

⁷⁴ MACKINDER, 2011 [1904], p. 99.

⁷⁵ MACKINDER, Halford. *Democratic ideals na reality: a study in the politics of reconstruction*. New York: NDU Press defense classic ed., 1962 [1919], p. 3.

heartland, ou seja, o coração terrestre e altera suas fronteiras. Adiciona o mar Báltico, o trecho navegável do baixo e médio Danúbio, o mar Negro, a Ásia Menor, a Armênia, a Pérsia, o Tibete e a Mongólia. É quando então expressa, textualmente, a fórmula geopolítica tantas vezes repetida:

*“Quem domina a Europa Oriental comanda o Heartland:
Quem domina o Heartland comanda a Ilha do Mundo:
Quem domina a ilha Mundo comanda o Mundo”*⁷⁶

Para impedir a dominação do “*coração terrestre*”, propõe a criação de vários Estados-tampões na Europa Central, o que foi aceito pela Conferência de Versalhes e que origina a série de países - Finlândia, Estônia, Lituânia, Letônia, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Áustria, Hungria, Sérvia-Croácia e Albânia - que tem como finalidade o estabelecimento de um verdadeiro “cordão-sanitário” entre a Alemanha e a União Soviética.

Mackinder reputava à Liga das Nações uma grande responsabilidade. Esta instituição seria órgão supremo da humanidade unida, e deveria vigiar de perto o *Heartland* através de seus possíveis organizadores pela mesma razão que o controle da polícia em Londres e Paris era considerado nacional e não apenas uma preocupação municipal.⁷⁷

O autor analisa o clima de desencanto existente naquele momento com muitos dos ideais que inspiraram a sociedade europeia até a virada do século XIX para o século XX e que foram brutalmente atingidos pela guerra. A sua tese de que era necessário aliar a democracia com o realismo político será aprofundada. Para Mackinder, a “*Real-Politik*” bismarckiana e a revolução bolchevique russa eram fenômenos que só podem ser enfrentados pelas “nações livres”, com o uso dos

⁷⁶ MACKINDER, 1962 [1919], p. 106.

⁷⁷ MACKINDER, 1962 [1919], p. 116.

valores da “democracia universal” concretizados politicamente na Liga das Nações. Afirmava que não se pode conceber o ideal democrático desvinculado da produção de riquezas, da atividade técnico-científica e da estrutura complexa da divisão do trabalho, bases da organização social moderna.⁷⁸

THE FREEDOM OF NATIONS



A camada intermediária de Estados entre a Alemanha e a Rússia. Muitas questões de fronteiras ainda precisam ser determinadas. Fonte: MACKINDER, 1962 [1919], p. 115.

Ao analisar a formação política da Alemanha, identifica em Bismarck o típico produto da “cultura materialista germânica”, uma espé-

⁷⁸ MACKINDER, 1962 [1919], p. 14.

cie de “Napoleão dos prussianos”, um homem feito de “sangue e aço”, sendo ao mesmo tempo um exemplo de diplomata e estrategista militar vitorioso. Destaca ainda que Bismarck não é um fenômeno isolado na sociedade alemã. A “cultura materialista” do povo alemão, por ser gerada e difundida por uma elite altamente eficiente que atuava no governo, nas universidades e nas escolas, fazia todos engajarem-se nos “problemas nacionais alemães”. Os pilares do sistema cultural alemão, para Mackinder, seriam formados por um tripé representado pelo serviço militar universal, escola básica compulsória e universidades.⁷⁹

Para Mackinder, enquanto a Inglaterra, por exemplo, contava com uns poucos profissionais da geografia, a Alemanha possuía muitos geógrafos “instrutores públicos” *agindo na base da sociedade* [...] ele espera que os quatro anos de guerra que quase liquidaram com parte das “nações livres”, tenham servido para modificar o modo de pensar das elites e do “cidadão médio”. Em suma, que na fase de globalização da política e das tensões internacionais, não haja mais lugar para “idealismos democráticos românticos” e que as sociedades tenham incorporado definitivamente o que chamou de “senso estratégico”. Com isto, Mackinder está explicitando, certamente pela primeira vez, *o conceito geopolítico de democracia*.⁸⁰

No período entre-guerras as ideias de Mackinder tiveram grande influência sobre a geopolítica implementada pela Alemanha nazista, sob a influência do Instituto de Geopolítica de Munique, coordenado por Karl Haushofer.⁸¹

Mais tarde, em outra obra, *The Round World and the Winning of the Peace*,⁸² Mackinder explica o seu conceito de “coração terrestre”.

⁷⁹ MACKINDER, 1962 [1919], p. 15.

⁸⁰ COSTA, 1992, p. 87.

⁸¹ O pacto de não agressão germano-soviético de agosto de 1939 (acordo Ribbentrop - Molotov) seria o resultado prático das teses de Mackinder.

⁸² MACKINDER, Halford J. *The Round World and the Winning of the Peace*. *Foreign Affairs*. London, vol. 21, p. 595-605, jul. 1943.

O “Heartland” é a parte norte e interior da Eurásia. Estende-se desde as costas árticas até os desertos centrais e tem seus limites ocidentais no largo istmo entre os mares Báltico e Negro. O conceito não admite uma definição precisa sobre o mapa pela simples razão de estar baseado em três aspectos distintos da geografia física os quais, embora se esforcem mutuamente não coincidem exatamente.⁸³

Ao elaborar o conceito de “*heartland*”, Mackinder anota três aspectos distintos da geografia da Eurásia: a existência na região da mais ampla extensão de terras baixas da face do globo terrestre; a presença de alguns grandes rios navegáveis, indo alguns para o norte, em direção ao Ártico, mas que são inacessíveis ao Oceano devido ao gelo, enquanto outros rios correm para águas interiores, como o Mar Cáspio, que não tem saída para o Oceano; a existência de pradarias, zonas que apresentam condições ideais de grande mobilidade.

Há um elemento que Mackinder considera essencial na superação do poder marítimo pelo poder terrestre: as ferrovias, que além de conferir mobilidade, colocam em contato as regiões mais longínquas do planeta.⁸⁴

A preocupação com as vantagens geoestratégicas de uma potência terrestre sobre a potência marítima para o domínio do planeta, era, em grande medida, reflexo do fato que se havia completado a partilha colonial dos territórios “livres” ultramarinos e algumas potências começavam a reclamar a realização de uma nova partilha. Isto quando não passava diretamente à ação, desalojando velhos impérios coloniais de seus domínios, como foi o caso do ataque norte-americano aos restos do império espanhol em 1898. O próprio Mackinder assinalava que o início do século XX marcava o fim da era “colombiana”, durante a qual a exploração geográfica do planeta tinha sido realizada.

⁸³ MACKINDER, Halford J. O Mundo Redondo e a Conquista da Paz. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro. Ano XII, nº 118, jan./fev. 1954 [1943], p. 5.

⁸⁴ MACKINDER, 2011 [1904], p. 97.

Genericamente falando, podemos contrastar a época Colombina com a idade que a precedeu ao descrever as características essenciais da primeira como a expansão da Europa contra resistências quase insignificantes, enquanto a Cristandade medieval estava encurralada em uma região estreita e ameaçada pelo barbarismo externo. De hoje em diante, na idade pós-Colombina, devemos novamente ter de lidar com um sistema político fechado, e, no entanto, será um de escopo mundial.⁸⁵

É interessante notar que Mackinder está escrevendo sobre um sistema global que está aparecendo de forma clara, em um momento em que se pensava somente em termos de um sistema continental.

O pensamento mackinderiano vai ter influência no mundo todo, notadamente na Alemanha, onde Karl Haushofer partindo das concepções do geógrafo inglês vai desenvolver a geopolítica nazista. No Brasil seu pensamento chegou através do barão do Rio Branco, que desde 1898 era membro da *Royal Geography Society*, de Londres. Como sócio correspondente, Rio Branco recebia o *The Geographical Journal*, órgão oficial de divulgação daquela Sociedade Geográfica, onde foi publicada a famosa conferência proferida por Mackinder em 1904.⁸⁶ É possível afirmar que Mackinder tenha influenciado a prática política de Rio Branco, quando por exemplo, vai resolver as questões fronteiriças com a Bolívia e com o Peru. Mesmo sem citar o geógrafo inglês, o chanceler brasileiro levou em consideração a área do “*heartland*” sul-americano, a que o Brasil deveria ter acesso e manter sob sua “área de influência”.

⁸⁵ MACKINDER, 2011 [1904], p. 87.

⁸⁶ Rio Branco tornou-se sócio da *Royal Geography Society*, por indicação do renomado geógrafo francês Eliséé Reclus. Sobre isto, o filho de Rio Branco registrou que “de todos os títulos e distinções honoríficas recebidas por meu pai, em sua vida, foi essa que lhe causou maior prazer e que mais o lisonjeou, por que foi concedida com inteira independência pela sociedade mais sábia do mundo e sob a iniciativa de um homem como Reclus.” (RIO BRANCO, Raul do. *Reminiscência do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, p. 93.)



Fonte: MACKINDER, 1962 [1919], p. 59.

De forma mais explícita, o pensamento mackinderiano vai influenciar na formulação da concepção geopolítica de Mario Travassos,⁸⁷ em sua doutrina sobre a projeção continental do Brasil na América do Sul.

Ao analisar a influência de Mackinder, Leonel Itaussu Almeida Mello afirma:

a geopolítica de Travassos sofreu uma influência determinante de Mackinder, com sua teoria sobre o poder terrestre. Essa teoria foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições peculiares do continente sul-americano, com o planalto boliviano assumindo o papel de área-chave com importância análoga à do 'heartland' euroasiático. Para Travassos, o controle da

⁸⁷ TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

Bolívia, região-pivô do continente, outorgaria ao Brasil o domínio político-econômico sul-americano.⁸⁸

Em outra obra, com título muito sugestivo – *Quem tem medo da geopolítica?* -, Leonel Itaussu Almeida Mello afirma que a teoria de Halford Mackinder permanece atual até o tempo presente, destacando que o que atualmente é uma constatação de senso comum era, em 1904, uma formulação intelectual audaciosa, arrojada e revolucionária.⁸⁹

RUDOLF KJELLÉN

A relação entre poder e espaço já vinha sendo estudada por muitos autores em diferentes lugares do planeta. No entanto, faltava um nome para a área do conhecimento que se debruçava sobre esta relação.

Rudolf Kjellén, um discípulo de Ratzel, é mais conhecido pelos trabalhos sistemáticos em que tratou os Estados modernos como sistemas orgânicos que florescem e depois decaem. No entanto, foi ele que batizou a “nova ciência” que estava surgindo, com o nome de geopolítica. Embora tenha utilizado o termo geopolítica já em 1899, será em novembro de 1916, no livro *O Estado como forma de vida*, que aparece claramente o conceito.

Para Kjellén, a “geopolítica é o ramo da política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço, portanto como país, território e domínium...”⁹⁰ Como se percebe, a geopolítica é apresentada como uma ciência do Estado, visto como um organismo geográfico vivo.

⁸⁸ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Ed. UFAM, 1997, p. 73.

⁸⁹ MELLO, 1999, p. 31.

⁹⁰ KJELLÉN, R. apud BACKHEUSER, Everardo. Geopolítica e geografia política. *Revista brasileira de geografia*, São Paulo, n° 1, vol. 4, 1942, p. 12.

O termo geopolítica não era um simples neologismo de compreensão subjetiva e de interpretação duvidosa como era entendido por muitos críticos e detratores. Ela seria uma ciência autônoma, que partia de um objeto de estudo novo, diferente da geografia política pensada por Friedrich Ratzel.

Por definição, a geopolítica então compreenderia o Estado como fenômeno do espaço. E também seria definida enquanto um novo sub-campo da disciplina de geografia responsável pelo estudo do Estado como organismo geográfico, ou seja, como um fenômeno localizado em um certo território.

Na época em que Rudolf Kjellén passou a utilizar o termo geopolítica, a Suécia estava dividida em torno do debate sobre a dissolução da união de Estados Suécia-Noruega. Kjellén era radicalmente contra a independência norueguesa. Em vários dos seus textos esta posição é arduamente defendida, inclusive no artigo *Estudos além das fronteiras políticas da Suécia*⁹¹ (em tradução livre) em que utilizou pela primeira vez a palavra geopolítica. Ao longo do artigo esta expressão vai aparecer quatro vezes.

O termo “geopolítica” ganhou plena notoriedade a partir dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, pautando as estratégias dos Estados na reformulação de suas políticas a partir de definições espaciais, sobretudo das grandes potências.

Diante disso, a geopolítica – enquanto definição conceitual – passou a ser utilizada por dois grupos indistintamente. Pelos acadêmicos de vários países objetivando compreender a relação entre a lógica de poder dos Estados a partir da demarcação dos territórios e as características geográficas que esses Estados dispunham. E pelos estadistas, pois a geopolítica lhes assegurou uma primazia política, econômica e militar por meio da expansão da estratégia do poder territorial. Desta

⁹¹ KJELLÉN, Rudolf. Studier öfver Sveriges politiska gränser. *Ymer*, n° 19, 1899, p. 283-424.

Cientista político e jurista, foi professor de ciência política e estatística na Universidade de Uppsala e na Universidade de Gotemburgo. Político conservador, foi deputado no período de 1905-1908 e senador de 1911-1917.



RUDOLF KJELLÉN

(1864-1922)

PRINCIPAIS OBRAS:

1899 – *Estudos além das fronteiras políticas da Suécia*

1905 – *As grandes potências. Contornos em torno da grande política contemporânea*

1906 – *Coleção racional. Fragmentos Políticos e éticos*

1914 – *Ensaio políticos*

1915 – *Problemas políticos da Grande Guerra*

1916 – *O Estado como forma de vida*

1920 – *Política mundial*

1920 – *As grandes potências e a crise mundial*

forma, o conceito passou a chamar a atenção, pois sua aplicabilidade tornou-se fundamental para a história, uma vez que sua inserção no contexto dos grandes conflitos mundiais permitiu inovar as estratégias políticas dos Estados, bem como a lógica de poder implementada nesse novo contexto do século XX.

A política, de acordo com R. Kjellén, seria a teoria do Estado, compreendido de cinco modos diferentes, considerando elementos, que são “como que os cinco dedos da mão que trabalha nas épocas de paz e luta nos tempos de guerra”.⁹² Segundo Backheuser, os cinco elementos, para Kjellén eram: i) a geopolítica, estudo dos fenômenos políticos influenciados pelo solo; ii) a demopolítica, estudo político do povo e das raças como nação; iii) a ecopolítica, estudo dos fenômenos políticos decorrentes de fatores econômicos; iv) a sociopolítica, estudo da sociedade do ponto de vista de sua repercussão política; v) a cratopolítica, estudo das questões de governo e administração, o regime político e as manifestações de soberania.⁹³

Desta forma, para Kjellén, a dimensão econômica, ética, social e jurídica eram fatores tão importantes quanto a dimensão territorial. Portanto, para entender as demandas do Estado e sua posição política, a análise deveria ser feita por meio das cinco categorias para conceber a doutrina do Estado como um organismo geográfico que, dentro de seu território dispõe de características e relações inseridas na dimensão espacial.

A geopolítica, para R. Kjellén, era compreendida sob três aspectos: morfopolítica, topopolítica e fisiopolítica.

A *morfopolítica* estuda o espaço político, também chamado território. Nesta noção estão incluídas: a área possuída pelo Estado, com tudo o que há nele e que é explorado pelo homem; a forma que apre-

⁹² BACKHEUSER, Everardo. A Política e a Geopolítica, segundo Kjellén. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro, Ano X, nº 110, 1952, p. 535.

⁹³ BACKHEUSER, 1952, p. 536.

senta o espaço e a linha periférica, que desenha as fronteiras. Há a necessidade de considerar como fases essenciais da evolução dos espaços políticos: a conquista do espaço, através do qual os Estados, quando dotados de vitalidade, de pequenos tornam-se grandes e de grandes podem chegar à condição de impérios; a conservação do espaço possuído, através de um sistema de defesa contra agressões externas ou desagregações internas; a valorização do espaço, imprimindo ações de povoamento ou de exploração dos recursos existentes, ou seja, atribuindo ao espaço um papel político.

A *topopolítica* preocupa-se com as normas governamentais, que decorrem das influências das condições geográficas físicas, bem como da dependência em que fica cada Estado em relação aos outros Estados, quer sejam vizinhos, quer sejam afastados. Neste aspecto, a preocupação da geopolítica será a de criar condições de adaptação do homem ao meio físico em que ele vive, através de empreendimentos que, em última análise, tem como objetivo dar maior pujança à Nação.

A *fisiopolítica* considera as várias riquezas naturais contidas no “*dominium*” do Estado, que são as fontes de possibilidades, capazes de propulsionar as atividades econômicas da população. Toda ação geopolítica, neste sentido, terá a função de valorização que se deseja imprimir ao Estado. O aproveitamento dos recursos hídricos, a exploração da mineração, a intensificação da agropecuária são problemas geopolíticos que podem ser compreendidos como práticas de caráter fisiopolítico.

Como uma herança do pensamento ratzeliano, R. Kjellen tinha uma concepção organicista do Estado, que se manifesta por meio do território, povo, economia, sociedade e governo. Chegou a afirmar que “os Estados são seres conscientes e dotados de razão como os homens”.⁹⁴ Para ele “la geopolítica consiste en la influencia de los factores

⁹⁴ KJELLÉN Apud GOTTMANN, J. Doutrinas geográficas na política. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro, Ano V, nº 54, set. 1947, p. 656.

geográficos en el más amplio sentido de la palabra, sobre el desarrollo político, en la vida de los pueblos y Estados.”⁹⁵

Kjéllen ampliou a ideia de organismo estatal radicalizando as analogias de Ratzel com a biologia. Na avaliação de Hans Weigert, Kjéllen “exageró sus aspectos biológicos hasta que el último resto de humanidad fué sacrificado a la cirugía geográfica de la ciência natural”⁹⁶, tornando o Estado em um “super organismo” subordinando todos os aspectos políticos às leis biológicas. Como o próprio Kjellén escreveu em 1916:

El Estado mismo es “tierra”, es, en certa medida, “suelo organizado”... La esencia del Estado como organismo se compone de elementos jurídicos y elementos de fuerza: como toda vida individual existente sobre la tierra, consiste no sólo en moralidade, sino también en deseos orgânicos... los Estado, tal como [podemos] seguir su curso en la historia y tal como nos movemos entre ellos en el mundo de las realidades, son seres materiales-rationales, eacatamente igual que los seres humanos... el Estado se presenta ahora ante nosotros, no como una forma casual de simbiosis humana, artificialmente envuelta em nociones jurídicas, sino como un fenómeno orgânico hondamente arraigado en realidades históricas y de hecho, como el ser humano individual. En una palabra: el Estado emerge como una manifestación biológica o forma de vida.⁹⁷

Os seguidores de Kjellén justificaram a posição do “sábio sueco”. É o caso de Everardo Backheuser, introdutor dos estudos geopolíticos no Brasil, em que numa palestra proferida em 1926, ao discorrer sobre a concepção orgânica do Estado, afirmou:

⁹⁵ KJELLÉN Apud BALDOMIR, Horacio. Geopolítica y política internacional. In: LAVIÑA, Felix. *Manual de Política Internacional Contemporânea*. Montevideú: Depalma, s/d, p. 68.

⁹⁶ WEIGERT, 1943, p. 18-19.

⁹⁷ KJELLÉN apud WEIGERT, 1943, p. 119.

É hábito antigo, que vem desde Platão, comparar o Estado a seres vivos. Se assim é, se a doutrina do Estado “organismo vivo” pode encontrar apoio em opiniões autorizadas, o ser vivo que por analogia mais se pode pôr em comparação com Estado é a árvore, pois que esta não pode existir sem lançar as suas raízes ao solo. O solo é o apoio indispensável às árvores como aos povos; é nele que ambos se alimentam e sem ele não poderiam viver.⁹⁸

Nas suas relações exteriores, os Estados são como seres vivos, supra-individuais, que lutam e competem em um mundo de interesses contrapostos para sua sobrevivência. São os protagonistas da política mundial, cujas ações estão além do bem e do mal. O direito pouco significa, quando os interesses vitais dos Estados estão em perigo. Por isso, na vida internacional, a necessidade não conhece a lei.⁹⁹

A geopolítica apela diretamente a todos os fatores da geografia geral, mas alguns aspectos geográficos determinam sua extensão, suas formulações e inspiram suas conclusões. É possível separar os fatores estáveis dos fatores variáveis da geopolítica. Porém, é necessário ter presente a interdependência destes fatores, bem como perceber que a estabilidade nunca é definitiva. São considerados fatores estáveis: o espaço e suas divisões, o território, a extensão, a estrutura física, a configuração e a posição. Os fatores considerados variáveis são: as populações, os recursos naturais, as formas de energia e as estruturas políticas e sociais.¹⁰⁰

Em sua concepção organicista, Kjellén entende o Estado como verdadeiramente um ser vivo. E como ser vivo o Estado luta pelo espaço, sendo a ambição do Estado “tornar-se organicamente unido ao solo.” Para ele, “o Estado nasce, cresce, e morre em meio de lutas e con-

⁹⁸ BACKHEUSER, 1952, p. 535.

⁹⁹ MARINI, 1985, p. 310.

¹⁰⁰ Para maiores detalhes, ver CELERIER, 1983, p. 17-31.

flitos biológicos, dominado por duas essências principais (o meio e a raça) e três secundárias (a economia, a sociedade e o governo)”. Diante disso Kjellén vai demonstrar como o Estado age na luta pelo espaço:

Estados vitalmente fortes com uma área de soberania limitada são dominados pelo categórico imperativo político de dilatar seu território pela colonização, união com outros Estados, ou conquistas de diferentes espécies. Foi esse o caso com a Inglaterra, e é o caso com a Alemanha e o Japão; como vedes, não é o instinto primitivo da conquista mas a tendência natural e necessária para a expansão como meio de auto-conservação.¹⁰¹

Esta tendência expansionista marcaria o fim dos pequenos Estados:

Aos Estados pequenos parece estar reservada no mundo da política sorte idêntica à que tem os povos primitivos no mundo da cultura. São repelidos para a periferia, mantidos nas áreas marginais e zonas de fronteiras, ou desaparecem.¹⁰²

De acordo com Kjellén, um Estado não possui uma política expansionista porque deseja, mas porque necessita. Portanto, é uma *condição determinística*, que faz com que o Estado para se tornar forte é *obrigado*, por sua natureza, a ser expansivo. Agindo desta forma, o Estado se torna *escravo* de seu território, e assim como outros organismos biológicos, é dotado de vida própria e necessidades relativas à sua condição orgânica

A grande contribuição de Kjellén foi elaborar o termo que define as relações entre poder político e espaço: a geopolítica. Fora isso, sua

¹⁰¹ Apud KISS, George. Geografia política na Geopolítica: recentes tendências na Alemanha. *Revista brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, out./dez. 1942, p. 152.

¹⁰² Apud KISS, 1942, p. 152.

obra é uma adaptação do pensamento de Ratzel. Kjellén considerava as fronteiras como a epiderme do Estado”; quanto às relações entre espaço e poder, pode-se sintetizar em três fases evolutivas: conquista do espaço; defesa do espaço conquistado; valorização do espaço possuído. Com isto o Estado tornaria-se forte e poderia estabelecer uma “especial esfera de influência.”¹⁰³

Outro conceito fundamental para Rudolf Kjellén é o de autarquia, entendido como uma busca pela autonomia nacional, que passa pelo domínio do território, de grandes espaços, e aproveitamento de seus recursos para formação de uma economia autossuficiente, não importando os custos econômicos diante dos ganhos políticos.

Kjellén indica que os Estados com maiores territórios, recursos e capacidades de mobilidade possuem maior vantagem, se transformarem seu potencial geográfico em poder real. É nesse sentido que a expansão da economia pode ser usada para projeção de poder frente aos rivais num sistema competitivo.

A individualidade dos Estados em termos das políticas adotadas, é enfatizado por Kjellen, dependendo se este Estado é um país exportador ou um importador, se é um país agrário ou industrializado, bem como a extensão e variedade dos recursos naturais que dispõe. Apesar de alertar sobre a importância do intercâmbio econômico entre os povos, Kjellén prefere mercados autárquicos e delimitados ao invés de livre comércio em um mercado mundial

La autarquia, por lo tanto, no es más que la individualidad económica del Estado, del mismo modo que su territorio físico es su individualidad geográfica, y su nacionalidad su individualidad étnica. La política económica se convierte en un sinónimo de la geopolítica y también coincide con la etnopolítica, que exige una población homogénea. Las economías autárquicas

¹⁰³ KJELLEN, Rudolf. Autarquia. In: RATTENBACH, Augusto B. (comp.). *Antología Geopolítica*. Buenos Aires: PLEAMAR, 1985 [1916], p. 59.

diferen nacional y geográficamente. Así, de acuerdo con la ley de la vida totalmente organizada, la personalidad del Estado se refleja en sus diversos aspectos.¹⁰⁴

Para Kjéllen a ideia de controle e ocupação de um espaço geográfico, por parte de um Estado, responde às vicissitudes da dependência das relações exteriores e dos mercados internacionais. Desta forma, a busca pela *autarquia* seria um objetivo político traçado pelo Estado em ação, para alcançar a independência política, e não uma política econômica em si, com objetivos meramente econômicos. Para isso, o controle de um território que possa fornecer os recursos necessários para depender o mínimo possível de importações seria fundamental.¹⁰⁵ Kjéllen buscava construir uma teoria empírica, sistêmica e dinâmica para a ação do Estado, na qual há também uma preocupação com o papel do Estado cuidando da economia.

PAUL VIDAL DE LA BLACHE

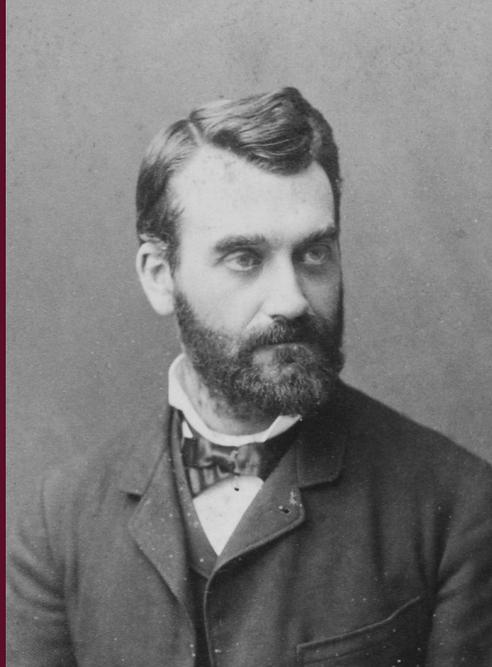
Em contraposição à geografia alemã, acusada de ter fortes conotações deterministas, surge uma nova escola geográfica na França, que tem em Paul Vidal de la Blache seu maior expoente e que vai influenciar toda uma geração de geógrafos, inclusive brasileiros. Principalmente através da revista *Annales de Géographie*, fundada em 1898, as ideias de uma nova forma de se fazer geografia vão ser propagadas.

A produção do conhecimento geográfico estava diretamente vinculada à condição política em que se vivia. Ao contrário da Alemanha, a França se unificou precocemente: a centralização do poder estava assegurada há centena de anos com o advento da monarquia absolutista.

¹⁰⁴ KJELLÉN, 1985 [1916], p. 58

¹⁰⁵ KJELLÉN, 1985 [1916], p. 62.

Formado em História e Geografia, fez doutorado na Sorbone, em história antiga. Trabalhou na Grécia, Itália, Egito e Palestina. Professor no ensino médio e na Universidade de Nancy e Universidade de Paris. É considerado o expoente máximo da geografia francesa. Durante a Comuna de Paris (1871) usou um passaporte brasileiro falso.



PRINCIPAIS OBRAS:

1872 – *Hérode Atticus. Étude critique sur sa vie*

1883 – *La terre, géographie physique et économique*

1889 – *États et Nations de l'Europe autour de la France*

1895 – *Atlas Général: Histoire et Géographie*

1898 – *La Géographie Politique. A propôs des écrites de M Frédéric Ratzel*

1902 – *La Rivière Vincent Pinzòn: étude sur la cartographie de la Guyane*

1903 – *Tableau de la géographie de la France*

1908 – *De l'interprétation géographique des paysages*

1910 – *Régions françaises*

1917 – *La França de l'Est (Lorraine-Alsace)*

1918 – *Le Bassin de la Sarre*

1922 – *Principes de la géographie humaine*

**PAUL VIDAL
DE LA BLACHE**
(1845-1918)

Do mesmo modo como a concepção geográfica de Friedrich Ratzel estava estreitamente ligado à situação concreta da sua época e da sociedade alemã, a geografia de la Blache somente será compreensível a partir, principalmente, da conjuntura do desenvolvimento capitalista francês e do antagonismo franco-alemão, que havia se fortalecido com a guerra franco-prussiana de 1871 e, especialmente, com a derrota francesa. A perda para a Alemanha das províncias da Alsácia e Lorena ficou marcada no imaginário popular francês. Perder um pedaço do território era entendido como perder um pedaço da própria nacionalidade.

A Alemanha no final do século XIX era uma potência que disputava com a França a hegemonia da Europa, culminando com a Guerra Franco-prussiana, a qual a Prússia vence. Uma das explicações aceitas é que os alemães ganharam a guerra porque tinham amplo conhecimento geográfico. Inclusive foi tornado voz corrente que “a guerra havia sido ganha pelo mestre-escola alemão”.¹⁰⁶

A partir de sua derrota, a França resolveu implantar a geografia nas escolas, em todas as séries de ensino básico, com vistas à expansão do território francês, mas principalmente, com o objetivo de recuperar os territórios das províncias de Alsácia e da Lorena, perdidos com a guerra. Por esse motivo, a geografia se desenvolve bastante nesse país. Paul Vidal de la Blache foi o primeiro geógrafo a ocupar uma cátedra universitária de Geografia na França, na Universidade de Nancy. Depois foi transferido para a Sorbonne, onde fundou a revista *Annales de Géographie*, que teve papel fundamental na divulgação das suas ideias. Mas não só na universidade: coube a Vidal a organização desta disciplina em todos os níveis do ensino; isto é, querendo ou não, todos os geógrafos franceses de então eram oriundos da matriz vidaliana.

“Paul Vidal de la Blache foi um grande intelectual das classes dominantes, nascido de uma família ligada ao aparelho de Estado fran-

¹⁰⁶ PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993, p. 45.

cês”, afirma o geógrafo brasileiro Armen Mamigonian.¹⁰⁷ Tendo acesso fácil ao poder do Estado, la Blache institucionalizou, através da universidade, uma geografia do Estado e ligada às classes conservadoras francesas. Esta atuação teve um resultado fundamental:

um autor engajado no contexto socioeconômico, histórico e (geo)político de sua época. Nesse sentido há que se destacar sua rica contribuição teórico-metodológica, a multiplicidade de seu conceito de região, o apreço por questões estratégicas pertinentes ao território nacional e suas reflexões acerca da expansão e manutenção do império colonial francês.¹⁰⁸

Nos desdobramentos da proposta teórico-metodológica de Paul Vidal de la Blache cabe destaque à a geografia regional. Ele estava convicto de que somente nos estudos regionais minuciosos é que se daria a unidade da geografia. A ideia de região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza. Este processo de historicização do conceito de região representou um fortalecimento da geografia humana.

É necessário perceber que a grande ênfase de Vidal de la Blache na geografia regional é decorrente da sua concepção geopolítica voltada à defesa dos interesses do Estado francês. Como a França havia perdido uma região para a Alemanha, era necessário fortalecer a ideia de região para que o desejo de retomar a Alsácia e a Lorena permanecesse sempre vivo junto à população. Não é mero acaso que ele se referia à perda territorial como a “mutilação de 1871”, expressão que aparece em mais de um texto seu.

A partir de Vidal de la Blache o conceito de região foi sendo humanizado; ele não concebeu nem praticou nunca a descrição regional

¹⁰⁷ MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. *CADERNOS Geográficos*. Florianópolis, nº 6, maio 2003, p. 16.

¹⁰⁸ HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012, p. 14.

como uma aplicação do mesmo sistema para todos os compartimentos do espaço. Porém, durante muito tempo sua atenção esteve voltada, com marcada preferência, para as unidades naturais. Seu critério evoluiu muito depois de aposentado: insistiu sobre a função da cidade na formação das regiões modernas.

Ao longo da sua obra Vidal de la Blache não define claramente o conceito de região. No entanto, é possível perceber que se tratava de um recorte geográfico, baseado no meio natural, mas articulado a outros recortes que formavam um “todo”. Em alguns momentos ele até trabalha com um conceito um pouco mais ampliado, quando por exemplo diz que “nosso país é uma região suficientemente variada”¹⁰⁹, referindo-se à França como uma região. Em outro momento, no mesmo texto, vai dizer que a França divide-se, de acordo com a geografia física, em cinco grandes regiões, além de outros grupos regionais periféricos.¹¹⁰

Já em 1894 defendia que “seria colocar uma venda nos olhos estudar uma região isoladamente como se ela não fizesse parte de um conjunto”. Da mesma forma explicitava o desafio de se estudar uma região: “a geografia tem diante de si um belo e difícil problema: extrair, do conjunto dos traços que compõem a fisionomia de uma região, o encadeamento que os une e, nesse encadeamento, uma expressão das leis gerais do organismo terrestre.”¹¹¹

Em seu famoso *Tableau de la géographie de la France*, de 1903, voltava a defender a necessidade da compreensão regional de forma integrada. Para ele, uma região “não vive somente de sua própria vida: ela participa de uma vida mais geral que a penetra, e a penetração destas relações gerais não pode senão aumentar com a própria civilização.”¹¹²

¹⁰⁹ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As divisões fundamentais do território francês. In: HAESBAERT et alii, 2012 [1888], p. 204.

¹¹⁰ VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1888], p. 211-212.

¹¹¹ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Prefácio ao Atlas Geral: História e Geografia. In: HAESBAERT et alii, 2012 [1894], p. 44.

¹¹² VIDAL DE LA BLACHE apud OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic; ROBIC, Marie-

Ao estudar as regiões francesas, em 1910, ressaltava a importância da urbanização e das vias de comunicações para amalgamar as regiões e formar o país. “Cidades e estradas são as grandes pioneiras da unidade: elas criam a solidariedade das regiões”,¹¹³ afirmava ele.

Num dos seus últimos trabalhos escritos e publicados ainda em vida, em 1917, Paul Vidal de la Blache demonstra a importância que reputa à geografia regional, ao propor “a renovação da França pela vida regional.” Através do fortalecimento da vida regional, “um novo fluxo de energia pode brotar.”¹¹⁴ De forma implícita reivindicava para a França “renovada” a restituição da região da Alsácia-Lorena, ou seja, a França precisaria ultrapassar o limite estabelecido. Para ele, “quando se trata de região, não é preciso procurar muito por limites. É preciso conceber a região como uma espécie de auréola que se estende sem limites bem-determinados, que encerra e que avança.”¹¹⁵ Quando Vidal de la Blache defende renovar a França a partir das regiões e diz que “tem-se a impressão de que nossa França está bem longe de ter tirado todo o partido possível de seu solo, de seu subsolo, de seu clima e de sua posição geográfica”,¹¹⁶ está agindo como um pensador geopolítico.

No ano anterior ele já havia invocado a “comunhão de sentimentos” para justificar a reintegração da região da Alsácia-Lorena ao território nacional francês “Foi assim que uma espécie de continuidade regional pôde sobreviver à separação política.”¹¹⁷

A perspectiva vidaliana mal compreendida fez com que cada as-

-Claire. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. *GE-Ografia*, ano IX, nº 18, 2007, p. 24.

¹¹³ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As regiões francesas. In: HAESBAERT et alii, 2012 [1910], p. 264.

¹¹⁴ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. A renovação da vida regional. In: HAESBAERT et alii, 2012 [1917], p. 315.

¹¹⁵ VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1917], p. 323.

¹¹⁶ VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1917], p. 331.

¹¹⁷ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. A evolução da população na Alsácia-Lorena e nos departamentos limítrofes. In: HAESBAERT et alii, 2012 [1916], p. 312.

pecto da região fosse descrito e analisado de forma isolada. Seguia-se, pretensamente, o princípio de Vidal de la Blache de que a geografia é “a ciência dos lugares e não dos homens.” Assim, o Homem não era parte integrante da região, mas apenas alguém que ocupava este determinado espaço. De qualquer forma, os inúmeros trabalhos realizados sobre a geografia regional tentavam esquadriñar todo o Globo terrestre, objetivando com isto uma visão “completa” sobre o planeta.

O pensamento geográfico francês terá como finalidade combater a geografia ratzeliana legitimadora da ação imperialista do Estado alemão. Por isso as críticas que os geógrafos franceses faziam à geografia alemã.

A crítica mais importante que é feita à Ratzel é a respeito da politização explícita de seu discurso; condenava-se o fato de as teses ratzelianas abordarem abertamente de questões políticas, ligadas ao poder. Em função de uma suposta objetividade, Vidal de la Blache teria condenado a vinculação entre o pensamento geográfico e a defesa dos interesses políticos imediatos. Acenando com o clássico argumento liberal da “necessária neutralidade do discurso científico”, a ideia era produzir uma geografia despolitizada. Portanto, a obra de Paul Vidal de la Blache estaria isenta dos aspectos políticos. Ao menos foi o que se tentou propagar.

Desfazendo a imagem equivocada de um Paul Vidal de la Blache “despolitizado”, Armen Mamigonian aponta que antes mesmo da publicação da *Geografia Política*, em 1897, por Friedrich Ratzel, o primeiro grande trabalho de fôlego de Vidal de la Blache foi *Etats et nations de l'Europe autour de la France* (1889). Como o próprio título indica, uma obra de geografia política, certamente, ou até de geopolítica. Foi uma obra produzida para entender os países limítrofes da França, “para estudar as relações entre o solo e os habitantes”. Ao longo do livro aparece bastante questões políticas e já no primeiro capítulo faz referência à questão da língua e nacionalidade no conjunto da Europa. Nos capítulos seguintes faz reiteradamente observações de geografia

política: i) o caráter político da nacionalidade suíça; ii) a significação militar e política da área de Meno, na região alemã; iii) a formação do reino da Saxônia; iv) origens coloniais da área prussiana, as anexações prussianas de 1866 e as relações da Prússia com Império alemão; v) a nacionalidade holandesa; vi) a marinha mercante e a influência política britânica; vii) a nacionalidade escocesa; viii) a nacionalidade irlandesa; ix) ligações da Inglaterra com a Europa e com suas colônias; x) as províncias do noroeste como berço da nacionalidade espanhola; xi) a Espanha e a África; xii) o caráter catalão; xiii) a unidade italiana.¹¹⁸

O mesmo autor, a partir da análise de Vicente Berdoulay, afirma que a geografia vidaliana “estava em harmonia com a política dominante da 3ª República, e se apoiava nela”, baseada no “nacionalismo e expansão colonial, de aliança burguesia-camponeses” e que tinha um objetivo: “isolar o movimento operário, de ensino obrigatório, laico e gratuito, dentro da tradição republicana.”¹¹⁹

Na verdade, o pretense discurso da neutralidade científica não passava de uma dissimulação da ideologia burguesa, temerosa do potencial revolucionário do avanço das ciências humanas.

Da mesma forma, a relação entre Vidal de la Blache e Friedrich Ratzel foi tratado para muito além de uma rivalidade acadêmica. Na verdade, o geógrafo alemão influenciou bastante o francês: “É fato conhecido que Vidal recorreu diretamente ao mestre alemão em seu período de formação, meses antes de assumir a cátedra de Geografia e História em Nancy (janeiro de 1873).” As relações entre os dois foram descritas como “das mais amistosas e frequentes.”¹²⁰

Outro texto de Vidal de la Blache que deu o que falar foi *La Géographie Politique. A propos des écrits de M Frédéric Ratzel*,¹²¹ de 1898.

¹¹⁸ MAMIGONIAN, 2003, p. 26-27.

¹¹⁹ MAMIGONIAN, 2003, p. 25.

¹²⁰ PEREIRA, Sergio Nunes. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT et alii, 2012, p. 346.

¹²¹ VIDAL DE LA BLACHE. A Geografia Política: a propósito dos escritos do sr. Friedrich

Neste artigo, ele destaca o fato de que a geografia política estava sendo deixada de lado nos estudos geográficos, ao mesmo tempo em que demonstrava simpatia e admiração pelo geógrafo alemão, que no ano anterior tinha publicado o seu famoso *Geografia Política*. Óbvio que sobreram algumas críticas à Ratzel, como por exemplo quando Vidal afirma: “na mobilidade perpétua das influências que se intercambiam entre a natureza e o homem, seria sem dúvida uma ambição prematura querer formular leis.”¹²²

Para Vidal de la Blache “geografia humana” era equivalente a “geografia política”. E esclarecia o quanto esta era dinâmica:

Os fatos da geografia política não são entidades fixas que basta registrar por uma simples constatação. Cidades e Estados representam formas que já evoluíram até chegar ao ponto em que as apreendemos, e talvez ainda estejam evoluindo. É preciso assim considera-las como fatos em movimento.¹²³

Ao mesmo tempo dava razão à Ratzel em relação a um dos conceitos mais polêmicos do geógrafo alemão: a concepção de Estado enquanto organismo vivo.

Essa expressão somente designa, por uma fórmula contundente, a lei de desenvolvimento que domina as relações do homem e do solo. Uma cidade, um Estado, no verdadeiro sentido da palavra, são expressões muito avançadas deste desenvolvimento; mas na sua origem existe um núcleo que lhes deu início, um ponto sólido ao redor do qual, por uma espécie de cristalização, agruparam-se as partes anexas. Neste sentido, parecem como seres vivos. Aqui intervém plenamente as causas geográficas.¹²⁴

Ratzel. In: HAESBAERT et alii, 2012 [1898], p. 401-420.

¹²² VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1898], p. 420.

¹²³ VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1898], p. 416.

¹²⁴ VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1898], p. 417.

Tornou-se lugar comum dizer que Vidal de la Blache criticava o caráter naturalista da obra de Ratzel, onde o elemento humano aparece quase passivamente frente às imposições do meio. A este “determinismo geográfico” ratzeliano teria contraposto o “possibilismo geográfico”, teoria que procurará mostrar a reciprocidade de influências entre o homem e o meio natural, no interior do qual a capacidade humana dota o homem de ampla “possibilidade” de dominar o meio.

No entanto, em um artigo publicado em 1913, com o título *Des caractères distinctifs de la Géographie*¹²⁵, quando Vidal de la Blache já era um geógrafo consagrado, ele vai dar mostras da sua concepção geográfica naturalista também. Afirma textualmente que a geografia está “no grupo das ciências naturais, ao qual sem nenhuma dúvida se integra.” Na sequência vai dizer que “a Geografia é considerada como se alimentando nas mesmas fontes de fatos da Geologia, da Física, das Ciências Naturais” e apenas “de certa forma, das ciências sociológicas.”¹²⁶ Por conta desta sua concepção, para ele a geografia era uma “ciência essencialmente descritiva”. Mesmo que “não seguramente renuncie à explicação”, o caminho para a produção do conhecimento geográfico tinha obrigatoriamente que “seguir minuciosamente o método descritivo”.¹²⁷ Ao não romper com a visão naturalista, Vidal de la Blache afirmava que “a geografia é uma ciência dos lugares, não dos homens.”¹²⁸

No entanto, Vidal de la Blache avança ao colocar o Homem nos “lugares”. Ao estabelecer o papel do ser humano na transformação da paisagem criou o que passou a ser chamado de “possibilismo geográfico.” Neste sentido, “é preciso dizer que nesta fisionomia o homem se impõe, direta ou indiretamente, por sua presença, por suas obras ou

¹²⁵ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectiva da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982 [1913], p. 37-47.

¹²⁶ VIDAL DE LA BLACHE, 1982 [1913], p. 37.

¹²⁷ VIDAL DE LA BLACHE, 1982 [1913], p. 45.

¹²⁸ VIDAL DE LA BLACHE, 1982 [1913], p. 47.

consequência de suas obras. Ele também é um dos agentes poderosos que trabalham para modificar as superfícies.”¹²⁹

Ao estabelecer o possibilismo, Vidal de la Blache teria dado um papel maior à história para levar em conta as maneiras pelas quais o homem se relaciona com os fatores físicos. Esta é considerada a maior contribuição vidaliana para o desenvolvimento do pensamento geográfico:

A história e a geografia são companheiras antigas que há muito tempo caminharam juntas e que, como acontece com os velhos conhecimentos, perderam o hábito de discernir as diferenças que as separam. (...) E útil, no entanto que, continuando a prestar serviços recíprocos, elas tenham nítida consciência das divergências que existem nos seus pontos de partida e nos seus métodos. A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; ela se interessa pelos acontecimentos da história à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades que sem eles permaneceriam atentes.¹³⁰

Outra crítica feita à geografia ratzeliana era uma suposta concepção fatalista e mecanicista da relação entre os homens e a natureza. Atacava assim, a ideia da determinação da História pelo meio natural. Propõe la Blache uma postura relativista no trato desta questão, afirmando que tudo o que interessa ao homem é “mediado pela contingência”.

O entendimento da geografia por Vidal de la Blache é apresentado por ele da seguinte forma:

A geografia humana não se opõe, portanto, a uma geografia que não se preocupe com o elemento humano; aliás, tal ideia só poderá ter germinado no espírito de alguns especialistas intolerantes. Traz, porém, uma nova

¹²⁹ VIDAL DE LA BLACHE, 1982 [1913], p. 46.

¹³⁰ VIDAL DE LA BLACHE, 1982 [1913], p. 46-47.

concepção das relações entre a Terra e o Homem, concepção sugerida por um conhecimento mais sintético das leis físicas que regem a nossa esfera e das relações entre os seres vivos que a povoam.¹³¹

Diante disso, vai definir o objeto da geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem, colocando o homem como um ser “ao mesmo tempo, activo e passivo”, que apesar de sofrer a influência do meio, atua sobre este meio, transformando-o. No entanto, Vidal de la Blache faz um alerta:

Em todo caso, as causas físicas, cuja importância os geógrafos se tinham anteriormente esforçado por sublinhar, não devem por isso ser desprezadas; importa sempre assinalar a influência do relevo, do clima, da posição continental ou insular sobre as sociedades humanas.¹³²

Vidal de la Blache fortaleceu o propósito humano da Geografia. Porém, sua geografia fala da população, de agrupamentos humanos, nunca de sociedade; aborda estabelecimentos humanos, mas não relações sociais; estuda técnicas e instrumentos de trabalhos, mas não o processo de produção. Discutindo a relação homem-natureza, esquece das relações existentes entre os homens.

Metodologicamente, a proposta de Vidal de la Blache não rompeu com as formulações de Ratzel; foi antes um prosseguimento destas. Vidal de la Blache era, entretanto, mais relativista, negando a ideia de causalidade e determinação de Ratzel: “Na perspectiva vidaliana, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre.”¹³³

¹³¹ VIDAL DE LA BLACHE, *Paul. Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1954 [1922], p. 27.

¹³² VIDAL DE LA BLACHE, 1954 [1922], p. 41.

¹³³ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena História crítica*. São Paulo: Hu-

O possibilismo vidaliano estava ligado a um historicismo que busca em contato próximo com a realidade estudada muito mais a sua compreensão do que sua explicação por leis gerais.¹³⁴

O grande responsável por contrapor Vidal de la Blache à Ratzel foi o historiador francês Lucien Febvre, na obra *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*, publicada em 1922.¹³⁵ Febvre criou os conceitos de “determinismo” para Ratzel e “possibilismo” para Vidal, em sua pregação por uma geografia que não falasse de Estado e sim, basicamente, de solo. Dois fortes motivos levaram Febvre a fazer esta contraposição: através do seu nacionalismo queria dialogar com seus compatriotas e fortalecer a Geografia de seu país em relação à Geografia alemã. Para isso, procurou desmerecer a contribuição de Ratzel, ao mesmo tempo em que valorizava a Escola Francesa de Geografia; ao enfatizar a dimensão política, a geografia desenvolvida por Ratzel assemelhava-se à História diplomática, militar e política então hegemônica na França e que Febvre, como um dos futuros fundadores da Escola de *Analles*, tentava suplantam.

De acordo com Guilherme Ribeiro, a intervenção de Lucien Febvre “no âmbito das ideias geográficas foi desastrosa tanto no que se refere a Ratzel quanto a Vidal de la Blache.” Ele teria criado uma polarização que simplesmente não existe, pois, ao que parece, “Vidal de la Blache nunca lançou mão do vocábulo possibilismo!”¹³⁶

É possível encontrar na obra de geógrafo francês passagens que podem corroborar a ideia de uma geografia possibilista. Já na introdução do seu já citado *Etats et nations de l'Europe autour de la France*

citec, 1981, p. 68.

¹³⁴ GARCÍA BALLESTEROS, Aurora. Vidal de la Blache en la crítica al neopositivismo en Geografía. *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*. Núm. 3, 1983, p. 25.

¹³⁵ FEBVRE, Lucien. *A terra e a evolução humana*. Introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos, 1991 [1922].

¹³⁶ RIBEIRO, Guilherme. Mito e ciência nas interpretações sobre Paul Vidal de la Blache. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, mai./ago. 2014, p. 9.

ele vai dizer que “a influência do solo não se traduz hoje diretamente nas manifestações da vida contemporânea. Essencialmente múltipla e fluída, ela circula através da vida dos povos.”¹³⁷ Mais adiante, na mesma obra, tratando da Itália escreverá que “a unidade italiana não é um desses resultados aos quais os homens são lentamente conduzidos devido à influência das causas geográficas, é uma obra de paixão e vontade.” Continuando: “a unidade italiana é o desejo apaixonado de um povo, já tornado próximo pela história e pela língua, de alcançar no mundo um lugar digno de seu passado.”¹³⁸

No entanto, outras passagens da sua obra nos leva a pensar que o possibilismo não era levado ao extremo por Vidal de la Blache, como por exemplo quando comenta a obra *Geografia Política* de Ratzel: “Os fenômenos da geografia política se modificam segundo as condições de extensão e isolamento das áreas que são o seu teatro.”¹³⁹

Com o desenvolvimento da geografia vidliana a cartografia acabou sendo uma técnica privilegiada da pesquisa e da reflexão geográfica, tendo em vista seu poder de sintetizar as relações regionais a serem estudadas. Certamente não é mera coincidência que os elaboradores de doutrinas geopolíticas formulam suas teorias a partir de elementos cartográficos.

Como a geografia ratzeliana estava profundamente ligada à política expansionista alemã, se fez querer acreditar que a geografia vidaliana se pautava por uma postura neutra. Inclusive Paul Vidal de la Blache foi acusado por uns e incensado por outros, de não fazer da política um elemento de sua proposta de geografia. Como vamos ver, não mais equivocado do que isto. Alguém que foi favorável ao Estado francês, à sua política de colonização, ao imperialismo, ao capitalismo

¹³⁷ VIDAL DE LA BLACHE apud. PEREIRA, Sergio Nunes. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT et alii, 2012, p. 346.

¹³⁸ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Estados e nações da Europa em torno da França. In: HAESBAERT et alii, 2012 [1889], p. 386-387.

¹³⁹ VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1898], p. 407.

liberal, à superioridade da civilização europeia, não pode ser considerado como alguém que não levasse em conta a política. Ao mesmo tempo em que dizia que a ciência deveria ser objetiva, defendia o direito de a França possuir colônias na África, na Ásia e na América.¹⁴⁰

No entendimento de Armen Mamigonian, “toda a obra de Vidal de la Blache está imbuída de uma visão política a serviço do nacionalismo francês”: i) opõe-se em certa medida à geografia ratzeliana alemã, criticando as colocações de Ratzel quanto à geografia política; ii) inclui a Alsácia-Lorena, então sob o domínio alemão, na França, em mais de uma de suas obras; iii) Seu livro *La France de l’Est (Lorraine-Alsace)* publicado em 1917, contribuiu para o retorno destas províncias ao domínio francês, contrariando o presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, que era contra a devolução.¹⁴¹

Há quem diga que é possível distinguir dois Vidal de la Blache: o tradicionalista defensor do local e da ligação com o solo; e o modernista, ordenador do território e mesmo um geopolítico.¹⁴² Ao que parece, no entanto, estas duas representações aparentemente contraditórias estão hermeticamente interligadas.

Guilherme Ribeiro, um especialista na obra de Paul Vidal de la Blache no Brasil, demonstra como política, estratégia e geopolítica atravessam toda a obra vidaliana.¹⁴³

Durante um bom tempo se quis fazer acreditar que a Escola Francesa de Geografia se constituiu à margem da geopolítica, da preocupação com as colônias e da defesa do Colonialismo. No entanto, seja quando discorria sobre as características físicas de uma área como condição elementar para a compreensão de sua economia, cultura e

¹⁴⁰ CAMPOS, Rui Ribeiro. Breve análise da obra “A França de Leste” de Paul Vidal de la Blache. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro, Ano 16, nº. 25, v.2, 2º semestre de 2014, p.172.

¹⁴¹ MAMIGONIAN, 2003, p. 26-27.

¹⁴² OZOUF-MARIGNIER; ROIC, 2007, p. 8.

¹⁴³ RIBEIRO, Guilherme. Território, império e nação: geopolítica em Paul Vidal de la Blache. *Revista da ANPEGE*. v. 6, 2010, p. 29-42.

sociedade, seja quando destacava a importância do mapeamento para a defesa das fronteiras coloniais, a geografia vidaliana esteve o tempo todo *articulando* ciência e política.

Vidal de la Blache também foi um participante ativo no movimento colonial. Ele acreditava que a missão francesa fora da Europa só poderia trazer benefícios aos colonizados. O primeiro benefício da intervenção francesa seria assegurar à todos a liberdade de movimentos que até então tinha sido privilégio de alguns. Em sua concepção, a penetração acontecia de forma pacífica e, além disso, aquelas civilizações estavam caminhando em direção à extinção, a exemplo de animais na África que morriam de doenças por não possuírem o acesso aos medicamentos que poderiam curá-los.

Com o surgimento do neocolonialismo, Vidal de la Blache estabelece dois aspectos importantes: i) em relação à fronteiras naturais e atritos fronteiriços. Para ele não havia fronteiras naturais delimitando regiões e territórios, mas sim atritos fronteiriços. Em todo contato entre regiões desigualmente civilizadas haveria um movimento de expansão ou recuo; ii) a ciência se beneficiaria com as informações obtidas pelos militares através de viagens de estudos técnico-militares, possibilitando um reconhecimento da localização e da topografia do terreno com a produção e retificação de mapas, bem como a coleta de dados.

Como pensador geopolítico engajado no projeto colonial francês, Vidal de la Blache participou numa questão envolvendo o Brasil. Ele assessorou, tecnicamente, a equipe governamental francesa que elaborou a defesa dos direitos da França no arbitramento internacional em que estava em jogo a fronteira territorial da Guiana Francesa com o Brasil. Esta questão foi julgada pelo governo da Suíça, que em dezembro de 1900 reconheceu o direito brasileiro sobre o território do Amapá.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Sobre esta questão ver HEINSFELD, Adelar. *As fronteiras nacionais e a imprensa na República Velha*. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 89-123.

Logo após a vitória brasileira nosso geógrafo lembrava que apesar do resultado adverso para a França, a sentença no litígio “que corria o risco de dar lugar a penosos incidentes não pode ser acolhida senão com alívio”. Lembrava também “que o eixo do nosso poderio colonial francês” estava “localizado hoje em dia na África e no sudeste da Ásia”, e demonstrando a superioridade europeia afirmava que “a questão não poderia ter, para nós, a mesma importância que tem para o Brasil.” Entretanto, salientava que a sentença desfavorável “seja para nós de consequências negligenciáveis.”¹⁴⁵

O aspecto geopolítico nas obras de Vidal de la Blache ficou explícito, definitivamente, em *La France de l'Est*,¹⁴⁶ publicado em 1917. Sintomaticamente, é uma das obras pouco conhecidas do autor. Considerado o “pai de uma geografia que considera que geopolítica não era geografia, seu último livro - ele morreu na primavera de 1918 - é um livro sobre geopolítica” escreveu Jean-Jacques Becker, ao resenhar o livro reeditado do mestre francês.¹⁴⁷

Ao preparar e prefaciá-lo a segunda edição do livro, já no final do século XX, Yves Lacoste o classifica como “um livro de geopolítica silenciado por sessenta anos”. Mais de uma década antes, Lacoste já havia dito que a “corporação dos geógrafos universitários”, dentre os quais ele estava incluído, havia esquecido sistematicamente este que era o “um grande livro” de Vidal, por que se tratava de “uma análise geopolítica de um problema que então ardia.”¹⁴⁸

Ao apresentar *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*, Lacoste apontou para o fato de que a grande maioria dos geógrafos universitários

¹⁴⁵ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. O contestado Franco-Brasileiro. In: HAEBERST et alii, 2012 [1901], p. 422.

¹⁴⁶ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France de l'Est*. Paris: La Découverte, 1994 [1917].

¹⁴⁷ BECKER, Jean-Jacques. Vidal de la Blache, Paul, *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*. *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n°48, oct./déc. 1995. p. 175.

¹⁴⁸ LACOSTE, Yves. Editorial. D'autres géopolitiques. *Hérodote: idéologie, géographie, stratégie*, n° 25, mai-juillet 1982, p. 6.

franceses se recusava a abordar os problemas geopolíticos que, em sua concepção, traduziam as rivalidades de poder sobre territórios e os homens que neles vivem. “E é a Vidal de la Blache que uns e outros se referem para ‘explicar’ que os fenômenos políticos não fazem parte da geografia, que eles não são dignos de serem estudados cientificamente, isto é, que eles devem ser excluídos do campo da geograficidade.”¹⁴⁹ O próprio Yves Lacoste que contribuiu para afastar a identificação das obras vidalianas com o fenômeno da política veio, através da segunda edição de *La França de l’Est*, desmistificar esta concepção.

Jean-Jacques Becker classifica o livro como medíocre. No entanto, busca uma justificativa para isso: “não podemos culpar Vidal de la Blache pelas fragilidades de um livro escrito por um doente, destruído pela morte na guerra do seu único filho”. Na avaliação do resenhista, parece que a língua não era um elemento base da nacionalidade para Vidal de la Blache, fazendo com que quase não falasse das diferenças linguísticas na Alsácia e na Lorena, e preferia enfatizar a vontade de viver juntos.¹⁵⁰

Com este livro, como defensor de uma potência imperialista, Vidal de la Blache poderia censurar Ratzel, por este ser um geógrafo defensor da Alemanha; não o fez, o que demonstrava que a polarização criada entre ambos, pelo historiador Lucien Febvre, não existia.

No livro, Vidal de la Blache desenvolve uma geopolítica francesa ao centrar a problemática em torno da Alsácia e Lorena, que há muito eram disputadas entre França e Alemanha, ao mesmo tempo em que fez duras críticas à geopolítica alemã originada em Ratzel e a suas tendências expansionistas.

Nesta publicação escrita, não por acaso, durante o auge da Primeira Guerra mundial, embora já no primeiro parágrafo, Vidal alertou que não era uma “obra de circunstância”¹⁵¹, o geógrafo francês sustenta

¹⁴⁹ LACOSTE, Yves. Préface. In: VIDAL DE LA BLACHE, 1994, p. VII.

¹⁵⁰ BECKER, 1995, p. 176.

¹⁵¹ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 01.

que a história da Europa é formada pela mistura de raças, pregando um multiculturalismo e sustentando uma posição contra a xenofobia, em nome das noções de liberdade e justiça. Rejeitava assim a ideia da superioridade racial e do reconhecimento de lutas passadas. Defendia que para a recuperação da paz e o desenvolvimento do capitalismo europeu, era preciso reestabelecer o *status quo* existente antes da unificação alemã e da guerra Franco-prussiana. Surgiria assim, um expansionismo externo que respeitasse as conquistas históricas dos impérios e se estruturasse a partir de acordos internacionais.

Vidal de la Blache estava analisando um *front* geopolítico conflituoso no momento da própria redação do livro que era a então chamada de Grande Guerra. Segundo ele, a Alsácia-Lorena era um grande espaço político que estava integrado há muito tempo à nação francesa, de acordo com um modelo de adesão pacífica, bem oposto ao sistema coercitivo alemão, que tomou a região a força em 1871. Por isso, *La France de L'est* tentava convencer os aliados da França na Grande Guerra da necessidade de integrar novamente a Alsácia-Lorena à França, no caso da vitória. Esta região, antigamente francesa, mas de fala alemã, fazia com que o presidente estadunidense Wilson parecia não concordar com a volta dela à França, por ser culturalmente germânica. Então Vidal de la Blache demonstrou, com argumentos humanos, históricos, políticos e econômicos, por que esse território fazia mesmo parte da França e tinha que se juntar a ela novamente, mostrando a existência de redes urbanas antigas ligando-a ao leste da França.

Ao longo do livro Vidal de la Blache faz poucas alusões em relação às diferenças entre as populações de língua francesa e aquelas de língua alemã da população que habitava a Alsácia e a Lorena. Mesmo com uma língua diferente, Vidal de la Blache procurava mostrar e convencer que a região anexada pela Alemanha era “profundamente francesa” e que a “vida social, nas cidades, de Metz e Nancy como em

Estrasburgo e Colmar, era impregnada de civilização francesa, no contato como nossos escritores e nossos filósofos.¹⁵²

No estado de fervor patriótico no qual se encontrava a população francesa antes, e mais ainda, durante a guerra, não era fácil fazer alusão ao fato de que o francês não era a língua materna da maioria dos alsacianos e da população da Lorena anexada, visto que era sobre esta constatação que se fundamentava a tese alemã para justificar a anexação de territórios de língua alemã.¹⁵³

De acordo com Jacques Ancel, em *La França d’Lest*, o geógrafo francês contrapunha seu conceito de “gênero de vida” ao de “posição” dos geopolíticos alemães, inspirados em Ratzel. Enquanto a França reivindicava a Alsácia-Lorena a partir do modo de vida rural de seus habitantes, de seus sentimentos democráticos e de sua ligação com a Revolução Francesa, a Alemanha partia do princípio de sua “posição central” na Europa, o que, segundo os alemães, justificava o seu direito de estender-se até aquela região. Na Alsácia-Lorena existiria um claro sentimento a favor da democracia nacional francesa, e este deveria ser o critério para a definição das fronteiras, e não aquele baseado exclusivamente na estratégia dos Estados e no poder militar.¹⁵⁴

Para a Alemanha, a região anexada ao final da Guerra Franco-Prussiana, provocando na expressão dolorida de Vidal de la Blache “a mutilação de 1871”, significava o aumento do seu “lebensraum”, o que não teria o mesmo significado para os franceses. No dizer do geógrafo alemão Arthur Dix, “na realidade, a posse da Alsácia-Lorena não constituiu para a França um problema absolutamente vital”.¹⁵⁵

Na visão de Paul Vidal de la Blache, o camponês alsaciano não ad-

¹⁵² VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 03.

¹⁵³ LACOSTE in: VIDAL DE LA BLACHE, 1994, p. XII.

¹⁵⁴ ANCEL apud COSTA, p. 1992, p. 103.

¹⁵⁵ DIX apud COSTA, 1992, p. 114.

mitia perder o que considerava como seus direitos, baseado em “um sentimento enraizado de justiça que inspira nele o espírito democrático.” A democracia não era uma característica do Império Alemão. Por sua vez, na Lorena, cujas atividades econômicas eram mais diversificadas, não sendo somente agrícola, “as relações dos habitantes dão a impressão de uma sociedade homogênea cujas classes se sentem solidárias.”¹⁵⁶

Para Vidal de la Blache, historicamente “a sombra da França se projetava cada vez mais sobre essas regiões” incluindo as mesmas na “unidade francesa”. Desta forma, “a França trouxe às regiões incapazes de estabelecer sua segurança e de garantir sua própria defesa, a proteção e a garantia de sua força.” E o mais importante: levou a justiça francesa, igual para todos, segundo ele. Tudo isso possibilitou que, na imaginação das massas populares, elas se identificassem com a autoridade da França. Como resultado, se a diferença de língua se apresentava como uma barreira, havia uma linguagem comum que todos entendiam: o da justiça uniforme. Foi a França que pela primeira vez fez ressoar essa linguagem na Alsácia.¹⁵⁷

Os desdobramentos da Revolução Francesa de 1789 na Alsácia e Lorena teria provocado “uma comunhão de ideias e de sentimentos com o restante da França.” A cultura germânica não teria impedido a extensão das características francesas sobre aqueles territórios: “a união foi um ato lentamente preparado, pacientemente amadurecido; fruto de uma boa vontade recíproca.” Portanto, fazia uma defesa das mudanças provocadas pela Revolução Francesa como uma justificativa para a manutenção dessas regiões pela França. A Revolução soldou a união da Alsácia e da Lorena ao restante da França, que ela acentuou a diferença com o estrangeiro. Desta forma, “a fronteira se tornou uma fronteira moral.”¹⁵⁸

¹⁵⁶ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 17 e 42.

¹⁵⁷ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 45 e 52.

¹⁵⁸ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 64-68.

Há para os povos, bem como para os indivíduos, uma idade de maturidade, na qual os traços se fixam e a fisionomia definitiva se compõe. O período revolucionário foi o sinal dessa metamorfose. Foi uma época de gênese, como a gente se depara de vez em quando na vida dos povos. Ela consiste em mudar o conjunto de indivíduos, de vassalos, de membros de comunidades restritas, em cidadãos de um grande Estado. [...] De cima para baixo da escala social, cada um se sente afirmado na consciência de sua dignidade de homem: o camponês sobre sua terra, o operário à oficina, o militar ao exército.¹⁵⁹

Vidal apelava para o sentimentalismo, ao identificar nos pequenos proprietários fortificados pela Revolução Francesa uma classe de “detentores apaixonados do solo nacional”. Desta forma, “tanto na guerra quanto na paz, se afirma uma personalidade regional que, com plena consciência dela mesma, tem livremente anunciado sua adesão à grande pátria. Ela tira sua força tanto do passado quanto do presente.”¹⁶⁰ Como resultado, os acontecimentos, “os mais dolorosos que se possam imaginar”, acabaram formando uma “comunidade de sentimentos”. Desta forma, “uma espécie de continuidade regional pôde sobreviver à separação política.”¹⁶¹

Ao analisar a geopolítica europeia, Vidal de la Blache apontava para o fato de que a Alemanha era o Estado mais bem localizado para a dominação de grande parte do continente, e que por isso alimentava pretensões de hegemonia.

Entre uma França desamparada, uma Inglaterra não desiludida do germanismo, uma Rússia ainda hesitante sobre sua política externa, as ambições do novo

¹⁵⁹ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 80-81.

¹⁶⁰ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 105.

¹⁶¹ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 150.

Império podem dar livre curso. Pela primeira vez uma grande potência militar e econômica está instalada no centro de Europa, dispondo de vias que se cruzam.¹⁶²

Nosso autor acusava a Alemanha de estar agindo fora dos princípios políticos de “cunho civilizatório” da Europa. Por isso, se opunha aos métodos germânicos de extensão territorial, de poderio militar e de exploração de recursos naturais. Ele enxerga na ameaça alemã a possibilidade de uma aliança continental com as forças do leste e do oeste europeu. Ao elaborar esta análise, colocava em cena um ator geopolítico já previsto pelo inglês Halford Mackinder: a Rússia. Mas diferentemente do geógrafo inglês, Vidal se opunha a isolar o então império dos Czares, conclamando-o a participar da “comunidade europeia”.¹⁶³

Diante do espetáculo desses formigueiros humanos, dessas cidades por todos os lados aumentando, sucede ao observador de se perguntar se não estaria assistindo a formação de alguma coisa nova, de um Estado ultrapassando os quadros que a história parecia ter destinado à maioria dos Estados da Europa, capaz de disputar, um dia, mesmo com a Rússia, a vantagem da extensão. Se esse pensamento viesse a acometer o espírito do visitante, considere se ele se arraigasse no espírito da Alemanha! O crescimento no sentido material, a extensão, *Raum*, segundo a expressão de seus teóricos de geografia política, é a medida da vitalidade e da saúde de um Estado. Se, portanto, a Grã Bretanha, a França, a Rússia encontraram na África e na Ásia seu campo de expansão, o da Alemanha está principalmente designado em seu entorno imediato: ele consiste em uma cintura de Estados abrigados em seus flancos, em uma clientela unida por uma estreita combinação de interesses à ascendência de sua força.¹⁶⁴

A posição geográfica (*lage*, expressão tão cara à geopolítica) da Alemanha no centro da Europa, dava a ela um feixe de vias de comuni-

¹⁶² VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 196.

¹⁶³ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 213.

¹⁶⁴ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 197.

cação em todas as direções. Esse país possuiria ainda diversos gêneros de ambição (econômicos, científicos, políticos) e “Uma superioridade implica em outra; ela é um signo; ele cria um direito. [...] Do prestígio da glória militar e do renome de suas universidades, combinados em um bloco indissolúvel, se constituía uma grande emanção de influência.”¹⁶⁵

Vidal de la Blache visualizava uma geopolítica do futuro, ao prever a formação de blocos de países. Estes blocos, ou em suas palavras, “agrupamentos”, seriam formados “não sob o império das necessidades efêmeras, mas como uma assistência mútua contraída visando o futuro. A noção de grupos tende a substituir à noção de Estado na condução dos assuntos mundiais.”¹⁶⁶

O lado nacionalista da geopolítica de Vidal de la Blache aflora ao projetar a vitória na Grande Guerra que estava acontecendo naquele momento da França sobre a Alemanha suplantando a influência desta.

A guerra deu início à refutação; as obras de paz devem terminá-la. A partir de então, grandes tarefas se apresentarão. A França terá de prestar contas perante o mundo pelos recursos naturais que já possui e por aqueles que têm a legítima ambição de adquirir. Seria injustiça supor que ela possa falhar nessa tarefa.¹⁶⁷

Outro aspecto a ressaltar na concepção geopolítica vidaliana é o colonialismo. No último capítulo de *La França d'est* chamado “Nossas colônias”, fez referências às colônias francesas na África e Ásia, do mesmo modo que sempre tratou esse assunto: “nossa” África do Norte, “nossa” Cochinchina. Por causa da Grande Guerra que ocorria na Europa, pediu atenção sobre a atitude das colônias para com a metrópole, pois a França havia utilizado contingentes “coloniais” tanto nos

¹⁶⁵ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 199.

¹⁶⁶ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 205.

¹⁶⁷ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 217.

campos de batalha quanto nas indústrias da guerra. Para Vidal de la Blache as potências coloniais deveriam tirar uma lição durável desse fato, que lhes serviria de regra. E como não poderia deixar de ser, chama a atenção sobre seu país: “A França em particular, cujo domínio colonial compreende populações de religiões diversas, colocadas nos degraus os mais desiguais de civilização, a maior parte tendo sua história e suas tradições próprias, é chamada a refletir conscienciosamente sobre seus métodos.”¹⁶⁸

Pensando no futuro da França, Vidal de la Blache tentava fazer uma prospecção geopolítica. Por isso o país “deve exercer dignamente sua dominação”. Ficava escancarado sua preocupação com a manutenção do colonialismo: “este Império colonial merece ocupar a atenção e os esforços, não de alguns especialistas, mas da França inteira. Ele representa nosso futuro no mundo.”¹⁶⁹

Ao concluir o livro, ele deixava explícita sua preocupação que é a de todo pensador geopolítico clássico: o fortalecimento do Estado nacional. Afirmava ele: “depois de nossas revoluções e guerras, caberá ao empreendedorismo e à cooperação de esforços que dele faz parte, reforjar, de um metal sólido, a unidade francesa.”¹⁷⁰

É possível dizer que Vidal de la Blache formulou uma geopolítica para a França, que depois foi seguida e aperfeiçoada por seus discípulos e seguidores: tratou da dimensão política de fenômenos espaciais de seu país e para seu país. Não tratou somente da política territorial francesa; também fez uma análise geográfica de economia, agricultura, indústria, população e cidades. Ao assumir a defesa de uma estratégia para ser utilizada pela França, fez, de fato, uma geopolítica e não uma mera geografia política.

¹⁶⁸ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 258.

¹⁶⁹ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 260-261.

¹⁷⁰ VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], p. 265.

Os sistematizadores do conhecimento geopolítico elaboraram suas doutrinas de acordo com os pressupostos políticos de sua época, onde se preconizava a presença de um Estado forte. Como “Homens de Estado”, Friedrich Ratzel, Aldred Thayer Mahan, Halford Mackinder, Rudolf Kjellén e Paul Vidal de la Blache empreenderam seus esforços intelectuais para fortalecer seu Estado nacional, e para que o mesmo ocupasse uma posição proeminente no sistema internacional. Assim, Ratzel, Mackinder, Kjellén e Vidal de la Blache procuraram defender a posição de seus Estados no sistema de equilíbrio político da Europa, ao passo que Mahan procurou fazer com que no palco do mundo, um Estado que até então ocupava o papel de figurante - os Estados Unidos da América - se convertesse em ator principal.

As ideias destes pensadores, responsáveis pela sistematização do conhecimento geopolítico terão continuidade durante a maior parte do século XX. Inúmeros pensadores vão desenvolver concepções geopolíticas a partir das premissas estabelecidas por estes “próceres”, influenciando o destino dos países e dos povos.

A sequência dos clássicos

AS IDEIAS DE ALGUNS SISTEMATIZADORES DO CONHECIMENTO geopolítico não tiveram grande impacto na vida política de seus países, enquanto viveram, mas, posteriormente, ganharam a admiração de outros pensadores que os seguiram, cujas teorizações terão um impacto significativo no mundo de então. Dentre os inúmeros pensadores que deram continuidade às concepções geopolíticas consideradas clássicas, aqui serão destacados quatro: Karl Haushofer, Alexander Sebersky, Nicholas Spykman e Zbigniew Brzezinski.

KARL HAUSHOFER

Karl Haushofer, nascido em Munique, ingressou no exército alemão em 1889, alcançando o generalato. Em missão diplomática esteve no Japão entre 1908 e 1910, onde teve a oportunidade de admirar a unidade nacional japonesa, a sua disciplina e a orientação militarista, além da obediência e devoção quase cegas com que o povo seguia

os seus líderes. Nesta viagem aproveitou para visitar a Índia, Coréia e China. Na volta à Alemanha, escreve sobre o Japão e o Pacífico.

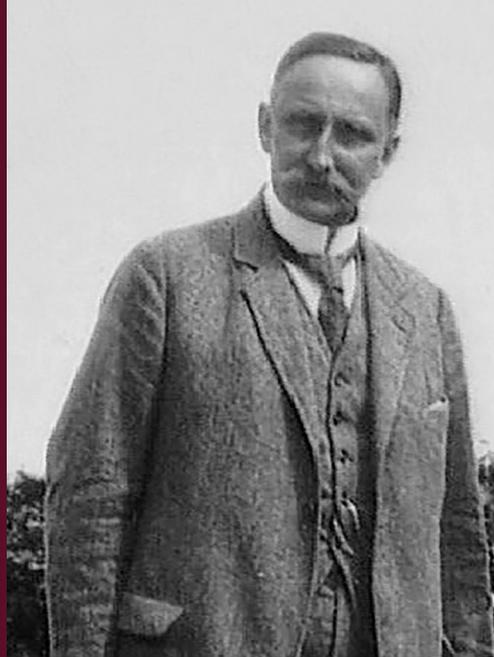
O pensamento de Haushofer descende em linha direta das teses de Ratzel e Kjellén, com uma concepção organicista de Estado. Além disso, endossou as ideias de Mackinder e de Mahan, adaptando-as aos objetivos nacionais da Alemanha. Os comentadores sobre as concepções e obras de Haushofer são unânimes em afirmar que Halford Mackinder influenciou sobremaneira o pensamento do geopolítico alemão. Sobre isso, o geógrafo russo-francês Jean Gottmann lamenta que teorias “elaboradas por um grande patriota para servir seu país, fossem postas a serviço dos grandes desígnios de um outro e, de fato, sobretudo contra o país de Mackinder. É o perigo de toda doutrina”.¹

Haushofer reunia as características do militar e do acadêmico: além dos conhecimentos de estratégia militar inerentes à sua sua formação de alta patente e ao exercício de docência na academia militar, era detentor de significativas credenciais acadêmicas. Em 1913, na Universidade de Munique, sob a orientação do professor August von Drygalski, fez um doutoramento, com a tese “A participação dos alemães na exploração geográfica do Japão e do seu espaço: influência da guerra e da política militar sobre este empreendimento”. Em função da eclosão da Primeira Guerra Mundial seus trabalhos acadêmicos foram interrompidos e ele foi convocado, combatendo nas batalhas da frente oriental e, principalmente, na frente ocidental, ocorridas nas regiões francesas da Picardia, Alsácia e Lorena.

Com o armistício, em 1919 foi nomeado professor do Instituto Geográfico da Universidade de Munique. Seus escritos tornaram-se rapidamente populares na Alemanha, tendo também um certo reconhecimento internacional, inclusive sendo admitido como membro da *American Geographical Society*.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Haushofer conheceu Rudolf Hess na frente de batalha oriental. Destroçado moralmente pela

Militar, professor, político, tornou-se geógrafo com 50 anos. Casado com uma judia, sua esposa e filhos receberam o certificado de “arianos honorários”, por influência de Rudolf Hess, o “vice” de Adolf Hitler. Ao final da Segunda Guerra Mundial suicidou-se com a esposa, tomando arsênico.



PRINCIPAIS OBRAS:

1913 – *O Grande Japão*

1924 – *Geopolítica do Oceano Pacífico*

1927 – *A importância geográfica e política das fronteiras*

1928 – *Blocos de construção para geopolítica*

1932 – *Geoestratégia*

1933 – *O desenvolvimento do Japão como potência mundial e imperial*

1934 – *O pensamento nacional-socialista no mundo*

1934 – *Política mundial de hoje*

1939 – *A política cultural alemã no espaço indo-pacífico*

1941 – *Geopolítica de defesa: noções básicas de geografia*

1941 – *O bloco continental: Europa Central, Eurásia, Japão*

1943 – *O Reich: o gigante alemão no Ocidente*

KARL HAUSHOFER

(1869-1946)

derrota da Alemanha e pela imposição dos termos humilhantes do Tratado de Versalhes – afirmou posteriormente que a Alemanha tinha perdido a guerra porque os seus líderes não tinham nenhum conhecimento de geopolítica.

No meio acadêmico, como professor de Geografia na Universidade de Munique, onde Rudolf Hess foi seu aluno, encontrou ambiente propício para expor suas ideias que vão contribuir para o reerguimento do país.

Em 1923 veio a consagração definitiva da “nova ciência”, quando Karl Haushofer, de Munique, juntamente com os professores E. Obst, de Hannover, com a colaboração efetiva de H. Lautensach, de Hannover, F. Termer, de Würzburg, e Otto Maull, de Frankfurt, lançaram importante revista especializada, a *Zeitschrift für Geopolitik* que dentro em breve teria papel decisivo nos destinos da Alemanha.

Também em 1923 ocorre o famoso *putsch* da cervejaria, onde Adolf Hitler tenta dar um golpe e é preso. Haushofer foi visitá-lo na prisão de Landsberg, onde Hess o apresentou ao futuro chefe da Alemanha nazista.

Nas conversas com o líder nazista, Haushofer percebeu que as sanções impostas em Versalhes à Alemanha, uma potência mundial natural com uma população grande e avançada, que lhe retiraram parte do território, fez com que a necessidade de aumentar o “espaço vital” era maior do que nunca.

Andreas Dorpallen, um especialista sobre a obra de Haushofer, afirma que:

No curso dessa visita, Hitler foi iniciado nos mistérios da Geopolitik. Ali Haushofer pontificou sobre a necessidade do “espaço vital” e deu a Hitler um de seus mais efetivos argumentos para suas subseqüentes loucuras.²

² DORPALLEN apud COSTA, 1992, p. 123.

Inclusive há suspeitas que diversas passagens de *Mein Kampf* – Minha Luta – de Hitler, notadamente o 14º capítulo, são na verdade, de autoria de Haushofer. Neste capítulo estão definidos os objetivos da política exterior nazista, bem como o conceito que Hitler tem do *Lebensraum* – o espaço vital. A ser verdade, muitas das ideias expansionistas de Hitler nada mais eram do que as ideias do próprio Haushofer. No entanto, outros estudiosos argumentam que é duvidoso que Haushofer tenha sido um ardente nazista. Andréas Dorpallen, por exemplo, prefere acreditar que as ligações de Haushofer com os nazistas era no nível das ideias que tinham em comum em torno da política alemã.³ Para Hans Weigert, as ligações de Haushofer eram muito mais fortes com o exército alemão, do que com os nazistas, a cujo partido nunca pertenceu, até por que não podia pertencer, devido a origem judaica de sua esposa.⁴

De qualquer forma, mesmo que não tenha pertencido ao NSDAP – Partido nacional-socialista dos trabalhadores alemães – fica fora de dúvida a importância de Karl Haushofer para a projeção da Alemanha. Neste sentido, Octavio Tosta diz que:

Não se sabe exatamente até que ponto os conhecimentos de Haushofer influenciaram as ideias de Adolf Hitler. O fato é que o Estado-Maior alemão simpatizava amplamente com a tese de Haushofer, e certamente o capítulo XIV do *Mein Kampf* contém muitos pontos de vista do mestre alemão. A verdade fundamental e incontestável é que Haushofer, diretamente em uns casos e de modo indireto em outros, coordenou, integrou e racionalizou todo o campo da Geografia comparada para uso do *Führer*.⁵

³ DORPALLEN apud COSTA, 1992, p. 123.

⁴ WEIGERT, 1944, p. 152-159.

⁵ TOSTA, Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984, p. 62-63.

Na obra *Geopolítica do Oceano Pacífico*, publicada em 1924, Haushofer explicita sua concepção geopolítica ao demonstrar a ideia de que a Alemanha e o Japão eram sócios naturais na luta contra a Inglaterra e que, portanto, deveriam chegar a uma aliança. Previa um deslocamento no equilíbrio internacional do Pacífico, onde Estados Unidos e Japão disputariam a posse dos fragmentos restantes dos impérios britânico, holandês e francês.

Em 1931 Haushofer fundou a Associação de Estudo de Geopolítica - *Arbeitsgemeinschaft für Geopolitik*. Após a ascensão de Hitler ao poder, essa Associação de Geopolítica foi transformada, em 1934, no Instituto de Geopolítica de Munique.⁶

Segundo Thorndike Jr, o Instituto deve ter executado uma série de trabalhos geopolíticos que normalmente teria sido fruto de uma seção de pesquisas de um Estado Maior Alemão que, na época, encontrava-se dissolvido pelo Tratado de Versalles.⁷

Em 1934, ao defender a ampliação do *Lebensraum* alemão, Haushofer escreveu:

Uma grande nação tem de romper de um espaço singularmente estreito, amontoado de gente, sem ar fresco, um espaço vital acanhado, e mutilado há um milênio... a menos que toda a terra se abra à livre imigração dos povos melhores e mais capazes ou que os espaços vitais ainda não ocupados sejam redistribuídos segundo as realizações anteriores e a capacidade de criar.⁸

Haushofer, já no final da vida, após a derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial, procurou negar que tivesse tido influência na redação da “bíblia” do nazismo:

⁶ TOSTA, 1984, p. 60.

⁷ THORNDIKE, 1943, p. 19.

⁸ Apud KISS, 1942, p. 154.

Eu vi o livro *Mein Kampf* pela primeira vez quando seu tomo I já estava impresso e recusei-me a fazer sua crítica porque ele nada tinha a ver com a geopolítica [...] Evidentemente não tive nenhum papel em sua elaboração e penso que uma comparação científica de meu estilo com o desse livro afastará de mim toda suspeita de ter nele colaborado – suspeita que foi manifestada pela imprensa popular.⁹

Indiferente à participação de Haushofer na redação do *Mein Kampf*, foi sob sua direção em 1934 foi organizado o Instituto de Geopolítica de Munique, onde se traçaram as diretrizes geopolíticas que foram utilizadas pelo expansionismo nazista. O conceito elaborado por aquele instituto era:

A geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto. Assim, a geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado.¹⁰

Dois aspectos chamam a atenção neste conceito: a geopolítica é uma ciência que se converte numa arte; e como o Estado é um organismo vivo, ele tem uma consciência: a consciência geográfica que é a própria geopolítica.

Por sua vez, Haushofer também elabora um conceito de geopolítica. Para ele, “geopolítica es la base científica del arte de la actuación política en la lucha pela vida o muerte de los organismos estatales por el espacio vital (Lebensraum)”.¹¹

⁹ Apud MELLO, 1999, p. 90.

¹⁰ Apud SILVA, 1967, p. 29.

¹¹ Apud WEIGERT, 1943, p. 25.

Estes dois conceitos estão relacionados ao que se convencionou chamar de *geopolitik*, ou seja, a forma como na Alemanha foi tratada a relação entre o Estado e o “espaço vital”.

Então é necessário demarcar as fronteiras da discussão teórica e distinguir claramente a diferença entre geopolítica e *geopolitik*, o que remete à fronteira que separa ciência e ideologia. A *geopolítica* é um ramo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e as interações entre o Estado e sua geografia. Esta disciplina possuiu um acervo de conhecimentos teóricos e empíricos que pode ser utilizado no planejamento da política de segurança de um país no que se refere a seus fatores geográficos.

Oriunda da geopolítica, a *geopolitik* alemã transformou-se numa pseudociência, numa ideologia geográfica, manipulada por alguns círculos político-militares para legitimar a política de poder do III Reich. Era uma doutrina justificadora da conquista do “espaço vital” e instrumento que pretendia racionalizar a política de agressão e do expansionismo territorial nazista. Assim, a *geopolitik* alemã foi um subproduto ilegítimo da geopolítica.

Mesmo que não fizesse parte do partido nazista, a política imperialista agressiva adotada pelo regime nazista é coadunada pelas ideias de Haushofer, que assim justificava o expansionismo alemão:

Alemania, más que cualquier otro país, anhela una revisión de sus fronteras. Con su territorio natural mutilado y sus límites indefensos a causa de la neutralización, muchos de sus hijos viven en lo que es ahora suelo extranjero. Francia ha incorporado a su territorio – con Alsacia – grandes poblados alemanes. Checoslovaquia y Polonia tienen cientos de miles de alemanes dentro de sus fronteras. Estas condiciones han de conducir necesariamente a rozamientos político-mundiales.¹²

¹² HAUSHOFER, Karl. Poder y Espacio. In: RATTENBACH, Augusto B. (Comp.). *Antología Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar 1985 [1941], p. 94.

O pacto de não agressão, entre Alemanha e União Soviética, conhecido como acordo Ribbentrop-Molotov, firmado em 23 de agosto de 1939, teria sido uma vitória pessoal de Haushofer, que disputava com outro grupo, junto à Hitler, a responsabilidade na formulação da estratégia alemã. Trabalhando com o conceito de *heartland*, embora no sentido oposto ao de Mackinder, Haushofer defendia que “é preciso aprender com o inimigo”, minimizando assim as diferenças ideológicas entre o nazismo alemão e o socialismo soviético, em função da “aliança natural” entre os dois grandes Estados para se contrapor ao império britânico.¹³

O próprio Haushofer vai se referir a formação deste bloco euro-asiático, como uma “compacta unidade geopolítica”, abrindo para a Alemanha enormes possibilidades de ampliar o seu “espaço vital”. Toda a Europa centro-oriental ficaria na órbita de influência deste novo espaço geopolítico.

Quando em julho de 1941, Hitler resolve atacar a União Soviética, estava contrariando as concepções estratégicas de Haushofer, que previa a impossibilidade de sucesso ao abrir-se duas grandes frentes de batalhas, ao invés de manter a aliança, apoiando-se nos fundamentos da geopolítica mackinderiana. Também caía por terra a tese, largamente alardeada pela imprensa norte-americana, que Hitler seria “prisioneiro de um grupo de notáveis geopolíticos”.

Tal como Halford Mackinder na Inglaterra, Karl Haushofer acreditava que os líderes políticos deveriam aprender as relações que a geografia tinha com a política internacional. Misturando o darwinismo social de Ratzel, seu herói intelectual, e as ideias de Mackinder, que admirava, Haushofer reduziu a complexidade das relações internacionais a algumas leis e princípios básicos que promoveu constantemente. A política internacional era uma luta incessante pela sobrevivência entre

¹³ MELLO, 1999, p. 79.

Estados que competiam entre si. Para sobreviver, a Alemanha tinha que ampliar o seu *Lebensraum* – o espaço vital. A melhor maneira de conseguir isso era fazer uma aliança com a União Soviética. Haushofer era partidário de que “el espacio rige la historia de la humanidad”.¹⁴ Ao defender a necessidade da ampliação do espaço vital alemão, dizia que

las potencias del mundo quedan divididas en dos grupos fundamentales distintos: por una parte, aquellas que tienen mucho más espacio del que alguna vez podrían dominar y, por otra, aquéllas que cuentan con menos espacio que el que debieran tener para alimentar en forma adecuada a su población actual.¹⁵

Os geopolíticos nazistas dos anos 1930 desenvolveram esquemas formais para combinar povos imperiais e colonizados naquilo a que chamaram “pan-regiões”. Apesar dos termos rebuscados com a finalidade de ultrapassar as relações político-econômicas da época, aquelas cartografias expressavam de forma extrema a suposição que o mundo era constituído por agrupamentos raciais que podiam ser divididos claramente em dois “tipos” de povos: um existia primariamente para servir o outro. Raças dominantes e subordinadas eram agrupadas territorialmente nas “pan-regiões”.

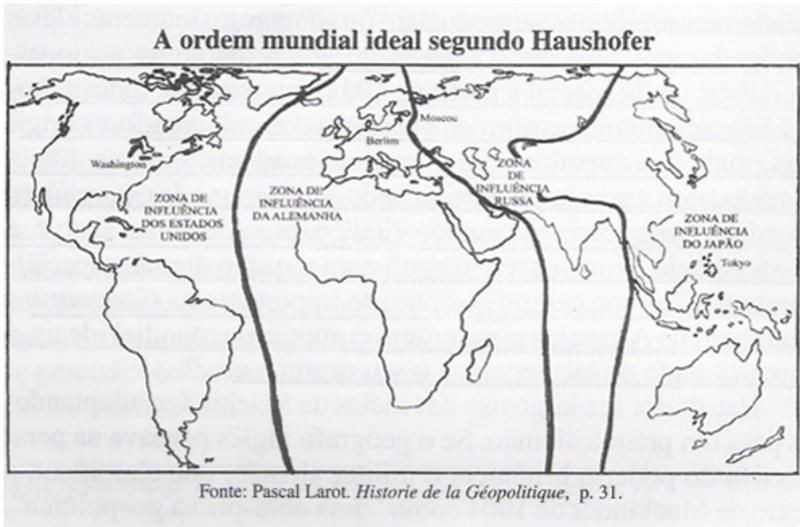
Assim, na visão haushoferiana, a partir da aliança Alemanha-União Soviética-Japão, era possível constituir três grandes “pan-regiões”: a *Euráfrica*, que englobaria a Europa, a África e o Oriente Médio, que estariam sob a órbita de influência alemã; a *Pan-Ásia*, composta pela China, Coréia, Sudeste Asiático e Oceania, que ficariam sob o domínio japonês; e a *Pan-Rússia*, formada pela Rússia, Irã e Índia, e que estaria sob a influência Soviética.

¹⁴ HAUSHOFER, 1985 [1941], p. 85.

¹⁵ HAUSHOFER, 1985 [1941], p. 87.

Além disso, todo o continente americano, sob domínio dos Estados Unidos, formaria uma quarta “pan-região”: a *Pan-América*.

Entre las potencias que cuentan con grandes espacios hay algunas que podrían integrar, si no desarrollar, y ocupar por entero sus territorios, ya sea inmediatamente o en un futuro próximo. Otros siempre serán incapaces de dominarlos. Esto se aplica a extensas zonas de Suramérica, Africa y Asia.¹⁶



Como se percebe, Haushofer identificava uma incapacidade de domínio de espaço nas nações Sul-americanas. Na sua concepção, “la carência de domínio del espacio fue una de las desafortunadas herencias que los Estados sudamericanos recibieron de la madre patria”, uma vez que os impérios português e espanhol não souberam dominar seus espaços, perdendo território e poder. Especificamente sobre o nosso país, o general alemão afirmava: “El problema de las emigraciones ale-

¹⁶ HAUSHOFER, 1985 [1941], p. 87.

mana, italiana y japonesa en el Brasil es, en último análisis, el corolário de la falta de dominio del espacio.”¹⁷

No final da década de 1930, Haushofer passou para um segundo plano o conceito geopolítico de pan-região, concebendo outro. No início dos anos 1940 passou argumentar que seria de fundamental importância a construção de um bloco continental da Alemanha, passando pela União Soviética, até o Japão, para servir como um forte contrapeso ao poder global britânico. Esse novo *heartland* seria constituído pelo mútuo acordo entre as três potências.

Na concepção de Haushofer a aliança com a União Soviética seria extremamente importante para a Alemanha, pois reputava ao tamanho do território uma condição fundamental para a sobrevivência do Estado.

La profundidad de su espacio, permite hoy a la Rusia soviética trasladar suas industrias hacia el Este, fuera del radio de acción de los bombardeiros e enemigos. Poderosos por su espacio y por las reservas de espacio que todavía disponen, los Estados Unidos pueden seguir una política fuerte, que supone una estricta no intervención en su territorio, pero reclama el derecho a intervenir en los asuntos de otras naciones del mundo.¹⁸

Os desdobramentos das atitudes de Adolf Hitler destruíram o sonho geopolítico de Haushofer, ao ordenar a invasão da União Soviética pela Alemanha, em 22 de junho de 1941, na Operação *Barbarossa*.

A invasão da União Soviética foi totalmente contrária aos argumentos de Haushofer pelo acordo mútuo do bloco continental e representou o evento decisivo para a demonstração de que os nazistas usavam a geopolítica como instrumento de propaganda e não como ciência que guiava a sua política externa. Pouco mais de um mês antes

¹⁷ HAUSHOFER, 1985 [1941], p. 88.

¹⁸ HAUSHOFER, 1985 [1941], p. 91.

da Operação *Barbarossa*, Haushofer perdeu a proteção que desfrutava junto à alta cúpula nazista. Em maio de 1941, Rudolf Hess fogia para a Escócia, onde tentou negociar um plano de paz com os britânicos.

Haushofer foi ficando cada vez mais isolado no círculo de poder alemão e por isso em 1942 ele acaba abrindo mão de seus compromissos oficiais, retirando-se do mundo político para viver seus últimos quatro anos em sua mansão no sul de Munique.

Com a derrocada da Alemanha nazista, em 1945 Haushofer será julgado pelo tribunal de Nuremberg, onde defende-se das acusações de colaborar com os nazistas, argumentando que ele próprio, bem como sua família, foram perseguidos devido à origem da sua esposa, o que teria prejudicado seu trabalho na universidade e a carreira profissional dos filhos. Um livro seu teria sido censurado por ordens de Hitler; em 1944 foi preso sob suspeita de participação no atentado contra o *Führer*; seu filho Albrecht Haushofer foi executado pela Gestapo, por ter participado no aludido atentado.

Numa espécie de “carta-testamento”, afirmava que sua geopolítica tinha um caráter meramente científico, negando ser defensor de “planos imperialistas”. Numa passagem desta carta, afirma que

a partir de outubro de 1938 começa o calvário da geopolítica alemã no interior do calvário da ciência política de toda a Europa Central; ela foi esmagada pelo poder absoluto de um partido: os órgãos oficiais abusaram dela e a desfiguraram.¹⁹

Apesar de não ser preso definitivamente, Haushofer teve a vida vasculhada e passou a ser vigiado pelos militares norte-americanos. Quando foi cassada sua autorização para lecionar na Universidade de Munique, Haushofer suicidou-se em janeiro de 1946, juntamente com a esposa.

¹⁹ Apud COSTA, 1992, p. 129.

A Segunda Guerra Mundial foi decorrente deste discurso geopolítico. Para o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) forneceu a lógica para a guerra – expansão ou declínio. Para os Aliados, foi a luta pela sobrevivência de um modelo. O resultado da guerra trouxe um fim à ordem geopolítica de rivalidade entre impérios e criou as condições para uma nova ordem geopolítica pós-guerra, distinta, caracterizada pela destruição dos velhos impérios coloniais, através do processo de descolonização, e a afirmação dos EUA como uma potência econômica, militar e política hegemônica.

Haushofer não fora um grande teorizador da geografia política, e sim da geopolítica com sua derivação *geopolitik*. Seu trabalho tem um caráter prático, com aplicação na política dos grandes Estados e, no seu caso específico, dada a contextualização de sua época, utilizou da teoria principal de Ratzel e Mackinder, aplicando-a ao regime nazista, ou seja, demonstrou como este conhecimento poderia ser útil aos “homens de Estado”, encarregados da política externa de seu país.²⁰

Como Haushofer tinha uma relação polêmica com o nazismo, não dando apoio total ao regime, o governo nazista apenas utilizou suas teorias aplicadas.

O comentário de Philippe Moreau Defarges, politólogo e diplomata francês a respeito da relação de Haushofer com o regime nazista é muito pertinente:

a posição de Karl Haushofer na Alemanha nazi ilustra bem as contradições que qualquer intelectual encontra face a um regime que não tolera nenhum desvio, mesmo menor, de pensamento. Por um lado, para Haushofer, obcecado com a grandeza da Alemanha e a derrota de 1918, Hitler, pelo menos até 1939, encarna uma Alemanha ordeira, respeitada, que reúne a comunidade alemã, desfaz as iniquidades do Tratado de Versalhes e obriga os seus antigos inimigos, a Grã-Bretanha

²⁰ COSTA, 1992, p. 130.

e a França, a curvarem-se. Por outro lado, o universo mental de Haushofer é o da Alemanha guilhermiana, aristocrática, burguesa e apegada às hierarquias.²¹

Diante disso surge a pergunta: “Terá Haushofer conhecido e compreendido o sistema hitleriano, a sua violência plebeia, a sua violência revolucionária, o seu fanatismo antissemita e racista?”²²

A avaliação de Hans Morgenthau, que havia se exilado nos Estados Unidos durante o período em que as ideias de Haushofer estavam sendo colocadas em prática, é no sentido de responsabilizar o general-geógrafo alemão. Logo após a derrocada da Alemanha nazista registrou: “Nas mãos de Haushofer e seus discípulos, a geopolítica foi transformada em uma espécie de metafísica política, a ser empregada como uma arma ideológica a serviço das aspirações nacionais da Alemanha.”²³

Seja como for, não se pode responsabilizar toda a geopolítica haushoferiana pelos sonhos de conquista do III *Reich*. É possível que se Adolf Hitler tivesse dado mais atenção a seu conselheiro geopolítico, Karl Haushofer, quem sabe não tivesse decidido a invadir a União Soviética. “Isto porque, para a geopolítica, o fator ‘posição’ vale mais para a segurança dos Estados do que o fator ‘espaço’, e a ‘amalgamação’ por sua vez, é vista como superior à ‘conquista’, como forma de assegurar o acesso a recursos e mercados.”²⁴

Por outro lado, se Haushofer não pode ser responsabilizado pela forma como a Alemanha nazista se portou em relação ao seu expansionismo para o Leste, também não pode ser inocentado, tendo em

²¹ DEFARGES, Philippe Moreau. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva, 2003, p. 80.

²² DEFARGES, 2003, p. 81.

²³ MORGENTHAU, 2003 [1948], p. 310.

²⁴ MARTIN, André Roberto. Geopolítica e Ideologia na Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 91.

vista que suas concepções geopolíticas ajudaram a Alemanha a desejar aumentar o seu *lebensraum*.

ALEXANDER SEVERSKY

Alexander Nicolaievich Procofieff de Seversky nasceu na Rússia, em uma família de origem nobre. Formado em engenharia aeronáutica, combateu no Báltico como aviador da Aviação Naval Russa na Primeira Guerra Mundial, onde foi considerado um dos mais eficientes pilotos de guerra, apesar de ter que amputar uma perna em virtude de um acidente. Mesmo assim retornou ao teatro de guerra, como chefe da divisão da aviação naval russa. Recebeu do governo russo inúmeras condecorações, mas após a revolução de Outubro de 1917, e a consequente opção da Rússia pelo socialismo, refugiou-se nos EUA.

Obteve a cidadania norte-americana em 1927 e neste país, em 1931 fundou a *Seversky Aircraft Corporation*, da qual foi presidente e diretor, projetando e construindo diversos aviões, inclusive alguns dos melhores caças norte-americanos que demonstraram sua eficiência na Segunda Guerra mundial..

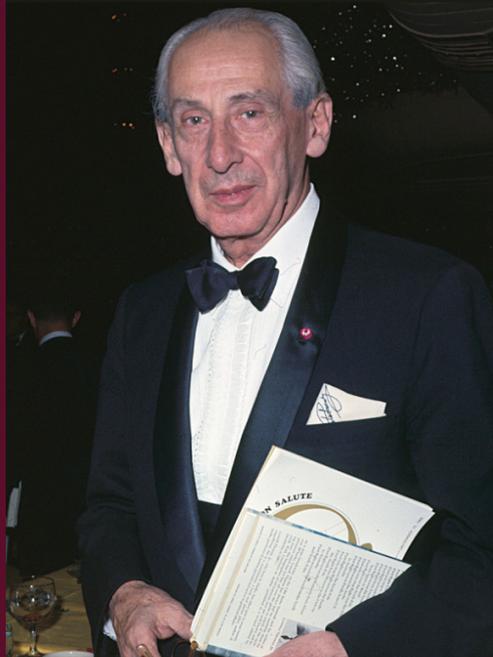
Embora outros autores também advogaram a importância do poder aéreo, o general Carlos de Meira Mattos defende que Alexander Seversky elaborou “a mais explícita concepção geopolítica baseada no Poder Aéreo,” subordinando a este os poderes terrestre e marítimo.²⁵

Alexander Seversky tornou-se conhecido a partir de 1942, quando começou a publicar as obras que expressam suas ideias, como *Victory Through Air Power*.²⁶ Este livro é um apelo de Seversky aos estrategistas norte-americanos, pressionando por uma Força Aérea

²⁵ MATTOS, Carlos de Meira. Teorias geopolíticas aplicadas à estratégia militar. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 691, set./out. 1980, p. 127

²⁶ SEVERSKY, Alexander O. *A vitória pela Força Aérea*. São Paulo: Belo Horizonte: Itatiaia, 1988 [1942].

Nascido em Tibilis, entrou na academia militar aos 10 anos. Tenente da aviação naval russa e, naturalizado norte-americano, major da aviação do exército dos Estados Unidos. Influenciou Walt Disney a fazer o filme *Victory Throught Air Power*.



PRINCIPAIS OBRAS:

1942 – *Victory Throught Air Power*

1950 – *Air power: key to servival*

1961 – *America: Too Young to Die!*

**ALEXANDER
SEVERSKY**
(1894-1974)



Republic P-47N Thunderbolt. Um dos principais caças da Força aérea dos EUA utilizado na Segunda Guerra mundial, projetado por Alexander Seversky.

independente, estruturada de forma a ser multifuncional e completa, que no entanto tem que manter como função principal o bombardeio estratégico, através do bombardeio de precisão.

Neste livro, escrito enquanto se desenrolava a Segunda Guerra mundial, Seversky analisou as batalhas travadas durante aquele grande conflito e mostrou como batalhas foram ganhas ou perdidas pela falta do que ele denominou “domínio local do ar”²⁷, fosse pela deficiência logística e técnica ou pela falta de doutrina de emprego eficaz da aviação.

Em 1939 ele esteve na Europa e pode observar as potencialidades do poder aéreo e da sua ação estratégica. O sucesso da aviação militar na Segunda Guerra Mundial levou Seversky a iniciar seu famoso livro, escrevendo que “o fato mais significativo da conflagração em curso é o surto da aviação como fator predominante e decisivo na conduta da guerra.”²⁸

Seversky percebeu o potencial da indústria aeronáutica norte-americana, que estaria num estágio superior devido às riquezas e recursos que o país dispunha.

É mister excedê-los em espírito inventivo, no domínio das invenções e por em prática, em audácia criadora e realizadora. [...] Todos os dons de engenho mecânico, eficiência industrial e, sobretudo, audácia de imaginação, os quais tornaram os Estados Unidos a primeira nação da era industrial, devem ser plenamente postos a serviço da Força Aérea americana.²⁹

Após a Segunda Guerra Mundial e com o crescimento do poderio da União Soviética, concebeu uma teoria geoestratégica com base no poder aéreo estratégico de longo alcance, “transoceânico e inter-he-

²⁷ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 51.

²⁸ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 17.

²⁹ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 19.

misférico”. Para ele, no século XX, o poder aéreo, por sua importância, é um instrumento da política nacional da mesma forma que o poder marítimo foi no século XIX.

Para demonstrar o crepúsculo do poder naval, ele vai historiar diversos conflitos, concluindo que as esquadras já não eram mais as “senhoras do mundo”. Ao perder sua capacidade ofensiva, deixavam de ser elementos principais na resolução de conflitos.

As esquadras já não são mais senhoras dos mares. A sua autoridade vem diminuindo rapidamente e a certos respeito até desapareceu. Certas unidades navais podem servir ainda para tarefas auxiliares sob a proteção da força aérea. Parte dela poderá ainda operar contra nações atrasadas que não possuam aviação eficiente. Mas o resto – especialmente os navios de batalha – será legado ao museu de armas antigas, ao lado do arco, a flecha e o bacamarte.³⁰

Seversky subordinou claramente os poderes terrestre e marítimo ao poder aéreo. Para ele, a supremacia aérea completa era fundamental para o domínio do bloco antagonico, e reconhecia o enorme esforço necessário para dispor dessa capacidade e considerava os EUA com poder suficiente para colocar em prática esta tese.

Assim como o poder terrestre havia florescido com o Império Romano e o poder naval havia atingido o auge com o Império Britânico, Seversky achava que os EUA ascenderiam mundialmente com base no Poder Aéreo.

O Império Romano, no ápice de sua glória, floresceu na era do poder terrestre. Todo romano era soldado. O Império Britânico floresceu na idade do poder marítimo e todo verdadeiro inglês, mesmo que nunca tives-

³⁰ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 146-147.

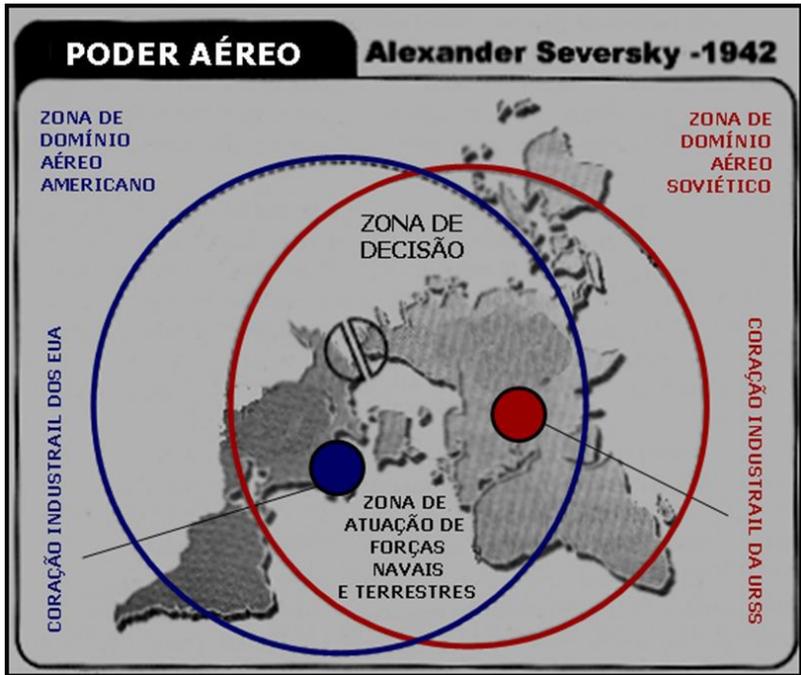
se navegado, era marinheiro em suas emoções. Assim também os nossos Estados Unidos, na nova época do poder aéreo, florescerão na base do ímpar poder aéreo. Assim também todo americano – homem, mulher, criança – será um aeronauta de coração.³¹

Para comprovar sua tese, Seversky afirmava que o ataque japonês em 1941 às bases militares de Pearl Harbour foi decorrente do desdém que o alto comando militar norte-americano tinha em relação ao poder aéreo e por acreditar que a presença de uma enorme frota de guerra seria suficiente para impedir um ataque inimigo.

Estudando e observando as ações das forças aéreas durante a Segunda Guerra mundial, Seversky defendia que o raio de ação da Força Aérea deveria ser igual às dimensões máximas do teatro de operações do combate. No desenrolar da Segunda Guerra, percebeu que “a deficiência de raio de ação tem sido a desgraça da aviação de Hitler.”³²

A concepção estratégica de Seversky é de caráter global e sua concepção de poder pode ser visualizada numa projeção azimutal equidistante com centro no Pólo Norte. Ele conseguia identificar dois *Heartland*: um na União Soviética, outro nos Estados Unidos. As grandes áreas de domínio aéreo dos dois países indicavam um raio de ação em 5.000 milhas (aproximadamente 9.260 Km) a partir do centro industrial de cada lado.

Nesta visão, o mundo apresenta-se dividido em duas grandes áreas de domínio aéreo, decorrentes da Guerra Fria: a área de domínio soviético, cujo alcance cobre toda a Eurásia, quase toda a África e a América do Norte; a área de domínio dos EUA, que cobre todo o continente americano, o Norte de África, a Europa e quase toda a Ásia.



Estas duas áreas de domínio sobrepõem-se numa “área de decisão”, onde se encontram os *heartlands* industriais das duas potências e na qual o Oceano Ártico e o Estreito de Bering ocupam o centro vital. Na sua visão, era imprescindível para os EUA manter a superioridade aérea na área mencionada.³³

Como Seversky tem uma visão global, o conceito de defesa do Hemisfério Ocidental é modificado, cujo eixo passa a ser norte-sul ao invés do leste-oeste, como ocorreu nas duas grandes guerras mundiais.

Na concepção de Seversky, o Hemisfério Americano, numa eventual nova guerra mundial, seria estrategicamente dividido em três faixas: a *faixa de desenvolvimento das operações*, que compreende o Alasca, Canadá e a Terra Nova, partindo da qual a Força Aérea Estratégica dos

³³ TOSTA, Octavio. Teorias geopolíticas e poder mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 692, nov./dez. 1980, p. 76.

EUA levaria a guerra ao coração do inimigo; a *faixa industrial*, compreendendo o território dos EUA, onde se produziria os meios materiais para fazer a guerra. Esta faixa necessitaria da maior concentração possível dos meios de defesa, pois se constituiria num dos primeiros objetivos do ataque inimigo; a *faixa dos suprimentos*, compreenderia toda a América Central e a do Sul, constituindo-se no reservatório vital de alimentos e materiais estratégicos. Esta seria a *área livre*, fechada ao ataque inimigo e apoiaria o esforço nas duas outras faixas.³⁴

Desta forma, a teoria de Seversky alterava a concepção de defesa do hemisfério ocidental, cujo principal eixo passaria a ser na direção Norte-Sul, e não mais na Leste-Oeste, como aconteceu nos dois grandes conflitos mundiais.

A batalha aérea, para Seversky, deveria ser decidida o mais rápido possível. Esta posição ele deixa claro ao escrever que:

A guerra será tanto mais rápida e decisivamente ganha, quanto mais cedo e mais completamente encararmos o fato de que, hoje em dia, a força aérea deve ser a espinha dorsal de qualquer estratégia vitoriosa. Essa revolução no pensamento nacional é essencial, antes que procedamos à mobilização dos homens, ideias e armas para a vitória.³⁵

Algumas das suas posições não foram confirmadas pela experiência futura, nomeadamente não ter dado importância às bases intermédias em locais distantes da sua base continental e, apesar de ser engenheiro, não ter contemplado a evolução tecnológica dos sistemas de armas.

Seversky também partilhava da ideia de integração civil-militar e da transferência de tecnologias entre civis e militares. Por outro lado, defendia que a aviação civil não deveria estar sob a dominação militar. Lembrava que foi o incentivo comercial que possibilitou a consolida-

³⁴ TOSTA, 1980, p. 76.

³⁵ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 277.

ção da maior aviação não-militar do mundo. Além disso, não achava que os aviões comerciais deveriam ser fabricados tendo em vista seu uso militar. No entanto, entendia que a coordenação conjunta entre a aviação civil e aviação militar era benéfica e deveria ser incentivada, pois era de interesse da segurança nacional.³⁶

Para que uma Força Aérea fosse eficiente, Seversky propõe que fosse abrangente e múltipla em suas funções, concebendo-a de forma mais completa e multifuncional. Para ele, a Força Aérea deveria ser organizada em três ramos: ataque, defesa e cooperação.³⁷

A Força Aérea de ataque deveria ser formada por aeroplanos de batalha, aviação de bombardeio de longo alcance e aeronaves de caça, combate e comboio. Como afirmava Seversky, “a espinha dorsal da Força Aérea deve ser um aeroplano de combate ao qual se adicione potência de bombardeio.” Sua tarefa seria destruir a Força Aérea adversária, tanto em ar como em terra.³⁸

A Força Aérea de defesa seria subdividida em comando interceptador de combate, comando de caças, comando de perseguição, reconhecimento, transporte interno e defesa terrestre. Seu objetivo principal seria a segurança e a proteção doméstica, estando sempre em prontidão de “patrulha”. O reconhecimento estratégico deveria ser realizado pela aviação de ataque, pois em sua opinião, “reconhecimento significa combate.”³⁹

Por sua vez, a Força Aérea de cooperação deveria ser formada por unidade aérea equipada e pronta para dar apoio tático às forças de terra e mar e por isso deveria realizar tarefas conjuntamente com o Exército e a Marinha. Um comando de cooperação ligaria a força aérea às demais forças militares de superfície. Seversky ressaltava que cada um

³⁶ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 256.

³⁷ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 269-286.

³⁸ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 271.

³⁹ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 279.

dos três ramos - ataque, defesa e cooperação - deveria ser autossuficiente em matéria de transporte de suprimentos, equipamentos e tropas.⁴⁰

No entanto, Seversky tem muita clareza num aspecto relacionado às três armas que compõe as forças armadas: “as forças de terra, mar e ar só podem ser eficientemente coordenadas quando cada uma delas for plenamente desenvolvida dentro de sua própria esfera.”⁴¹

Em seu segundo livro, publicado nos primeiros anos da Guerra Fria, *Poder Aéreo: chave para sobrevivência*,⁴² Seversky elaborou uma estratégia aérea para ser utilizada em escala global no caso de uma guerra com a União Soviética, considerando que os Estados Unidos possuíam uma inegável superioridade aérea em relação aos soviéticos. Ele acreditava que um conflito bélico em escala mundial, envolvendo Estados Unidos e União Soviética, seria uma guerra aérea inter-hemisférica, desenvolvida por meio de aviões super-bombardeiros intercontinentais carregando bombas nucleares para serem lançadas no coração do inimigo.

Numa guerra nestas proporções, as forças de terra e mar teriam um papel secundário em detrimento da força aérea que atingiria qualquer ponto do planeta carregando uma grande quantidade de bombas de forma rápida e eficiente.

Parte da crítica especializada norte-americana recebe com um certo desdém este segundo livro do major Seversky. Por exemplo, George K. Tanham⁴³ vai dizer que este livro poderia muito bem “ser denominado uma performance repetida, com algumas pequenas modificações feitas pelos oito anos que se passaram desde o livro anterior

⁴⁰ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 285.

⁴¹ SEVERSKY, 1988 [1942], p. 142.

⁴² SEVERSKY, Alexander. *Air power: key to survival*. New York: Simon and Schuster, 1950.

⁴³ Oficial de artilharia na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. PhD em história e ciências políticas pela Universidade de Stanford, professor de história militar na Caltech - *California Institute of Technology*, Foi membro da RAND Corporation, que desenvolvia pesquisas para as forças armadas norte-americanas.

de Seversky.” A tese seria a mesma que defendeu em *Victory Through Air Power*, em 1942, que “só o poder aéreo pode impor a rendição a um inimigo”. Segundo o crítico, a concepção de Seversky até poderia ser verdadeira, mas ele falhava em “não reconhecer o fato de que a técnica das instalações terrestres (radar, etc.) e do controle terrestre foram e provavelmente permanecerão superiores às utilizadas em um bombardeiro”. Desta forma, George Tanham acreditava que enquanto Seversky organizava muitos fatos, pensando com clareza e argumentando convincentemente em favor de sua teoria, esta “ainda parece uma grande aposta.”⁴⁴

Em seu terceiro livro, publicado no auge da Guerra Fria, *América: Too Young to Die!*,⁴⁵ Seversky apontou com alarme as estratégias de defesa e organização norte-americanas. Para ele, “ou se controla todo o espaço aéreo a volta do Globo, ou não se controla nada.” Atacava, principalmente, o que ele considerava uma série de falácias, incluindo a noção de guerras limitadas e forças equilibradas. Em sua concepção, “a menos que tenhamos perdido nosso senso estratégico, não devemos empenhar-nos em guerras limitadas.” O inimigo estaria preparado para a reação. Portanto, “o fato é que em qualquer dos territórios contíguos à Rússia ou à China, as forças comunistas não podem ser detidas por guerras limitadas. O mesmo se aplica à África e a outros continentes.”⁴⁶

Diante disso, oferecia as receitas para sobrevivência dos Estados Unidos na disputa contra o bloco soviético. Seria mais prudente para os Estados Unidos dar atenção para as nações da América Central ou do Sul, ao invés de se dispersar sobre a África e a Ásia. Geopoliticamente, “a nossa única esperança é tornar o nosso *heartland* numa base

⁴⁴ TANHAM, George K. Reviewed SEVERSKY, Alexander. *Air power: key to survival*. New York: Simon and Schuster, 1950 (<http://calteches.library.caltech.edu/1132/1/books.pdf>)

⁴⁵ SEVERSKY, Alexander. *America: Too Young to Die!* New York: McGraw-Hill, 1961.

⁴⁶ SEVERSKY, 1961, p. 34-49.

invencível, a partir da qual possamos projetar a nossa ofensiva contra qualquer parte do mundo”.⁴⁷

Para Seversky, a vitória na Guerra Fria passava, necessariamente, pela reorganização da força aérea dos Estados Unidos, para que, efetivamente, se convertessem no poder aéreo do país.

NICOLAS SPYKMAN

Nos Estados Unidos, após a Primeira Guerra Mundial, surge um intenso debate sobre os rumos da política externa do país, diante do risco de uma nova guerra na Europa e da agressão do militarismo japonês no Oriente. Isto colocou em campos opostos os defensores de uma política *isolacionista* ou *intervencionista*.

Os isolacionistas, que haviam sido os responsáveis diretos pelo veto à participação dos EUA na Liga das Nações, afirmavam que o país deveria manter-se numa política de “esplêndido isolamento” em relação ao resto do mundo e, obviamente, opunham-se a um envolvimento americano nos problemas europeus. Os intervencionistas, ao contrário, defendiam a necessidade de uma ação direta norte-americana, se por ventura as alterações do equilíbrio do poder mundial colocassem em risco a segurança e os interesses do país.

Será neste ambiente de debate que vai se desenvolver o pensamento geopolítico de Nicholas Spykman (1893-1943), nascido na Holanda, professor na Universidade de Yale, considerado como um determinista ambiental, que defendia o intervencionismo em relação à política externa norte-americana. Embora com uma carreira curta – faleceu com 49 anos – e com uma produção intelectual relativamente pequena, Spykman é considerado por muitos como o principal “geoes-

⁴⁷ SEVERSKY, 1961, p. 147.

Cientista político, nascido na Holanda, naturalizado norte-americano, professor na Universidade de Yale. Pensador influente da corrente clássica do realismo nas relações internacionais. É precursor da “estratégia de contenção” utilizada na Guerra Fria.



NICHOLAS SPYKMAN

(1893-1943)

PRINCIPAIS OBRAS:

1925 – *The Social Theory of Georg Simmel*

1926 – *The Social Background of Asiatic Nationalism*

1938 – *Geography and Foreign Policy*

1942 – *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*

1944 – *The Geography of the Peace*

1944 – *Estados Unidos frente al mundo*

trategista” norte-americano do século XX e que “não há dúvida que Nicholas Spykman foi o pai da “escola geopolítica norte-americana”.⁴⁸

Seu pensamento está ligado a uma tentativa de criar uma discussão sobre a segurança e a política externa do país, com base na ideologia realista, para combater o idealismo fracassado do período entre as guerras.

O campo da geopolítica é, contudo, o campo da política externa e seu tipo particular de análise usa os fatores geográficos para ajudar a formulação de políticas adequadas para a consecução de certos fins justificáveis. A concepção geopolítica de Spykman era baseada num determinismo geográfico, ao afirmar que “a Geografia é o fator mais fundamental na política externa dos Estados por ser o mais permanente”⁴⁹

Este determinismo fica explícito quando trata da formulação da política externa dos Estados Unidos:

Como consequência, cada Estado deve converter a conservação e engrandecimento de sua situação como potência em objetivo primordial de sua política exterior. Uma política exterior que convenha aos EUA deve aceitar essa realidade básica da sociedade internacional, e desenvolver uma grande estratégia, tanto para a paz como para a guerra, fundada nas determinações de sua situação geográfica no mundo.⁵⁰

Na linha de raciocínio de Spykman é possível perceber um arrazoado das ideias de Friedrich Ratzel, principalmente quando o geógrafo alemão chamava a atenção sobre a posição geográfica de um Estado:

⁴⁸ FIORI, José Luís. Nicholas Spykman e a América Latina. *Carta Maior*, 05 de dezembro de 2007. Disponível em: www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori051207.pdf

⁴⁹ SPYKMAN, Nicholas. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1942, p. 41.

⁵⁰ SPYKMAN, 1942, p. 15.

O tamanho do domínio nacional afeta a força relativa de um Estado na luta pelo poder. Os recursos naturais influenciam a densidade populacional e a estrutura econômica que definem a vulnerabilidade ao bloqueio. A localização com referência ao Equador e aos oceanos e massas de terra determina a proximidade do centro de poder, áreas de conflito e rotas de comunicação; e a localização com referência aos vizinhos imediatos define a posição em relação aos inimigos potenciais e aos problemas básicos de segurança territorial. [...] Todas as descrições da posição de poder de um Estado devem, portanto, começar com uma análise de sua geografia.⁵¹

Decorrente disso, ele via o sistema internacional como essencialmente anárquico e potencialmente belicoso.

Na sociedade internacional são permitidas todas as forças de coerção, inclusive as guerras de destruição. Isso significa que a luta pelo poder se identifica com a luta pela sobrevivência; assim sendo a melhoria das posições relativas ao poder converte-se no desígnio primordial da política interior e exterior dos Estados. Tudo o mais é secundário porque, em última instância, somente o poder permite realizar os objetivos da política exterior.⁵²

Por isso Spykman explicita claramente o conceito geopolítico de poder:

Poder significa sobrevivência, aptidão para impor a própria vontade aos demais, capacidade de ditar a lei aos que carecem de força e possibilidade de arrancar concessões dos mais débeis. Quando a última forma de conflito é a guerra, a luta pelo poder se converte em

⁵¹ SPYKMAN, 1942, p. 41-42.

⁵² SPYKMAN, 1942, p. 25.

rivalidade pelo poderio militar, em preparação para a guerra.⁵³

Quanto a forma de exercer o poder no sistema internacional, Spykman classifica os Estados de acordo com sua capacidade.

E evidente que a política de equilíbrio de poder é, em primeiro lugar, uma política para uso de grandes potências. Os pequenos Estados, a menos que se unam entre si, não podem ser mais que pesos da balança usada pelos outros. O pequeno Estado é um vazio na área de alta pressão política.⁵⁴

Spykman atribui três significados gerais para o termo geopolítica: a) associado-a à escola geopolítica do III Reich quando buscava legitimar a edificação de um Estado colocando a força a serviço de sua expansão; b) a geopolítica como sinônimo de geografia política; c) o estudo e planejamento de uma política de segurança que não se pode considerar de forma independente das características da região em que se manifestam as tensões.

Ao conceituar geopolítica, afirmava que a mesma “é o planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos”. Ao elaborar este conceito, ressalta que o termo geopolítica responde à seguinte pergunta: “Dada uma situação geográfica particular, qual é a melhor política a seguir para obter sua segurança?” Com isso, Spykman está estabelecendo as diretrizes básicas de uma política de Segurança Nacional para os Estados Unidos, fundamentada nos fatores geográficos do país, ou segundo o coronel Octavio Tosta, estava tratando de geoestratégia.⁵⁵

⁵³ SPYKMAN, 1942, p. 26.

⁵⁴ SPYKMAN, 1942, p. 27.

⁵⁵ TOSTA, 1980, p. 93.

Acreditava Spykman que tanto o poder marítimo, quanto o poder terrestre, eram importantes. No entanto, dá grande valor ao poder aéreo, caracterizando as guerras modernas como guerras tridimensionais. Para ele, “vitórias navais sob condições de guerra moderna exigem uma superioridade aérea”. Com o desenvolvimento das bases aéreas terrestres, uma frota menor teria mais chance de defender um território; com isso uma grande força oceânica não fosse mais garantia de vitória. Desta forma, “o mero comando do mar em termos de superioridade naval não é mais suficiente para dominar uma área e a invasão tornou-se ainda mais difícil do que já era”⁵⁶

Na visão de Spykman, da mesma forma que Mackinder, o mundo é entendido como um sistema político fechado. Desta forma, “qualquer guerra que afete as relações de poder entre grandes Estados em uma determinada zona, inevitavelmente afetará as relações de poder em todos outros”. Sendo assim, “nenhum grande Estado pode se dar ao luxo de conduzir políticas externas regionais como se os diferentes continentes do mundo consistissem em estanques compartimentos”.⁵⁷

O Hemisfério norte sempre foi, e continuará sendo, mais importante para Spykman, devido a condição geográfica:

a história se faz nas latitudes temperadas, e, porque muito pouco da massa de terra do hemisfério sul encontra-se nesta zona, a história é feita nas latitudes temperadas do hemisfério norte. [...] Do ponto de vista econômico, político e militar, a metade norte do mundo sempre será mais importante do que a metade sul, e as relações entre vários continentes da metade norte terão mais influência sobre a história do mundo do que as relações através do Equador no mesmo continente.⁵⁸

⁵⁶ SPYKMAN, 1942, p. 161.

⁵⁷ SPYKMAN, 1942, p.165.

⁵⁸ SPYKMAN, 1942, p. 42.

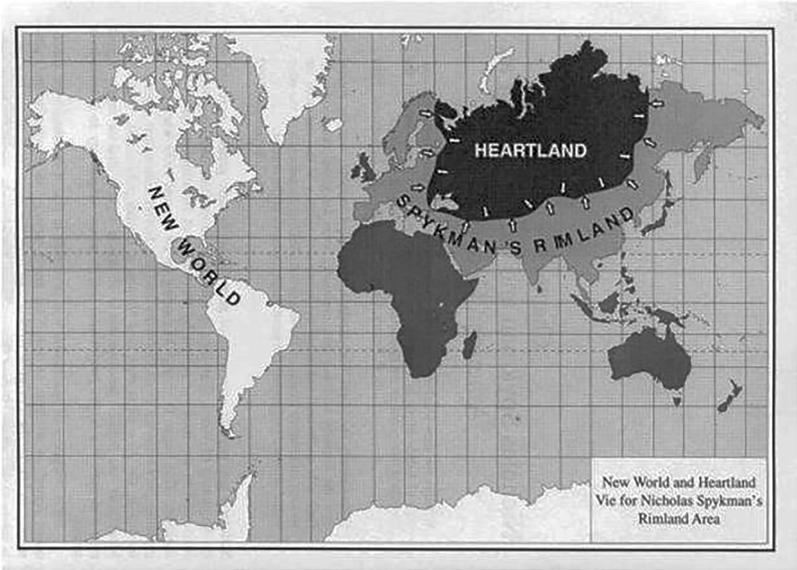
Na sua opinião o verdadeiro potencial da Eurásia estava no “Crescente Interior” de Mackinder (Europa Ocidental, Médio Oriente, Ásia do Sul e do Sueste, e Extremo Oriente). Considerava a oposição entre poder terrestre e poder marítimo, bem como o conceito de *Heartland* já introduzido por Mackinder. Defendia que hegemonia mundial seria decidida numa região intermédia entre o *Heartland* e os mares circundantes, que ele denominava *Rimland* (orla continental), também designada por “área de decisão”. Esta região intermédia que funcionaria como uma zona amortecedora de conflitos entre o poder terrestre e o poder naval, onde a potência continental teria de ser contida, para não expandir-se e obter também o domínio do mar. Se isso acontecesse, a potência que dominasse o *Heartland* obteria o domínio mundial.

*“Quem controla o Rimland, governa a Eurásia;
quem governa a Eurásia controla os destinos do mundo”*

Rimland é o termo utilizado para definir as regiões costeiras ou fimbrias marítimas, que contornam a Eurásia, servindo como área tampão entre o poder marítimo e terrestre. Spykman também coloca em xeque esta dicotomia entre continentalismo e oceanismo, dizendo que as bases de luta ora eram entre algumas nações do *rimland*, ora numa aliança entre Inglaterra e União Soviética contra uma terceira nação, ora uma luta entre elas, tentando dominar o continente europeu, como bem prova a Segunda Guerra Mundial.

Na sua visão geopolítica global, Spykman, preconizava a divisão do mundo em cinco grandes ilhas – continentes: América do Norte e Eurásia - os mais importantes -, Austrália, África e América do Sul. E “as relações entre a América do Norte e os dois lados da Eurásia continente são as linhas de base da política mundial.”⁵⁹

⁵⁹ SPYKMAN, 1942, p. 178.



Na década de 30, Spykman defendeu a ideia de que o expansionismo alemão só seria barrado por meio de uma aliança entre o poderio naval anglo-americano e a União Soviética, potência militar terrestre. Seu grande mérito foi alertar o povo norte-americano contra o perigo do domínio mundial pelo poderio terrestre alemão e certamente teve influência para que se saísse do isolacionismo e se aceitasse o intervencionismo.

Escrevendo durante a Segunda Guerra mundial, ele via com temor a possibilidade da vitória nazista: “Se a Alemanha derrotar a Grã-Bretanha, seu domínio da Europa estará assegurado e com esse domínio virá o livre acesso aos oceanos e ao poder mundial”. Por outro lado, “a integração de toda a Europa, incluindo as Ilhas Britânicas, em uma única unidade política capaz de expressar seu potencial econômico total em força naval, diminuiria seriamente nosso próprio poder relativo”⁶⁰, ou seja, dos Estados Unidos

⁶⁰ SPYKMAN, 1942, p. 123.

Nicholas Spykman defendeu a necessidade de uma aliança estratégica e de uma hegemonia conjunta, exercida pelos Estados Unidos e Inglaterra, para “direcionar os destinos do mundo” depois do final da Guerra, como de fato aconteceu, em São Francisco, em Bretton Woods, e na formulação da doutrina Churchill-Truman que criou a concepção da “cortina de ferro”. Da mesma forma, Spykman defendeu a necessidade de que os Estados Unidos ajudassem a reconstruir e protegessem a Alemanha, no pós-guerra, para facilitar a “contenção” da União Soviética, como aconteceu durante a Guerra Fria. Além disso, defendeu também, a reconstrução e proteção do Japão,⁶¹ para enfrentar a ameaça futura da China, que na época era o principal aliado asiático dos Estados Unidos. Spykman também se opôs ao projeto da unificação europeia, defendendo a manutenção do equilíbrio de poder europeu, tutelado pelos Estados Unidos.

Neste sentido para controlar e se expandir os EUA deveriam atacar na linha de frente do Atlântico e do Pacífico avançando sobre a Europa e Ásia, assegurando a hegemonia ocidental dentro da Europa.

Na visão de Spykman, a estratégia de segurança dos Estados Unidos deveria pautar-se por uma política de equilíbrio de poder tanto na Europa como na Ásia. Para garantir a existência de forças divididas e compensadas nas duas pontas da Eurásia, era necessário para o poder naval anglo-americano manter a aliança com o Estado-pivô soviético. Potência dominante no Hertland, somente a Rússia tinha os indispensáveis recursos de poder para equilibrar a Alemanha na Europa e a China no Extremo Oriente, neutralizando assim os principais poderes no Rimland eurasiático.⁶²

Assim, a fórmula de Mackinder assumia para Spykman uma orien-

⁶¹ SPYKMAN, 1942, p. 470.

⁶² MELLO, 1999, p. 126.

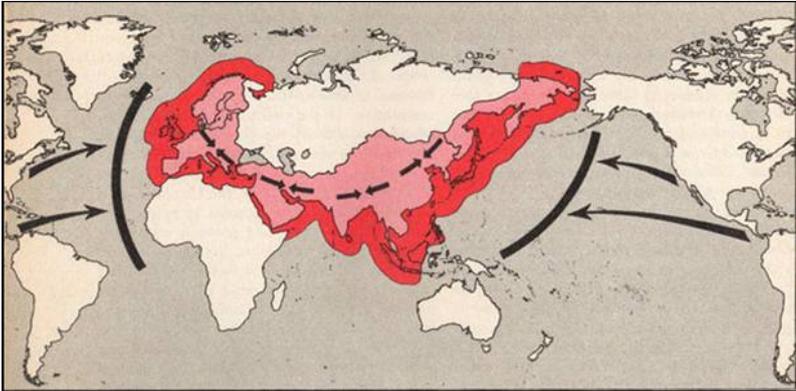
tação diferente, materializando a política de contenção americana, que irá levar à constituição não só da OTAN, como de outras alianças: “quem controlar o *Rimland* domina a Eurásia; quem dominar a Eurásia, controla os destinos do mundo”. Spykman defendia a projeção dos EUA tanto para o Atlântico como para o Pacífico e o dimensionamento da sua capacidade estratégica para intervir ativamente no *Rimland*.

Em torno dessa massa de terra, desde a Grã-Bretanha até o Japão, e entre o continente norte e os dois continentes do sul, segue-se o grande caminho circunferencial do mundo. Este caminho parte dos mares internos e marginais da Europa Ocidental, o Báltico e o mar do Norte); progride através do Mediterrâneo europeu e do mar Vermelho, cruza o oceano Índico desde Aden até Penang, o Mediterrâneo asiático e os mares marginais do Extremo Oriente (o mar oriental da China e o mar do Japão) e termina finalmente no mar de Okhotsk. Entre a grande massa de terras do continente eurásico e a rota circunferencial marítima, se estende a grande zona concêntrica de contenção.⁶³

Com a teoria das fimbrias marítimas, Spykman defendia a instalação de bases protetoras ao redor do continente americano: no Atlântico, desde a Islândia, a Groenlândia, até a costa brasileira, passando pelas ilhas portuguesas e fazendo uma barreira de proteção no “Mediterrâneo americano; no Pacífico, as bases seriam instaladas desde as ilhas Aleutas, o Alaska, até o Sul do Chile, região que ele considerava de menor importância, por que além das bases já existentes no Pacífico Sul – nas ilhas Havaí – a distância para um ataque direto aos EUA, originado nesse oceano, tornavam-no muito remoto. A maior preocupação de Spykman estava centrada no Oceano Atlântico, onde se instalariam bases avançadas formando um cordão protetor, que desse tempo para os EUA entrar em alerta.

⁶³ SPYKMAN, 1942, p. 178.

O *Rimland* e a estratégia de cercamento



Nicholas Spykman argumentou, já no final da vida, que a orla periférica da Eurásia detinha a chave para o poder global. As suas teorias são consideradas como a base das políticas formuladas durante a Guerra Fria. Estas teorias diferiam em alguns pontos da teoria do *Heartland* de Mackinder, a que adicionou algumas das ideias e dos conceitos de Mahan. Spykman afirmou que o *Rimland* da Eurásia e as áreas costeiras, e não o *Heartland*, eram a chave para o controle da “ilha mundial”.

Ao abordar as relações internacionais, Spykman afirma que na sociedade internacional se permitem todas as formas de coerção, inclusive as guerras de destruição. “Esto significa que la lucha por el poder se identifica con la lucha pela supervivencia.”⁶⁴

Além do problema externo relacionado à segurança, Spykman, ao analisar a situação da América Latina, vê na questão da má distribuição da terra um grande problema

Más peligroso para la cohesión social que la nascente lucha de clases es el conflicto que late en la existencia misma de un gran campesinato sin tierra. Es espectro

⁶⁴ SPYKMAN, Nicholas. Política de poder y la guerra. *Geopolítica: hacia una doctrina nacional*. Buenos Aires, Año VI, nº 17, mar. 1980, p. 17.

de la revolución agraria se cierne sobre gran parte de la América latina, y la prudente previsión de parcelar los grandes fundos, ya mediante compra, ya nacionalizando-los, constituye un tema candente desde el Río Grande hasta el Estrecho de Magallanes.⁶⁵

Na opinião de Spykman, a democracia não era um valor essencial para os latino-americanos, que preferiam outras formas para conquistar o poder: não somente a estrutura da sociedade não conduz à democracia, senão também porque os hábitos políticos a contradizem... A tradição política da América Latina não é a urna eleitoral, mas a ditadura, compensada pela revolução.⁶⁶

A América do Sul, para Spykman era um lugar de disputa entre Alemanha e EUA. A estrutura socioeconômica dos países da região favorecia “perturbações” políticas que facilitariam a penetração da ideologia nazista. “O Terceiro Reich “se encuentra ahora empeñado en singular combate con Estados Unidos, disputando-se la hegemonia de Sudamérica, y utiliza la técnica de guerra ideológica como una de sus armas.”⁶⁷

Considerando os interesses estratégicos dos EUA na região, observava que a ofensiva para um estreitamento de relações passaria necessariamente pelo chamado A.B.C. (Argentina, Brasil e Chile). Considerava que além da importância geopolítica dos três países no continente, com a detecção de ações “subimperialistas argentinas e chilenas junto aos seus vizinhos, esses países, tradicionalmente, sempre estiveram mais ligados à Europa, através do seu comércio exterior, funcionando como áreas de inversão de capitais europeus.

Ele sugere, então, que o governo norte-americano usasse todos os meios disponíveis para convencer as “repúblicas irmãs” latino-ame-

⁶⁵ SPYKMAN, Nicholas. Las dos Américas. In: RATTENBACH, Augusto (Comp.). *Antología Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1975 (1944), p. 184.

⁶⁶ SPYKMAN, 1942, 220.

⁶⁷ SPYKMAN, 1985 (1944), p. 164.

ricanas a exportar exclusivamente aos Estados Unidos. Desta forma, além de constituir um *mercado único* no continente, baseado na “cooperação econômica pan-americana”, formar-se-ia um *único sistema de defesa*. Preconizava ser necessário “mais medidas de caráter político, inspiradas na franca compreensão de que os Estados devem estar dispostos a gastar o dinheiro dos contribuintes com fins de defesa econômica, tão livremente como o fazem com fins de defesa militar.”⁶⁸

Spykman reconhecia, no entanto, que apenas o poder de pressão econômica sobre a América do Sul seria insuficiente para neutralizar uma eventual ofensiva alemã na região. Seria necessária também adotar uma estratégia especificamente geopolítica de defesa. Havia, segundo ele, um sério problema no sul do continente: a disputa por hegemonia entre vários países, em especial na da bacia do Prata. Nesta região, as históricas rivalidades entre Argentina e Brasil em torno de áreas de influência contíguas ou relativamente próximas - Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru -, além das várias disputas fronteiriças, formavam um quadro geopolítico relativamente instável. Observava, porém, que o problema argentino se sobressaía, decorrente da sua disposição de tentar estender a sua hegemonia na região a todo custo.

Diante deste quadro relativamente adverso aos Estados Unidos, adverte que estes deveriam concentrar todos os seus esforços para formar a *frente única de defesa*, tendo em vista que a América Latina, pela sua situação de *zona estratégica de contenção*, era fundamental para a segurança do país.

Em relação a tese central de Spykman, a Escola Superior de Guerra do Brasil, aponta que suas ideias mostraram-se inviáveis, pois até agora nenhum Estado foi capaz de organizar o *Rimland* como uma unidade política, devido a diversidade de Estados, etnias e culturas que apresentam, ficando a expressão sem significado político real.⁶⁹

⁶⁸ SPYKMAN. 1942, p. 320.

⁶⁹ ESG. *Geopolítica*. Rio de Janeiro, LS17-77, p. 23-24.

ZBIGNIEW BRZEZINSKI

No pós-segunda guerra mundial vários intelectuais estrangeiros, notadamente europeus, tiveram importante papel no pensamento político-estratégico nos Estados Unidos. Dentre eles o polonês Zbigniew Kazimierz Brzezinski foi destaque, sendo um dos mais renomados nomes do pensamento estratégico, político e militar nos Estados Unidos, ele se notabilizou como um influente crítico da política externa dos governos republicanos.

Além de intelectual, professor universitário em Harvard e Columbia, foi um dos fundadores, em 1973, juntamente com o banqueiro David Rockefeller, da Comissão Trilateral, organização voltada à construção de padrões de colaboração entre EUA, Japão e Europa Ocidental em meios às turbulências da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã. Foi também conselheiro para a política externa da presidência de Lyndon Johnson (1963-1969) e o mais próximo formulador da política externa do governo de Jimmy Carter entre 1977 e 1981, período que exerceu o cargo de Conselheiro de Segurança Nacional.

Sua história familiar, marcada pela resistência ao avanço do poder soviético, moldaram sua concepção política conhecida pela repulsa ao socialismo e adoção de uma posição radical no contexto da Guerra Fria. Esta condição pessoal e a carreira acadêmica e intelectual fizeram com que se aprofundasse em seus estudos sobre a União Soviética, constatando que a única solução para impedir seu avanço era a defesa do universalismo.

Como acadêmico e pesquisador nas áreas de geopolítica e geoestratégia, Brzezinski é considerado um dos mais renomados autores geopolíticos do mundo ocidental na história recente.... contribuiu para a formulação de muitas das políticas implementadas pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria para conter a União Soviética.

Uma das particularidades do pensamento de Zbigniew Brze-

zinski era seu profundo embasamento teórico, principalmente nas concepções geopolíticas de Mackinder e Spykman, ambos colocando a Rússia como centro estratégico da Eurásia: “Embora não haja referências expressas às fontes primárias, a visão geopolítica e estratégica de Brzezinski é em grande parte oriunda de duas matrizes preexistentes: Halford Mackinder e Nicholas Spykman”.⁷⁰

Da mesma forma que para o mestre inglês, as bases teóricas do pensamento de Brzezinski estão na rivalidade histórica entre oceanismo versus continentalismo e o sistema político fechado. No entanto, Brzezinski, dá menos ênfase ao determinismo geográfico do que Mackinder.

Zbigniew Brzezinski, como intelectual, sempre aliou seus estudos acadêmicos com os interesses políticos do chamado mundo ocidental. Já na sua dissertação de mestrado, defendida na McGill, em Montreal, sobre *Nacionalismos Russo-Soviéticos*, ele afirmou que a União Soviética não era um Estado monolítico, e sim um caldeirão de nacionalidades conquistadas durante séculos de expansão russa. Desta forma, dificilmente conseguiria se sustentar por um período de tempo muito longo. Previa assim o desmoronamento da União Soviética.

Em seu doutorado na Universidade de Harvard, na tese defendida em 1953, mas publicada em 1956, intitulada *O Expurgo Permanente*, partia do princípio que o expurgo era a essência do totalitarismo soviético. Para Brzezinski, os expurgos funcionavam como uma metodologia empregada para “alcançar objetivos políticos e socioeconômicos específicos”. Ele argumentava que as delações eram “esforços calculados para atingir ambições de mobilidade e ascensão política e social”. Portanto, os expurgos não iriam desaparecer, tendo em vista que eles serviam a propósitos práticos, além de contribuir para a transformação da economia e a transformação do partido em stalinis-

⁷⁰ MELLO, 1999, p.137.

Nascido na Polônia, soviétólogo, conservador e ferrenho anti-comunista. Morou na Alemanha durante a ascensão do nazismo ao poder e na União Soviética na época dos grandes expurgos stalinistas.



PRINCIPAIS OBRAS:

ZBIGNIEW BRZEZINSKI

(1918-2007)

1950 – *Russo-Soviet Nationalism*

1956 – *The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism*

1961 – *Soviet Bloc: Unity and Conflict*

1970 – *Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era*

1983 – *Power and Principle: Memoirs of the National Security Adviser, 1977-1981*

1986 – *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest*

1989– *Grand Failure: The Birth and Death of Communism in the Twentieth Century*

1993 – *Out of Control: Global Turmoil on the Eve of the 21st Century*

1997 – *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostategic Imperatives*

2004– *The Choice: Global Domination or Global Leadership*

2007 – *Second Chance: Three Presidents and the Crisis of American Superpower*

mo. De acordo com sua linha de raciocínio, esperar “um abrandamento fundamental no sistema político da URSS era mostrar uma grande falta de compreensão do totalitarismo e subestimar perigosamente a atraente lógica do governo totalitário.”⁷¹

O impacto total das mudanças revolucionárias, tanto econômicas quanto sociais, lançadas em vários países por movimentos políticos disciplinados e ideologicamente orientados, deu ao século XX uma nova forma de comunidade política conhecida como totalitarismo. A mobilização completa de todos os recursos humanos e materiais e a insistência dogmática na pulverização de toda oposição em prol dos objetivos ideologicamente proclamados de reconstrução social produziram esse impacto social total que faz do totalitarismo um tipo verdadeiramente único de sistema político. Esse sistema exige de todos os seus habitantes a estrita observância aos padrões de comportamento que considera necessários para a realização das tarefas grandiosas a que se dedica o movimento totalitário.⁷²

No livro *O Bloco Soviético: Unidade e Conflito*, de 1960, Brzezinski analisou as tentativas iniciais de Stalin para criar um império comunista unificado. Mostrou como foram acontecendo diversas mudanças e transformações no bloco soviético, fazendo que o mesmo deixasse de ser relativamente monolítico e evoluísse em direção a um mundo comunista cada vez mais diversificado e fragmentado. Ao demonstrar esses aspectos, ele analisou a ruptura soviética com a Iugoslávia durante o período de Stalin e as posteriores divisões traumáticas entre União Soviética, China e Albânia ocorridas já no governo de Khrushchev. Da mesma forma, apontou a lenta diminuição da sate-

⁷¹ BRZEZINSKI, Zbigniew K. *The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism*. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

⁷² BRZEZINSKI, 1956, p. 1-2.

litização do Leste Europeu, quando esses países foram abandonando uma posição de quase total subordinação aos soviéticos do período stalinista para uma postura menos subserviente e até refratária frente à potência soviética após a morte de Stalin.⁷³

Nas publicações posteriores a este livro, Brzezinski vai se preocupar em expor a proposição e defesa explícita de políticas práticas e com isso influenciar na formulação da política externa norte-americana para o bloco soviético.

Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era, publicado nos Estados Unidos em 1970, é um livro menos estudado na obra intelectual de Brzezinski. Entretanto, é uma contribuição fundamental na trajetória intelectual do autor. Como consta no próprio título, a ideia central de Brzezinski era de que os países industrialmente mais avançados, em especial os Estados Unidos, estariam emergindo de seu estágio industrial de desenvolvimento para um estágio em que a tecnologia, especialmente a eletrônica – por isso o neologismo “tecnetrônica” -, se tornaria a principal determinação das mudanças sociais, cada vez mais rápidas e complexas. A referência à ideia de sociedade pós-industrial de Daniel Bell é absolutamente direta: na verdade, como admite o próprio Brzezinski, seu termo “tecnetrônica” seria tão somente uma tentativa de dar um sentido mais preciso ao termo “pós-industrial”.⁷⁴

Em seu livro de 1986, *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest*, Brzezinski analisou o confronto americano-soviético sob diferentes óticas, fazendo recomendações sobre a estratégia que deveria ser adotada pelos Estados Unidos para vencer esse confronto. Busca também identificar as potenciais estra-

⁷³ BRZEZINSKI, Zbigniew K. *The Soviet Bloc: Unity and Conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

⁷⁴ BRZEZINSKI, Zbigniew. *Entre duas eras. América: laboratório do mundo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971 [1969], p. 24.

tégias que os soviéticos poderiam adotar e, dessa forma, prevenir os Estados Unidos para que elas não fossem implementadas. Para Brzezinski, esse confronto é baseado em três características que o diferem dos anteriores: histórico, imperial e global.

i. O confronto pode ser caracterizado como histórico, pois “era ainda o legado do velho, quase tradicional, e certamente geopolítico, choque entre uma potência oceânica e uma potência continental”. Para ele, os Estados Unidos seriam os sucessores da Inglaterra, Holanda e Espanha, enquanto a União Soviética sucedia a Alemanha nazista, o Império Alemão e a França de Napoleão Bonaparte. Assim, o confronto ocorreu como uma consequência natural do colapso, durante a Segunda Guerra Mundial, do sistema internacional marcadamente europeu”. No entanto, mesmo sendo um confronto clássico entre oceanismo e continentalismo, sua especificidade era que “nunca ocorreu antes um confronto entre duas potências tão essencialmente diferentes”.⁷⁵

ii. Era um confronto imperial, pois “ambas as nações adquiriram atributos imperiais, antes mesmo de sua colisão, após a Segunda Guerra Mundial; mas esta colisão intensificou o seu crescimento”. Para Brzezinski o império “um sistema hierárquico de relacionamentos políticos, irradiando-se de um centro.”

Em relação à União Soviética, lembrava que “a história russa é a história de um permanente expansionismo territorial” e que “a Rússia, historicamente, não foi tanto uma vítima de agressões frequentes, enquanto ela própria foi um persistente agressor, pressionando do centro, em mais de uma direção.” O “Império de Moscou” seria territorialmente contíguo e, para Brzezinski, pode ser caracterizado em três momentos: a) o Império da Grão-Rússia, onde 135 milhões de russos conseguiam manter como súditos imperiais, cerca de 140 mi-

⁷⁵ BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest*. New York: Atlantic Monthly Press, 1986, p.19-23.

lhões de pessoas não-russas; b) o Império Soviético, em que Moscou contra os Estados-satélites, nos quais vivem milhões de europeus do Leste, afgãos e mongóis; c) o Império Comunista, representado pela teia que liga Moscou aos demais países comunistas, dentre eles Cuba, Nicarágua, Coreia do Norte, Etiópia, Vietnã, Angola e Iêmen do Sul.⁷⁶

Brzezinski afirma que a União Soviética absorveu muitas das características do império czarista em relação à geoestratégia de anexação, em função da insegurança que as fronteiras russas, não bem definidas, geravam na classe dirigente.

A ausência de fronteiras nacionais claramente definidas tornou a expansão territorial o caminho óbvio para garantir a segurança, com tal expansão alimentando, por si, novos conflitos, novas ameaças, e assim um novo impulso expansionista ainda maior. Então, começou um inexorável ciclo histórico: a insegurança gerava expansionismo; o expansionismo alimentava a insegurança; a insegurança, por sua vez, reativava o expansionismo.⁷⁷

Quanto aos Estados Unidos, “ao contrário do soviético, o império americano é territorialmente descontínuo, relativamente poroso, conservado por meio de laços indiretos”. O autor aponta que no seu início “o expansionismo americano apresentou algumas semelhanças importantes com a experiência russa, particularmente em relação à conquista americana dos territórios pertencentes ao México.” O expansionismo americano teria acontecido devido seu caráter naval, que expandiu o poder político americano no Caribe, na América Central e nas Filipinas. No entanto, o imperialismo norte-americano só teria se desenvolvido plenamente no pós-Segunda Guerra Mundial, em que os Estados Unidos saíram do conflito sem grandes danos. Assim os Estados Unidos puderam tornar-se “o preeminente poder mundial, com o

⁷⁶ BRZEZINSKI, 1986, p. 28ss.

⁷⁷ BRZEZINSKI, 1986, p. 25.

seu PNB sendo responsável por mais da metade da economia mundial. Foi esse status que transformou os Estados Unidos em um império”.⁷⁸

É necessário considerar que Brzezinski não dedicou o mesmo tratamento crítico ao imperialismo norte-americano, quando o comparou ao soviético. O expansionismo norte-americano na fase do destino manifesto é descrito como uma consequência do seu poder naval, justificado ideologicamente pelo ideal de liberdade liberal e pujança econômica dos EUA. De acordo com o autor, a expansão do imperialismo dos Estados Unidos não foi acompanhada da percepção da sua população sobre a natureza imperial da sua política externa. Tanto a direita quanto a esquerda norte-americana avalizariam as intervenções em assuntos de outros países como um direito dos EUA, pois “ambas as visões, contudo, consideram como um direito dos Estados Unidos a utilização do seu poder para interferir nos assuntos internos de outra nação”. A explicação para o fato de que as agressões externas norte-americanas fossem relativizadas, era decorrente do sistema imperial estadunidense ser um sistema de tradições democráticas, cujas decisões são consensuais. Desta forma, “a tendência democrática da América, no sentido de tomar decisões consensuais mitigou sua dominação política, econômica e militar.”⁷⁹

iii. Era um confronto global, pois o conflito entre Estados Unidos e União Soviética era “uma luta entre dois sistemas imperiais. E envolve – pela primeira vez na história – um confronto entre duas nações, por nada menos do que o predomínio global”. Como a escala do conflito seria global, ele interferiria em todos os países do mundo, de forma direta ou indireta.

Brzezinski explicita o que entende por confronto global:

⁷⁸ BRZEZINSKI, 1986, p. 31-32.

⁷⁹ BRZEZINSKI, 1986, p. 32-33.

O alcance global do atual confronto resulta não somente da colisão, sem precedentes, entre uma potência transoceânica e uma transcontinental [...] mas também pelo desenvolvimento, em ambas, dos armamentos e dos meios de comunicação de massa. As armas modernas, em termos de raio de ação e de destrutividade, dão substância ao conceito de uma guerra genuinamente global, e realidade à ameaça de uma devastação global. A competição pelo controle do espaço exterior – ou pelo menos para impedir que o rival detenha o seu monopólio – é hoje também parte da luta pelo globo.⁸⁰

Retomando os conceitos de Halford Mackinder, Brzezinski vai afirmar que “embora global no seu alcance, o confronto soviético-americano tem uma prioridade essencial: a Eurásia”. Controlar a Eurásia seria fundamental, embora entendido de forma diferente pelas duas superpotências. Para os Estados Unidos, impedir a dominação da União Soviética sobre a Eurásia era “precondição para alcançar um resultado aceitável no confronto”. Para a União Soviética, expulsar os Estados Unidos da Eurásia “é a precondição para o sucesso decisivo neste conflito histórico”.⁸¹

O confronto pelo domínio da Eurásia se daria em três Frentes Estratégicas Basilares: extremo ocidente europeu, extremo oriente e na região do oriente médio e adjacências, incluindo o Afeganistão, Paquistão e Irã.

Para os EUA seria vital que houvesse a manutenção das posições norte-americanas nos países localizados nestas regiões, pois impediriam os soviéticos de conquistar territórios que davam acesso aos mares quentes com importantes rotas de comércio, e colocavam obstáculos à cooperação que esses países poderiam ter com a União Soviética. A manutenção das posições geopolíticas, tanto dos Estados Unidos,

⁸⁰ BRZEZINSKI, 1986, p. 36-37.

⁸¹ BRZEZINSKI, 1986, p. 39.

quanto da União Soviética, dependia da influência destas potências sobre o que ele denominou de “Estados Pinos”.⁸²

Estes Estados Pinos, seriam constituídos na frente ocidental europeia pela Polônia e Alemanha, na frente oriental pela Coreia do Sul e Filipinas, e na frente do sudoeste, no oriente médio, pelo Irã, Afeganistão e Paquistão.

A dominação soviética da Polônia é fundamental para o controle de Moscou sobre a Europa Oriental, e a subordinação ou sedução da Alemanha Ocidental modificaria o equilíbrio na Europa em favor da Rússia. A dominação Soviética da Coreia do Sul e das Filipinas fecharia o cerco sobre a China, ameaçando diretamente a segurança do Japão através da Coreia, e ameaçaria a vital rota marítima entre as Filipinas e o Japão. A dominação soviética do Irã, ou do Afeganistão e Paquistão, daria a Moscou o controle do acesso ao Golfo Pérsico ou a sua presença no Oceano Índico, de onde o poder soviético poderia ser lançado a áreas vulneráveis, a sudoeste e a sudeste.⁸³

Desta forma, a vitória em cada uma das frentes estratégicas se daria por quem mantivesse o controle sobre diversos países-pino, isto é, “que se tornaram pinos de segurança geopolítica nas suas respectivas regiões”.⁸⁴

A vitória dos Estados Unidos não se daria pela força militar, e sim pelo sufocamento geopolítico da União Soviética através de regiões estratégicas. Além das três regiões estratégicas, ambas as potências tinham atuação em áreas consideradas de baixa pressão geopolítica, mas que mereciam atenção.

Os dois contendores globais dominam, cada um, regiões circunvizinhas que são verdadeiras bombas-re-

⁸² BRZEZINSKI, 1986, p. 61.

⁸³ BRZEZINSKI, 1986, p. 62.

⁸⁴ BRZEZINSKI, 1986, p. 62.

lógico geopolíticas. A atividade revolucionária, por um lado, e a resistência política, por outro, desafiam as duas potências dominantes. Mas pelo fato de tal inquietação ocorrer tão próxima dos próprios centros imperiais, os principais rivais são bastante cautelosos em não cometerem nenhuma provocação excessiva ao outro. As duas regiões dominadas, porém, vulneráveis, são a América Central e a Europa Oriental.⁸⁵

De acordo com Brzezinski, o único setor em que os Estados Unidos poderiam ser derrotados pela União Soviética era o militar. Para além das armas, os norte-americanos já tinham suplantado os soviéticos nos setores econômico, ideológico e cultural.

Para os Estados Unidos, não ser derrotado no confronto soviético-americano é vencer; para a União soviética, não vencer significa derrota. Esta vantagem assimétrica dos americanos é inerente ao caráter unidimensional do desafio soviético. Para a Rússia, que não é mais verdadeiro competidor ideológico, e ainda menos tecnológico, o proclamado “inevitável triunfo do socialismo” ficou reduzido à consecução de uma superioridade militar que seja evidente e politicamente decisiva. Não conseguir alcançar esta meta significa ficarem para trás em todos os campos.⁸⁶

Com a implosão da União Soviética, Brzezinski aponta para a possibilidade de aparecer novas ameaças e conflitos ao longo prazo, devido à fragmentação geopolítica do coração continental da Eurásia. Para ele,

O colapso da União Soviética transformou o ‘heartland’ da Eurásia em um vácuo geopolítico. No curto espaço, essa condição remove a ameaça de segurança que

⁸⁵ BRZEZINSKI, 1986, p. 86.

⁸⁶ BRZEZINSKI, 1986, p. 256.

a União Soviética representava a seus vizinhos mais ricos. No longo prazo, pode ser a fonte de grandes e novos perigos políticos.”⁸⁷

Posteriormente, apesar de todo o protagonismo dos Estados Unidos, ele vai reafirmar a importância geopolítica da Eurásia.

A Eurásia, contudo, conserva sua importância geopolítica. Não apenas sua periferia ocidental – a Europa – ainda a localidade de grande parte do poder político e econômico, mas sua região oriental – a Ásia – tornou-se recentemente um centro vital de crescimento econômico e influência política crescente. A Eurásia é assim o tabuleiro de xadrez no qual a disputa pela primazia global continua a ser jogada, e essa disputa envolve geoestratégia – o gerenciamento estratégico dos interesses políticos.⁸⁸

Brzezinski no pós-Guerra Fria continuará a pensar geopoliticamente. Num livro de grande impacto⁸⁹, em 1997 analisou o mundo após o término da bi-polaridade Estados Unidos-União Soviética.

Com a implosão da União Soviética, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência mundial, e sua hegemonia continha aspectos singulares em relação às hegemonias exercida pelas potências do passado, com um alcance sem precedentes. Além do poderio militar, a hegemonia americana é exercida pela supremacia econômica, a supremacia tecnológica e a supremacia cultural.

Resumindo: a América é suprema nos quatro domínios decisivos do poder global. **Militarmente**, tem um alcan-

⁸⁷ BRZEZINSKI, Zbigniew. *Out of Control: Global Turmoil on the Eve of the 21st century*. New York: Mcmillan Publishing Company, 1993, p. 155.

⁸⁸ BRZEZINSKI, 1997, p. xiii-xiv.

⁸⁹ BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

ce global incomparável; **economicamente**, continua a ser a principal locomotiva do crescimento global, mesmo se desafiado em alguns aspectos pelo Japão e Alemanha (nenhum dos quais desfruta dos outros atributos do poder global); **tecnologicamente**, mantém a liderança geral nas áreas de inovação de ponta; e **culturalmente**, apesar de alguma grosseria, goza de um apelo incomparável, especialmente entre a juventude do mundo - o que dá aos Estados Unidos uma influência política que nenhum outro estado chega perto de igualar. É a combinação de todos os quatro que torna a América a única superpotência global abrangente.⁹⁰

Naquele momento, anos 90 do século XX, a hegemonia global norte-americana sem precedentes não tinha rival. No entanto, Brzezinski questionava: “mas permanecerá incontestado nos próximos anos?”⁹¹

Mesmo após o término da Guerra Fria, a Eurásia continua sendo um espaço estratégico fundamental no pensamento brzezinskiano.

Esse enorme tabuleiro de xadrez eurasiático de formato excêntrico que se estende de Lisboa a Vladivostok fornece a ambientação para o jogo. Se o espaço do meio puder ser atraído cada vez mais para a órbita crescente do Ocidente (onde os EUA predominam), se a região sul não for sujeitada ao domínio de um único ator, e se o Oriente não se unificar de uma maneira que provoque a expulsão das bases litorâneas norte-americanas, seria então possível assegurar uma preponderância dos Estados Unidos.

No entanto, haveria possibilidade de os Estados Unidos perder a primazia, dependendo de como esse jogo de xadrez se desenrolaria.

⁹⁰ BRZEZINSKI, 1997, p. 24 (grifos nossos)

⁹¹ BRZEZINSKI, 1997, p. 29.

Mas se o espaço do meio repelir o Ocidente e se tornar uma única entidade assertiva, seja ganhando controle sobre o Sul ou formando uma aliança com o maior ator do Oriente, então a primazia norte-americana na Eurásia encolheria de forma dramática. O mesmo ocorreria caso os dois maiores atores orientais se unissem de alguma forma. Por fim, uma expulsão dos EUA pelos parceiros ocidentais de sua posição estratégica automaticamente definiria o fim de sua participação no jogo de xadrez do tabuleiro eurasiático, embora isso provavelmente também ocasionasse uma eventual subordinação da extremidade ocidental a um ator renascido que ocupa o espaço do meio.⁹²

Com as mudanças no tabuleiro geopolítico, Brzezinski fazia um alerta:

Hoje, a questão geopolítica não é mais qual parte geográfica da Eurásia é o ponto de partida para a dominação continental, nem se o poder terrestre é mais significativo do que o poder marítimo. A geopolítica mudou da dimensão regional para a global, com a preponderância sobre todo o continente eurasiático servindo como base central para a primazia global.⁹³

No novo mapa eurasiático que se formou no pós-Guerra Fria, Brzezinski identificou cinco atores geoestratégicos e cinco pivôs geopolíticos. França, Alemanha, Rússia, China e Índia seriam atores ativos e importantes, ao passo que Ucrânia, Azerbaijão, Coreia do Sul, Turquia e Irã possuiriam grande relevância geopolítica dentro de suas limitações, sendo considerados pivôs geopolíticos.⁹⁴

⁹² BRZEZINSKI, 1997, p. 35

⁹³ BRZEZINSKI, 1997, p. 39.

⁹⁴ BRZEZINSKI, 1997, p. 41.

Num livro *Grand Failure: The Birth and Death of Communism in the Twentieth Century*⁹⁵ publicado no ano que marcou a queda do muro de Berlim e o início da desagregação do socialismo real e, por conseguinte, também o início do final da Guerra Fria, Brzezinski fazendo o que se convencionou chamar, no jargão geopolítico, de prospecção geopolítica, afirmava:

A China irá juntar-se às fileiras de frente dos poderes mundiais e dessa maneira irá reclamar para si própria seu status prévio. No processo, entretanto, irá redefinir a substância de seu comunismo com o ideal simbólico não mais representado por um trabalhador industrial labutando em uma fundição de aço de propriedade do Estado, mas um empreendedor comercial de alta tecnologia competindo ativamente no mercado internacional da orla do Pacífico.⁹⁶

Como vemos, Brzezinski errou ao prever o raio de ação do comércio da China. Ele é imensamente mais amplo do que a orla do Pacífico. E a China pagaria um preço por isso: “A diluição ideológica será o preço de tal sucesso. A China moderna pode entrar no século XXI ainda governada pelo comunismo, mas não será uma China comunizada.”⁹⁷

Zbigniew Brzezinski manteve-se ativo como acadêmico, analista e pesquisador, e um dos principais críticos da política externa e interna dos EUA. Em um de seus últimos artigos, em coautoria com Paul Wasserstein, escrito três meses antes de falecer, afirmava:

A ordem global está em desordem. O mundo está caindo em uma significativa desordem, sem nenhuma es-

⁹⁵ BRZEZINSKI, Zbigniew. *O grande fracasso* – o nascimento e morte do comunismo no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1989.

⁹⁶ BRZEZINSKI, 1989, p. 194.

⁹⁷ BRZEZINSKI, 1989, p. 194.

trutura internacional capaz de lidar com os problemas que devem surgir quase simultaneamente (...) o caos entre as principais potências pode gerar consequências verdadeiramente desastrosas. Até agora, o Presidente Trump não formulou qualquer declaração significativa ou relevante sobre a condição global. Ao invés disso, o mundo tem sido obrigado a interpretar as declarações às vezes irresponsáveis, descoordenadas e ignorantes de sua equipe (...). Um mundo vulnerável precisa de uma América caracterizada pela clareza de pensamento e liderança que projete otimismo e progresso (...) a solução ideal de longo prazo é aquela em que as três potências militarmente dominantes - Estados Unidos, China e Rússia - trabalhem juntas para apoiar globalmente estabilidade. (...) Os Estados Unidos devem estar cientes do perigo de que a China e a Rússia possam formar uma aliança estratégica. Por isso, os Estados Unidos devem ter o cuidado de não agir em relação à China como se fosse um subordinado: isso quase garantiria um vínculo mais estreito entre a China e a Rússia.

E continua:

Dado o péssimo desempenho da administração Trump até agora na instalação de uma liderança capaz de tomar decisões estratégicas, é crucial que a América e o mundo ouçam uma visão de liderança e compromisso de nosso presidente. Uma Doutrina Trump, qualquer doutrina mais ou menos, é extremamente necessária.⁹⁸

Uma das grandes preocupações da geopolítica clássica foi o fortalecimento do Estado nacional. No entre-guerras e durante a Guerra Fria as concepções geopolíticas formuladas e empregadas objetivavam suplantar o inimigo, que por certo também tinha seus projetos geo-

⁹⁸ BRZEZINSKI, Zbigniew; WASSERMAN, Paul. Why the World Needs a Trump Doctrine. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/02/20/opinion/why-the-world-needs-a-trump-doctrine.html>.

líticos. Com o fim da Guerra Fria, a globalização e a acelerada inovação tecnológica no campo da indústria e das comunicações, a geopolítica clássica entra em declínio, pois posição e tamanho do território, domínio de recursos naturais e uma população disciplinada não são mais elementos decisivos para um país tornar-se uma grande potência.

Um dos estudiosos da geopolítica, o geógrafo brasileiro José Willian Vesentini, vai apontar as consequências do fim da bipolaridade e do subsequente final do conflito leste-oeste:

Daí a relativização hoje das tradicionais áreas ou pontos geoestratégicos, da expansão territorial e da própria localização espacial. Daí a maior ênfase na tecnologia civil, nas telecomunicações e na informática, na biotecnologia, na política educacional e industrial de um Estado. Sem dúvida que alguém poderia argumentar (e alguns até já o fizeram!) que tudo isso também é geopolítica, mas com essa atitude não chegaríamos a lugar nenhum, do ponto de vista de rigor científico, e tão somente cairíamos numa retórica vazia. Se tudo é geopolítica, então ela não é nada.⁹⁹

Esta posição não era definitiva. Pouco tempo depois este autor iria rever sua posição, ao perceber que na realidade a geopolítica não tinha acabado e que “novas geopolíticas” estavam surgindo.¹⁰⁰

⁹⁹ VESENTINI, José Willian. O apogeu e o declínio da geopolítica. *Revista do departamento de Geografia* – USP, São Paulo, n° 11, 1997, p. 24.

¹⁰⁰ VESENTINI, José Willian. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2003.



SEGUNDA PARTE

**AS NOVAS
GEOPOLÍTICAS**

A geopolítica radical

A FRANÇA FOI NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, MAIS DO que em qualquer outro país, onde a palavra geopolítica transformou-se num tabu. A geopolítica era identificada com o expansionismo da Alemanha nazista. Certamente o fato de ter seu território ocupado pela Alemanha durante aquele grande conflito contribuiu para o fortalecimento do preconceito em relação à geopolítica. Na verdade, ainda antes da guerra já se fazia ouvir vozes críticas em relação ao conhecimento geopolítico. Em 1932, o geógrafo francês Albert Demangeon afirmava “A geopolítica é um complô, uma máquina de guerra. Se ela quiser estar entre as ciências, é hora que retorne a geografia política”.¹

Duas décadas após o término da guerra continuava a resistência da intelectualidade francesa em relação à “ciência maldita”. Um dos

¹ ROSIÈRE, Stéphane. Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 88.

grandes geógrafos do século XX, Pierre George, não tinha constrangimento ao afirmar em 1964 que “a pior das caricaturas da geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a geopolítica, justificando automaticamente qualquer reivindicação territorial, qualquer *pilhagem*, por pseudo-argumentos científicos.”²

A justificativa era que a Alemanha nazista havia utilizado a argumentação geopolítica para empreender suas ações. Alguém lembrou, porém, que os alemães “utilizaram, da mesma forma, argumentos históricos ou biológicos para fundamentar suas pretensões. Não se desqualificou a história ou a biologia por causa disso, mas proscreeu-se a geopolítica.”³

No entanto, nos anos 1970 este quadro começou a mudar. Um geógrafo, em especial, começou a mostrar aos franceses e ao mundo que a geopolítica não precisava ser, necessariamente, relacionada ao nazismo. Surge então a Geopolítica Radical,⁴ que objetiva a transformação da ordem mundial existente.

YVES LACOSTE

Ele foi (e ainda é) um dos autores responsáveis por recuperar a geopolítica enquanto campo de conhecimento. Yves Lacoste havia sido aluno e discípulo do consagrado geógrafo Pierre George que, inclusive, havia dirigido a sua tese de doutoramento em geografia. No entanto, na trajetória acadêmica, divergências foram surgindo e Lacoste foi se afastando das concepções geográficas do mestre.

² GEORGE, Pierre et alii. *A Geografia Ativa*. São Paulo, DIFEL, 1980, p. 12.

³ LACOSTE, 1988 [1976], p. 261.

⁴ CAIRO CAROU, Heriberto. Discurso Político o Método de Análisis: algunos problemas de definición de la Geopolítica. *Geosur*, Montevideo, Año XVI, nº 173-174, sept./oct. 1994, p. 8-9.

Geógrafo e geopolítico francês nascido no Marrocos. Viveu muito tempo nos países do norte da África, se engajando na luta pela independência da Argélia. É um dos responsáveis pela popularização da geopolítica.



PRINCIPAIS OBRAS:

1959 – *Les pays sous-développés*

1965 – *La géographie du sous-développement*

1966 – *Ibn Khaldoun - Naissance de l'Histoire/Passé du Tiers Mon-de*

1976 – *La Géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*

1980 – *Unité et diversité du Tiers-Monde*

1985 – *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes*

1986 – *Géopolitique des régions françaises*

1998 – *Vive la Nation - Destin d'une idée géopolitique*

2002 – *L'Eau des hommes*

2003 – *De la géopolitique aux paysages, dictionnaire de la géo-graphie*

2003 – *De la géopolitique aux paysages, dictionnaire de la géo-graphie*

2006 – *L'Eau dans le monde: les batailles pour la vie*

2006 – *Géopolitique de la Méditerranée*

2012 – *Géopolitique: la longue histoire d'aujourd'hui*

YVES LACOSTE

(1929 - ...)

Desde 1948 Yves Lacoste era vinculado ao Partido Comunista Francês. Esta condição deve ter influenciado para que em 1972, em plena Guerra do Vietnã, após uma visita ao Vietnã do Norte, ele denunciasse a estratégia norte-americana de bombardeio dos diques de água vietnamitas. Através de um artigo publicado no *Le Monde*,⁵ que teve grande repercussão junto à opinião pública americana e mundial, ele denunciou:

É possível considerar que a concentração de bombardeios nos diques da parte oriental do delta, que é também a região mais povoada e mais importante do ponto de vista agrícola, traduz o caráter deliberado desses ataques, pois estes se localizam onde os seus efeitos podem ser os mais graves.⁶

Graças ao seu conhecimento de geografia e geomorfologia, Lacoste foi capaz de demonstrar por que os americanos não bombardearam os diques diretamente, o que teria alertado imediatamente os vietnamitas. Enfraquecidos pelos bombardeios, os diques entrariam em colapso, o que levaria a inundações colossais na época das monções. Os americanos bombardeavam a poucos metros dos diques para enfraquecê-los em profundidade, sem que as fissuras fossem visíveis e os camponeses não pudessem repará-los e consolidá-los. Com isso eles romperiam na época das cheias dos rios. Mais tarde, esta experiência servirá para Lacoste afirmar de forma peremptória, servindo de mote ao seu mais famoso livro: “A guerra do Vietnã forneceu numerosas provas de que a geografia serve para fazer a guerra de maneira a mais global, a mais total”. A prática norte-americana não passou da “perpetração de um genocídio.”⁷

⁵ LACOSTE, Yves. Les bombardements de digues sont délibérés. *Le Monde*, Paris, 16 ago. 1972.

⁶ LACOSTE, 1972, p. 1.

⁷ LACOSTE, 1988 [1976], p. 12.

A denúncia fez parar esses bombardeios pouco tempo depois. Por conta disso, Yves Lacoste teve sua entrada proibida nos Estados Unidos por mais de vinte anos.

É possível dizer que os estudos de Yves Lacoste relacionados à geopolítica, embora não muito explícitos, tiveram início ainda no final dos anos 1950, quando começou a se debruçar sobre o fenômeno do subdesenvolvimento. Lacoste publicou em 1959 o livro *Les pays sous-developpés*,⁸ trazendo uma perspectiva original de leitura das conquistas coloniais e do imperialismo em relação às condições de subdesenvolvimento. Essa obra obteve um grande sucesso editorial, sendo traduzida para 35 línguas.

Logo de início, Lacoste rejeita a ideia de que a fome e a pobreza sejam critérios suficientes para categorizar o subdesenvolvimento.

Se a fome e a pobreza afetam grande parte da população dos países subdesenvolvidos, estes dois fatos, apenas, apesar de sua gravidade, não são suficientes para caracterizar o subdesenvolvimento. De fato, a consideração desses critérios somente levaria a se encarar o subdesenvolvimento como realidade sem dúvida tão velha quanto a Humanidade.⁹

Ele lembra que mesmo que a fome seja o mais grave sintoma e o mais geral, esse sintoma “ultrapassa sensivelmente os limites históricos e espaciais do subdesenvolvimento”, tendo em vista que a fome “foi particularmente grave entre as populações dos países hoje desenvolvidos” e continua atingindo significativo contingente populacional nestes países.

A construção de um conceito de ‘subdesenvolvimento’ em escala planetária repousa na hipótese de que, não

⁸ LACOSTE, Yves. *Os países subdesenvolvidos*. São Paulo: DIFEL, 1975 [1959].

⁹ LACOSTE, 1975 [1959], p. 7-8.

obstante essa extrema diversidade de situações geográficas, é possível encontrar características comuns suficientemente importantes para desenhar, em um certo grau de abstração, os traços de uma situação global ou de um *conjunto global de situações*.¹⁰

A questão central deste livro é a compreensão não apenas das diferenças entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, mas principalmente as contradições internas dos próprios países em situação de subdesenvolvimento. Considerava que a modernização é um processo em si contraditório, que não produz, necessariamente, a melhoria das condições de vida de grande parcela da população. Para Lacoste, “a ‘descoberta’ do subdesenvolvimento é contemporânea de um fenômeno realmente novo: o extraordinário crescimento da população mundial a partir do começo do século XX.”¹¹

Nos países ‘subdesenvolvidos’ deve-se constatar que as transformações são principalmente negativas para a maioria da população e que estas determinam o aparecimento e o agravamento das dificuldades que não eram conhecidas antes. Mas as transformações não são apenas negativas, elas são também muito positivas. Assim, a única forma de considerá-las é apreendê-las como contradições.¹²

Meia década mais tarde, Lacoste vai aprofundar a discussão sobre o subdesenvolvimento, com o lançamento do livro *La géographie du sous-développement*,¹³ em 1965. Logo no prefácio do livro ele vai deixar claro a importância do tema:

¹⁰ LACOSTE, 1975 [1959], p. 11.

¹¹ LACOSTE, 1975 [1959], p. 32.

¹² LACOSTE, 1975 [1959], p. 95.

¹³ LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: DIFEL, 1982 [1965].

O problema dos países subdesenvolvidos colocou-se no fim da Segunda Guerra Mundial. Durante pouco mais de quinze anos, uma quantidade bastante considerável de livros e artigos foi publicada, tanto sobre os problemas do subdesenvolvimento em geral, como sobre seus aspectos particulares nos diferentes países. Inúmeras teorias foram elaboradas sobre os meios de saná-lo. Poucas questões provocaram o nascimento de uma literatura tão abundante e variada num lapso de tempo tão breve.¹⁴

Ele enfatiza que até então a maior parte desta literatura foi produzida por economistas. Por isso a advertência: “O subdesenvolvimento não pode ser considerado um problema somente econômico.”¹⁵ Diante disso, como geógrafo, Lacoste vai estabelecer uma definição objetiva do subdesenvolvimento e as causas deste fenômeno.

A aparição do conceito de subdesenvolvimento é contemporânea de duas das maiores “descobertas” das ciências econômicas e humanas. Esta coincidência está longe de ser um acaso. A primeira dessas descobertas foi a de um fenômeno muito antigo: a miséria e a fome. A segunda foi a de um fenômeno completamente novo: o extraordinário aumento da população mundial a partir do começo do século XX.¹⁶

Ao tratar do subdesenvolvimento enquanto fenômeno, Lacoste vai trazer à tona um conceito geopolítico: Terceiro Mundo. Assim, ele busca uma compreensão geográfica para o subdesenvolvimento.

Para designar ao mesmo tempo esta relativa unidade dos países subdesenvolvidos, a massa humana que

¹⁴ LACOSTE, 1982 [1965], p. 7.

¹⁵ LACOSTE, 1982 [1965], p. 8.

¹⁶ LACOSTE, 1982 [1965], p. 16-17.

constituem e sua miséria, pela qual fazem responsável o colonialismo, tornou-se necessário um conceito. Assim se explica o nascimento e o êxito pelo menos em língua francesa, da expressão “Terceiro Mundo”. Ela foi forjada por A. Sauvy, à imitação do “Terceiro Estado” de 1789, que, maioria da nação, era formado de diversas classes e grupos sociais que reivindicavam os direitos até então confiscados pelos dois outros “Estados”, a Nobreza e o Clero.¹⁷

Ao tratar do Terceiro Mundo, Lacoste identifica este conceito com o fenômeno do subdesenvolvimento.

A noção de Terceiro Mundo é, pois, particularmente satisfatória e rica de sentido, apesar de não levar em conta a “explosão demográfica”. Exprime de uma forma completa e bastante sugestiva várias noções diferentes combinadas entre si. Pode pois perfeitamente ser utilizada para designar o conjunto dos países subdesenvolvidos.¹⁸

Analisando os elementos cruciais que identificam o Terceiro Mundo, ele percebe, de uma forma muito clara, que a grande maioria dos países que compõe este bloco apresenta as seguintes características fundamentais:

1. Insuficiência alimentar;
2. Recursos negligenciados ou desperdiçados;
3. Grande número de agricultores com baixa produtividade;
4. Industrialização restrita e incompleta;
5. Hipertrofia e parasitismo do setor terciário;
6. Situação de subordinação econômica;

¹⁷ LACOSTE, 1982 [1965], p. 17-18.

¹⁸ LACOSTE, 1982 [1965], p. 21.

7. Violentas desigualdades sociais;
8. Estruturas tradicionais deslocadas;
9. Ampliação das formas de subemprego crônico e trabalho das crianças;
10. Baixa integração nacional;
11. Graves deficiências das populações;
12. Aumento do crescimento demográfico;
13. Lento crescimento dos recursos de que dispõem efetivamente as populações;
14. Tomada de consciência e uma situação em plena evolução.¹⁹

Yves Lacoste rejeita a simples identificação do subdesenvolvimento com a colonização e com o capitalismo.

Em defesa de sua tese, ele argumenta que a questão deve ser posta tendo como foco a exploração que os países do Terceiro Mundo sofreram: “é fato que a quase totalidade dos países subdesenvolvidos é (ou foi até uma época recente) explorada e dominada, e sua economia foi deformada, mas esta exploração começou bem antes que aparecesse o subdesenvolvimento”.²⁰ A rejeição desta identificação deve-se ao fato que isso suprime o caráter dialético da realidade. Há países que foram colonizados e não se enquadram no subdesenvolvimento (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia).

Em relação a identificação do subdesenvolvimento com o capitalismo, o autor salienta que “o subdesenvolvimento não é contemporâneo do capitalismo, pois a aparição deste último é muito anterior à do subdesenvolvimento.” Ele argumenta que as relações de produção que existiam em muitos países antes de sua colonização eram “atrasadas”, mas as características apresentadas por eles eram muito diferentes das que apresentavam o subdesenvolvimento nos anos 1960. Desta forma,

¹⁹ LACOSTE, 1982 [1965], p. 159-160.

²⁰ LACOSTE, 1982 [1965], p. 168-169.

para Lacoste, “a noção de atraso das relações de produção é aliás muito fraca para exprimir a realidade das coisas. Os conceitos de exploração e de dominação são bastante mais satisfatórios.” Como resultado, “historicamente, nem todo atraso das relações de produção implica na existência do subdesenvolvimento.”²¹

Para Lacoste a definição de subdesenvolvimento está necessariamente vinculada às relações externas de um determinado país. Apenas a dinâmica interna é insuficiente para o entendimento do subdesenvolvimento.

Nenhuma dessas definições apreende os países subdesenvolvidos em si mesmos, levando em conta suas realidades internas. Todas essas definições apreendem os países do Terceiro Mundo do exterior, e estes só são definidos relativamente a realidades que lhes são estranhas: assim, os países subdesenvolvidos estão atrasados em relação à evolução dos países desenvolvidos; quantitativamente, são inferiores ao que não é o Terceiro Mundo; suas relações de produção estão atrasadas em relação às dos países desenvolvidos; são dominados e explorados pelo estrangeiro; seu dualismo econômico ou sociológico é introduzido do exterior.²²

Como o surgimento do capitalismo é anterior ao subdesenvolvimento, este pode ser considerado consequência daquele, ou melhor, da exploração que o capitalismo proporciona, promovendo a desigualdade sem precedentes no cenário internacional.

O subdesenvolvimento procede fundamentalmente da introdução do sistema capitalista no seio de sociedades anquilosadas em estruturas sociais menos evoluídas em proveito de uma minoria (estrangeira e autóctone), do-

²¹ LACOSTE, 1982 [1965], p. 169.

²² LACOSTE, 1975, [1959], p. 173.

tada de exorbitantes poderes políticos, econômicos e sociais. Essas retiradas restringem de maneira tal o mercado interno que as atividades econômicas modernas são limitadas e essencialmente função dos mercados externos. A pobreza geral e o subemprego maciço que daí resultam favorecem a persistência de uma forte natalidade que, combinada com os efeitos das necessárias melhorias sanitárias, provoca um forte aumento da população. O crescimento desta tende a ser mais rápido que o dos recursos de que dispõe efetivamente.²³

Mesmo que desde o final dos anos 1950 pode-se considerar que Yves Lacoste vinha fazendo análise geopolítica ao tratar do subdesenvolvimento, ele passa a ser reconhecido como pensador geopolítico a partir dos anos 1970. O grande sucesso intelectual deu-lhe notável liberdade institucional, especialmente porque ele nunca se preocupou com sua carreira acadêmica. Saiu da tradicional Sorbonne para ingressar na Universidade de Vincennes, criada depois de maio de 1968, um lugar de ideias borbulhantes onde conviviam os maiores intelectuais do momento: os filósofos Gilles Deleuze, François Châtelet, Michel Foucault, a historiadora Madeleine Rébérioux,... O próprio Lacoste vai descrever que “Vincennes foi, sem dúvida, um local de tumultos e de desordem”, mas também “um lugar de debates estimulantes e de discussões inovadoras entre os professores de diversas disciplinas, militantes de tendências mais ou menos antagônicas da esquerda e da extrema-esquerda.”²⁴ Este ambiente intelectualizado de esquerda vai influenciar a sua concepção geopolítica.

Viagens e estadias em países africanos, a visita ao Vietnã do norte, o fim da Guerra do Vietnã em 1975, propiciaram à Yves Lacoste as condições para abordar diretamente a “ciência maldita”. A utilização do termo *geopolítica* por Yves Lacoste provocou uma grave disputa e

²³ LACOSTE, 1975, [1959], p. 225.

²⁴ LACOSTE, 1985, p. 8.

ruptura com seu antigo diretor de tese, Pierre George. Aliás, já havia ocorrido um confronto sério entre os dois por ocasião dos movimentos de maio de 1968. Na ocasião, Pierre George havia ficado contra aquelas manifestações.

A “descoberta” da geopolítica por Yves Lacoste deve à influência do médico e cientista social brasileiro Josué de Castro (1908-1973) e ao sucesso de seu livro mais famoso, *Geopolítica da Fome*,²⁵ publicado em 1952 pelas Éditions ouvrières em Paris.

Josué de Castro, que como exilado após o golpe militar de 1964, trabalhou com o jovem geógrafo Yves Lacoste na Universidade de Vincennes, explicava que utilizou o termo geopolítica no título do livro “porque não encontramos nada mais que correspondesse sem trair o conteúdo do livro e o desejo dos editores. É por isso que a capa tem uma expressão tão perigosa.”

No entanto, segundo o autor, não havia necessidade de temor algum:

devido a essa palavra tão comprometida, tão desviada do seu significado essencial, tão contaminada e tão execrada: a geopolítica. Mas, embora degradada pela dialética nazista, a palavra geopolítica ainda mantém seu valor científico e deve ser reabilitada em seu sentido real. Tal reabilitação merece mesmo um sacrifício por parte do autor que se expõe ao perigo de interpretações precipitadas através da simples leitura do título do seu livro.²⁶

Por que não existiria motivo para temer o vocábulo geopolítica?

O significado real da palavra geopolítica é o de uma disciplina científica que procura estabelecer as cor-

²⁵ CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957. 2 vols.

²⁶ CASTRO, 1957, p. 20.

relações entre fatores geográficos e fenômenos de natureza política, a fim de demonstrar que as diretrizes políticas não têm sentido fora dos marcos geográficos, isto é, se as separarmos da realidade e das contingências do ambiente natural e do meio cultural. Está claro que a geopolítica assim compreendida não tem nada a ver com a Geopolitik alemã, pseudo ciência de Karl Haushofer (...), é apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial.²⁷

Em 1976 Yves Lacoste lança a revista *Hérodote: idéologie, géographie, stratégie* (*Heródote: ideologia, geografia, estratégia*),²⁸ através da qual pretendia revelar a “face oculta da geografia”, isto é, seu caráter político. Por isso a perguntada lançada: “A quem serve a geografia?” Para ele, tratava-se de relembrar que a geografia está a serviço do poder desde o seu surgimento e que o “pai da História”, Heródoto é, de fato, muito mais geógrafo do que historiador. Na apresentação da revista é possível ler que descrições metódicas da geografia física e humana “são de fato preciosos, vitais, estratégicos para a expansão das empresas, dominação política, guerra moderna e contra-revolução.”²⁹ Isto dá uma ideia da linha de ação da revista que estava sendo lançada.

Mais tarde, quando a revista já estava consolidada, Lacoste vai argumentar que o lançamento de *Hérodote* provocou “escândalo que abalou a corporação dos geógrafos universitários”, por dois motivos:

em primeiro lugar devido ao subtítulo que indica as orientações da revista: Estratégias - Geografias - Ideologias. Que escândalo confrontar a geografia não à

²⁷ CASTRO, 1957, p. 21.

²⁸ Até o número 108 (1º trimestre de 2003) a revista está disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb343771523/date.item>. Do número 109 até a edição atual está disponível em <https://www.herodote.org/spip.php?page=liste>

²⁹ Attention: géographique! *Hérodote: idéologie, géographie, stratégie*. N° 1, 1^{er} trimestre 1976, p. 4.

ciência e aos seus critérios, mas às estratégias e ideologias! Também, escândalo para os historiadores que geógrafos se apoderem do “pai da história”, no Ocidente. Mas Heródoto é também o primeiro verdadeiro geógrafo e ele não escreveu uma história mas sim uma enquete sobre os países com os quais Atenas mantinha relações ou estava em conflito.³⁰

As primeiras edições da *Hérodote* abordavam, principalmente, questões internacionais, notadamente àquelas envolvendo fronteiras e conflitos interétnicos, que são tradicionais preocupações clássicas da Geografia Política. Entretanto, a partir da edição nº 25, do primeiro trimestre de 1982, com o dossiê *D'autres géopolitiques*, afirma-se a geopolítica como instrumental adequado às lutas emancipatórias dos povos coloniais ou para a independência regional.

Em 1983 a revista muda o seu subtítulo. Passa a se chamar *Hérodote: revue de géographie et de géopolitique* (*Heródoto: revista de geografia e geopolítica*). Seu próprio diretor diz que esta alteração do nome da revista “explicita suas orientações iniciais que não mudaram na essência.” Por outro lado, é a consequência do fato que “os geógrafos têm coisas a dizer em geopolítica.”³¹

No editorial do 28º número da revista, o primeiro com a nova denominação, Lacoste explicita seu conceito de geopolítica, muito próximo ao conceito utilizado por Josué de Castro.

Pareceu-nos que o termo “geopolítica”, há muito tempo mantido em descrédito ou suspeito, tornou-se (...) o rótulo de um certo tipo de discurso (...) dito realista, mas que procedem, como outros, de tendências ideológicas (...). Não temos que deixar-lhes o campo livre nem o monopólio do termo geopolítico. É mais do que

³⁰ LACOSTE, 1988, p. 7.

³¹ LACOSTE, 1988, p. 7.

nunca necessário mostrar que existem formas muito diferentes de tratar os problemas geográficos e geopolíticos. Para aqueles que proclamam que a geopolítica é um “conceito hitleriano”, diremos que não é apenas o raciocínio de Ratzel e seus seguidores nazistas que devemos analisar, se queremos combatê-los efetivamente, é também a preocupação do geógrafo libertário Élisée Reclus, a quem tanto admiramos.³²

Béatrice Giblin, que junto com Yves Lacoste é uma das editoras da revista, esclarece que o termo geopolítica já havia sido usado em várias ocasiões. Isso decorre do fato que eles não estavam mais interessados na função ideológica da geografia escolar e universitária e, por outro lado, porque estavam cada vez mais interessados nas representações contraditórias dos protagonistas de um conflito territorial.³³

Ao completar uma década de existência, em editorial, seus diretores, Yves Lacoste, Michel Foucher e Béatrice Giblin avaliavam positivamente a trajetória da revista.

Em 1976, quando surgiu, graças ao apoio de François Maspero, o primeiro número d'*Hérodote* foi um grande escândalo na tranquila corporação dos geógrafos universitários. Após decênios, eles haviam evitado todas as polêmicas. Atenção, geografia!, dissemos no editorial de lançamento do primeiro número que se tornou famoso. “A geografia serve, antes de mais nada (mas não somente)’ para fazer a guerra.” De fato, *Hérodote* recordava brutalmente aquilo que os professores de geografia haviam convencido de esquecer, mas que, após séculos, os homens de Estado, os chefes de guerra e os homens de ação sabiam: que a geografia é fundamentalmente um saber político, um saber estra-

³² LACOSTE, Yves. Editorial. *Hérodote*: revue de géographie et de géopolitique, nº 28, 1^{er} trimestre 1983, p. 4.

³³ GIBLIN, Béatrice. Herodote et L'école Française de Geopolitique. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, 2014, p. 57.

tégico, um saber pensar o espaço, o espaço terrestre e suas complexidades, para saber agir mais eficazmente. Hoje, *Hérodote* está se tornando quase uma instituição, a mais importante revista francesa de geografia. É sobretudo a única revista do mundo que articula método geográfico e análise geopolítica.³⁴

Neste mesmo número comemorativo da *Hérodote*, ao escrever sobre a geopolítica das regiões francesas, Béatrice Giblin chamava a atenção para a crescente popularidade que o termo geopolítica estava enfrentando: “Na verdade, jornalistas, cientistas políticos e políticos usam o termo geopolítica com cada vez mais frequência em conexão com questões internacionais e muitas vezes para disfarçar algumas banalidades ou slogans.”³⁵

No mesmo ano de lançamento de *Hérodote*, Yves Lacoste publicou o livro pelo qual ficou conhecido internacionalmente: *La Géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*.³⁶ Nesta obra, ele argumenta que o saber geográfico pode manifestar-se em dois planos: a **Geografia dos Estados Maiores**, que inclui “desde os das forças armadas até os dos grandes aparelhos capitalistas” e a **Geografia dos Professores**, “a única da qual convém falar”.³⁷ A primeira, sempre foi ligada à prática do poder, seja através dos Estados ou de grandes corporações internacionais, que estabelecem estratégias de dominação da superfície terrestre. A segunda, seria a geografia tradicional, ensinada nas escolas, que tem uma dupla função:³⁸

³⁴ LACOSTE, Yves; FOUCHER, Michel; GIBLIN, Béatrice. Hérodote a dix ans. *Hérodote: revue de géographie et de géopolitique*, n° 40, 1^{er} trimestre 1986, p. 3.

³⁵ GIBLIN, Béatrice. Géopolitique des régions françaises. *Hérodote: revue de géographie et de géopolitique*, n° 40, 1^{er} trimestre 1986, p. 32.

³⁶ LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 1988 [1976].

³⁷ LACOSTE, 1988 [1976], p. 12.

³⁸ LACOSTE, 1988 [1976], p. 14.

i) mascarar a existência da “Geografia dos Estados Maiores”, apresentando o conhecimento geográfico como inútil, mascarando o valor estratégico de saber pensar o espaço, tornando-o desinteressante para a maioria das pessoas;

ii) levantar, camufladamente, dados para a “Geografia dos Estados Maiores”, fornecendo informações precisas sobre os variados lugares da Terra, sem gerar suspeita.

Decorrente disso, o indivíduo tem uma visão fracionada do espaço, enquanto o Estado tem uma visão integrada e articulada deste espaço, pois age em todos os lugares, facilitando a dominação.

Lacoste defende a necessidade de se construir uma visão integrada do espaço, numa perspectiva popular e de sociabilizar este saber, pois como afirma “é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater”. Mais adiante, o autor enfatiza:

É preciso que as pessoas estejam melhor armadas, tanto para organizar seu deslocamento, como para expressar sua opinião em matéria de organização espacial. É preciso que elas sejam capazes de perceber e de analisar suficientemente rápido as estratégias daqueles que estão no poder, tanto no plano nacional, como no internacional.³⁹

A escola geopolítica lacostiana era totalmente diferente na essência por ser originária a partir de uma concepção de esquerda, de defesa dos povos colonizados e da oposição ao imperialismo americano. Embora Yves Lacoste utilize o marxismo em sua análise crítica da sociedade capitalista e nas suas concepções sobre o vínculo entre ciência, política e ética profissional, ele procura valorizar a autonomia epistemológica do estudo do espaço pelo refinamento dos métodos utilizados pela geografia tradicional. Para ele não poderia haver uma

³⁹ LACOSTE, 1988 [1976], p. 194.

geografia marxista propriamente dita, mas sim uma complementaridade entre teoria marxista e pesquisa geográfica, uma vez que o espaço constitui o “domínio estratégico por excelência”, influenciando decisivamente nas lutas políticas.

Em 2003 Yves Lacoste lançou *De la géopolitique aux paysages, dictionnaire de la géographie*.⁴⁰ Já no preâmbulo ele se justifica ao enfatizar que, “paisagens e questões geopolíticas formam duas fachadas” da geografia. Assim, o autor também proclama seu apego à geografia das paisagens. Ele vê isso, em particular, como uma oportunidade para afirmar a importância da geografia física como um componente essencial da geografia, na medida em que as paisagens são “feitas principalmente de formas de relevo”.

É importante considerar que ao abordar uma definição de geopolítica, Lacoste reconhece que há uma evolução no conceito – ele abre uma secção com o título *Uma nova e global concepção da geopolítica* – porque este conceito já não corresponde apenas a rivalidades de poder por território “mas – o que é novo – a rivalidades cujas representações mais ou menos antagônicas são, a partir de agora, largamente difundidas pelos *media*”⁴¹. A nova geopolítica que refere é a que resulta desse reforço do papel dos *media*, tornados fatores geopolíticos porque, influenciando a opinião pública, interferem nas decisões dos dirigentes políticos.

Dez anos antes, em um outro dicionário organizado por Yves Lacoste, o *Dictionnaire de géopolitique*, ele abordava a perspectiva de uma nova geopolítica em relação aos atores geopolíticos. Apontava que, diferentemente do que acontecia na geopolítica clássica, o Estado não é mais o único ator.

⁴⁰ LACOSTE, Yves. *Dicionário de geografia: geopolítica das paisagens*. Lisboa: Editorial Teorema, 2005 [2003].

⁴¹ LACOSTE, 2005 [2003], p. 5.

O Estado-nação não é mais a única representação geopolítica e se sofre a concorrência de outras representações muito mais vastas e mais fluidas ou ao contrário mais restritas e mais precisas, mais elas também carregadas de valores. [...] As relações poder-território não são mais somente obra de chefes de Estados e de seus conselheiros, mas também dos militantes que, por meio de movimentos locais ou de associações, animam pequenos grupos de homens e mulheres, para a defesa do progresso, a salvaguarda do patrimônio ou o controle da população de certos guetos que se proclamam “autônomos”.⁴²

Além da ampliação dos atores geopolíticos, Yves Lacoste vai incorporar também novos temas e novos objetos na abordagem geopolítica. Em 2008, escrevendo na sua *Hérodote*, ele vai explicitar o que estava entendendo por geopolítica naquele momento.

Minha definição de geopolítica é mais curta e é importante entender a palavra “geopolítica” no sentido mais forte: quando se trata de geopolítica na imprensa, e esse é o caso cada vez com mais frequência, é sobre relações entre forças políticas precisamente localizadas, sejam oficiais ou clandestinas: lutas sangrentas entre grupos étnicos ou facções religiosas, guerras entre nações, luta de um povo pela sua independência, ameaças de conflitos entre grandes Estados. Por “geopolítica”, no sentido fundador do termo, entendo as lutas de poder pelo território, seja ele grande ou pequeno. O território geográfico é essencial na geopolítica, mas não se trata apenas do território como tal, com a sua extensão, as suas formas de relevo e os seus recursos, mas também dos homens e mulheres que aí vivem e dos poderes que aceitam e lutam, pela história que contam a si mesmas com ou sem razão, seus medos e suas representações do futuro.⁴³

⁴² LACOSTE apud BRAGA, Sandra Rodrigues. Sentos, consensos e dissensos: itinerários geopolíticos de Ratzel a Lacoste. *Revista de Geopolítica*, v. 2, nº 1, jan./jun. 2011, p. 160-161.

⁴³ LACOSTE, Yves. La géographie, la géopolitique et le raisonnement géographique. *Hérodote*

Entre os novos objetos geopolíticos, Lacoste vai apontar a língua falada como algo essencial num projeto de dominação, quando um determinado idioma é imposto por um determinado país. Neste caso, ele focalizou como o inglês tem se destacado ao redor do mundo, isto é, se este idioma alcançou o atual prestígio, isso se deve à expansão e ao predomínio político, econômico e cultural do Reino Unido e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Ele lembra também que a política colonial francesa na África desencorajou o fluxo de ideias e, de forma bastante surpreendente, os jornais só apareceram nas nações africanas após a Segunda Guerra Mundial, dificultando desta forma a propagação da língua francesa.

Para Lacoste, historicamente, a difusão de uma língua num determinado território em detrimento das línguas nativas traduz rivalidades de poderes nesse território. Foi isso que aconteceu na construção dos Estados-nação, com a propagação de sua língua nacional, em detrimento das chamadas línguas regionais” e “que são os falares de antigos conjuntos geopolíticos.”

De acordo com Lacoste, a análise geopolítica de uma língua não se dá apenas em função do espaço em que ela se propaga.

Por geopolítica, todos sabemos, entende-se toda rivalidade de poderes (e de influências) sobre territórios. A abordagem geopolítica de uma língua não se limita a examinar no mapa o alcance de sua extensão e seus limites com outras línguas, a constatar a coincidência (ou a não-coincidência) com as fronteiras desse ou daquele Estado.⁴⁴

As línguas amplamente utilizadas desempenham um papel polí-

te: revue de géographie et de géopolitique, n°130, 3^{er} trimestre 2008, p. 18.

⁴⁴ LACOSTE, Yves. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Coord.). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 7.

tico importante e conferem seus traços característicos a uma civilização. É por isso que essas línguas refletem o poder dos Estados que as usam. A localização de uma língua, seu peso político, são referências úteis para analisar as razões e os limites do poder do Estado.

Lacoste vai analisar a difusão do inglês como fenômeno global, planetário. Para ele, todos os lugares sociais onde a língua inglesa se estabelece e contribui para a manutenção, na ordem do dia, de tudo o que seja essencialmente americano. As consequências se traduzem no papel predominante dos Estados Unidos na cena mundial e ditam as diretrizes para a condução das geopolíticas e das rivalidades entre este país e o resto do mundo. A difusão do inglês, segundo ele, “contribui para manter na moda tudo o que é americano. E tudo isso tem consequências geopolíticas e participa das rivalidades de poderes e de influências em nível mundial e no quadro de todos os países.” No entanto, os resultados são contraditórios: “o paradoxo — que é sobretudo geopolítico — é que o papel e a influência dos Estados Unidos nunca foram tão grandes e nunca o antiamericanismo se exprimiu tão claramente na opinião pública de todos os países.”⁴⁵

Yves Lacoste sofreu (e ainda sofre) pesadas críticas por estar “desvirtuando” o objeto da geografia e transformando em geopolítica. Mas ao que parece, não se deixou abater.

La Geopolítica hoy demuestra la importancia fundamental de la Geografía, en la medida en que ésta es eficazmente asociada a la Historia, para el análisis de las relaciones de fuerza y de los proyectos antagonistas de aquellos que detentan el poder.⁴⁶

O que Yves Lacoste afirmou há mais de 45 anos, continua válido:

⁴⁵ LACOSTE, 2005, p. 11.

⁴⁶ LACOSTE, Yves. Del razonamiento geográfico, táctico y estratégico al razonamiento geopolítico: los comienzos de *Hérodote. Geopolítica(s)*. *Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 2, nº 2, 2011, p. 342.

a geopolítica não é monopólio de um determinado espectro ideológico, como muitas vezes se tentou fazer acreditar:

Na verdade, os raciocínios geopolíticos, isto é, tudo aquilo que mostra a complexidade das relações entre aquilo que sobrevém da política e as configurações geográficas, não são mais de “direita” do que de “esquerda”, não mais “imperialistas” que “libertadores”. Eles servem àqueles que os utilizam e são, evidentemente, matéria para refutação e controvérsia.

Mais importante que isso: a geopolítica serve também como instrumento de defesa:

Tal argumentação que lesa os interesses de tal grupo ou de tal povo será refutada por um outro raciocínio que é, também, geopolítico. Ela o é também tanto da história como da economia, cujas teses servem, em primeiro lugar àqueles que as afirmam, mas isso não impede seus saberes de serem respeitados e de se encaminhar, nas polémicas, para um conhecimento menos participante da realidade.⁴⁷

Como lição, fica a assertiva de Yves Lacoste: toda ação de um povo é uma ação geopolítica.⁴⁸

⁴⁷ LACOSTE, 1988 [1976], p. 242.

⁴⁸ LACOSTE, Yves. Braudel Geógrafo. In: LACOSTE, Y. (Org). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989, p. 208.

A geoeconomia

A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA JUSTIFICOU SUA EXISTÊNCIA EM UM mundo precedente de movimentos expansionistas, onde os Estados ainda eram o único ator no cenário mundial em busca de redefinições oriundas da divisão de territórios. Desta forma, a guerra era o instrumento adequado para o embate entre as nações.

Com o surgimento de novos atores no cenário internacional, a disputa por novos espaços, o desenvolvimento tecnológico, a globalização, fez com que a geopolítica necessitasse adequar-se às novas demandas.

Um grande número de autores explicita que geopolítica entrou em crise pelo fato de seu conteúdo ter inspirado, subversivamente, as maiores atrocidades da humanidade ligadas as tendências fascistas e nazistas do período. Com isso ela passou a ser execrada como ciência, mas também devido seu contexto histórico limitar-se a atuação do Estado, atrelando-se a questão militar.

No entanto, vale observar que entre os vários fatores que propiciaram a crise da geopolítica clássica não foram somente os elencados no parágrafo anterior, mas também o surgimento de novos atores que alteram a órbita das relações internacionais, deixando de ver como ponto determinante a preocupação com apenas um único elemento do Estado: o território.

Em 05 de janeiro de 1998, o jornal *Folha de São Paulo* publicava o seguinte artigo, abordando a configuração mundial que emergiu com o final da Guerra Fria:

Nova Geopolítica

Ao término da Guerra Fria parecia que as relações internacionais dariam lugar apenas a questões comerciais. Os presidentes assumiriam funções supostamente semelhantes às dos caixeiros-viajantes.

Mas o exemplo de 97 vai mostrando que a realidade mundial, que não deixa de confirmar parte dessas tendências apontadas, é um tanto diversa. A política internacional assume novas formas. As relações globais incluem temas bem mais complexos.

Ficou evidente que o fim da Guerra Fria não foi um fato simples. Há, para dizer o menos, uma herança de tensões econômicas, sociais, étnicas e territoriais que, durante o período de confronto bipolar, ficaram apenas mascaradas ou reprimidas.

Os dois exemplos mais claros de que a Guerra Fria acabou, mas deixou problemas por resolver foram o agravamento das tensões no Oriente Médio e o avanço da OTAN, sob o comando dos EUA, sobre os países que antes jaziam sob o domínio soviético. Nos dois casos, importantes mudanças no desenho político do mapa mundi ainda estão em curso.

A temática da segurança global vem sendo impelida em novas direções. Os exemplos vão do fortalecimento de máfias com o porte de governos atuando no tráfico de armas, de drogas e até de pessoas e órgãos humanos, ao

aumento do contrabando e da evasão fiscal. A coordenação dos países e até dos exércitos no combate a esses males apenas engatinha.

Há também novas questões que são mais positivas. O crescimento das organizações não-governamentais e a explosão de novas mídias (Internet e TVs a cabo, por exemplo), sempre atuando em escala internacional, mostra quão tímida e até despreparada é a diplomacia tradicional.

No lugar da Guerra Fria, aumentam as frentes onde são disputadas outras guerras: eletrônicas, de informação e contra novas ameaças à segurança dos indivíduos e dos países. Neste cenário, os Estados nacionais ainda são importantes, mas seu raio de ação ficou mais restrito.

Para muitos autores, com o fim da Guerra Fria e o consequente final do risco de um conflito bélico de proporções globais, a geopolítica estava morta. No entanto, esta avaliação mostrou-se precipitada. Obviamente, a forma clássica de se entender as relações *poder X espaço* sofreu alterações significativas.

Com o fim da Guerra Fria e a consequente estruturação do mundo em uma ordem mundial sem qualquer alinhamento, o encerramento da possibilidade iminente de grandes conflitos, onde o surgimento de novos atores delineia as normas, a geopolítica se reergue sob nova roupagem.

O que está sendo chamado de novas geopolíticas além de não centralizarem o Estado como a única fonte de poder, contextualizam com outros sistemas no espaço.

O século XXI marca uma nova era para geopolítica que após um período de ostracismo ressurgiu em um novo cenário adaptando-se desta forma, haja vista que o Estado não é o único a regular as relações, deixando, talvez, de ser o principal ator, relegado a posição secundária no novo tabuleiro internacional.

Em um mundo onde a economia é a linha mestra de atuação,

a discussão é se ela não passa a visualizar as estratégias dos Estados e, principalmente, dos novos atores na política internacional. Além das disputas militares, as disputas econômicas passaram a ocupar um lugar proeminente no cenário internacional. Assim pensam, por exemplo, Paul Kennedy, Edward Luttwak, Lester Thurow, Kenichi Ohmae, John Naisbitt...

PAUL KENNEDY

Para alguns estudiosos, a fonte mais importante de potenciais conflitos na nova ordem mundial é a crescente disparidade entre o Norte e o Sul, entre uma minoria de nações ricas e uma imensa maioria de países pobres subdesenvolvidos.

Um dos principais expoentes desta visão é o geopolitólogo, professor universitário e historiador inglês, radicado nos EUA desde 1983, Paul Kennedy, um liberal de esquerda, que escreveu em 1987 uma obra de impacto, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*.¹ Este livro tornou-se um clássico da geopolítica, traduzido para 23 idiomas diferentes.² A sua tese central é a de que todos os grandes impérios que a humanidade conheceu em sua história, desde o grande Império Romano e todos os que os sucederam, ao final de seus tempos, acabam entrando em grave crise econômica e tornam-se potências guerreiras, agressivas. Na sua concepção era exatamente isso que estava se passando com os Estados Unidos, numa prova da sua decadência.

Uma década e meia mais tarde ele dizia que o mundo estava passando por uma circunstância nunca vista anteriormente. Os Estados

¹ KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

² Sobre o sucesso do livro ele diz de forma jocosa: "mas não acho que muitas pessoas leram mais do que o capítulo final sobre os EUA e a URSS (*The Guardian*, 04 de fevereiro de 2008).

Nasceu no norte da Inglaterra, formado em Oxford, membro da Royal Historical Society, é professor na Universidade de Yale, onde é diretor do Instituto de Estudos de Segurança Internacional. É articulista do jornal New York Times e já foi consultor de lideranças como o ex-secretário geral das ONU, Bouros-Ghall e o ex-presidente norte americano Bill Clinton.



**PAUL MICHAEL
KENNEDY**
(1945-...)

PRINCIPAIS OBRAS:

1972 – *Pacific Onslaught, 1941–43*

1973 – *Conquest: The Pacific War, 1943–45*

1974 – *The Samoan Tangle: A Study in Anglo-German-American Relations, 1878–1900*

1976 – *The Rise and Fall of British Naval Mastery*

1980 – *The Rise of the Anglo-German Antagonism, 1860–1914*

1981 – *The Realities Behind Diplomacy: Background Influences on British External Policy, 1865–1980*

1983 – **Strategy and Diplomacy, 1870–1945**

1984 – *The First World War and the International Power System*

1986 – *The Rise and Fall of British Naval Mastery*

Unidos estariam sem concorrentes à altura no cenário internacional. Para corroborar esta ideia, num artigo, ele vai afirmar que nem a *Pax Britannica*, a França napoleônica, a Espanha de Filipe II, o Império de Carlos Magno e nem mesmo o Império Romano se poderia comparar à dominação norte-americana do início do século XXI. O mundo jamais teria conhecido uma disparidade de poder no sistema mundial como naquele momento.³

No final da Segunda Guerra Mundial, a superioridade da nova potência mundial, vencedora do conflito, era tão impressionante sob todas as perspectivas que superava as vantagens alternadas das anteriores potências europeias, só temporariamente dominantes. Sobre esta situação, escreve Paul Kennedy:

porque o resto do mundo, no final da guerra, estava tão esgotado ou se encontrava ainda numa situação de sub-desenvolvimento colonial, a potência americana – na falta de melhor conceito – em 1945 estava artificialmente tão elevada como, por exemplo, a Inglaterra em 1815. Apesar disso, as dimensões de facto do seu poderio, em números absolutos, eram inéditas... Na verdade, o crescimento industrial foi nos Estados Unidos de 1940 a 1944 acima de 15% ao ano - superior a qualquer outro período anterior ou posterior. O nível de vida e a produtividade per capita eram superiores aos de qualquer outro país. Os Estados Unidos foram o único país entre as grandes potências que, com a guerra, ficaram mais ricos – e, na realidade, muito mais ricos – e não mais pobres.⁴

Já na introdução do seu livro, Paul Kennedy deixa claro que o conflito militar, quando existiu, precisa ser examinado no contexto da “transformação econômica”. Diz ele:

³ KENNEDY, Paul. *The Greatest Superpower Ever. New Perspectives Quarterly*, v. 19, nº 2, p. 8-18, 2002.

⁴ KENNEDY, 1989, p. 533 e segs.

A vitória de qualquer grande potência nesse período, ou o colapso de outra, foi geralmente consequência de prolongada luta de suas forças armadas; mas também da utilização mais ou menos eficiente de seus recursos produtivos em tempos de guerra e, com menos destaque, da maneira pela qual sua economia vinha crescendo ou decaindo, em relação às outras nações importantes.⁵

O fim da Guerra Fria e a vitória dos Estados Unidos demonstrou a vitória do poder marítimo, do capitalismo; além disso, denota sob a ótica soviética a sua unidimensionalidade que pode ser comprovada pelo seu baixo poderio econômico, que buscou no militarismo a justificativa da sua estagnação, da sua defasagem estratégica, somando-se aos problemas étnicos e culturais que não foram capazes de oferecer resistência diante da multidimensionalidade americana com seu poderio econômico, científico e tecnológico.

A geopolítica irá delinear a atuação norte americana a partir de então; porém, a economia será a mola mestra dessa nova tendência, que segundo Paul Kennedy também terá um fim, pois todas as potências encontram a ascensão em determinada fase, tendo consequente queda pela lógica da história das grandes potências.

Por isso, na análise de Paul Kennedy, os Estados Unidos merecem uma atenção especial:

Embora os Estados Unidos ocupem atualmente ainda uma posição especial própria, econômica e talvez militar, não podem deixar de enfrentar duas grandes provas que desafiam a longevidade de toda grande potência que ocupa a posição “número um” nos assuntos mundiais: a capacidade de preservar equilíbrio entre as necessidades defensivas e os meios que dispõe para atender a elas; e a capacidade de preservar bases tecnológicas e econômicas.⁶

⁵ KENNEDY, 1989, p. I.

⁶ KENNEDY, 1989, p. 488.

Obviamente que Paul Kennedy observa o que está acontecendo no restante do mundo. Em relação à América Latina aponta que parece haver crescentes desafios aos interesses nacionais dos Estados Unidos. Por isso, “se uma grande crise internacional de dívidas vai ocorrer em alguma parte do mundo, desfechando sério golpe no sistema creditício mundial e, em especial, nos bancos americanos, ela provavelmente começará nessa região.” Para ele, não só os problemas econômicos da América Latina reduziram a posição de crédito de muitas grandes casas bancárias americanas, mas também contribuíram para uma substancial diminuição nas exportações de manufaturados americanos para a região. Por isso afirma que na América Latina, bem como no leste da Ásia, a ameaça de que os países prósperos e adiantados, aumentem constantemente as tarifas contra os manufaturados importados, de baixo custo de mão-de-obra, e sejam ainda menos generosos em seus programas de ajuda externa, é motivo de profunda preocupação.⁷

Geopoliticamente, a Ásia era motivo de preocupação para Paul Kennedy:

A maior parcela da população do mundo vive ali: uma grande e crescente proporção do comércio americano vai para os países da “orla do Pacífico”; duas das futuras grandes potências mundiais, China e Japão, lá estão localizadas; a União Soviética, diretamente e (através do Vietnã) indiretamente, também está presente. O mesmo acontece com os países asiáticos recém-industrializados, frágeis, quase democracias que, de um lado, adotaram o *ethos* capitalista do *laissez-faire* com excessivo entusiasmo, e, do outro, estão competindo com a indústria americana em tudo, de têxteis à eletrônica. É também no leste da Ásia que há um substancial número de compromissos militares americanos, em geral criações da Guerra Fria.⁸

⁷ KENNEDY, 1989, p. 489.

⁸ KENNEDY, 1989, p. 490.

Por outro lado, na concepção do autor, não é surpreendente que os setores mais preocupados com a discrepância entre os compromissos americanos e o seu próprio poderio sejam as próprias forças armadas, “simplesmente porque seriam as primeiras a sofrer, se as debilidades estratégicas se evidenciassem na dura prova da guerra.” Diante disso se justificam as frequentes advertências do Pentágono contra a obrigação de ser forçado a um “ato de equilíbrio logístico global”, transferindo forças de um “ponto conflituoso” para outro, à medida que surgem novos problemas.⁹

Em síntese, na avaliação de Paul Kennedy, a questão final sobre a relação adequada entre “meios e fins” na defesa dos interesses americanos globais está relacionada com os desafios econômicos enfrentados pelo país, os quais, pela sua variedade, ameaçam criar pressões enormes sobre as decisões em política nacional. “A extraordinária amplitude e complexidade da economia americana torna difícil resumir o que está acontecendo a todas as suas partes – especialmente num período em que está enviando sinais tão contraditórios.”¹⁰

Paul Kennedy chama a atenção que os EUA apresentam um declínio industrial, bem como agrícola. Por isso, não é de surpreender que estes problemas econômicos tenham levado a “um incremento do sentimento protecionista em muitos setores da economia americana, e entre homens de negócios, sindicatos, agricultores e seus deputados, e senadores.”¹¹

Ao lançar um olhar sobre a história, ele percebe que como aconteceu com todas as outras potências do passado, “não há respostas fáceis para solucionar a tríplice tensão entre defesa, consumo e investimento, na fixação das prioridades nacionais.” Como pensador preocupado com os destinos da nação, percebe que “isso nos leva, inevi-

⁹ KENNEDY, 1989, p. 492.

¹⁰ KENNEDY, 1989, p. 497.

¹¹ KENNEDY, 1989, p. 498.

tavelmente, à delicada relação entre lento crescimento econômico e elevadas despesas com a defesa. O debate sobre ‘a economia dos gastos com a defesa’ é altamente controverso.”¹²

Em entrevista ao diário francês *Le Monde*, Paul Kennedy reafirmou que sua teoria da decadência inevitável dos EUA ainda vale, apesar da supremacia do país. “Os EUA têm 5% da população, 30% da economia e 50% das despesas militares do mundo”. Para ele, “nenhuma potência pôde se manter no auge muito tempo, nem Roma”. Kennedy acha, porém, que o país continuará a ser a potência militarmente dominante a médio prazo.¹³

Nessas circunstâncias perturbadas, Paul Kennedy vê a grande potência gastando mais com a defesa do que fazia antes. O mundo estaria se tornando mais hostil simplesmente porque outras potências cresceram mais depressa e se estão tornando mais fortes. A grande potência em declínio relativo reage, instintivamente, gastando ainda mais com a “segurança” e, com isso, afastando do “investimento produtivo” recursos potenciais. Com isso, agrava ainda mais seu dilema à longo prazo.

É bom que se diga que Paul Kennedy fez generalizações, porém, sem cair na armadilha do determinismo econômico. Ele não argumentou que a economia determina todos os fatos, ou constitui a única razão do sucesso ou fracasso das nações. Há muitas provas indicando outros elementos, como a geografia, organização militar, moral nacional, sistema de alianças e outros fatores que podem afetar o poder relativo dos membros dos sistemas de Estado. O que para ele é incontestável é que, em longa e arrastada guerra de grandes potências, geralmente, em coalizão, a vitória esteve repetidas vezes ao lado daqueles com base produtiva mais florescente. A posição de poder de nações importan-

¹² KENNEDY, 1989, p. 504.

¹³ <http://www.brasilnews.com.br/News3.php3?CodReg=7500&edit=Mundo&Cod-news=999 - 11/04/2003>

tes acompanhou de perto sua posição econômica relativa nos últimos cinco séculos. Isso não é negar que “os homens fazem a sua própria história”, mas a fazem dentro de circunstâncias históricas que podem limitar, assim como ampliar, as possibilidades.

Em outra obra, de 1993, *Preparing for the Twenty-first Century*¹⁴, Paul Kennedy observa que o alcance que podem ter as consequências das disparidades regionais diante ritmo acelerado do crescimento populacional constituem, atualmente, o seu aspecto mais dramático. A base desse entendimento reside na constatação de que os padrões demográficos são diferenciados; também são diferenciados os povos que dão base concreta a esses padrões, verificando-se desníveis diversos em que alguns povos vêm crescendo com rapidez, outros se estagnando, e outros ainda em declínio absoluto. Estes desequilíbrios “influenciam a maneira pela qual as várias raças do globo se vêem umas às outras”, ao mesmo tempo em que “afetam as políticas internacionais e nacionais, o tecido social, e as políticas alimentar, energética e migratória”.¹⁵

Por outro lado, Paul Kennedy chama a atenção para os “impactos” que possivelmente ocorrerão na *segurança nacional* daqueles países que apresentam taxas declinantes, tanto da fecundidade como da natalidade, o que pode ser observado em diversos países da Europa Ocidental. Esta situação ao longo do tempo poderá, efetivamente, implicar numa redução significativa dos efetivos militares. O problema se agrava quando se combina a variável queda da fecundidade/natalidade com o fato de que esses países são, em grande parte, alvos preferenciais de imigrantes provenientes de países pobres.¹⁶

Assim, as instabilidades e incertezas que pairam sobre o cotidiano econômico e geopolítico do mundo atual, levarão a uma possível retração dos contingentes militares e constitui um motivo de grande

¹⁴ KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

¹⁵ KENNEDY, 1993, p. 19.

¹⁶ KENNEDY, 1993, p. 31.

apreensão para os governantes e seus sistemas de segurança. O caso de algumas regiões do mundo que experimentam situações de turbulência demográfico-populacional, como as que ocorrem na América Central, Sudeste Asiático, Afeganistão/Cachemira, Oriente Médio, áreas próximas à ex-União Soviética, ou partes da África, se revela aos países desenvolvidos como uma realidade preocupante e ameaçadora, uma vez que aquelas regiões apresentam em comum “populações jovens e de rápido crescimento, com expectativas sociais e econômicas reprimidas”. Portanto, o crescimento populacional associado ao avanço/aceleração da globalização, desencadeia a formação de um conjunto de situações potencialmente geradoras de conflitos, e se este problema não for tratado urgentemente de forma adequada, lançará no horizonte inúmeras razões para se acreditar que a tendência da crise em curso é a inevitabilidade da barbárie sócio-espacial. A busca desesperada pelos desperdícios da globalização por condições de sobrevivência em espaços diversos já é uma realidade em rápida evolução/expansão.

Paul Kennedy lembra, no entanto, que existem outros problemas que podem desencadear conflitos. “Evidentemente as rivalidades ideológicas, os ódios raciais e religiosos e muitas outras razões também contribuem para essas guerras civis e regionais.”¹⁷

Em *Ascensão e queda das grandes potências* Paul Kennedy estava preocupado com o poderio militar; procurou demonstrar que os grandes conflitos eram vistos sempre pela ótica das “grandes potências”. Na obra *Preparando para o século XXI*, enfatiza que os novos desafios estão centrados: na “nova revolução industrial”, que promove o aumento da produtividade e o desemprego em massa; na biotecnologia e seus problemas; na explosão demográfica; no processo de globalização; nos perigos para o meio ambiente global; e, no enfraquecimento do Estado nacional. Sua preocupação agora é com o futuro da humanidade,

¹⁷ KENNEDY, 1993, p. 31.

com as crescentes desigualdades internacionais que vão se agravar no século XXI e quais os perigos que isso acarreta.

Quando ao enfraquecimento do Estado nacional – lembrando que o fortalecimento do Estado era questão primordial para a geopolítica clássica –, Paul Kennedy lembra que a única ameaça real ao Estado nacional só podia vir de outro Estado, que buscasse aumentar seu poder relativo, ou de uma coalizão de Estados hostis. Assim, “para garantir a segurança nacional, os governos recorreram a uma combinação de medidas militares e diplomáticas – mantendo um exército permanente, construindo uma frota de guerra, formando alianças ou *ententes* contra um rival comum.” Diante deste quadro, as guerras eram onerosas, mas serviam para aumentar o fervor patriótico, denunciando ambições expansionistas, aumentando a solidariedade nacional. Lembra que no início do século XX, “os sentimentos nacionalistas foram fortalecidos pelas renovadas corridas naval e armamentista, pelas rivalidades coloniais, as agitações da imprensa amarela e as pressões chauvinistas, bem como pelas ideias social-darwinista de uma ‘luta pela sobrevivência’ internacional.”¹⁸

Paul Kennedy denomina as duas grandes guerras mundiais de “guerras totais”, que foram travadas por economias desenvolvidas e organizadas por burocracias modernas. Elas sinalizavam que a “vitória do Estado nacional parecia completa”. Saliente que mesmo os sistemas liberais, democráticos insistiram no recrutamento militar.¹⁹

Atualmente os instrumentos tradicionais, como exércitos e marinhas, já não podem ser empregados contra desafios econômicos. Embora isso possa parecer uma mudança, a verdade é que a velha maneira de pensar permanece: “o Estado nacional ainda está no centro das coisas empenhado numa luta incessante pela vantagem contra outros Estados nacionais.” O que mudou é que novos elementos surgiram como

¹⁸ KENNEDY, 1993, p. 123.

¹⁹ KENNEDY, 1993, p. 124.

ameaça à segurança: a superpopulação nos países mais pobres poderia desencadear guerras de recursos, exacerbação de tensões étnicas, contribuindo para instabilidades sociais e alimentando o expansionismo externo. A migração de contingentes das partes mais pobres em direção às mais ricas e pacíficas teria, além dos custos sociais, crescentes antagonismos raciais. Taxas de crescimento populacional diferenciadas de determinados grupos étnicos dentro das mesmas fronteiras nacionais também podem contribuir para aumentar as tensões. Isso sem falar nos efeitos da explosão populacional sobre o ecossistema que poderiam ameaçar interesses nacionais. O controle dos estoques de água, bem como de outros recursos naturais, faz aumentar o risco de conflitos.

A nova divisão internacional da produção e do trabalho potencializa a ameaça ao Estado nacional e a sua segurança.

A revolução financeira internacional encerra seus próprios desafios à suposta soberania do Estado nacional. O mundo sem fronteiras representa uma certa perda, pelo país, do controle sobre sua moeda e suas políticas fiscais. Essa perda poderia trazer prosperidade, mas se o sistema financeiro internacional for instável, haverá pouca, ou nenhuma, autoridade no controle dos potenciais fluxos maciços de moeda.²⁰

Estes desafios não podem ser enfrentados pela força militar, que é a maneira normal pela qual os Estados, ao longo do tempo, têm enfrentado as ameaças à sua segurança. “As forças-tarefas navais e as divisões blindadas são incapazes de impedir a explosão demográfica mundial, conter o efeito estufa, sustar as transações cambiais, proibir as fábricas automatizadas e a agricultura biotécnica em outros países.”²¹

²⁰ KENNEDY, 1993, p. 127.

²¹ KENNEDY, 1993, p. 127.

Estes elementos e mais aqueles que Paul Kennedy considerou como secundários - o terrorismo internacional e o tráfico de drogas -, estão ocupando o lugar das “velhas” ameaças de guerra nuclear e guerra convencional em larga escala, e por isso muitos “conselheiros” sugeriam que os governos deveriam abandonar a obsessão com os perigos militares e se concentrar no estabelecimento de medidas para enfrentar desafios muito diferentes ao bem estar nacional.

Ele lembra, no entanto, que o arsenal nuclear continuava a existir. “Portanto, as forças armadas continuarão e serão ocasionalmente usadas. Mas essa dimensão militar tradicional da ‘segurança’ coexistirá cada vez mais com as dimensões não militares” e que forçará “os políticos e seus públicos a redefinir sua terminologia e a repensar suas políticas.”

Em suma, mesmo que a autonomia e funções do Estado tenham sido enfraquecidas pelas tendências transnacionais, não apareceu nenhum substituto adequado para ocupar o seu lugar como a unidade chave na reação ao desafio global. A maneira pela qual a liderança política do país prepara seu povo para o século XXI continua tendo importância vital, mesmo quando os instrumentos tradicionais do Estado se estão enfraquecendo – razão pela qual é necessário, agora, examinar as perspectivas dos países e regiões individuais ao responderem, ou deixar de responder, os desafios do próximo século.²²

Embora o Japão terá dificuldade de escapar das repercussões das mudanças que a tecnologia e a demografia estão provocando no planeta, os japoneses, pela forma como a sociedade está organizada, “serão provavelmente o povo menos atingido pelos danos mais flagrantes e mais diretos da superpopulação mundial, da migração em massa e dos

²² KENNEDY, 1993, p. 132.

desastres ambientais, de um lado, ou da globalização da produção, de outro.”²³

Os Estados Unidos, apesar da série de problemas internos, ainda continuam a influenciar o mundo.

Sua cultura popular é visível por todo o mundo, sua língua domina nos negócios, na ciência e no entretenimento. Sua dedicação à liberdade e à democracia inspirou povos oprimidos em toda a parte, da China à Tchecoslováquia. Constituem um exemplo do sistema capitalista, que seus inimigos ideológicos desafiaram, e perderam. Devido ao seu grande poderio militar e sua influência diplomática, todos os olhares voltam-se habitualmente para Washington, quando ocorre uma crise internacional.²⁴

São poucos os países que estarão bem posicionados no século XXI. Os mais prováveis parecem ser o Japão, Coreia, Alemanha, Suíça, alguns dos Estados escandinavos e, talvez, a Comunidade Europeia como um todo. No entanto, o que estes países tem em comum?

São as altas taxas de poupança, impressionantes níveis de investimento em novas fábricas e equipamentos, excelentes sistemas educacionais (em especial para os que não vão para a universidade), uma força de trabalho habilitada e bons sistemas de retreinamento, uma cultura industrial com muito mais engenheiros do que advogados, um compromisso com a produção de manufaturados bem projetados, de alto valor agregado, para um mercado mundial, e excedentes comerciais bastantes constantes e bens “visíveis”.

De qualquer forma, o pensador inglês ressalta três elementos cha-

²³ KENNEDY, 1993, p. 138.

²⁴ KENNEDY, 1993, p. 313.

ves para quem pretender preparar a sociedade mundial para o século XXI: o papel da educação, a posição das mulheres e a necessidade de liderança política.²⁵

O papel da educação está diretamente vinculado ao papel da mulher. Paul Kennedy demonstra que nos países em que o percentual de mulheres analfabetas é elevado, também as taxas de fecundidade são elevadas.

Paul Kennedy relaciona três razões principais para as sociedades levarem a sério o desafio de se preparar para o século XXI:

i) A primeira relaciona-se com a competitividade. Embora o crescimento econômico não seja a única coisa importante, sem dúvida um padrão de vida decente proporciona abase para outras coisas que são considerados importantes – boa saúde, educação, lazer,... – Mas estes benefícios não são concedidos a todos, mas sim como recompensa para sociedades bem sucedidas. Nas suas próprias palavras,

uma economia cada vez mais incapaz de acompanhar as novas tecnologias, com taxas de crescimento lentas (ou negativas), com os níveis de renda per capita estáticos ou em queda enquanto as mudanças demográficas criam novas exigências sociais, está em piores condições do que uma outra que permaneça competitiva e adaptável. A incapacidade de repensar, retrainar e reequipar para o futuro produzirá, dessa forma, mais uma safra de perdedores econômicos da História.²⁶

ii) A segunda razão está ligada à necessidade de reagir aos desafios demográficos e ambiental, ao invés de esperar que a solução surja por si mesma. As sociedades com maior capacidade de adaptação são aquelas com capital, conhecimento científico, conhecimento técnico, pessoal

²⁵ KENNEDY, 1993, p. 344.

²⁶ KENNEDY, 1993, p. 350.

habilitado e inventivo, ao passo que os países que enfrentam os problemas mais sérios do mundo de hoje estão muito menos equipados para reagir.” Lembra o autor que a preocupação com o dano ambiental não significa que o crescimento econômico tenha que ser sustado, pois isso prejudicaria diretamente as sociedades mais pobres. Por isso, políticos e lideranças devem levar mais a sério as propostas de desenvolvimento sustentável. Ao exemplificar o crescimento industrial da Índia e da China, com a conseqüente enorme emissão de dióxido de carbono na atmosfera, o autor questiona a legitimidade da crítica dos países ricos desenvolvidos que também fizeram isso no passado. Por outro lado, qual seria outra possibilidade de elevar o PNB e o nível de vida naqueles países? O mesmo raciocínio pode ser utilizado para as pressões internacionais contra o desmatamento da Amazônia; norte-americanos e europeus destruíram suas florestas no século XIX e, atualmente, um norte-americano consome 15 vezes mais energia do que um brasileiro.²⁷

iii) Uma razão mais tradicional: reduzir as possibilidades de instabilidade política e seus níveis de violência e guerra.

Paul Kennedy vê com certa desconfiança a globalização com o enfraquecimento dos Estados nacionais, que provocaria o agravamento das desigualdades sociais, tornando o mundo mais instável. Por isso, ao concluir seu livro, afirma que com o fim da Guerra Fria não temos “uma nova ordem mundial”, mas sim um planeta perturbado, que apresenta problemas que merecem a atenção séria dos políticos e dos povos: “o ritmo e a complexidade das forças da mudança são enormes e assustadores; não obstante, ainda pode ser possível que homens e mulheres inteligentes liderem suas sociedades na complexa tarefa de preparar-se para o próprio século.” No entanto, se esses desafios não

²⁷ KENNEDY, 1993, p. 115-116.

forem enfrentados, “a humanidade só poderá culpar a si mesma pelas perturbações e os desastres que podem estar à nossa espera.”²⁸

José Willian Vesentini aponta para o risco de interpretação a “nova ordem”, em especial a globalização, como a causadora do agravamento da pobreza e das desigualdades internacionais. Seria uma interpretação com alto risco de generalização. Norte e Sul – principalmente – são noções geoeconômicas demasiadamente genéricas, que não dão uma noção exata de como o mundo se divide sob o ponto de vista da geração da riqueza. Por isso questiona: “Seria possível, colocar num mesmo grupo, o chamado Sul, a Nicarágua, o Haiti, o Burundi, junto com Cingapura e Coreia do Sul? Ou colocar Moçambique, Tanzânia, Honduras,... junto com México e Brasil?”²⁹

Quanto trata das questões de segurança e da geo-estratégia internacional, Paul Kennedy, em obra mais recente, de 2006, *The Parliament of Man: The Past, Present, and Future of the United Nations*,³⁰ retrata o surgimento das organizações multilaterais, resultado da disposição dos Estados de flexibilizar sua soberania em nome de interesses comuns a todos. Fundamental é sua análise da tensão intrínseca, no sistema da ONU, entre os interesses egoístas das grandes potências e os interesses comuns da comunidade internacional.

Paul Kennedy lembra que a ideia de uma associação da humanidade data de centenas, se não de milhares de anos. Alguns trabalhos atribuem a filósofos chineses ou gregos as origens do pensamento sobre uma ordem mundial. Outros sugerem que os católicos da Idade Média propuseram alguma forma de governança mundial. Para o autor, “no parece ninguna sorpresa que la mayor parte de estos textos fueran redactados cuando estaba próximo el fin de una sangrienta gran

²⁸ KENNEDY, 1993, p. 353.

²⁹ VESENTINI, José Willian. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 52.

³⁰ KENNEDY, Paul. *El Parlamento de la humanidad: la historia de las Naciones Unidas*. Madrid: Debate, 2007.

guerra, o muy poco después de la misma. Se trataba de tentativas de hallar una salida a la anarquía internacional, de escapar a las reiteradas batallas entre ciudades, monarquías y Estados, y de establecer una paz duradera.”³¹ A experiência concreta, no século XX, da criação de organismos supranacionais, como a Sociedade da Liga das Nações e a ONU, foram feitas no imediato pós-Primeira Guerra Mundial e pós-Segunda Guerra mundial

A Sociedade da Liga das Nações foi a primeira experiência concreta de criação de um “parlamento da humanidade”, onde todas as nações do planeta deveriam estar representadas. Apesar de os contemporâneos, “las gentes de la época se maravillaban ante la naturaleza revolucionaria y sin precedentes de la Sociedad de Naciones”, Paulo Kennedy alerta que “es importante señalar el extremo hasta el cual dicto acuerdo se basaba en el sistema del concierto de Europa del siglo XIX, en lugar de sustituirlo.”³²

Mesmo que a Liga das Nações não tenha conseguido cumprir seu objetivo principal, que era impedir o surgimento de um grande conflito de proporções mundiais, a expediência foi positiva.

En todo caso, aquello era lo máximo que la comunidad mundial había podido aproximarse a crear un Parlamento de la Humanidad, y sus reuniones despertaron mucho entusiasmo y esperanza durante la década de 1920 y parte de la de 1930. No fue hasta más tarde cuando la perspectiva reveló que el experimento de la Sociedad ciones había sido inútil. No obstante, en sus primeras etapas el optimismo parecía justificado. Por primera vez en la historia de la humanidad existía una organización internacional, con sede en un Estado neutral estable, dedicado a formas pacíficas de resolver problemas, evitando así el recurso a la guerra.³³

³¹ KENNEDY, 2007, p. 21-22.

³² KENNEDY, 2007, p. 26.

³³ KENNEDY, 2007, p. 27-28.

O início da Segunda Guerra mundial foi decorrente de uma sucessão de erros e equívocos. A invasão da Polônia pelos alemães “no hizo más que poner el colofón a una década marcada por la debilidad y falta de integridad” e com isso as esperanças de um mundo baseado na paz se desfizeram completamente.³⁴

A preocupação de Paul Kennedy é com a ONU e as dificuldades que ela encontra para cumprir seus objetivos. Ele defende que a ONU passe por uma profunda reorganização. Para isso, propõe que a ONU tenha um efetivo militar permanente de 100 mil soldados, a reativação do seu Comitê Militar e o desenvolvimento de seus próprios sistemas de inteligência.³⁵

Uma outra reforma necessária seria a reforma do Conselho de Segurança, com a ampliação para oito ou nove membros permanentes.

Las consecuencias políticas y de poder del ascenso, por ejemplo, de India y Brasil a una posición de mayor influencia económica y estratégica desafían inevitablemente el dominio que los cinco miembros permanentes con derecho a veto han ejercido en el Consejo de Seguridad durante los últimos sesenta años.³⁶

A ONU, sem as reformas, ficaria cada vez mais em descompasso com o que está acontecendo no cenário internacional. Na avaliação de Paul Kennedy, “la cambiante disposición de fuerzas convertirá a la actual organización de privilegios exclusivos en algo cada vez más anacrónico y menos respetado.” Entretanto, reconhece que apesar de necessária, dificilmente esta reforma ocorrerá. Assim sendo, “sencillamente, es mejor no tocar el avispero.”³⁷

³⁴ KENNEDY, 2007, p. 41.

³⁵ KENNEDY, 2007, p. 323.

³⁶ KENNEDY, 2007, p. 311.

³⁷ KENNEDY, 2007, p. 314.

Quanto à pretensão brasileira em ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU que fez parte do projeto geopolítico de governos recentes, Paul Kennedy lembra que México e Argentina “niegan tajantemente la presuncion de que Brasil sea el representante “natural” de la zona.”³⁸

De qualquer forma, Paulo Kennedy prevê um possível cenário em 2045, por ocasião do centenário da ONU:³⁹

- A China será a maior força econômica e produtiva do mundo;
- A Índia poderá ser a terceira economia do mundo, maior do o Japão e qualquer país europeu, maior inclusive que a União Europeia em seu conjunto; esta última poderá ter um produto nacional bruto marcadamente superior ao dos Estados Unidos;
- O Brasil, a Indonésia e, talvez, uma Rússia revitalizada poderiam estar avançando rapidamente até superando o peso dos países europeus tradicionais.

Aliás, para o Brasil, onde esteve visitando na época, Paulo Kennedy previu um futuro alvissareiro. Por ser um país excelente, muito “vibrante”, deve se tornar em meio século uma das 5 economias mundiais, superando a Rússia e ficando atrás apenas de China (que deve se tornar a nova líder mundial), Estados Unidos, Índia (também nova participante do grupo) e Japão. O pensador inglês ainda destacou que, para isso se concretizar, é necessário o país trabalhar por 10 a 20 anos com políticas sérias. “É preciso ter políticos e forças de segurança que não sejam corruptos”, e priorizar investimentos em educação e tecnologia.⁴⁰

³⁸ KENNEDY, 2007, p. 316.

³⁹ KENNEDY, 2007, p. 309.

⁴⁰ KENNEDY, Paulo. A História do futuro: para entender o século XXI. In: *Seminário Internacional Fronteiras do Pensamento*. Porto Alegre, 21 de março de 2007.

Em 2013 Paul Kennedy publica *Engineers of Victory: The Problem Solvers Who Turned the Tide in the Second World War*,⁴¹ que de acordo com a prestigiadíssima revista *Foreign Affairs* é o seu melhor livro. Num certo sentido, Paul Kennedy retoma o pensamento geopolítico clássico ao observar o processo de tomada de decisões e a solução de problemas operacionais na história, demonstrando como e por meio de quem surgiram as inovações que permitiram aos Aliados superarem os obstáculos e reverterem o quadro sobre o Eixo na Segunda Guerra mundial. Ele desenvolve uma abordagem pela esfera operacional da guerra, ou seja, o nível intermediário entre a tática - a batalha - e a estratégia - o uso da força e seus fins políticos -, envolvendo planejamento, condução e sustentação das campanhas bélicas.

Na epígrafe do livro, deixando como mote o que o leitor vai encontrar pela frente, Paul Kennedy escreve,

*O jovem Alexandre conquistou a Índia
Não teve ajuda de ninguém?
César derrotou os gauleses
Ele não levou consigo nem um cozinheiro?*

Ao longo de cinco capítulos - 1. Como conduzir comboios com segurança pelo Atlântico; 2. Como conquistar o domínio aéreo; 3. Como deter uma Blitzkrieg; 4. Como avançar numa praia dominada pelo inimigo; 5. Como derrotar a “tirania da distância” - Paul Kennedy vai descrevendo como as ações foram sendo desenvolvidas pelos aliados.

A grande chave para a vitória aliada esteve na “a criação de sistemas de guerra que contivessem um grande feedback, flexibilidade, capacidade de aprender com os erros, e uma ‘cultura de encorajamento.’”

⁴¹ KENNEDY, Paul. *Engenheiros da vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Isso permitiu aos “homens do meio de campo” agir com “liberdade de experimentar, de oferecer ideias e opiniões e de atravessar as fronteiras tradicionais das instituições.”⁴²

A leitura feita pela “aplicação de inteligência” de força superior aliada foi crucial. Por outro lado, o “Exército alemão foi longe demais em terras inóspitas e pagou o preço numa campanha onde a força material primitiva ajudou a combater a sofisticação militar.”⁴³ Teria faltado ao alto comando alemão uma leitura geopolítica do cenário onde se desenvolvia o conflito.

Por essa razão e impressionante a falha dos poderes do Eixo em ver a Segunda Guerra Mundial como um tabuleiro de xadrez geopolítico gigantesco, e assim reconhecer a importância estratégica de um número pequeno de posições (bases) que proporcionariam ao seu ocupante uma vantagem operacional desproporcional.⁴⁴

Enquanto o Japão tinha “um líder-deus desobrigado de tomar decisões estratégicas” e a Alemanha um líder “megalomaniaco e paranoico”, os aliados contavam com lideranças que agiram racionalmente. E este agir significava não apenas brilhantismo estratégico no campo de batalha, mas sim contar com um aparato científico-tecnológico capaz de dar suporte às ações empreendidas contra o inimigo.

Os chefes não podem fazer tudo isso sozinhos, por mais que sejam criativos e dotados de energia. É necessário haver um sistema de apoio, uma cultura de encorajamento, feedbacks eficientes, uma capacidade de aprender com os revezes, uma habilidade de fazer as coisas acontecerem. E tudo isto tem de ser feito de uma

⁴² KENNEDY, 2014, p. 417.

⁴³ KENNEDY, 2014, p. 418.

⁴⁴ KENNEDY, 2014, p. 419.

maneira que seja melhor do que aquela do inimigo. É assim que as guerras são vencidas.⁴⁵

Ao final do livro, relembro o famoso poema de Bertold Brecht, *Perguntas de um operário que lê*, Paul Kennedy conclui afirmando de forma peremptória: “Sem o pessoal de nível médio e os sistemas que eles administraram, a vitória ficaria fora do alcance.” Por outro lado lamenta que “continua sendo um enigma que os solucionadores de problemas da Segunda Guerra Mundial tenham recebido um reconhecimento tão pequeno.” Numa metáfora com o ocorrido na Segunda Guerra Mundial, o historiador deixa registrado: *O que aconteceu com o cozinheiro de César está perdido na história, mas seguramente ele desempenhou um papel importante.*⁴⁶

EDWARD LUTTWAK

No início da década de 1990, em meio à crise do modelo socialista e, por consequente, do final da Guerra Fria, Edward Nicole Luttwak, diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington, foi dos primeiros autores a proclamar que as guerras militares estavam sendo substituídas pelos conflitos econômicos.

Edward Luttwak já era um autor conhecido em virtude de seus estudos sobre estratégia militar. Em 1976 ele publicou *The Grand Strategy of the Roman Empire: From the First Century AD to the Third*,⁴⁷ que se tornou uma referência nos estudos sobre o exército romano e sua defesa da fronteira romana, em que pese a crítica recebida. Historiador

⁴⁵ KENNEDY, 2014, p. 427.

⁴⁶ KENNEDY, 2014, p. 427.

⁴⁷ LUTTWAK, Edward. *The Grand Strategy of the Roman Empire: From the First Century AD to the Third*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.

res especializados em história antiga o criticaram intensamente quando ele procurou aproximar a estratégia romana da utilizada pelos Estados Unidos pós-guerra do Vietnã. Por outro lado, o autor teria utilizado conceitos estratégicos modernos para compreender as ações empreendidas pelo Império Romano. Portanto, teria cometido anacronismos, o que seria imperdoável. Neste livro Luttwak revela como os romanos foram capazes de combinar força militar, diplomacia e fortificações para responder com eficácia às ameaças em mudança. O segredo de Roma não teria sido uma luta incessante, mas estratégias abrangentes que unificaram a força, a diplomacia e uma imensa infraestrutura de estradas, fortes, muros e barreiras. Inicialmente contando com Estados clientes para proteger os ataques, Roma mudou a estratégia para uma defesa de fronteira permanente por volta de 117 d.C. Quando os bárbaros começaram a penetrar em seu território, Roma reuniu grandes exércitos em uma estratégia de “defesa em profundidade”, mas que acabou permitindo que invasores perfurassem as fronteiras do Império.

A polêmica em torno da substituição dos conflitos militares pelas disputas econômicas foi levantada através de um de seus artigos, *From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce*.⁴⁸ Portanto, Luttwak foi um dos primeiros geopolíticos a usar o termo geoeconomia. Vai mostrar que exceto para aquelas partes do mundo onde confrontos armados ou conflitos civis por razões puramente regionais ou internas, o declínio da Guerra Fria estava constantemente reduzindo a importância do poder militar nos assuntos mundiais.⁴⁹

Luttwak mostra que o cenário internacional ainda é ocupado por Estados e/ou blocos de Estados associados, mas as relações internacionais seriam regidas pela lógica do comércio: “A lógica da guerra está subsumida (incorporada) à gramática do comércio”, afirma ele. O

⁴⁸ LUTTWAK, Edward. *From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce*. *The National Interest*. Washington, n° 20, p. 17-23, July 1990.

⁴⁹ LUTTWAK, 1990, p. 17.

Nascido na Romênia, naturalizado norte-americano. Professor, estrategista militar, cientista político e historiador. Foi consultor na Secretaria de Defesa, no Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Assessorou as presidências de Ronald Reagan e George Bush.



EDWARD NICOLAS LUTTWAK

PRINCIPAIS OBRAS:

1971 – *A Dictionary of Modern War*

(1942- ...)

1972 – *The Strategic Balance*

1974 – *The Political Uses of Sea Power*

1974 – *The US – USSR Nuclear Weapons Balance*

1976 – *The Grand Strategy of the Roman Empire: From the First Century AD to the Third*

1976 – *Strategic Power: Military Capabilities and Political Utility*

1979 – *Sea Power in the Mediterranean: Political Utility and Military Constraints*

1983 – *The Israeli Army (with Dan Horowitz)*

1983 – *The Grand Strategy of the Soviet Union*

1984 – *The Pentagon and the Art of War*

1985 – *Strategy and History*

1987 – *Strategy: The Logic of War and Peace*

1993 – *The Endangered American Dream*

1999 – *Turbo-Capitalism: Winners and Losers in the Global Economy*

2002 – *Strategy: The Logic of War and Peace Rev.Enlarged Edition*

2009 – *The Grand Strategy of the Byzantine Empire*

2012 – *The Rise of China vs. the Logic of Strategy*

arsenal geoeconômico contaria com: capital para investimento para a indústria fornecido ou orientado pelo Estado, desenvolvimento de produtos subsidiado pelo Estado, penetração de mercados apoiado pelo Estado, pesquisa e desenvolvimento auxiliado ou dirigido pelo Estado e outros.⁵⁰

Mesmo que as rivalidades interestatais continuassem, elas seriam crescentemente marcadas pela competição ou cooperação econômica, substituindo os impactos da lógica geopolítica clássica, isto é, da disputa centrada na conquista ou domínio de territórios e posições estratégicas para o exercício de poder e acumulação de riqueza de Estados.

Haveria uma tensão palpavelmente crescente entre a natureza inerentemente conflituosa dos Estados (e blocos de Estados) e o reconhecimento de muitos de seus líderes e cidadãos de que, embora a guerra seja um encontro de soma zero por natureza, as relações comerciais não precisam ser, e na verdade raramente foram, conflitivas. O resultado dessa tensão nos principais países e blocos determinará o grau em que viveremos em um mundo geoeconômico. Esta forma, segundo Luttwak, “a competição econômica poderá tornar-se o equivalente moderno do velho empurra-empurra político-militar em busca da supremacia.”⁵¹ Com isso, podemos dizer que a velha fórmula de Clausewitz, constantemente lembrada pelos pensadores geopolíticos clássicos – “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios”⁵² – estava sendo substituída.

Na visão de Luttwak, a guerra dos Estados Unidos no Iraque foi um exemplo de que uma “nova era” chegou, como corolário do enfraquecimento do Estado nacional, que pode resultar na interferência direta dentro de um território nacional, se isso ocorrer em nome dos direitos humanos ou de defesa de questões que afetam o sistema global.

⁵⁰ LUTTWAK, 1990, p. 18.

⁵¹ LUTTWAK, 1990, p. 23.

⁵² CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1827], p. 27.

Como estrategista norte-americano, Luttwak estava propondo uma nova forma de atuação para o seu país, que a partir daquele momento não iria mais enfrentar o comunismo soviético, mas sim os rivais comerciais, representado pelo Japão, União Europeia e outros. Desta forma, a competição não seria mais ideológica ou bélica, e sim a conquista de mercados e os déficits da balança comercial. A corrida armamentista dava lugar à corrida pelas novas tecnologias e seus ganhos monetários.

Embora estrategista militar, Edward Luttwak reputa ao capitalismo uma força descomunal, como ele demonstrou em seu livro *Turbo-Capitalism: Winners and Losers in the Global Economy*,⁵³ publicado em 1999.

“Com a possível exceção das armas nucleares, o capitalismo é a mais poderosa das invenções humanas”, e a única forma de controlá-lo é por meio da “contraforça do poder político”. Para ele, o processo de retirada do Estado das atividades econômicas, a privatização, a desregulamentação e a globalização representam as três principais forças motoras do que ele chama de turbocapitalismo. Esta denominação é utilizada para caracterizar o processo de aceleração do ritmo de transformação estrutural do capitalismo, que adquire especial visibilidade no setor financeiro.

O turbocapitalismo pode ou não acelerar o crescimento econômico, mas suas três forças motoras aceleram o crescimento das finanças... atividades bancárias de todos os tipos e mercados de ações crescem com muito mais rapidez do que a “economia real” de fazendas, fábricas e lojas.⁵⁴

⁵³ LUTTWAK, Edward. *Turbo capitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

⁵⁴ LUTTWAK, 2001, p. 29.

Luttwak está convicto do significado historicamente progressivo do processo de destruição criadora promovido pelo turbocapitalismo. No entanto, reconhece que sua disseminação pelo mundo tende a aumentar a polarização entre ganhadores e perdedores. Isso se deve principalmente ao fato de que esta disseminação, originariamente norte-americana, não pode ser incompleta, devendo incorporar dos elementos que são componentes essenciais do seu sucesso nos Estados Unidos: o sistema legal do país e a influência dos valores calvinistas.

Em relação ao “sistema legal”, destaca o acesso das camadas mais pobres à assistência legal na defesa contra os abusos originários do poder econômico e, principalmente, o “empenho do governo de fazer cumprir as leis que limitam o comportamento dos negócios privados em favor do bem público”.⁵⁵ Estes dois aspectos contribuem para contrabalançar efeitos sociais negativos que normalmente se apresenta nos processos que combinam o acirramento da concorrência com a desregulamentação dos mercados.

Quanto aos valores que favorecem comportamentos compatíveis com a disseminação do turbocapitalismo nos Estados Unidos, Luttwak identifica três regras para o que ele chama de “sistema calvinista” e que se aplicam aos vencedores no topo da pirâmide social, ao conjunto dos trabalhadores e aos perdedores considerados “não calvinistas”, que rejeitam a ética do sistema.

Regra número um: valorização do comportamento puritano da elite econômica, que não dissocia a busca sistemática da riqueza e a virtude.

Mas para isso há a necessidade de dois imperativos éticos de forte impacto: a) a persistência no “trabalho duro para tornar-se ainda mais ricos, abstendo-se de lazer e diversões sexuais de seus pares não calvi-

⁵⁵ LUTTWAK, 2001, p. 26.

nistas na Europa, América Latina ou Sudeste da Ásia”;⁵⁶ b) tendo em vista que o sucesso nos negócios é um resultado do esforço e do sacrifício individual, com a benção divina, a riqueza decorrente não deve ser transferida automaticamente aos descendentes sem que fossem capazes de demonstrar as mesmas virtudes do empreendedor original, uma vez que a benção divina para o sucesso tem que ser buscada pelo esforço e sacrifício individual. Por isso a preocupação das camadas mais ricas em utilizar boa parte da sua fortuna para o auxílio à instituições de bem público nas áreas da educação, saúde, ciência, tecnologia que vão garantir a disseminação e a permanência dos valores fundamentais da sociedade norte-americana.

Isso, segundo Luttwak, tem uma razão de ser: legitimar, moral e socialmente, o acúmulo de riqueza. “O efeito ulterior é reduzir fortemente a inveja e, assim, sua expressão política ou mesmo violenta. Por que os pobres deveriam invejar os que enriquecem, se estes nem desfrutam dessa riqueza, nem a mantêm toda para suas famílias?”⁵⁷

Regra número dois: a maioria dos pobres aceita seu destino e não se revolta contra o sistema: “O fracasso não é o resultado de infortúnios ou injustiças, mas de desfavor divino. Assim como a habilidade de se tornar muito rico está próxima à santidade, a inabilidade de fazê-lo está perto do pecado.”⁵⁸

Como consequência dessa postura temos a impossibilidade histórica de constituição de um partido socialista com forte inserção entre os trabalhadores norte-americanos, como aconteceu na Europa. Neste caso, Luttwak ressalta a peculiaridade de um sistema político em que os que não conseguem vencer não se expressam de forma organizada. Talvez uma espécie de vergonha de reconhecer-se como fracassado

⁵⁶ LUTTWAK, 2001, p. 38.

⁵⁷ LUTTWAK, 2001, p. 41.

⁵⁸ LUTTWAK, 2001, p. 41.

acaba imponente uma barreira não explícita à viabilização de possíveis candidaturas que se identifiquem claramente com os perdedores.

Regra número três: os que não ficam paralisados pela culpa e também não tem condições de expressar seu ressentimento legalmente, estão fadados a terminar atrás das grades.

Luttwak consegue estabelecer uma lógica de interconexão entre as três regras, uma vez que “os vencedores diminuem a inveja pela auto-restrição, a maior parte dos perdedores culpa somente a si mesmos por seu destino e, ambos dão cobertura para suas frustrações exigindo a punição severa dos perdedores rebeldes.”⁵⁹

Nos outros países o processo de implantação do turbo capitalismo implica em custos de adaptação, resultando no aumento da concentração de riqueza e o conseqüente aumento da polarização entre ganhadores e perdedores. Por isso ele reconhece que está sendo pago um preço muito alto pela maioria dos setores sociais e por países que não conseguem uma inserção positiva no novo sistema. No entanto, não há como se contrapor a esta nova dimensão do capitalismo, o que resulta num impasse a ser resolvido, diante do qual não se vislumbram propostas concretas de caráter abrangente. Neste sentido, Luttwak alerta para os problemas decorrentes da sua importação incompleta, com a incorporação apenas da dimensão econômica (privatização + desregulamentação + globalização), sem considerar que os sistemas legal e calvinista são também elementos essenciais, cuja ausência tende a acentuar os efeitos sociais e políticos desagregadores.

Permitir que o turbo capitalismo avance sem resistência fragmenta as sociedades em uma pequena elite de vencedores, uma massa de perdedores de afluência variada ou pobreza e rebeldes contraventores (...) Mas resistir à

⁵⁹ LUTTWAK, 2001, p. 45.

mudança turbo capitalista e às suas eficiências destrutivas em uma economia mundial competitiva só pode resultar em um empobrecimento relativo progressivo para a nação como um todo (...). Até agora, quase nenhum governo ocidental teve uma ideia melhor do que permitir que o turbo capitalismo avance sem limites, tendo, ao mesmo tempo, esperanças de que o crescimento mais rápido remediará todos os seus defeitos.⁶⁰

Na América Latina, segundo Luttwak, os dois países onde o turbo capitalismo mais teria avançado são Argentina e Chile, seguidos da Bolívia, Peru e Equador. “Hoje, as economias deles são consideradas de livre mercado, ao lado das de Costa Rica e do Panamá, que nunca foram estatistas”.⁶¹

Na política mundial tradicional, os objetivos são assegurar e ampliar o controle físico do território, e ganhar influência diplomática sobre governos estrangeiros. O objetivo geoeconômico correspondente não é atingir o mais alto padrão de vida possível, mas conquistar ou proteger papéis desejáveis na economia mundial.⁶²

Ao considerar a geoeconomia como o elemento preponderante nas relações contemporâneas, Luttwak salienta a importância da disputa econômica e o uso do Estado para garantir vantagens competitivas, relegando para um segundo plano o conflito militar. No entanto, destacava que não era em todos os lugares do planeta que isso aconteceria:

em outras partes desafortunadas do mundo, batalhas territoriais à moda antiga continuam, assim como durante toda a história. Nessas zonas atrasadas de violência, real ou iminente, a força militar permanece

⁶⁰ LUTTWAK, 2001, p. 277.

⁶¹ LUTTWAK, 2001, p. 312.

⁶² LUTTWAK, 2001, p. 164.

sendo tão importante como nunca. Também é o caso da diplomacia clássica, que ainda serve para converter o possível uso da força militar em uma fonte real de poder e influência, seja para ameaçar adversários ou para assegurar aos aliados de que estão protegidos. Mas na arena central das relações internacionais, em que norte-americanos, europeus, japoneses e outros povos avançados tanto colaboram uns com os outros quanto competem entre si, a situação mudou drasticamente. A guerra, tendo se tornado quase impensável entre eles, tanto o poder militar quanto a diplomacia clássica perderam sua importância ancestral em suas negociações mútuas, permanecendo úteis apenas para confrontar encenqueiros nas periferias.⁶³

Edward Luttwak lembra que os governantes e os Estados sempre perseguiram objetivos econômicos e, por conseguinte, conflitos econômicos sempre existiram. No entanto, salienta que anteriormente, “a superação dos outros no comércio e na indústria era ofuscada pelas prioridades mais urgentes da guerra e da diplomacia, em especial pela busca da segurança”, bem como “pela busca da glória ou de vantagens na política interna.”⁶⁴ Muitas vezes as questões relacionadas à segurança impunham uma aliança contra um inimigo comum, mesmo que esse inimigo fosse seu parceiro econômico. A preservação da aliança tinha prioridade absoluta, por uma questão de segurança e sobrevivência, mesmo que isso custasse a prosperidade econômica. É o caso da França, que na Primeira Guerra mundial entrou na guerra contra seu principal parceiro comercial, a Alemanha, numa aliança com a Inglaterra, principal rival francês nos negócios coloniais. Da mesma forma, durante a Guerra Fria, disputas comerciais que prejudicassem as relações políticas e ameaçassem a solidariedade de alianças do bloco

⁶³ LUTTWAK, 2001, p. 158-159.

⁶⁴ LUTTWAK, 2001, p. 169.

ocidental diante de uma ameaçadora União Soviética eram evitadas a qualquer custo.

Conforme a importância das ameaças e das alianças militares continua a diminuir nos países pacíficos da arena central das relações internacionais, as prioridades econômicas não são mais suprimidas, mas podem vir à tona e até mesmo tornarem-se dominantes. As disputas comerciais ainda podem ser contidas pelo medo de suas consequências puramente econômicas, mas não por intervenções políticas motivadas por imperativos estratégicos. E se a coesão interna das nações tem de ser preservada por causa de uma ameaça externa unificadora, essa ameaça tem hoje de ser econômica, ou melhor, geoeconômica.⁶⁵

Por estas razões Luttwak pode afirmar de forma categórica, que a geoeconomia “é um jogo cujos participantes são países que já decidiram não declarar guerra uns aos outros”⁶⁶

Em 2002, Edward Luttwak publica *Strategy: the logic of war and peace*⁶⁷, edição ampliada de um livro homônimo de 1987. Já no prefácio ele alerta que “nenhuma estratégia é aqui sugerida aos Estados Unidos ou a qualquer outro país.” O que ele pretende “é esclarecer a lógica universal que condiciona todas as formas de guerra bem como as posturas conflitantes entre as nações, mesmo em tempo de paz.”⁶⁸

O autor começa dizendo que a estratégia é feita de proposições aparentemente contraditórias: “Se você quer paz, prepare-se para a guerra”; “O acúmulo de armas ofensivas pode ser puramente defensivo”; “O pior caminho pode ser o melhor caminho para a batalha.”

⁶⁵ LUTTWAK, 2001, p. 170.

⁶⁶ LUTTWAK, 2001, p. 172.

⁶⁷ LUTTWAK, Edward. *Estratégia: a lógica da guerra e da paz*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009 [2002].

⁶⁸ LUTTWAK, 2009 [2002], p. 13.

Edward Luttwak mostra como estas proposições exemplificam a lógica paradoxal que permeia todo conflito bélico, revelando a lógica peculiar da estratégia nível a nível, desde a grande estratégia até as táticas de combate. Como participou do seu planejamento, Luttwak examina o papel do poder aéreo na Guerra do Golfo de 1991 e, em seguida, detecta o surgimento de uma guerra “pós-heróica” no Kosovo em 1999, que foi uma guerra norte-americana na qual nenhum soldado norte-americano foi morto. À medida que a vitória se transforma em derrota por extensão excessiva, à medida que a guerra traz a paz ao esgotamento, a lógica linear comum é derrubada. Citando exemplos da Roma antiga aos nossos dias, de Barbarossa e Pearl Harbor a pequenos conflitos de combate, da estratégia de paz aos mais recentes métodos operacionais de guerra, Luttwak pretende revelar a lógica final do fracasso militar e sucesso, de guerra e paz.

Em 2006, num evento sobre estudos estratégicos realizado no Brasil, Edward Luttwak, expôs suas concepções sobre o atual cenário internacional. Em relação ao Irã, se o país não abandonasse o projeto de fabricar a bomba atômica, os Estados Unidos fariam um bombardeio aéreo seletivo: “Não será permitido que os iranianos façam armas nucleares”, advertiu, reproduzindo uma frase dita muitas vezes pelo então presidente norte-americano George W. Bush. Diante do fracasso da intervenção norte-americana no Iraque – e devido ao fato do Irã ser maior e mais poderoso -, “não haverá invasão nem democratização, talvez um ataque aéreo a uns 70 prédios em uma noite”, ou seja, um bombardeio cirúrgico. Quanto a um outro membro do “eixo do mal”, a Coréia do Norte, na sua opinião, os Estados Unidos optaram pela solução diplomática: “é um cão que ladra, mas não morde”.⁶⁹

Na opinião de Luttwak, a Rússia voltou a ser uma grande potência. “Não é uma nova União Soviética nem uma superpotência global.

⁶⁹ LUTTWAK, Edward. EUA bombardeiam se Irã não desistir da bomba. In: <http://nelsonfrancojobim.blogspot.com/2006/11>. p. 1.

Mas não permite a independência da Geórgia. É uma potência regional que pretende dominar o Cáucaso e a Ásia Central”. Já a China, para Luttwak, “é um grande fenômeno econômico, mas não é uma potência econômica. O governo não controla a economia”. Ele classifica o poderio militar chinês como pequeno. O orçamento militar chinês “cresce 1% ao ano. Eles não estão comprando muitos equipamentos novos. Hoje em dia, só a Rússia, que é uma potência regional com um grande arsenal nuclear, poderia ameaçar os Estados Unidos.”⁷⁰

Já o Brasil, em sua avaliação, “não faz parte do horizonte da segurança dos EUA. É um país bem-sucedido que não ameaça seus vizinhos.” Os Estados Unidos negligenciariam a América Latina “porque o Brasil sozinho mantém a estabilidade.” Desta forma, segundo ele, “não há necessidade de tropas nem de bases americanas” na região.⁷¹

Uma das maiores preocupações atuais dos Estados Unidos é com o terrorismo. A guerra contra o terrorismo não é guerra e não é contra o terrorismo, afirma Luttwak:

Não aceito o uso da palavra guerra. É demagogia. Só se for no sentido da guerra contra o câncer, a aids ou as drogas. Não é uma questão militar. É um problema policial, político, ideológico e de inteligência. E não é contra o terrorismo, que é uma tática de guerra. É contra os fundamentalistas muçulmanos, os jihadistas, mas os EUA não querem admitir isso.⁷²

Na sua avaliação o problema no Iraque mostrava claramente que a guerra não é o melhor caminho para combater o terrorismo. “O caminho da vitória é fazer os muçulmanos moderados agir contra o extremismo. Fomos bem-sucedidos onde não há guerra... Onde

⁷⁰ LUTTWAK, 2006, p. 1.

⁷¹ LUTTWAK, 2006, p. 1.

⁷² LUTTWAK in www.baguete.com.br/colunasDetalhes.php?id=2259/2007.

há guerra, estamos matando terroristas e criando terroristas...” Neste ponto, Luttwak se afasta da sua concepção inicial de que os conflitos seriam meramente econômicos e aproxima-se de uma visão cultural, ao afirmar que o problema está na religião: “A jihad (guerra santa) não é um aspecto menor, está no coração do Islã. Não é o mesmo com o cristianismo, apesar das guerras religiosas cristãs. Não é a essência.”⁷³

Em um livro instigante, *The Rise of China vs. the Logic of Strategy*,⁷⁴ Luttwak analisa a ascensão da China através de lentes geoestratégicas, vendo as lições da história e concluindo que a China não pode alcançar a supremacia econômica e militar e se tornar uma verdadeira superpotência.

Luttwak usa a “lógica da estratégia” para desafiar a visão predominante de que a China pode se tornar a próxima superpotência. O argumento central do livro é simples, mas convincente: o crescimento da economia chinesa, das forças armadas e da influência global impedirão que ela se torne uma superpotência devido à extensão da resistência de outros Estados em reagir a tal crescimento. Este argumento é baseado na lógica universal da estratégia, que Luttwak explica ser paradoxal porque tende a recompensar o comportamento de Estado contraditório enquanto vai contra a ação lógica direta, produzindo, portanto, resultados irônicos.⁷⁵

Embora os líderes chineses tenham buscado uma “ascensão pacífica” por décadas, o comportamento mais recente da política externa chinesa serviu apenas para agravar a ameaça sentida por outros Estados da Ásia-Pacífico. As reivindicações marítimas chinesas nos mares do leste e do sul do país são fontes importantes de agravamento das

⁷³ LUTTWAK, 2007, p. 1.

⁷⁴ LUTTWAK, Edward. *The Rise of China vs. The Logic of Strategy*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2012.

⁷⁵ LUTTWAK, 2012, p. 4-5.

relações na região. Luttwak fornece uma narrativa detalhada da “assertividade prematura” da China e da reação negativa que ela provocou entre os Estados da região.⁷⁶ Essa assertividade, Luttwak argumenta que pode ser atribuído a patologias na cultura estratégica chinesa, cujo exame é a parte mais notável do livro. A principal causa dessas patologias é o que Luttwak chama de “autismo de grande estado”, que é a tendência dos tomadores de decisão de concentrar sua atenção principalmente em questões domésticas, dando menos consideração às nuances de questões complicadas de política externa e/ou as sensibilidade de outras nações.⁷⁷ Embora essa situação afete também outros Estados poderosos como a Rússia e os Estados Unidos, o “autismo” chinês tende a ser mais extremo “porque sua as próprias realidades não são apenas maiores, mas também muito mais dinamicamente instáveis.”⁷⁸ Além disso, Luttwak sugere que a visão de mundo tradicional chinesa de *Tianxia* (“tudo sob o céu”) faz com que fique isolada de outros Estados, portanto, limitando sua visão da política externa ao recebimento de tributos de Estados menores e ao “manejo de bárbaros”. Essa mentalidade tradicional, portanto, tornou os líderes chineses contemporâneos menos capazes de trabalhar dentro do sistema internacional moderno.⁷⁹

Segundo Edward Luttwak, um resíduo importante do sistema tributário histórico que existia na China nos tempos antigos é justamente esta mentalidade de “manejo de bárbaros” que persiste hoje. O ritual do mundo antigo é replicado na atual diplomacia bilateral de maneira consciente e calculada. A atmosfera de oficialidade dada a cada chefe de Estado ou enviado estrangeiro deixa clara a assimetria entre anfitrião e hóspede. Muitos chegam sem nenhum tema específi-

⁷⁶ LUTTWAK, 2012, p. 12.

⁷⁷ LUTTWAK, 2012, p. 13-14.

⁷⁸ LUTTWAK, 2012, p. 19.

⁷⁹ LUTTWAK, 2012, p. 25-27.

co a ser abordado, o que é contornado pela abundância de cerimônias, banquetes e troca de presentes. Para Luttwak, a quantidade de tempo que políticos seniores chineses dedicam a reuniões com líderes de Kiribati, Vanuatu, Uruguai, Letônia, Burundi, entre outros, por exemplo, nunca aconteceria na Casa Branca e comprova a “habilidade dos maiores líderes chineses de se concentrar seriamente nas partes menos importantes do mundo exterior”.⁸⁰

A fé imorredoura na sabedoria estratégica superior baseada em autores antigos é outro motor de patologias na cultura estratégica chinesa e a base para acreditar que “a China sempre será capaz de superar seus adversários com expedientes de cutelo contornando a resistência acumulada causada por sua ascensão.”⁸¹ Luttwak explica que esta grande confiança nas habilidades estratégicas reflete o prestígio incomensurável dos antigos escritos da China sobre política e guerra, o mais proeminente dos quais é *A Arte da Guerra*, escrito pelo general chinês Sun Tzu. Embora Luttwak afirme que aquele livro é certamente valioso por transmitir a lógica universal e imutável da estratégia, os contextos das prescrições no texto são extremamente desatualizados e limitados a considerações domésticas.

Diante destas considerações, o autor argumenta que a aplicação do texto às relações exteriores chinesas contemporâneas seria enganosa e até mesmo perigosa.⁸² Luttwak argumenta que a aplicação incorreta de *A Arte da Guerra* provou ser precária, dada a tendência dos líderes políticos chineses de acreditar que um conflito há muito não resolvido com países estrangeiros pode ser resolvido provocando intencionalmente uma crise para forçar as negociações que resolverão a disputa.⁸³ Além do autismo de grande Estado e das patologias da cul-

⁸⁰ LUTTWAK, 2012, p. 29.

⁸¹ LUTTWAK, 2012, p. 72.

⁸² LUTTWAK, 2012, p. 73-74.

⁸³ LUTTWAK, 2012, p. 78-79.

tura estratégica chinesa, Luttwak afirma que as políticas problemáticas da China persistirão por causa do ressentimento da elite popular e do Partido Comunista Chinês contra potências externas que se opõem ao engrandecimento militar da China. Além disso, a influência generalizada do Exército de Libertação do Povo e sua insistência em buscar um rápido crescimento militar obrigarão a China a continuar com suas políticas atuais.⁸⁴

A China, enquanto potência econômica continuará com “uma cultura estratégica que tem tanto de intelectualmente sedutor quanto de disfuncional”.⁸⁵

Os países da Ásia-Pacífico responderam ao comportamento agressivo da China por meio do renascimento de antigos mecanismos de cooperação de segurança, bem como do desenvolvimento de novas alianças e investimentos na modernização de suas forças militares. Embora a força militar seja de fato necessária para lidar com a agressividade da China, Luttwak argumenta que uma abordagem puramente militar seria insuficiente e mal aconselhada, dado o crescimento econômico irrestrito da China. Ele sugere que uma resposta geoeconômica seria mais abrangente porque negaria a hegemonia regional à China ao impedir o seu crescimento econômico; isso, por sua vez, “limitaria severamente as opções retaliatórias do governo chinês”.⁸⁶

A lógica da estratégia, de acordo com Luttwak, dita que a China não pode se tornar uma hegemonia global ou mesmo regional, pois os Estados oponentes a impedirão de alcançar o domínio nas esferas econômica, política e militar.

Por isso ele conclui sem rodeios: a nação chinesa pode ser um gigante econômico, mas não será um gigante militar também.

Edward Luttwak continua na ativa. Em abril de 2016 a revista

⁸⁴ LUTTWAK, 2012, p. 100-101.

⁸⁵ LUTTWAK, 2012, p. 260.

⁸⁶ LUTTWAK, 2012, p. 268-269.

Piauí, pertencente ao grupo *Folha de São Paulo*, reproduz matéria publicada no *The Guardian*, com o sugestivo título de **O Maquiavel de Maryland**. Segundo Thomas Meaney, “o estrategista militar e conselheiro de presidentes” continua sendo muito solicitado.

As pessoas procuram Edward Luttwak para lhe pedir coisas incomuns. O primeiro-ministro do Cazaquistão quer encontrar um jeito de remover os russos de uma cidade fronteiriça do norte do país; um importante governo asiático quer um plano de treinamento para seu novo serviço de inteligência; uma indústria química italiana quer ajuda para resolver uma ação que uma comunidade lhe moveu devido aos efeitos do amianto; um grupo de cidadãos em Tonga quer afastar de suas águas caçadores japoneses de golfinhos; a *London Review of Books* quer uma matéria sobre o genocídio na Armênia; uma mulher em Washington briga na Justiça pela guarda dos filhos – será que Luttwak poderia “persuadir” o marido dela? E tudo isso apenas nos últimos doze meses.⁸⁷

Gênio estrategista para uns, futurólogo charlatanista para outros, Edward Luttwak tem passado o tempo estudando os clássicos da política e da estratégia, dando consultoria e criando gado, tanto nos Estados Unidos, como na Bolívia, próximo à fronteira com o Brasil. Analisando a situação brasileira, afirma que historicamente “a política externa brasileira é feita para atender à elite do país. Conheço o Brasil e sua elite, formada por pessoas muito bem-educadas e bem vestidas, mas que impõem terríveis perdas econômicas aos brasileiros mais humildes”. A proximidade de sua fazenda de gado com a fronteira brasileira permite algumas aventuras: “vou ao Brasil ilegalmente umas sete vezes por ano. Tenho um rancho na fronteira da Bolívia com Rondônia e tudo que preciso fazer é cruzar o rio Guaporé em minha canoa.”⁸⁸

⁸⁷ MEANEY, Thomas. O Maquiavel de Maryland. *Piauí*, n° 115, abril 2016.

⁸⁸ PIMENTA, Angela. Minimizando o 11 de setembro. *Revista Exame*, 06 de setembro de 2011.

LESTER THUROW

Professor de economia no prestigiado Massachusetts Institute of Technology, Lester Thurow foi um dos autores que mais vendeu livros de economia para não economistas. A maioria de suas obras tornaram-se *best-sellers*. Foi ele também quem melhor desenvolveu o conceito de “guerras econômicas”.

Seu primeiro grande livro, *The Zero Sum Society. Distribution And The Possibilities For Change*,⁸⁹ foi escrito em 1980, uma época em que a economia norte-americana estava em grandes problemas por causa da estagnação, inflação e do aumento dos preços da energia, e o aumento da desigualdade começou a aparecer nas estatísticas. Interpretando a macroeconomia como um jogo de soma zero, Thurow propõe que a economia norte-americana não resolverá seus problemas mais incisivos até que a economia política possa apoiar, em teoria e na prática, a ideia de que certos membros da sociedade terão que suportar o peso da tributação e outras ações econômicas patrocinadas pelo governo.

Thurow recomenda um conjunto clássico de medidas sobre a melhor maneira de equilibrar a administração governamental da economia e as aspirações de livre mercado dos americanos em ascensão social. O argumento engenhoso de Thurow era que a economia estava emperrada porque qualquer reforma que melhorasse a economia como um todo, pioraria a situação de algumas pessoas. Daí, o enigma da soma zero.

No jogo de soma zero, para que alguém ganhe, alguém tem que perder e, é claro, na sociedade desenvolvida democrática cada vez menos pessoas aceitam ser perdedoras.

O Estado teria um papel importante no processo de reformas para salvar a economia. “Sem regulamentações do governo não há di-

⁸⁹ THROW, Lester. *A sociedade do Soma Zero*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

reitos de propriedade e sem direitos de propriedade não há mercado livre”, afirmava Thurow. Em seu entendimento, “a questão real e o debate real não giram em torno das virtudes da economia regulamentada *versus* a não regulamentada, mas em torno da questão do que constitui um bom conjunto de regulamentações.”⁹⁰

E por que as reformas não conteceram? Thurow aponta que as pessoas que perderiam eram principalmente os ricos e os poderosos. Assim sendo, foi bloqueada a reforma.

No início dos anos 1990, no livro *Head to Head: The Coming Economic Battle Among Japan, Europe, and America*,⁹¹ Lester Thurow vai explicitar sua tese central: “passamos de uma disputa militar e ideológica, típica do século XX, para uma competição/cooperação de natureza econômica, que começa a marcar o século XXI.”⁹²

Quanto à tese central de Thurow neste livro, é relativamente simples. O fim da Guerra Fria deixou os Estados Unidos como a única superpotência militar do mundo. Mas, “sem uma pausa, a disputa passou de uma disputa militar para uma disputa econômica” entre os Estados Unidos, o Japão e a Europa, com o último “centrado na Alemanha”.

Nas disputas econômicas que surgiam, ele encarava a competição comercial entre Estados Unidos, Europa e Japão, como uma chegada de corrida de cavalos numa disputa ganha pela cabeça do animal! Perfilhando fundamentos analíticos muito próximos às chamadas pirâmides de motivações, ele exalta a supremacia das empresas japonesas no mundo dos negócios, que não se restringem apenas a explorar o instinto consumista básico da sobrevivência de seus funcionários, mas também os instintos superiores produtivos de vida plena.

⁹⁰ THUROW, 1980, p. 129 e 131.

⁹¹ THUROW, Lester. *Cabeça à cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

⁹² THUROW, 1993, p. 14-15.

Foi um economista político norte-americano. Graduado em economia, filosofia e ciência política. PhD em economia por Harvard, ex-reitor da MIT Sloan School of Management, assessor da presidência de Bill Clinton. Colunista e membro do conselho editorial do *The New York Times*.



LESTER THUROW

(1938 – 2016)

PRINCIPAIS OBRAS:

1975 – *Generating Inequality:*

Mechanisms of distribution in the U.S. economy

1980 – *The Zero-Sum Society: Distribution and the possibilities for economic change*

1983 – *Dangerous Currents: The state of economics*

1985 – *The Zero-Sum Solution: Building a world-class American economy*

1992 – *Head to head: The Economic Battle Among Japan, Europe, and America*

1996 – *The Future of Capitalism: How today's economic forces shape tomorrow's world*

1999 – *Building Wealth: The new rules*

2003 – *Fortune Favors the Bold: What we must do to build a new and lasting global prosperity*

Esta nova disputa econômica, continua Thurow, será diferente das rivalidades do passado. Até recentemente, o comércio entre os países era uma situação ganha-ganha: as exportações agrícolas americanas não ameaçavam bons empregos na Alemanha Ocidental e no Japão, e as importações desses países não consistiam em bens que particularmente queríamos fazer. Mas essa “competição de nicho” daria lugar à “competição cabeça-a-cabeça” no século XXI. Os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha têm indústrias idênticas. Por isso, “eles acham que são necessárias para dar aos seus cidadãos um padrão de vida de classe mundial”: microeletrônica, biotecnologia, ciências dos materiais, telecomunicações, aviação civil, robótica mais máquinas-ferramentas e computadores mais eficientes.

Na avaliação de Thurow, uma potência militar não necessariamente garante ao Estado a condição de potência econômica. No entanto, para ser uma grande potência militar, não pode prescindir do poder econômico. Ele é muito enfático quanto a isto: “A história é clara. Enquanto o poder militar pode às vezes estender-se além do poder econômico durante séculos, eventualmente o poder militar não pode prescindir de um esteio econômico bem-sucedido”.⁹³ O autor ressalta o papel da economia como fator de preponderância para um Estado, antes mesmo do poderio militar, o qual não sobrevive por muito tempo sem o poder econômico. Ao defender a substituição do confronto militar pelo econômico, Thurow afirma que:

Os conflitos de interesses econômicos serão mais agudos do que poderiam ser devido ao desaparecimento do urso militar soviético. No próximo meio século, ninguém precisará moderar suas posições econômicas, a fim de preservar as alianças militares para conter a URSS. Durante metade do século passado, as necessidades militares impediram que os conflitos econômi-

⁹³ THUROW, 1993, p. 23.

cos assumissem proporções incontroláveis. De agora por diante, a cooperação econômica terá que se valer dos seus próprios recursos, e os acordos econômicos não serão mantidos inteiros à custa de cola militar.⁹⁴

Uma de suas teses é que numa economia baseada no conhecimento, já não basta um país ter abundância de recursos naturais ou mesmo financeiros para alcançar a prosperidade. O que importa é o nível educacional da população e o domínio de tecnologias que irão redefinir a economia no século XXI. Neste sentido, Lester Thurow aponta para a importância do domínio da microeletrônica, da biotecnologia, da robótica, das ciências da computação e das telecomunicações.

Na sociedade do conhecimento, a competição não será apenas entre os Estados:

As competências da força de trabalho vão ser a arma competitiva fundamental no século XXI. O poder de cérebro criará novas tecnologias, mas o trabalho qualificado será os braços e pernas que permitirão a empresa empregar as novas tecnologias de produto e de processo que estarão sendo geradas. Portanto, as pessoas qualificadas serão a única vantagem competitiva sustentável.⁹⁵

Nesta sua primeira obra de impacto após o término da Guerra Fria, ao analisar o cenário mundial, escrita logo após a implosão da União Soviética, ele afirmou:

O confronto agora deixou de ser militar para se tornar econômico [...] os confrontos militares representam um desperdício de recursos. As competições econômicas são exatamente o contrário. Na competição econô-

⁹⁴ THUROW, 1993, p. 33.

⁹⁵ THUROW, 1993, p. 67.

mica o mundo não está mais dividido em parceiros e inimigos. O jogo será simultaneamente competitivo e cooperativo. É possível ser amigo e aliado e no entanto querer vencer.⁹⁶

Para demonstrar a importância da competição econômica, Thurow vai buscar no passado exemplos de estratégias econômicas desenvolvidas pelos Estados como forma de preservar a independência política. Assim, ele analisa como Japão e Alemanha agiram no século XIX:

Tanto na Alemanha quanto no Japão, as estratégias econômicas foram elementos importantes nas estratégias militares para preservar a sua independência política. Os governos desdobravam-se para que a chama da combustão econômica não se extinguisse. Tinham que mantê-la intensa para que as lacunas econômicas e, conseqüentemente, as lacunas militares, entre eles e seus inimigos potenciais, pudessem ser preenchidas no menor espaço de tempo possível. Nessas circunstâncias, não surpreende que as empresas fossem organizadas em moldes militares ou que desaparecesse a linha divisória entre o que era público e o que era privado. Governo e indústria tinham que trabalhar juntos para traçar as estratégias econômicas nacionais necessárias à independência nacional. Num sentido muito real, as empresas tornaram-se a linha de frente da defesa nacional. As estratégias militares e as estratégias econômicas achavam-se de tal forma entrelaçadas que eram impossível separar umas das outras.⁹⁷

Um aspecto a considerar no pensamento de Lester Thurow é o papel exercido pelo governo na implementação de políticas de incentivo ao crescimento econômico independente. Ao mesmo tempo

⁹⁶ THUROW, 1993, p. 13 e 26.

⁹⁷ THUROW, 1993, p. 41.

defende uma proposta de liberdade da economia sem a interferência do Estado: “os governos devem proteger os direitos da propriedade privada, e se afastar, deixando o caminho livre para que os indivíduos façam a parte que lhes compete”⁹⁸

Alguns conflitos (como os dos Balcãs), a recessão japonesa, o crescimento da China, fizeram Thurow rever alguns pontos. Ele faz isso na obra *The Future of capitalismo: How today's economic forces shape tomorrow's world*,⁹⁹ onde demonstra que após o fim do socialismo real, o capitalismo se encontra numa fase de equilíbrio econômico interrompido. Mostra ainda, que quando ideologias e tecnologias, novas e velhas, conseguem formar um conjunto congruente, as sociedades dão certo. Exemplo disso é o Egito dos faraós, onde a crença na vida depois da morte fazia cada um esquecer as urgências individuais e beneficiar o país com seu trabalho duro. Um exemplo de incongruência vem da China antiga, país que dispunha da maior parte das tecnologias para fazer uma revolução industrial, enquanto a Europa ainda estava na Idade Média, mas não pode utilizá-las por que a tecnologia avançada era vista como ameaça e, por isso, estagnou por 400 anos.

Em relação ao Japão, diz que em 1991 ninguém acreditava que o país ficaria atolado numa recessão, sem estratégia para sair dela,

exceto tempo e boa sorte. Ninguém teria acreditado que seus mercados financeiros iriam quebrar e acabar com mais de um terço da sua riqueza. Nem os japoneses teriam acreditado que seu sistema político poderia implodir em escândalos, deixando o país incapaz de formular diretrizes políticas, militares ou econômicas. Ao mesmo tempo, qualquer sociedade bem educada e esforçada como a japonesa, que investe tanto como o

⁹⁸ THUROW, 1993, p. 40.

⁹⁹ THUROW, Lester. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Japão, ainda possui os ativos de longo prazo fundamentais para o sucesso.¹⁰⁰

Recorrendo a uma metáfora vinculada à situação geológica, Thurow desenvolve uma analogia em que o capitalismo é comparado à crosta terrestre, de acordo com a teoria geológica das placas tectônicas. Essa teoria afirma que a crosta da Terra é dividida em placas e cada uma dessas placas está em constante movimento, invisível em relação às demais, todas afetando-se reciprocamente. Assim sendo, Thurow identifica pelo menos cinco causas dessa situação: os movimentos de cinco fatores que estariam para a economia assim como as placas tectônicas estão para a geologia. Seus movimentos invisíveis, ao sabor das correntes do magma terrestre, provocam terremotos e explosões vulcânicas. Já as placas econômicas de Thurow flutuam sobre uma mistura fluida de tecnologia e ideologia. Estas “cinco placas tectônicas”, que estão se mexendo, alteram a geografia política do globo terrestre. As cinco placas tectônicas são: o fim do comunismo; uma mudança tecnológica para uma era dominada por indústrias de poder cerebral feito pelo Homem; uma demografia jamais vista; uma economia global; e, uma era em que não há nenhuma potência dominante, econômica, militar ou social.¹⁰¹

i. O fim do comunismo

Com a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo, um terço da humanidade e um quarto da área terrestre, juntaram-se ao mundo capitalista, inundando o mercado mundial de mão-de-obra, tanto científica como fabril, diminuindo os salários do antigo mundo capitalista.

Em relação aos povos que viviam sob a bandeira comunista, Thurow prevê que eles enfrentarão problemas na volta ao capitalismo.

¹⁰⁰ THUROW, 1997, p. 167.

¹⁰¹ THUROW, 1997, p. 22-23.

Eles terão a chance de enriquecer, mas perderão algumas coisas boas da vida (cuidados infantis de alta qualidade e facilmente disponíveis; grandes subsídios às artes dramáticas e musicais; ensino gratuito) que haviam se acostumado a esperar.¹⁰²

Thurow destacou que, acima de tudo, o capitalismo e a democracia não têm mais concorrentes viáveis pela lealdade das mentes de seus cidadãos. Neste sentido, a ameaça deixou de existir. Durante grande parte do século XIX e do XX, o capitalismo enfrentou o socialismo internamente e o comunismo externamente. Agora tinha ficado só!

Não existem, militarmente, ameaças sistemáticas às principais democracias capitalistas do mundo. Ninguém dispõe de poder para invadir e conquistar qualquer delas. Não existe nenhuma ameaça digna de crédito aos Estados Unidos; nem mesmo os militares norte-americanos conseguem imaginar uma ameaça para justificar seus orçamentos.¹⁰³

Obviamente que, quanto Thurow escreveu isso, as torres gêmeas ainda estavam no seu devido lugar.

ii. Uma nova era da indústria de poder cerebral feita pelo Homem

Na teoria clássica do comércio internacional, a localização da produção dependia das localizações de recursos naturais e das proporções dos fatores de produção (capital e trabalho). No final do século XIX os países com amplos recursos naturais, como a Argentina, seriam ricos; os países com escassos recursos, como o Japão, estariam fadados a ser pobres. O progresso econômico e tecnológico mudou a equação. Os setores líderes hoje são dependentes de qualificação hu-

¹⁰² THUROW, 1997, p. 66.

¹⁰³ THUROW, 1997, p. 92.

mana induzida, criada. Poderiam situar-se em qualquer parte do mundo. Com isso, são geograficamente livres. As vantagens comparativas tendem a ser produzidas por diferentes sociedades. O conhecimento e a formação constituem a sua principal fonte de sustentação. Isso tudo aumenta as diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

Na era das indústrias de poder cerebral feito pelo homem, a economia global é dinâmica e está sempre em transição. Não existem períodos prolongados sem mudanças técnicas, nos quais a concorrência pode igualar salários e taxas de retorno sobre o investimento de forma que todas as atividades sejam igualmente lucrativas, e não importa o que cada um faz. Embora certamente existam, a longo prazo, forças de mercado que equalizam os retornos, empresas e setores específicos mantêm salários e retornos acima da média por longos períodos.¹⁰⁴

Na análise de Thurow, as empresas multinacionais são vitais nesse processo, uma vez que suas decisões a respeito de onde irão desenvolver e manter a liderança tecnológica é vital para a localização da maior parte dos melhores empregos.

Os países que oferecerem às empresas os menores custos de desenvolvimento de liderança tecnológica serão aqueles que mais investirem em pesquisa e desenvolvimento, ensino e infraestrutura (sistema de telecomunicações, etc.) necessários à exploração de posições de liderança. A riqueza nacional irá para os países que construírem as constelações de habilidades que se reforçam mutuamente.¹⁰⁵

¹⁰⁴ THOROW, 1997, p. 102.

¹⁰⁵ THUROW, 1997, p. 105.

iii. Uma demografia jamais vista

A população mundial está crescendo, mudando de lugar e envelhecendo. O maior problema é o crescimento da população nos países pobres; e, ao contrário do que normalmente se imagina, um problema crucial não é a falta de alimentos, mas sim a escassez de água. Para ter água potável disponível, em algumas regiões será necessário a disponibilidade de capitais astronômicos, que nem todos têm. Além disso, “as pessoas são a fonte definitiva de poluição e degradação ambientais. À medida que cresce o número de pessoas, a qualidade do meio ambiente do planeta só pode cair.”¹⁰⁶ Os números apresentados por Thurow são alarmantes: uma criança norte-americana, nascida em 1990, produzirá, ao longo da vida, mil toneladas de resíduos atmosféricos, dez mil toneladas de resíduos líquidos e mil toneladas de resíduos sólidos.¹⁰⁷

As migrações atualmente mudaram: vão dos países pobres para os países ricos, que não precisam de mão-de-obra não qualificada. Thurow aponta que em função disso, havia no final do século XX em torno de 100 milhões de pessoas vivendo fora do país em que nasceram.¹⁰⁸

No entanto, a parte explosiva do vulcão demográfico, anota ele, estava no envelhecimento da população mundial. Haveria uma nova classe de pessoas: idosos economicamente inativos e eleitores de uma só temática, que exigiriam aposentadorias e serviços médicos dispendiosos, reduzindo a poupança e subtraindo recursos para educar e treinar os jovens. Referindo-se aos idosos, afirma Thurow que “eles estão derrubando o Estado do bem-estar social, destruindo finanças governamentais e ameaçando os investimentos que todas as sociedades necessitam fazer para ter um futuro de sucesso.”¹⁰⁹ Na verdade, Thurow

¹⁰⁶ THUROW, 1997, p. 123.

¹⁰⁷ THUROW, 1997, p. 123.

¹⁰⁸ THUROW, 1997, p. 126.

¹⁰⁹ THUROW, 1997, p. 132.

dramatiza: se os Estados Unidos não puderem cortar benefícios destinados aos aposentados, a democracia não terá futuro a longo prazo.

iv. Uma economia global

Pela primeira vez na história da humanidade, efetivamente a economia interliga todas as regiões do planeta.

Mudanças em tecnologia, transportes e comunicações estão criando um mundo onde tudo pode ser feito e comercializado em qualquer parte do planeta. As economias nacionais estão desaparecendo. Um grande rompimento surge entre as empresas globais, com uma visão mundial, e os governos nacionais, que focalizam o bem-estar de “seus” eleitores. Países se estilham, crescem os blocos comerciais regionais, a economia global torna-se cada vez mais interligados.¹¹⁰

Por um lado, os governos nacionais estão perdendo instrumentos tradicionais de controle econômico. Por outro lado, também não surgiu, em escala mundial, uma regulamentação necessária. Irracionalidades continuarão ocorrendo até que o mundo se convença de que o sistema financeiro global necessita de um bom gerente. Aqui Thurow chega ao máximo do pessimismo: onde e quando viria a crise financeira e qual seria o seu tamanho, ninguém saberia. Mas ela certamente viria!

Para passar das economias nacionais para a uma economia global, era necessário um salto grande demais. Para viabilizar este salto, estavam surgindo blocos regionais, como etapas naturais de um processo evolutivo em direção de uma economia verdadeiramente global. Entretanto, segundo Thurow, estes blocos apresentavam algumas contradições: internamente estavam passando para um comércio mais livre; mas, o comércio entre os blocos estavam mais sujeito ao controle dos governos.¹¹¹

¹¹⁰ THUROW, 1997, p. 132.

¹¹¹ THUROW, 1997, p. 160.

A regionalização será um processo confuso – dois passos à frente, uma para o lado e, muitas vezes, um ou dois passos para trás. As nações não abrem mão do poder com facilidade. Embora seu impulso seja irreversível, os grupos comerciais regionais, a onda do futuro, irão muitas vezes parecer a onda do passado – como no início de 1995.¹¹²

Na sua opinião, uma economia global criaria uma separação fundamental entre as instituições políticas nacionais e suas políticas para controlar os eventos econômicos e as forças econômicas internacionais. Em vez de um mundo no qual as políticas nacionais guiavam as forças econômicas, uma economia global levava a um mundo em que as forças geoeconômicas extranacionais determinavam as políticas econômicas nacionais. Com a internacionalização, os governos nacionais perderiam muito dos seus instrumentos tradicionais de controle econômico.¹¹³

Como consequência disso, Thurow lembrava que a era da regulamentação das empresas por governos nacionais não existia mais. As atividades iriam para onde não havia regulamentação e, no atual estágio da tecnologia informacional, esta realocização podia ocorrer sem qualquer mudança física. Atividades financeiras, que envolviam grandes volumes de capital, são eletronicamente realizadas em paraísos fiscais – como as Bahamas – se que os altos executivos precisassem levantar de suas cadeiras, nos escritórios em Nova York, Londres ou qualquer outra grande cidade.

Por isso, para que a economia global funcionasse, era necessário abrir mão de um alto grau de soberania nacional, “mas tanto a direita como a esquerda estão certas ao afirmar que isto é antidemocrático. É antidemocrático ser regido por estrangeiros ou, pior ainda, por bu-

¹¹² THUROW, 1997, p. 161.

¹¹³ THUROW, 1997, p. 168.

rocratas internacionais.” Thurow apontava que esta medida só seria considerada democrática, se houvesse um governo mundial eleito democraticamente. No entanto, alertava que “tanto a esquerda como a direita seriam as primeiras a objetar este governo.”¹¹⁴

v. Um mundo multipolar sem uma potência mundial dominante

Para Thurow, o século XIX foi britânico e o século XX, norte-americano; em sua opinião, o século XXI não teria uma única potência dominante, mas a disputa ocorreria entre três centros de poder: Japão, Europa (liderada pela Alemanha) e os Estados Unidos. Haveria uma grande independência entre as economias, sem que uma procurasse arrasar a outra. O segredo estaria na questão que é importante concorrer e ao mesmo tempo se associar, crescendo conjuntamente. A disputa não estaria mais relacionada à produção de armamentos ou anexação de territórios, e sim à capacidade de produzir mais e melhores bens e serviços, ampliando a produtividade, o nível tecnológico, melhorando a educação e o padrão de consumo da população.

Em termos puramente militares, pode ser verdade que nenhum país jamais teve tanto poder militar em relação a qualquer inimigo concebível, ou mesmo em relação ao resto do mundo, como os Estados Unidos possuem em meados dos anos 90. Este país é a única superpotência com armas nucleares, sofisticados sistemas de lançamento e capacidade logística global.¹¹⁵

No entanto, de acordo com Thurow, na atual circunstância, “todo este poder militar é essencialmente inutilizável e irrelevante.”¹¹⁶ Além disso, os Estados Unidos estavam perdendo a condição de potência mundial dominante, até porque não tinham vontade de domí-

¹¹⁴ THUROW, 1997, p. 182.

¹¹⁵ THUROW, 1997, p. 190.

¹¹⁶ THUROW, 1997, p. 191.

nio depois do fim do comunismo. A longo prazo, seu déficit comercial reduz substancialmente sua capacidade para exercer a liderança global. A Europa não poderia substituir os Estados Unidos nesta função, pois gastaria meio século para consumir sua própria unificação. O Japão também não demonstrava vocação para este papel. A única experiência moderna de um mundo sem um líder dominante ocorreu entre as duas guerras mundiais, quando as sete principais potências colidiram em um planeta sem centro de gravitação. Quando o sistema começou a ruir, ninguém se sentiu responsável para cuidar que os desastres dos anos seguintes fossem evitados.

Thurow descarta qualquer outra possibilidade ou caminho a não ser o capitalismo. Todos os seus concorrentes no século XX fracassaram. O único perigo realmente sério para o seu futuro é ele próprio, com as desigualdades e as injustiças que o mercado ocasiona. Por isso, para o autor, haveria a necessidade do capitalismo mudar para garantir sua sobrevivência. É por isso que a exemplo do que fez nos livros anteriores, Thurow vai tratar da intervenção do governo na economia. Neste caso, ele é um pouco mais sensato do que alguns de seus colegas liberais. Ele argumenta que a ajuda governamental deve ser focada no aumento das habilidades dos trabalhadores americanos e na melhoria da infraestrutura, “e não na ajuda financeira para as corporações americanas”.¹¹⁷

No finalzinho do século XX, Lester Thurow publicou *Building Wealth. The New Rules for Individuals, Companies, and Nations in a Knowledge-Based Economy*.¹¹⁸ Ele parte do princípio de que não há dúvida de que estamos no meio de uma transição para uma economia baseada no conhecimento. Tecnologias inovadoras em microeletrôni-

¹¹⁷ THUROW, 1997, p. 200.

¹¹⁸ THUROW, Lester. *A Construção da Riqueza*. As novas regras para indivíduos, empresas e nações numa economia baseada no conhecimento. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

ca, biotecnologia, novos materiais, telecomunicações, robótica e computadores estão mudando fundamentalmente o jogo da criação de riqueza. Enquanto esses novos setores estão crescendo explosivamente, os setores existentes, como bancos e varejo, estão sendo transformados de forma irreconhecível. Como resultado, uma nova economia global está surgindo para substituir as economias nacionais existentes.

Ele lembra que à medida que o escopo, o alcance e os poderes dos governos nacionais diminuem, o papel das empresas globais se expande. Cada vez mais, eles podem jogar países uns contra os outros. Grandes empresas globais localizam fábricas em países que lhes darão o melhor negócio em termos de pagamentos em dinheiro, subsídios de custos e reduções de impostos.

Há uma pergunta básica: o que será necessário para que indivíduos, empresas e países inteiros tenham sucesso na nova economia do século XXI? Em vez de focar nos gastos, Lester C. Thurow argumenta que deve ser enfatizado o investimento em conhecimento básico, educação e infraestrutura. Somente comprometendo-nos com a construção de riqueza comunitária, pode-se maximizar as oportunidades de construção de riqueza pessoal também e prosperar nas economias do século XXI.

Em seu último livro, *Fortune Favors the Bold: What We Must do to Build a New and Lasting Global Prosperity*,¹¹⁹ Lester Thurow examina a economia global recém-formada, com foco especial no papel dos EUA e os perigos para o próprio bem-estar nacional norte-americano. Ele examina questões como: O que está em jogo para nós na economia global? Por que é importante que o sistema seja justo e que outros países prosperem conosco? Quais devem ser nossos objetivos como nação - longo e curto prazo? Quais são as escolhas difíceis que precisam ser

¹¹⁹ THUROW, Lester. *Fortune Favors the Bold: What We Must do to Build a New and Lasting Global Prosperity*. New York: HarperCollins Publishers, 2003.

feitas em nosso relacionamento com outros países e órgãos reguladores mundiais? Que papel devemos desempenhar globalmente? Quais são as escolhas/compensações políticas, econômicas e sociais que temos de enfrentar?

Thurow afirma que o enorme e crescente déficit comercial dos EUA representa graves perigos para o valor do dólar e está colocando em perigo a economia nacional. À medida que a economia mundial ultrapassa as fronteiras nacionais, sua marca registrada parece ser uma crescente instabilidade e uma crescente desigualdade entre o primeiro e o terceiro mundos. As crises financeiras do então chamado terceiro mundo se apresentavam com mais frequência, parecendo ser cada vez mais graves. As economias do primeiro mundo pareciam estar em ciclos cada vez mais frenéticos de expansão e contração. A globalização estaria causando distúrbios em todo o mundo e ele via isso como um fator no aumento do terrorismo contra o Ocidente.

Para Thurow, algumas nações como Irlanda e China abraçaram o conceito de globalização e se colocaram em uma posição para prosperar com economias nacionais em crescimento e produtivas. Com isso, ele contrasta suas ações positivas com o Japão, cujos líderes permitiram que a nação mergulhasse na estagnação e destruíram sua prosperidade. Por isso ele argumentava que era o momento de escolher a globalização ou ficar para trás, o momento de “construir uma economia global que elimine os defeitos.”

Como não poderia deixar de ser, a China também era motivo de atenção de Lester Thurow. Em 2007 ele vai dizer que “a China alega que sua economia está crescendo de 10% a 11% ao ano, e analistas oficiais chineses dizem que seu país alcançará os Estados Unidos antes da chegada do século 22. Não acredite.”

Em sua argumentação, ele diz que a economia chinesa cresce no máximo 6% ao ano e que simplesmente leva mais de 100 anos para um país grande, menos economicamente desenvolvido, alcançar o líder

mundial em renda per capita. Desta forma, afirma categoricamente: “Poderá haver um século chinês, mas será o século 22 - não o 21.”¹²⁰

Em vários momentos o Brasil ocupou a atenção de Lester Thurow. No ano em que seu livro *Cabeça a cabeça* tornava-se um *best seller*, em entrevista à revista *Veja*, ele reputou um grande papel à História, quando afirmava que tem muitas formas de capitalismo no mundo.

A cultura e a História de cada país são diferentes. Todo mundo que quer ser capitalista tem de determinar quais instituições funcionam no contexto cultural daquele país. Existem coisas feitas no Japão que não funcionam de jeito algum os Estados Unidos. Não se trata de copiar países bem-sucedidos, mas de usá-los como guias para medir o nível internacional da competição.¹²¹

No início do século XXI, em visita que ele fez ao país, deixou claro que “o Brasil é um péssimo estrategista, não sabe se vender e aproveita mal as boas oportunidades que surgem em épocas de crise mundial.” Mais do que isso: “o Brasil ainda não consegue convencer o mundo de que o país é realmente um bom negócio.” Na época Thurow criticou o sistema educacional brasileiro e afirmou que o Brasil nunca conseguirá competir com outros emergentes, como a China e a Índia, se continuar aplicando pouco em educação. “O que a Índia e a China têm a mais do que o Brasil? O principal: um belo sistema educacional, e é por isso que os investimentos vão para lá”, afirmou ele.¹²²

De acordo com Thurow, o Brasil precisa aprender a encarar suas fraquezas. Ele apontou cinco destas fraquezas: baixa competitividade

¹²⁰ THUROW, Lester. A Chinese Century? Maybe It's the Next One. *The New York Times*, 19 aug. 2007.

¹²¹ THUROW, Lester. Entrevista. *Revista Veja*, 24 de novembro de 1993.

¹²² MATTOS, Adriana. Brasil desperdiça crise, diz Lester Thurow. *Folha de São Paulo*, 11 de novembro de 2001.

da mão-de-obra, juros elevadíssimos, sistema jurídico arcaico, falta de infra-estrutura (como rodovias e hospitais em péssimas condições) e baixo nível educacional.

Numa entrevista à revista *Isto É*, em 2002, sem rodeios, ao expor suas ideias, Lester Thurow critica o Brasil:

O Brasil deveria se preocupar em ser mais eficiente nos setores dinâmicos do comércio internacional. Deveria se preocupar em conquistar espaço na área eletrônica, de computadores, de equipamentos para telecomunicações. É isso que vai definir quem serão os líderes no que eu chamo de sociedade do conhecimento. E são setores em que vocês, claramente, não são referência em termos de competitividade.

Numa comparação do Brasil com a Coreia do Sul, ele constata que a renda per capita nos dois países era muito parecida nos anos 1950. “A Coreia, que àquela época era um dos países com um dos piores níveis educacionais, hoje tem a melhor educação do mundo. Isso explica, em grande medida, a diferença de desempenho entre vocês e eles.”¹²³

Lester Thurow não era apenas um acadêmico. Era um pensador geopolítico que estava aconselhando o seu Estado a trilhar um determinado caminho, chamando a atenção das autoridades e do empresariado dos Estados Unidos para “um novo jogo, que vai decidir os rumos do mundo no século XXI”.

KENICHI OHMAE

Para muitos estudiosos, o avanço do processo de globalização tem provocado o enfraquecimento dos grandes atores no cenário interna-

¹²³ THUROW, Lester. Entrevista. *Revista Isto É*. 15 de maio de 2002.

cional, principalmente os Estados e, em contrapartida, tem favorecido o fortalecimento de atores menores: regiões, lugares, empresas, indivíduos. Os adeptos desta interpretação veem o sistema global como algo extremamente positivo, que serve como garantia da humanidade para um mundo de prosperidade, diminuição do autoritarismo e dos conflitos bélicos.

Um dos expoentes desta interpretação é o economista japonês Kenichi Ohmae, apelidado de “sr. Estratégia”. Ele parte de uma perspectiva neoliberal, reconhecendo que na atual fase do capitalismo globalizado, as novas forças determinantes são o capital, as corporações, os consumidores e as comunicações.

As ideias pioneiras do já renomado estrategista de negócios sobre a globalização de indústrias e produtos foram manchetes nos principais jornais financeiros e publicações de negócios em três continentes.

Já em 1983 ele tinha publicado *The Mind of the strategist: the art of Japanese Business*,¹²⁴ que objetivava dar vida a toda a dinâmica, sutileza e variedade da estratégia de negócios conforme é praticada no mundo real e em empresas reais. O autor não pretendia estar inventando estratégia ou revelando os segredos dos negócios japoneses e do planejamento estratégico. Em vez disso, ele está explorando com o leitor as maneiras pelas quais o estrategista deve pensar, os princípios-chave e os padrões de pensamento que os estrategistas do mundo real têm usado para impulsionar suas empresas no Japão e em todo o mundo. Ele explora a relação do Triângulo Estratégico formado pela empresa, o cliente e a concorrência e mostra como esses fatores devem ser a base de todo pensamento e planejamento estratégico.

Ohmae chama a atenção sobre o uso do chamado raciocínio estratégico, questão central do livro.

¹²⁴ OHMAE, Kenichi. *O Estrategista em ação: a arte japonesa de negociar*. São Paulo: Pioneira, 1985.

Nascido no Japão, bacharel em química pela Universidade Waseda, doutor em engenharia nuclear pelo Massachusetts Institute of Technology. Conselheiro do primeiro-ministro japonês Nakasone, diretor da McKinsey & Co., uma das maiores corporações internacionais de consultoria de alta gestão.



KENICHI OHMAE
(1943 -...)

PRINCIPAIS OBRAS:

1983 – *The Mind of the strategicist: the art of Japanese Business*

1985 – *Triad Power. The coming of global competition*

1990 – *Fact and friction*

1990 – *The Borderless World: Power and Strategy in the Inter-linked Economy*

1995 – *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*

1995 – *The evolving global economy*

2000 – *The invisible continental: four strategic imperatives of the new economic*

2005 – *The Next Global Stage. Challenges and Opportunities in Our Borderless World*

O raciocínio estratégico precisa ser sustentado pela utilização diária da imaginação e pelos processos do adestramento constante na lógica mental... Para chegar ao estrategista eficaz é preciso praticar constantemente o raciocínio estratégico. É uma disciplina para todo dia, não um recurso que se deixe adormecer nos tempos normais, e nas emergências é acordado às pressas.¹²⁵

Então, em 1985, no livro *Triad Power: the coming shape of global competition*¹²⁶ ansiosamente aguardado, Ohmae integrou e expandiu seus conceitos muito discutidos - para demonstrar por que as empresas que desejavam competir na arena global deveriam se tornar *insiders* no que ele chamou de Tríade: Europa, Japão e Estados Unidos.

Ohmae explica que tornar-se um *insider* significava nada menos do que ser membro pleno das comunidades de negócios nativos em cada canto da Tríade. Em setores de alta tecnologia como computadores, eletrônicos de consumo e comunicações, o rápido ritmo de inovação e desenvolvimento de produtos não permitia mais às empresas o luxo de testar o mercado interno antes de sondar no exterior. Além disso, como as preferências do consumidor variavam sutilmente de acordo com a cultura e estavam em fluxo constante, as empresas deveriam compreender intimamente os gostos locais - e reagir instantaneamente às mudanças nas tendências e preços do mercado. As considerações políticas também desempenham um papel importante: as pessoas de dentro possuem maior imunidade ao protecionismo do que as de fora. Finalmente, conquistar mercados em todas as três partes da Tríade era a única maneira de obter economias de escala que as fábricas automatizadas de classe mundial exigem para se pagarem e terem lucros.

O autor ressaltava que apenas um punhado de corporações ti-

¹²⁵ OHMAE, 1985, p. 77.

¹²⁶ OHMAE, Kenichi. *Triad Power: the coming shape of global competition*. New York: Free Press, 1985.

nham os recursos - ou as linhas de produtos - para dominar qualquer mercado da Tríade. Ohmae mostrava como *joint ventures* e consórcios internacionais já deram uma gama de empresas ao talento local de fabricação, distribuição, pesquisa e marketing de que precisam para serem concorrentes de sucesso da Tríade. Ele advertia, também, que se guerras comerciais destrutivas deveriam ser evitadas ou seus efeitos atenuados, mais esforços cooperativos deveriam ser feitos - e logo.

Em um mundo onde a crescente paridade entre as multinacionais americanas e suas contrapartes europeias e japonesas tornou as vantagens tecnológicas e de marketing cada vez mais difíceis de adquirir ou sustentar, Ohmae apontava uma alternativa pragmática: alianças interculturais que aceitavam um futuro no qual a mudança era inevitável - e onde apenas riscos traziam recompensas.

Em 1990, Kenichi Ohmae publicou *The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*,¹²⁷ uma obra de grande impacto para a compreensão geopolítica, que mudou a maneira como os administradores veem o mundo e seus negócios, e como eles inventam, marcam e competem na nova economia globalmente interligada. O *best-seller* inovador de Kenichi Ohmae argumenta de forma persuasiva como as fronteiras nacionais são menos relevantes do que nunca e identifica as principais características das nações e empresas de alto desempenho.

Ohmae lança o conceito da Ilha da Economia Interligada da Tríade, formada pelos Estados Unidos, Europa e Japão, à qual se juntaram outras economias agressivas como Taiwan, Hong Kong e Cingapura. Segundo ele, esta Ilha estaria se tornando tão poderosa que engoliu a maioria dos consumidores e corporações, fez quase desaparecer as tradicionais fronteiras nacionais e empurrou os burocratas, os políticos e os militares para o *status* de indústrias em declínio. Seguindo essa concepção, o governo perderia seu papel protetor:

¹²⁷ OHMAE, Kenichi. *O mundo sem fronteiras: poder e estratégia em uma economia global*. São Paulo: Makron, McGraw Hill, 1991.

Quando o governo demora para entender o fato de que seu papel não é mais proteger as pessoas e seus recursos naturais contra as ameaças econômicas externas e sim garantir que seu povo tenha a mais ampla variedade de escolhas entre as mercadorias e serviços melhores e mais baratos de todo o mundo, quando o governo ainda pensa e age como se houvesse sempre uma ameaça de guerra – força mercantilista que dominava o mundo séculos atrás – desencoraja o investimento e empobrece o povo.¹²⁸

Sobre o papel desempenhado pelas grandes corporações, Ohmae afirma que normalmente as pessoas ainda pensam que as gigantes multinacionais impõe sua vontade às pessoas nos países onde elas escolhem operar. No entanto, as companhias multinacionais são realmente serviços de consumidores exigentes em todo o mundo. São esses clientes que as estão motivando a operar, desenvolver, produzir e vender em muitos países ao mesmo tempo em que, no processo, estão ajudando a criar uma economia sem fronteiras.¹²⁹

Neste “mundo sem fronteiras” percebido por Ohmae, a riqueza não estaria mais baseada na posse de enormes reservas de recursos naturais, citando como exemplo o Brasil e a Malásia. Nesse contexto, a Malásia ainda estaria se saindo melhor do que o Brasil, olhando para o oriente e seguindo o exemplo do Japão. No Japão, o fato de o governo conscientizar a população com a noção clara de que o país era pobre em recursos e que seria importante acrescentar valor ao que era produzido no país, a fim de criar excedentes que lhes permitisse comprar a comida necessária, fez o país se desenvolver em uma escala muito superior àqueles países detentores de recursos naturais abundantes

Defendendo a ideia de que não caberia mais o isolacionismo e o nacionalismo em termos de macroeconomia, Ohmae argumenta que “no mundo sem fronteiras, cada dia fica mais difícil ver onde se en-

¹²⁸ OHMAE, 1991, p. XIV.

¹²⁹ OHMAE, 1991, p. XIV.

contram as fronteiras nacionais tradicionais.”¹³⁰ Segundo sua análise, já não se pode falar em economia nacional; deve-se falar em regiões econômicas, que para se desenvolverem, não devem ter os entraves dos governos. Com isso Ohmae propõe diminuir o papel do Estado no seu mundo sem fronteiras:

a economia global segue sua própria lógica e desenvolve suas próprias redes de interesse, que raramente duplicam as fronteiras históricas entre as nações. Como resultado, o interesse nacional, como realidade econômica, em oposição a uma realidade política, perdeu muito de seu significado.¹³¹

Quanto aos governos nacionais, eles não devem impor barreiras e obstáculos às corporações internacionais. Se as companhias estrangeiras querem instalar suas fábricas filiais ou vender produtos em um país, os governos não devem impedir. “Estas companhias e seus produtos não representam exploração. Representam a possibilidade de maior escolha e maior satisfação.”¹³²

Ohmae parte do princípio de que na hora de pagar, o consumidor não se preocupa com o país de origem das mercadorias, nem com o país de residência. Não interessa ao consumidor o local onde foi fabricado determinado produto.

As corporações globais de hoje são apátridas porque os consumidores estão cada vez menos nacionalistas. As verdadeiras corporações globais atendem aos interesses dos clientes, não dos governos. Não exploram as situações locais nem repatriam todos os lucros, empobrecendo, com sua estada, cada área local. Elas investem, treinam, pagam impostos, criam infra-estrutura e proporcionam bons va-

¹³⁰ OHMAE, 1991, p. 184.

¹³¹ OHMAE, 1991, p. 186.

¹³² OHMAE, 1991, p. 197.

lores aos clientes, em todos os países onde têm negócios. Isto não é altruísmo da parte delas.¹³³

Os governos nacionais não precisam temer tanto essas companhias estrangeiras a ponto de erguer barreiras contra elas; mas isto não significa que sua responsabilidade para com o povo acabou aí. Os governos ainda têm a responsabilidade, agora mais importante do que nunca, de educar as pessoas e proporcionar infra-estrutura de primeira classe para as empresas que as empregarão e fornecerão a elas mercadorias e serviços. Para o autor, os governos “precisam transformar seus países em locais atraentes para que as companhias globais fiquem interessadas em ter negócios, investir e pagar impostos.”¹³⁴

A crítica de Ohmae ao Japão, seu país de origem, está relacionado exatamente ao papel que o governo ainda desempenha, que segundo ele, ainda sobrevive com a crença do século XIX, “de que o desenvolvimento é melhor e mais eficiente sob a mão condutora de um governo austero que diz ao seu povo o que é bom para ele.” O Japão, Coreia do Sul e Taiwan “ainda tem muito o que caminhar até liberar seu povo do poder central do governo ou do partido dominante. O sucesso deles, até o presente momento, deve-se aos seus governos. Não há o que questionar. Mas sua futura agonia também será resultado de seus governos.”¹³⁵

Sua ideia básica é que o mercado nacional com as suas fronteiras e barreiras alfandegárias, com sua moeda nacional e seu espaço econômico, onde o Estado nacional, através do governo, exerce uma função reguladora, é algo cada vez menos importante e constitui um entrave ao progresso.

¹³³ OHMAE, 1991, p. 198.

¹³⁴ OHMAE, 1991, p. 198.

¹³⁵ OHMAE, 1991, p. 189.

Com isso, passamos a viver num mundo sem fronteiras. E o papel do governo em um mundo sem fronteiras, então “é representar e proteger os interesses de seu povo, não das companhias ou indústrias lá instaladas. Deve deixar entrar a luz, e depois permitir que a população faça sua própria escolha.”¹³⁶

Segundo Ohmae, as nações mais prósperas no momento em que ele estava escrevendo – Suíça, Singapura, Taiwan, Coreia do Sul e Japão – se caracterizam por pequena concentração de terras, nenhum recurso natural e um povo bem educado e trabalhador com ambição de participar da economia global.

A abundância de recursos tem realmente retardado o desenvolvimento de um país por que os burocratas lá ainda pensam que o dinheiro pode solucionar todos os problemas. Em uma economia verdadeiramente global, interligada, o fator-chave para o sucesso passa dos recursos para o mercado.¹³⁷

É necessário aceitar o fato de que, tanto para as economias em desenvolvimento (em que Ohmae cita nominalmente o Brasil) quanto para as desenvolvidas, “os recursos naturais não são mais a chave da riqueza.” Segundo ele, é necessário “aceitar que as fronteiras nacionais têm hoje muito pouco a ver com o fluxo real da atividade industrial.” E bem por isso, “temos que aceitar que informações e conhecimento – uma população treinada e letrada, e não armamentos militares – são as reais fontes de força.”¹³⁸

Com a economia global, estaria ocorrendo um rearranjo geopolítico.

¹³⁶ OHMAE, 1991, p. 204.

¹³⁷ OHMAE, 1991, p. 11-12.

¹³⁸ OHMAE, 1991, p. 196.

Está surgindo uma ilha maior que um continente – a economia interligada (ILE) da Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) – à qual se juntaram economias agressivas como Taiwan, Hong Kong e Singapura [...] Essa ilha está se tornando tão poderosa que engoliu a maioria dos consumidores e corporações, fez quase desaparecer as tradicionais fronteiras nacionais e empurrou os burocratas, os políticos e os militares para os *status* de indústrias em declínio.¹³⁹

Para Ohmae, num mundo sem fronteiras a humanidade viveria numa grande aldeia global: “nós ainda não somos uma família grande e feliz no mundo, mas a ILE pode estar mais próxima do que pensamos”. Em síntese: “precisamos jogar fora modelos ptolemaicos, baseados em nações, com os quais interpretamos os eventos do mundo.”¹⁴⁰

Em sua principal obra, *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*,¹⁴¹ de 1995, Ohmae inicia criticando a tese do “fim da história”, de Francis Fukuyama.¹⁴² Segundo ele, “nada mais distante da verdade”, uma vez que com todas as transformações pelas quais a sociedade mundial está passando, uma maior número de pessoas, “vem reivindicar o seu lugar na história.”¹⁴³

o que estamos testemunhando é o efeito cumulativo de mudanças fundamentais nas correntes da atividade econômica ao redor do globo. Essas correntes se tornaram tão poderosas que abriram canais inteiramente novos para si próprias – canais que nada devem às linhas de demarcação dos mapas políticos tradicionais. Simplesmente, em termos dos fluxos reais de atividade

¹³⁹ OHMAE, 1991, p. xv.

¹⁴⁰ OHMAE, 1991, p. 216.

¹⁴¹ OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado nação: ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

¹⁴² FUKUYAMA, Francis. *The End of History? The National Interest*. Washington, nº 16, october 1989.

¹⁴³ OHMAE, 1996, p. xvii.

econômica, os Estados-Nação já perderam seus papéis como unidades significativas de participação na economia global do atual mundo sem fronteiras.¹⁴⁴

Como o fim da Guerra Fria a comunidade internacional, interligada por uma economia global, teria começado a exigir dos Estados nacionais uma melhor qualidade de vida. No entanto, os Estados não dispõem dos mesmos recursos que financiavam suas ações no passado. Desta forma, teria surgido questionamentos, se esses Estados-nações,

forneem a melhor janela, a melhor porta de acesso para essa economia? Num mundo onde as fronteiras econômicas estão desaparecendo progressivamente, serão suas fronteiras arbitrárias, historicamente acidentais, realmente significativas em termos econômicos? Em caso negativo, que espécies de fronteiras fazem sentido? Em outras palavras, quais são, no fundo, exatamente as unidades de negócios naturais – os agregados de pessoas e de atividades suficientes e de tamanho e escala corretos – através das quais integrar-se nessa economia?¹⁴⁵

Os Estados nacionais são dinossauros esperando para morrer, na avaliação de Ohmae. Neste livro ele argumenta que não apenas os Estados-nação perderam sua capacidade de controlar as taxas de câmbio e proteger suas moedas, mas também não geraram mais atividade econômica real. Como resultado, ele afirma, eles já perderam seu papel de participantes essenciais na economia global. Outrora motores eficientes de criação de riqueza, os Estados-nação se tornaram motores ineficientes de distribuição de riqueza, cujos destinos são cada vez mais determinados por escolhas econômicas feitas em outros lugares. Ohmae afirma que quatro grandes forças - capital, corporações, consumidores

¹⁴⁴ OHMAE, 1996, p. 5.

¹⁴⁵ OHMAE, 1996, p. xviii.

e comunicação - se combinaram para usurpar o poder econômico outrora detido pelo Estado-nação.

Neste fenômeno global, Ohmae explica exatamente como as comunicações agora controlam o movimento de capital e corporações através das fronteiras nacionais, como consumidores exigentes determinam o fluxo de bens e serviços e como as políticas governamentais prejudiciais são cada vez mais disciplinadas pelas ações de consumidores bem informados e corporações com fins lucrativos. Velhos hábitos são difíceis de morrer e os hábitos de poder são os mais difíceis de todos. Enquanto os governos se apegam a celebrações chauvinistas de nacionalidade que valorizam muito mais os símbolos que captam emoções do que o bem-estar de seus cidadãos, Ohmae revela que dentro de suas fronteiras uma revolução nasceu.

Na essência de sua tese, ele propõe que no lugar das grandes nações, serão os Estados-região que emergem como a grande força da geopolítica mundial. Textualmente ele afirma: “Hoje em dia, no mundo em desenvolvimento e no mundo desenvolvido, a unidade de negócios natural para aproveitar a economia global na produção de riqueza é a região e não a nação.”¹⁴⁶ Desta forma, o verdadeiro motor do desenvolvimento econômico seria o que ele denomina de *Estados-região*, isto é, economias regionais fortes.

Estes *Estados-região* serão os novos motores de prosperidade. Surgiram, por exemplo, entre San Diego e Tijuana, Cingapura e partes da Malásia e Indonésia, Vale do Silício e a área da baía de São Francisco, e Hong Kong e a porção adjacente do continente chinês. Ele descreve como esses Estados regionais, cada qual habitado por 5 a 20 milhões de pessoas, têm vínculos mais estreitos com outros Estados regionais na economia global do que com suas nações “anfitriãs” e constituem mercados essenciais em crescimento para bens e serviços

¹⁴⁶ OHMAE, 1996, p. 142.

de corporações globais. Ohmae conclui que o surgimento do Estado regional muda profundamente e para sempre a lógica global que define como as corporações operam e como os governos dos Estados-nação entendem seu papel adequado nos assuntos econômicos. Os gerentes e formuladores de políticas devem lembrar que as pessoas são mais importantes que as fronteiras.

O Estado-nação prometeu muito - mas entregou pouco. Por isso, longe de tornar as coisas melhores, o controle de fronteiras ameaça piorar os Estados-nação. Tem potencial para travar o desenvolvimento humano através da compartimentação artificial de habilidades e mercados.

Em um mundo de comunicações quase instantâneas, o Estado-nação é irrelevante. Um dos símbolos externos de sua existência é a fronteira nacional, administrada por funcionários uniformizados verificando papéis e protegendo barricadas. Mas para que servem esses controles de fronteira no mundo da Internet, por exemplo?

O que estaria acontecendo é que a economia e a tecnologia estariam impondo uma nova escala na organização geopolítica. Haverá limites. O desaparecimento do Estado-nação não daria início a um mundo monocultural inosso, unidimensional.

De acordo com Ohmae, a competitividade não surge uniformemente, porque o processo industrial é desigual, variando de região para região. A competitividade não pode ser propriedade de um Estado-nação, já que a competição depende de condições universais e não locais. Mas ele reconhece também que o governo do Estado-nação tem a função de assistir os determinantes da competência, o que aponta em seu argumento: “Uma política inteligente do governo central pode, certamente, ajudar. Uma política inadequada pode prejudicar. Mas nenhuma política substitui os esforços dos gerentes individuais nas instituições individuais em interligar suas atividades à economia global.” Além disso, segundo o autor, “nenhum governo

central consegue livrar-se suficientemente do ônus da proteção e do mínimo público para abraçar – muito menos para facilitar – essas interligações.”¹⁴⁷

A economia global estaria alicerçada em quatro “is”: investimentos, indústrias, informações e indivíduos.

O *investimento*, entendido enquanto aplicação de capital, não está mais restrito geograficamente. Onde quer que seja, se a oportunidade for atraente, o dinheiro fluirá. Como este capital que atravessa as fronteiras sem obstáculo algum é privado, os governos não precisam se envolver.¹⁴⁸

A *indústria*, formada por empresas cada vez mais transnacionalizadas, já não fecha acordos com governos anfitriões para trazer *know-how* em troca de acesso privilegiado aos mercados locais. As grandes corporações estabelecem estratégias que não estão mais atreladas à razões de Estado, mas sim à intenção de servir a mercados atraentes. Assim, subsídios governamentais estariam se tornando irrelevantes como critérios de decisão.¹⁴⁹

A *informação* tecnológica permite que uma empresa possa operar em qualquer parte do mundo, sem a necessidade de construir um sistema de negócios em cada país onde se fizer presente. Desta forma, as barreiras à participação transnacional e às alianças estratégicas caíram por terra. E o mais importante: “não é preciso transferir exércitos de especialistas, nem treinar exércitos de trabalhadores. A capacidade pode residir na rede e tornar-se disponível – virtualmente em qualquer parte – na medida da necessidade.”¹⁵⁰

Os *indivíduos*, enquanto consumidores, estão cada vez mais assumindo uma orientação global. Cada vez mais, os consumidores que-

¹⁴⁷ OHMAE, 1996, p. 62.

¹⁴⁸ OHMAE, 1996, p. xix.

¹⁴⁹ OHMAE, 1996, p. xix.

¹⁵⁰ OHMAE, 1996, p. xx.

rem adquirir produtos de qualidade e mais baratos, não interessando a sua origem, bem como não admitem restrições governamentais.¹⁵¹

Estes quatro “is” tomados conjuntamente, permitem que unidades econômicas possam ser viáveis em qualquer parte do mundo, atraindo o que é necessário para o seu desenvolvimento. Como não dependem dos esforços governamentais, as funções tradicionais dos Estados-Nações tornaram-se obsoletas. As soluções globais não correspondem mais às fronteiras políticas dos países, artificialmente estabelecidas, mas sim às unidades geográficas mais focalizadas, onde é realizado o trabalho real e os mercados reais florescem. Kenichi Ohmae denomina estas unidades de Estados-regiões, que podem residir totalmente dentro das fronteiras políticas de um Estado-Nação ou mesmo transcendê-las.

O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretos para serem as verdadeiras unidades de negócios da economia global hoje em dia. Estas são as fronteiras – e as conexões – que importam num mundo sem fronteiras.¹⁵²

Diante da “eliminação” das fronteiras políticas, os atuais mapas-múndi não passam de mera “ilusão cartográfica”, pois ainda estão mostrando o planeta dividido em centenas de Estados-nações, deixando de mostrar o essencial: os Estados-região. Como exemplo mais importante para a economia global, seria mostrar a Catalunha, a Liga Lombarda (centrada em Milão), a região de Shenzhen, São Paulo, ao invés de mostrar, respectivamente, a Espanha, a Itália, a China e o Brasil.

Para Ohmae, os Estados-região acolhem mais favoravelmente o investimento estrangeiro, seja sob a forma de propriedade ou de produtos. “De fato, eles acolhem favoravelmente tudo o que contribuir

¹⁵¹ OHMAE, 1996, p. xx.

¹⁵² OHMAE, 1996, p. xxi.

para empregar produtivamente sua população, para melhorar sua qualidade de vida e para dar-lhe acesso aos melhores e mais baratos produtos de qualquer parte do mundo.”¹⁵³

Kenichi Ohmae afirma que os Estados-região são portões de entrada à economia global eficazes porque suas características definidoras são moldadas exatamente pelas exigências desta economia. Uma destas características é o seu tamanho, para que possa constituir-se num mercado atraente para as grandes marcas de bens de consumo. “Os Estados-região têm que ser suficientemente pequenos para seus cidadãos compartilharem de interesses como consumidores, mas de tamanho suficiente para justificar economias não de escala, mas de serviços.” Por isso, segundo o autor, sua população tende a estar na faixa de cinco a vinte milhões.¹⁵⁴

Na argumentação de Ohmae, onde há prosperidade, a base é regional e não nacional. Na maioria dos países, algumas poucas regiões carregam ou sustentam o país todo. Com a descentralização política e uma maior autonomia para as economias regionais, as regiões estagnadas seriam beneficiadas pelo processo de esvaziamento do governo central, uma vez que estariam acomodadas em virtude dos subsídios que recebem e com isso não se preocupam em alterar este quadro.

Em defesa do mercado, que Ohmae vê como uma espécie de panaceia milagrosa, ele afirma que os “Estados-nações são organismos políticos, em suas artérias econômicas o colesterol gradualmente aumenta. Com o tempo, as artérias endurecem e o organismo perde a vitalidade”. Para que estas artérias não sejam obstruídas, o governo central teria que ser mais liberal, menos intervencionista, permitindo às regiões uma maior autonomia, tendo a liberdade de fixar a sua própria política econômica. É o que ele chama de “oscilação do pêndulo”, que faria com que os Estados-região catalisassem seus esforços na busca de

¹⁵³ OHMAE, 1996, p. 82.

¹⁵⁴ OHMAE, 1996, p. 83.

soluções globais, aproveitando sua capacidade característica de colocar a lógica global em primeiro lugar, passando a funcionar como portões de entrada da economia global. Mas para que isso acontecesse, “a única esperança é reverter as tendências pós-feudais e centralizadoras da era moderna e permitir – ou melhor, encorajar – que o pêndulo econômico afaste-se das nações, oscilando de volta às regiões.”¹⁵⁵

Os Estados regionais não são uma novidade. Pode-se exemplificar com Veneza - esta grande cidade era originalmente um Estado regional que cresceu no final do período medieval até se tornar um império.

Ohmae traz vários exemplos de Estados regionais. A Itália estava repleta de tais centros. Eles foram o berço do Renascimento e ofereceram outras contribuições ao nosso mundo, incluindo a contabilidade por partidas dobradas.

Mais ao norte da Europa ficava a Liga Hanseática, um coletivo de cidades comerciais nas margens do Báltico e do Mar do Norte.

Esses centros – como Riga, Tallin e Danzig – eram os estados regionais de sua época. Eles olhavam para fora em busca de sua prosperidade, em vez de olhar para o governo central com as mãos estendidas.

Para aspirantes a Estados regionais, o tamanho da população é importante, mas não crucial. Esta é uma variável elástica. De muitas maneiras, o tamanho é um estado de espírito. Não existem números mágicos. Mas o elemento mais essencial de qualquer região de sucesso deve ser a abertura para o mundo exterior.

Um Estado regional não deve ser apenas um bom lugar para fazer negócios, mas também deve ser um lugar atraente para trabalhar e criar os filhos. Este modelo é repetido em muitos lugares.

Na China, muitas regiões estão literalmente irreconhecíveis em comparação com o que eram há cinco ou dez anos. Daqui a cinco ou dez anos, quem pode dizer qual será a situação?

¹⁵⁵ OHMAE, 1996, p. 140.

Como um dos principais teóricos da empresa global emergente, Ohmae em *The invisible continental: four strategic imperatives of the new economic*,¹⁵⁶ de 2000, traça um curso para a revolução econômica que se aproximava. Olhando para as indústrias “mais quentes” do início do século XXI, de e-commerce e telecomunicações à tecnologia e mercados financeiros, Ohmae destacou que esta nova ordem econômica ofereceria oportunidades e armadilhas comparáveis à descoberta de um novo continente “invisível”. Segundo Ohmae, durante os últimos 15 anos do século XX, a civilização teria mudado num ritmo sem precedentes. Era como se um novo continente tivesse sido descoberto e o ímpeto para a exploração viesse dos negócios. Pessoas com coragem e curiosidade estavam mudando o modo de vida nos antigos continentes de forma irrevogável. A única diferença é que o novo continente - a nova economia interligada e em forma de teia do século XXI não tem terra. No entanto, suas consequências econômicas, políticas, sociais e comerciais são reais.

O objetivo do livro era enfatizar que a então nova economia global era cada vez mais impulsionada pela complexa interação de quatro dimensões que as empresas deveriam dominar para fazer uma participação efetiva no continente invisível. Por isso propunha fornecer soluções para integrar com sucesso o antigo e o novo, descrevendo estratégias para estabelecer o novo continente através da construção de plataformas-padrões valiosas e acordos que definissem seus limites e estruturas.

Portanto, como resultado das grandes mudanças decorrentes de uma maior velocidade e constância, o novo continente não teria fronteiras geográficas, nem território físico. Assim Ohmae pode dizer:

O mundo percorreu um longo caminho rumo à economia totalmente sem fronteiras – no sentido de que os

¹⁵⁶ OHMAE, Keniche. *O continente invisível: quatro estratégias definitivas para atuar na era das empresas sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

limites econômicos entre os países são hoje muito menos importantes do que no passado. Isso acontece em virtude da crescente sofisticação e interconexão de e entre consumidores e cidadãos em todo o mundo, que se aclimataram a um ponto de vista global, em termos de comunicação, viagens e consumo, que transpõe as fronteiras.¹⁵⁷

Kenichi Ohama olhava para o futuro dos negócios na era da Internet e via um cenário em rápida mudança, ao qual era necessário adaptar-se ou enfrentar as consequências. Ohama revela as quatro forças básicas desta nova economia - o visível, invisível, cibernético e múltiplas dimensões - e mostra como um campo de batalha dramático e volátil estaria se formando entre as empresas e os países que tentam regulá-los.

- i. A dimensão *visível*: a economia tradicional do comércio local continuaria a crescer à medida que o continente “invisível” crescesse, pois as mercadorias ainda precisariam ser fabricadas e entregues em tempo “real”
- ii. A dimensão *invisível*: o mundo se moveu em direção a uma economia totalmente sem fronteiras, caracterizada pelo livre comércio, empresas verdadeiramente internacionais e o declínio da influência dos Estados-nação.
- iii. A dimensão *cibernética*: as tecnologias de comunicação via mundo digital mudaram o consumidor, o produtor e os ambientes cívicos de maneira profunda e irrevogável. Quem não conseguisse criar uma presença e desenvolver um mecanismo na dimensão cibernética do continente invisível, teria muita dificuldade em prosperar.
- iv. A dimensão *múltipla*: referindo-se à lavagem econômica sem prece-

¹⁵⁷ OHMAE, 2001, p. 19.

dentes proporcionada por avaliações que não estão mais vinculadas a critérios específicos de “dimensão visível”. Uma empresa “ponto com” que está em seu início pode adquirir uma empresa blue-chip¹⁵⁸ com base em uma troca de ações.

Substituindo países e suas fronteiras, Ohmae antecipa um mundo onde as forças mais poderosas são as “plataformas”. Essas plataformas invisíveis são os padrões universais que dominam o mercado. Por exemplo, Ohmae mostra porque o inglês se tornou a língua oficial de fato da Internet, dando aos países de língua inglesa uma enorme vantagem no comércio eletrônico. Ele explica por que os investidores devem buscar e encontrar essas plataformas emergentes e mostra quais critérios eles devem procurar.

Olhando para os setores mais importantes, como comércio eletrônico, bancos e telecomunicações, Ohmae distingue entre os titãs do velho mundo, como IBM, GM e CBS, e os chamados Godzillas do novo mundo, como Dell, Cisco e Microsoft. São as empresas Godzilla que crescem rápido, se movem rapidamente e devoram tudo à vista. Juntos, eles formarão a economia do futuro.

Ohmae é totalmente contra o protecionismo nacional e a regulação por parte dos governos. Tudo deveria ser focado no desenvolvimento das regiões econômicas, que faria com as fronteiras nacionais perdessem o seu sentido. Na medida em que os interesses nacionais deixam de prevalecer em detrimento ao desenvolvimento das regiões e do mundo sem fronteiras, a própria lógica dos conflitos militares deixaria de existir. Essa é a essência do pensamento de Ohmae.

Em relação ao Brasil, Kenichi Ohmae diz que o país tem ilhas de prosperidade. Isso seria decorrente pelo fato de que “no caso do Brasil não há ainda uma clareza de qual indústria ou que tipo de nova

¹⁵⁸ Uma analogia com as fichas azuis dos cassinos, que são as de maior valor.

tecnologia é destaque em relação ao resto do mundo.” Diante disso ele questionava: “o Brasil é forte, grande, mas ao mesmo tempo você pode descrever o que o país é capaz de fazer melhor do que qualquer outro?” Em sua avaliação, o Brasil não teria uma mensagem específica para transmitir ao resto do mundo e “é preciso fazer isso rapidamente para atrair capital e tecnologia,” uma vez que “não existe mercado natural. Longe disso.”¹⁵⁹

JOHN NAISBITT

Um dos autores mais lidos nas últimas décadas, durante um bom tempo John Naisbitt esteve vinculado aos círculos do poder. Após se afastar destes círculos continuou a escrever livros e ministrar palestras nos mais diversos países do planeta.

No início dos anos 80, Naisbitt divulgou quais seriam as megatendências para a década, num livro que se tornou um best-seller mundial, *Megatrends: Ten New Directions Transforming Our Lives*,¹⁶⁰ vendendo mais de 14 milhões de exemplares em 57 países. O termo megatendência designa comportamentos, estilos e desempenhos que num futuro próximo ou distante iriam predominar em larga escala e influenciariam os ambientes naturais e sociais nos quais se desenvolveriam.

Uma das teses centrais de Naisbitt é que a melhor maneira de compreender o futuro é entendendo o presente. Diante disso ele descreve o que considera as dez maiores transformações pelas quais passaria a sociedade contemporânea:

1. da sociedade industrial para a sociedade de informação.
2. da tecnologia forçada para a alta tecnologia.

¹⁵⁹ OHMAE, Kenichi. Entrevista. *Pequenas empresas & grandes negócios*, nº 293, junho 2013.

¹⁶⁰ NAISBITT, John. *Megatendências: as dez grandes transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

3. da economia nacional para a economia mundial.
4. do curto prazo para o longo prazo.
5. da centralização para a descentralização.
6. da ajuda institucional para a auto-ajuda.
7. da democracia representativa para a democracia participativa.
8. das hierarquias para a comunicação lateral intensiva.
9. do norte para o sul.
10. do “isto ou aquilo” para a opção múltipla.

Ao prever estas tendências, o autor estava levando em consideração, principalmente, a sociedade norte-americana. Ao tratar das megatendências, ele não pretendeu retratar as sociedades futuristas, mas sim buscou identificar tópicos idealmente construídos que, no futuro, estariam interferindo na vida de todos os indivíduos do Planeta. Na introdução da obra, Naisbitt afirma que “as tendências dizem a direção em que o país caminha. E diz também que “as tendências, como os cavalos, são mais fáceis de levar na direção em que já caminham.”¹⁶¹

Naisbitt contribuiu para enterrar a geopolítica clássica, que sempre teve na relação “poder x terra” o seu objeto primordial, ao afirmar que “na era do computador, lidamos mais com o espaço conceitual ligado pela eletrônica que com o espaço físico ligado pelo automóvel.”¹⁶²

Já transformado em “guru”, Naisbitt escreve *Megatrends 2000: Ten New Directions for the 1990s*,¹⁶³ em que identificava as dez tendências que governariam os anos 1990:

1. o *boom* econômico e consolidação da globalização da economia;
2. o renascimento das artes;
3. o aparecimento de um socialismo de livre mercado;

¹⁶¹ NAISBITT, 1983, p. 9.

¹⁶² NAISBITT, 1983, p. 38.

¹⁶³ NAISBITT, John. *Megatrends 2000*. São Paulo: Amaná-Key, 1990.

Estudou Ciência Política nas Universidades de Harvard, Cornell e Utah. Professor visitante em várias universidades nos Estados Unidos, Rússia, Japão, China, Coreia do Sul. Possui 21 títulos de doutor Honoris causa. Foi secretário de Educação do presidente John F. Kennedy e assistente especial do presidente Lyndon Johnson. Ele também foi executivo da IBM e Eastman Kodak.



PRINCIPAIS OBRAS:

JOHN NAISBITT

(1929 - ...)

1982 – *Megatrends: Ten New Directions Transforming Our Lives*

1985 – *Reinventing the Corporation: Transforming Your Job and Your Company for the New Information Society*

1990 – *Megatrends 2000: Ten New Directions for the 1990s*

1994 – *Global Paradox: The Bigger the World Economy, the More Powerful Its Smallest Players*

1996 – *Megatrends Asia: Eight Asian Megatrends That Are Reshaping Our World*

1999 – *High Tech High Touch: Technology and Our Accelerated Search for Meaning*

2006 – *Mind Set!: Reset Your Thinking and See the Future*

2010 – *China's Megatrends: The 8 Pillars of a New Society*

2016 – *Global Game Change: How the Global Southern Belt Will Reshape Our World*

4. estilo de vida internacional e nacionalismo cultural;
5. a privatização do dos sistemas de saúde e previdência;
6. a ascensão dos países da costa do Pacífico;
7. aumento da liderança feminina;
8. a era da biologia;
9. o renascimento religioso;
10. a vitória do indivíduo.

Segundo Naisbitt, o indivíduo encontrava-se mais livre para refletir, para expor o que significava ser humano. Por isso,

os anos 90 trarão um moderno renascimento nas artes visuais, poesia, dança, teatro e música em todo o mundo desenvolvido. Esse renascimento contrastará marcadamente com a recente era industrial, em que o militar era o modelo e os esportes, sua metáfora. Agora estamos passando dos esportes para as artes.¹⁶⁴

Nos anos 2000 Naisbitt lançou um outro livro, *Mind Set!*, que foi traduzido para o português com o título *O Líder do Futuro*.¹⁶⁵ Neste livro, Naisbitt volta a impressionar pela sua capacidade de mostrar tendências que estão se manifestando nos fatos atuais. Ele abriu o jogo e mostrou de forma didática a metodologia simples que usa há muito tempo para conseguir ler nos fatos contemporâneos todo um conjunto de interconexões que levam ao futuro. Nessa imensa teia futurológica que costuma tecer com tanta competência, o autor explica que muitas vezes uma mudança desencadeia outra que poderia, pelo senso comum, ser considerada completamente improvável. Naisbitt contesta na obra as afirmações correntes na mídia de que “tudo está

¹⁶⁴ NAISBITT, 1990, p. 78.

¹⁶⁵ NAISBITT, John. *O líder do futuro: 11 conceitos essenciais para ter clareza num mundo confuso e se antecipar às novas tendências*. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.

mudando rapidamente” ou de que “a única certeza nos negócios é a mudança”. Ele afirma que a maior parte das mudanças não ocorre no que fazemos, e sim em como fazemos. Dentro de toda essa onda mutante, quanto mais conseguirmos estabelecer diferenças entre o que é constante e o que muda, mais eficácia teremos para reagir aos novos mercados e lucrar com as transformações. Para ilustrar que nem tudo está mudando tão rapidamente, ele aponta o fato de que dos 30 mil novos produtos lançados anualmente no mercado, 90% fracassam. Segundo ele, os consumidores parecem dizer: “Estamos satisfeitos com o que temos”. Com isso, Naisbitt procura mostrar como a mentalidade das pessoas, a que ele chama de modelos mentais ou *mindsets*, é essencial para a compreensão das aceleradas mudanças que a globalização e as inovações tecnológicas estão impondo ao mundo dos negócios.

A partir do grande avanço científico-tecnológico o conceito de informação tem sofrido várias alterações. Talvez, a mais significativa seja aquela em que a informação passa de “matéria-prima e produto” para “mercadoria”, produzindo com isso inúmeras relações de poder entre as nações. Atualmente vivemos mergulhados na sociedade da informação, que para existir precisa do seguinte trinômio: - Economia da informação – Tecnologias da informação – Trabalho com informação.

Do ponto de vista da geo-economia, o livro mais importante de John Naisbitt é *Global Paradox: The Bigger the World Economy, the More Powerful Its Smallest Players*,¹⁶⁶ cuja tradução no Brasil recebeu um prefácio especial escrito pelo próprio autor. Partindo do princípio que o domínio econômico do mundo atual está centrado nas organizações baseadas em informação e conhecimento, o autor apresenta a tese que com a crescente interdependência decorrente da globalização, paradoxalmente, não são os grandes atores que saem ganhando: “Quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores:

¹⁶⁶ NAISBITT, John. *Paradoxo global*: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

nações, empresas e indivíduos”. Em verdade, já é desde a década de 80, que a informação deixa de ser um “bem livre”, para se transformar num “bem restrito”, adquirindo valor de troca e embalagem de meios magnéticos de registro de comunicação. É neste sentido que a informação adquire valor estratégico, bem como político, superior “aquele observado quando se constituía em conhecimento posto livremente” à disposição de tecnólogos e cientistas. Daí a divisão do mundo contemporâneo em “países ricos em informações” e “países pobres em informação.”

Para compreender o mundo atual, segundo Naisbitt, os três fatores mais importantes que moldaram a nova ordem global são: i. o colapso mundial do comunismo; ii. A revolução das telecomunicações; iii. O surgimento da região do Pacífico asiático.¹⁶⁷

Em sua análise e síntese do que seja a atual revolução, afirma que “quem impele o paradoxo global é a revolução nas telecomunicações” e que “as telecomunicações são a força propulsora que está simultaneamente criando a gigantesca economia global e tornando as suas partes menores e mais poderosas”. Para ele, é essa revolução nas telecomunicações que ampliará o papel dos indivíduos, através de um maior acesso às informações e de uma maior capacidade de se comunicar com qualquer um ou com grande número de pessoas em qualquer lugar e em qualquer momento.¹⁶⁸

Do ponto de vista da geopolítica, uma nova área geográfica passará a dominar o mundo: “O Pacífico asiático está destinado a liderar a economia global em direção ao próximo século.”¹⁶⁹ O orla do Pacífico asiático, delimitada por Tóquio, Xangai, Hong Kong e Cingapura, está substituindo o até então dominante Atlântico, com sua cultura industrial centrada em New York, Paris e Londres.

Em *Paradoxo global*, que estabeleceu uma teoria econômica concebida durante a fase de transição da atual nova ordem mundial, Nais-

¹⁶⁷ NAISBITT, 1994, p. 297.

¹⁶⁸ NAISBITT, 1994, p. 53-114.

¹⁶⁹ NAISBITT, 1994, p. 297.

bitt destaca outra transformação ocorrida na ordem mundial estatal: o aumento significativo do número de novos Estados. Naisbitt diz ainda que quanto mais a democracia avançar como forma ideal de governo, maior será o número de países no mundo. Salienta que em dois anos e meio, do começo de 1991 até meados de 1993, 25 países foram adicionados às Nações Unidas.¹⁷⁰ Ao contrário dos geopolíticos clássicos, que preconizavam a existência de um Estado poderoso, que deveria sempre se preocupar com ampliação do seu território, Naisbitt defendia que pequenos países seriam muito mais ágeis e eficientes. O autor usa a metáfora de um mundo com mil países: “daqui a várias décadas, será mais fácil controlar mil países e milhares de redes globais do que controlar cem países duas décadas atrás.”¹⁷¹

Um mundo com mil países é uma metáfora da superação do Estado-nação: “O Estado-nação está morto. Não porque os Estados-nação foram englobados por superestados, mas porque estão se fragmentando em partes menores e mais eficientes – da mesma forma que as grandes empresas.”¹⁷²

Da mesma forma que o Estado-nação está superado, a clássica distinção entre direita e esquerda também estaria superada. Já no início dos anos 1980 ele escreveu: “A esquerda política e a direita estão mortas; toda a ação está sendo gerada por um centro radical.”¹⁷³ Na década seguinte voltaria a bater nesta tecla: “No velho mundo, você tinha que escolher entre esquerda e direita. No novo mundo, você escolhe o global e o tribal – um e outro, e não um ou outro.”¹⁷⁴ Na sua concepção, o local não se define pelo lugar físico, e sim pela identificação com alguma “tribo”, que pode ter uma base apenas virtual. E neste

¹⁷⁰ NAISBITT, 1994, p. 34-35.

¹⁷¹ NAISBITT, 1994, p. 35.

¹⁷² NAISBITT, 1994, p. 37.

¹⁷³ NAISBITT, 1983, p. 124.

¹⁷⁴ NAIBISTT, 1994, p. 46.

sentido, os níveis global e local (ou tribal) não seriam excludentes ou competidores, mas sim complementares. Segundo Naisbitt, o lema que deveria nortear o cidadão do novo mundo seria “pense localmente e aja globalmente.”¹⁷⁵ O dito de outra forma: dever-se-ia pensar em termos dos interesses da tribo, mas agir como cidadão universal, fazendo uso de toda a parafernália que a tecnologia comunicacional permite. Com isso seria possível um retorno à democracia direta, com o fim da democracia representativa a qual estamos acostumados. Atualmente existiria condições para os cidadãos abolir os representantes eleitos diretamente, e eles próprios passarem a decidir a gestão das suas comunidades e cidades. Desta forma, estaria se resolvendo a atual “crise política”, e os líderes nacionais deixariam de ter importância. Isso também tem que ser entendido no contexto da crise do Estado-nação, pois “o mundo atual é dos indivíduos, não do Estado.”¹⁷⁶

Numa visita ao Brasil, Naisbitt externou esta mesma opinião, mas com outras palavras: “O governo tem que sair do caminho. Deve criar um ambiente em que os empreendedores sejam livres para tocar seus negócios sem interferência governamental.”¹⁷⁷

Na mesma oportunidade ele avançou em sua análise da economia globalizada, ao afirmar:

A economia vai se tornar tão integrada que não fará mais sentido falar em PIB de um país. Em vez disso, teremos o produto bruto de áreas de negócios, como o da indústria automobilística ou o da indústria farmacêutica. Estratégias nacionais são coisas do passado. O que os países precisam fazer é educar bem as pessoas e sair da frente.¹⁷⁸

¹⁷⁵ NAISBITT, 1994, p. 49.

¹⁷⁶ NAISBITT, 1994, p. 42.

¹⁷⁷ NAISBITT, John. Entrevista. *Revista Época*, São Paulo, edição nº 477, 06 de julho de 2007a.

¹⁷⁸ NAISBITT, John. Entrevista. *Revista Negócios*, São Paulo, edição nº 5, julho de 2007b.

Os conflitos não serão mais bélicos. Estamos vivendo a época das disputas econômicas.

No mundo globalizado em que vivemos, não há mais a guerra da Alemanha contra os EUA. O que há é a Siemens brigando com a General Eletrict, a Toyota com a General Motors, os empreendedores da Califórnia com os da Índia. Por isso, é importante o governo assegurar um ambiente propício aos negócios. Não dá para decidir nos gabinetes o que os empreendedores podem fazer e como devem fazê-lo.¹⁷⁹

No início do milênio Naisbitt vai se debruçar sobre o fenômeno chinês. Como decorrência disso, em 2007 foi fundado o *Naisbitt China Institute*, uma organização independente sem fins lucrativos. Seu objetivo é analisar a transformação econômica, política, social e cultural da China com equipes locais nas cidades e províncias da China.

Como resultado do trabalho desenvolvido pelo Instituto Naisbitt, no final da primeira década do século XXI, utilizando as mesmas técnicas empregadas na elaboração dos outros livros da série *Megatrends*, John e sua esposa Doris viajaram pelo país entrevistando jornalistas, empresários, acadêmicos, políticos, artistas, dissidentes e expatriados. Monitoraram jornais locais em todas as províncias chinesas para identificar as perspectivas de evolução e as forças subjacentes da profunda transformação que a China sofreu. A pesquisa desenvolvida pelo casal Naisbitt revelou que a China além de estar passando por mudanças fundamentais, também criava um novo modelo social e econômico: uma democracia vertical que estava mudando as regras do comércio global.

Como resultado ele vai publicar uma obra, *China's Megatrends*.

¹⁷⁹ NAISBITT, 2007a.

The 8 pillars of a new society,¹⁸⁰ com a contribuição de sua esposa, Doris Naisbitt, em que analisa as megatendências da China, que estariam baseadas em oito pilares, tal qual uma organização em busca de sucesso.

1. a emancipação da mente: sem isso a população ainda viveria em um antiquado sistema comunista, com pensamentos subordinados à autoridade;
2. o equilíbrio entre as forças de cima para baixo e as de baixo para cima: desta forma engajaria tanto os líderes quanto a população;
3. o enquadramento das florestas, deixando as árvores crescerem: definindo objetivos claros e transmitindo-os à população, permitindo que pessoas talentosas desenvolvam suas aptidões;
4. atravessar o rio sentindo as pedras: pisando em uma pedra de cada vez criaria-se confiança em vez de medo, não condenando as falhas e estimulando as tentativas;
5. fermento artístico e intelectual: liberando e estimulando as manifestações culturais;
6. juntando-se ao mundo: abrindo seu mercado, convidando *outsiders* para que lhe transferissem *know-how*;
7. liberdade e justiça: uma forma de estimular a meritocracia;
8. de medalhas de ouro olímpicas a Prêmios Nobel: migrar da imitação à inovação.

No entanto, apesar de naquele momento a China já apresentar um grande crescimento, Naisbitt advertia para os problemas que o país enfrentaria:

¹⁸⁰ NAISBITT, John; NAISBITT, Doris. *China Megatendências*. Os Oito Pilares de uma nova sociedade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

Embora tudo isso leve a uma perspectiva econômica otimista, a China terá de enfrentar e resolver problemas internos incontestáveis: O progresso econômico é realizado a um custo excessivamente alto de recursos e meio ambiente. Há um desequilíbrio no desenvolvimento entre as áreas urbana e rural, entre regiões e entre a economia e a sociedade. Ainda há muitos problemas que afetam os interesses imediatos das pessoas em áreas como emprego, seguro social, distribuição de renda, educação, saúde pública, moradia, segurança no trabalho, administração judiciária e ordem pública, bem como algumas pessoas de baixa renda têm uma vida dura.¹⁸¹

Naisbitt apontava como o comércio da China com a América Latina cresceu dramaticamente desde o ano 2000, atingindo em 2008, 40% a mais do que no ano anterior, tornando-se o segundo maior parceiro comercial da região, depois dos Estados Unidos. Em relação ao Brasil, em abril de 2009 a China superou os Estados Unidos como o principal parceiro comercial.¹⁸²

Um dos aspectos importantes da geopolítica chinesa está relacionado ao uso das tecnologias informacionais. Conforme Naisbitt, a mídia é vista como uma ferramenta para atender as necessidades e demandas do governo chinês em sua estratégia para ligar com questões públicas. Mas também há uma consciência de que a mídia deve satisfazer as demandas da sociedade. Nas cidades, o *Baidu*, um mecanismo de pesquisa na internet desenvolvido pelos chineses, reina de forma absoluta, superando largamente o Google, utilizado na maioria dos países.¹⁸³

O controle governamental sobre a internet é algo polêmico. A opinião pública ocidental enxerga como uma medida autoritária do

¹⁸¹ NAISBITT; NAISBITT, 2009, p. 10.

¹⁸² NAISBITT; NAISBITT, 2009, p. 165.

¹⁸³ NAISBITT; NAISBITT, 2009, p. 119.

governo chinês. No entanto, Naisbitt diz que a maioria dos chineses afirma aprovar o controle e gerenciamento da Internet, especialmente quando se trata de seu governo.¹⁸⁴

O papel do governo foi fundamental para o crescimento da China. Ainda antes do Ocidente se dar conta da potência que estava surgindo, diante de uma massa oprimida, indigente e mal-educada de mais de 1 bilhão de pessoas com pouca ou baixa auto-estima, Deng Xiaoping, líder chinês de 1978-1992, prometeu mudanças ao Partido Comunista da China. Mudaria seu foco: da política para a economia, das ideologias para as estratégias de crescimento e definir uma prioridade diferente - dar às pessoas o que elas mais precisam: comida, educação e esperança.

Na opinião de Naisbitt, desde então o povo chinês amadureceu, alcançando uma modesta riqueza em grande escala. O país pode se dar ao luxo de se concentrar na economia porque não é tumultuada por eleições e pelas visões, objetivos e soluções conflitantes que decorrem dos processos eleitorais cada quatro ou cinco anos. A incorporação gradual de seu povo nos processos de tomada de decisão de baixo para cima está moldando a estrutura da chamada democracia vertical em desenvolvimento na China. Este novo modelo de sociedade é construído com base na confiança. Em vez de lutar pela reeleição, os líderes se esforçam para atingir as metas de longo prazo. O direito de governar o país se baseia em conquistas, não em eleições.¹⁸⁵

Concluindo seu livro, Naisbitt traçava um panorama do que seria o futuro da China:

O partido decide. Mas na estrutura democrática vertical da China, a autoridade é dada de cima para baixo pelo partido, mas deve ser conquistada e confirmada

¹⁸⁴ NAISBITT; NAISBITT, 2009, p. 146.

¹⁸⁵ NAISBITT; NAISBITT, 2009, p. 199.

de baixo para cima para ser sustentável. Os critérios de justificação de baixo para cima estão se tornando mais abrangentes e o nível de qualificação para cargos políticos está aumentando. É assim que o sistema amadurece. A auto-estima da China aumentará, moldando uma democracia vertical baseada nos valores e necessidades chineses. Até que ponto ela se igualará às percepções ocidentais preocupa apenas o Ocidente. A China tem seus próprios objetivos e sonhos. Como chegar lá, a China e seu povo decidirão.¹⁸⁶

O mais recente livro do casal Naisbitt foi lançado em 2016. Trata-se de *Global Game Change: How the Global Southern Belt Will Reshape Our World*.¹⁸⁷ O objetivo deste livro é pintar um quadro da transição que vemos evoluindo na primeira metade do século XXI. A discussão é sobre mudanças profundas na comunidade global, onde se percebe a abertura de novas dinâmicas, o despertar de novos motores na economia global, promovendo importantes mudanças, tanto na geopolítica como na economia.

A mudança mais significativa é que a autoridade global do Ocidente passa a ser contestada; a cosmovisão ocidental não é mais aceita como universal. “Abandonar a mundivisão centrada no Ocidente requer dizer adeus à posição ocidental de superioridade moral e econômica.”¹⁸⁸ É cada vez mais questionado por economias emergentes em todo o mundo que estão desenvolvendo seus próprios padrões. Desta forma, ao olharmos para as posições geográficas das economias emergentes, parece que elas formam coletivamente um cinturão ao redor da parte sul do globo: “a faixa Sul do Globo”. No *best seller* publicado em 1983, John Naisbitt ao apontar as megatendências, já havia previsto

¹⁸⁶ NAISBITT; NAISBITT, 2009, p. 199.

¹⁸⁷ NAISBITT, John; NAISBITT, Doris. *Mudança no Jogo Global: como a faixa sul irá transformar o mundo*. Lisboa: Gradiva, 2016.

¹⁸⁸ NAISBITT; NAISBITT, 2016, p. 23.

que uma delas era “do norte para o sul.” Agora, “para as nações da Faixa Sul do Globo, é como uma cortina que se levanta e revela uma nova imagem da comunidade global. Muitos países sentem um despertar de autoconfiança no seu potencial.”¹⁸⁹

Por sua vez, o mundo ocidental está se transformando em um mundo multicêntrico no qual muitos países e, ainda mais importante, “um mundo de cidades” dará o tom nas questões globais. Quem fará a “virada do jogo” serão os países e cidades da Faixa Sul do Globo, que remodelará o mundo nas próximas décadas.

O enfraquecimento das economias ocidentais, a ascensão da Faixa Sul do Globo e os laços econômicos da China com muitas das economias emergentes darão um peso crescente à futura política externa da China e, por último, mas não menos importante, questionar se a ascensão da China acontecerá pacificamente. A China está colocando os pés no quintal dos Estados Unidos, América do Sul e Caribe, enquanto, ao mesmo tempo, aumenta seus esforços para tirar os Estados Unidos do seu próprio quintal, o Pacífico Asiático.

Por mais de vinte anos, a China operou sob uma estrutura de política externa na qual não tinha amigos nem inimigos. Com algumas exceções, todos os outros países foram essencialmente tratados da mesma forma, com a manutenção de um ambiente externo mais favorável ao desenvolvimento da própria China como prioridade máxima. Sob Xi (Jinping), a China começará a tratar amigos e inimigos de maneira diferente. Para aqueles que estão dispostos a desempenhar um papel construtivo na ascensão da China, a China buscará maneiras de obter maiores benefícios reais com o desenvolvimento da China.¹⁹⁰

¹⁸⁹ NAISBITT; NAISBITT, 2016, p. 21.

¹⁹⁰ NAISBITT; NAISBITT, 2016, p. 147.

De acordo com os Naisbitt, seguindo a mesma metodologia dos livros anteriores visualizando o futuro, a transição para a nova ordem global seguirá três tendências econômicas:¹⁹¹

1. Mudança de equilíbrio do crescimento global das economias desenvolvidas para as emergentes.
2. A ascensão das empresas nos mercados emergentes como uma força no comércio global.
3. A evolução do sistema monetário internacional para um regime de múltiplas divisas.

Tendo em vista o crescimento da economia chinesa, o futuro de sua moeda, o *Yuan* também é brilhante e certamente melhorará significativamente sua posição, pois se tornou mais impressionante devido à força relativa e à crescente influência da China no comércio mundial.

Uma outra questão que irá mexer com a economia será o significativo aumento do consumo, como resultado do crescimento da classe média global. Esta classe média duplicará de dimensão, passando de 2 bilhões em 2012 para 4,9 bilhões em 2030. Neste mesmo período a classe média europeia e americana sofrerá uma redução de 50% para 22%.¹⁹²

Com o intenso desenvolvimento tecnológico, na análise de Naisbitt, “a próxima revolução industrial, a digitalização das indústrias apresenta oportunidades econômicas e riscos sociais.” É possível afirmar que de forma global e em especial nas economias emergentes, os trabalhadores semiespecializados ficarão sem ocupação. Ao mesmo tempo, “o talento e a energia vão ficar cada vez mais para o setor dos serviços.” Os governos terão que agir de forma sistemática, reformando o ensino básico, superior e vocacional para atender às necessidades da produção cada vez mais digitalizada.

¹⁹¹ NAISBITT; NAISBITT, 2016, p. 26.

¹⁹² NAISBITT; NAISBITT, 2016, p. 32.

Alguns governos terão mais agilidade na tomada de decisões, preparando suas populações para o futuro.

Os governos autocráticos, livres dos ciclos eleitorais constrangedores, terão maior flexibilidade no planejamento estratégico a longo prazo e para fazer mudanças rápidas se as condições globais se alterarem, desde que preencham as principais necessidades dos seus cidadãos: crescimento econômico e melhoramentos sustentáveis das condições de vida.¹⁹³

Ao que parece, neste futuro previsto pelos Naisbitt a democracia estará em desvantagem em relação aos regimes políticos autoritários.

Os conflitos econômicos teriam substituídos os conflitos bélicos. Esta explicação seria suficiente para entendermos o mundo atual? Obviamente que não! Há outras questões presentes que contribuem para o entendimento dos conflitos atuais e futuros.

¹⁹³ NAISBITT; NAISBITT, 2016, p. 35.

O Fim da História

EM 1989 O MUNDO ERA ABALADO COM A DERRUBADA DO MURO de Berlim, acontecimento que serviu de simbologia para a crise e o final do socialismo real. A derrubada do muro foi o ápice de uma crise que vinha se arrastando no leste europeu já há alguns anos. A intelectualidade do mundo inteiro buscava explicações para aquele fenômeno.

FRANCIS FUKUYAMA

Nas últimas décadas, possivelmente, nenhum texto tenha tido a repercussão quando o polêmico *O Fim da História?*,¹ publicado no verão de 1989, pelo cientista político e funcionário do Departamento de Estado Norte-americano, Francis Fukuyama. Após inúmeras confe-

¹ FUKUYAMA, Francis. *The End of History?* *The National Interest*. Washington, nº 16, October 1989, p. 3-18.

rências pelo mundo todo, pouco tempo depois ele publicou esta tese, sob a forma de livro,² ampliando a discussão.

O famoso e polêmico artigo foi escrito durante a administração de George Bush (pai), caracterizada pelo excepcionalismo nacional e o triunfalismo, que ficou marcada pela declaração de “construção de uma nova ordem mundial, alicerçada na cooperação internacional, na não agressão, no final da ameaça do terror e na busca de justiça.” Estes indícios já eram evidentes no verão de 1989 na cultura estratégica e política dos Estados Unidos, quando Fukuyama escreveu seu artigo, que foi recebido com entusiasmo por muitos setores da comunicação social ocidental. Por outro lado, muitos viram como uma “interpretação oficial” da posição do governo norte-americano diante dos acontecimentos daquele momento.

Evidentemente as circunstâncias contribuíram para a divulgação da tese de Fukuyama. Além do esfacelamento do mundo socialista, logo depois aconteceu a primeira Guerra do Golfo (1991), conflitos étnicos na Somália e Ruanda (1992), a Guerra da Bósnia (1993). Tropas dos Estados Unidos ou das Nações Unidas interviram em alguma região do globo terrestre, “promovendo a paz e defendendo os direitos humanos”. Estas questões levaram ao questionamento sobre a nova era das relações internacionais após o fim da bipolaridade e a consequente Guerra Fria.

O artigo de Fukuyama foi apresentado como uma declaração filosófica importante, principalmente para proeminentes intelectuais neoconservadores. O “Fim da História” era aquele ponto em que a humanidade tinha conseguido as verdades universais expressas primeira pela Revolução Francesa: os princípios da liberdade e da igualdade. O “Estado homogêneo universal” tinha alcançado o ápice da evolução histórica. Era homogêneo porque todas as contradições anteriores,

² FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Formado em artes e filosofia pela Universidade de Cornell e doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard. Atualmente é professor na Universidade de Stanford. Associado ao neoconservadorismo, do qual procurou se afastar, é considerado uma espécie de mentor intelectual de Ronald Reagan e Margareth Thatcher.



PRINCIPAIS OBRAS:

1989 – *The End of History?*

1992 – *The End of History and the Last Man*

1985 – *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*

1999 – *The Great Disruption: Human Nature and the Reconstitution of Social Order*

2002 – *Our Posthuman Future: Consequences of the Biotechnology Revolution*

2004 – *State-Building: Governance and World Order in the 21st century*

2006 – *America at the Crossroads: Democracy, Power, and the Neoconservative Legacy*

2006 – *After the Neo Cons: Where the Right went Wrong*

2008 – *Falling Behind: Explaining the Development Gap between Latin America and the United States*

2011 – *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution.*

2014 – *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Present Day.*

2018 – *Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment*

FRANCIS FUKUYAMA

(1952 - ...)

como a divisão geopolítica ou em classes, estavam resolvidas e todas as necessidades humanas estavam satisfeitas. O que restava era primariamente a atividade econômica. Ao testemunhar a *Perestroika*, o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, ele vai afirmar:

O que talvez estejamos testemunhando não é apenas o final da Guerra Fria, ou o final de uma etapa na história do pós-guerra, mas o fim da História como tal, ou seja, o ponto final na evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final do governo humano.³

Para Fukuyama, durante o século XX ocorreu, primeiramente, a destruição do fascismo e, meio século depois, do socialismo, que fora o grande adversário do capitalismo e do liberalismo no período pós-guerra. O mundo assistiu o fim e o descrédito dessas duas alternativas globais, restando apenas, em oposição à proposta capitalista liberal, resíduos de nacionalismos, sem possibilidade de significarem um projeto para a humanidade, e o fundamentalismo islâmico, confinado ao Oriente e aos países periféricos.⁴ Assim, com a derrocada do socialismo, Fukuyama conclui que a democracia liberal ocidental firmou-se como a solução final da humanidade, significando, neste sentido, o “fim da história”. De acordo com suas próprias palavras, “a democracia liberal poderia constituir o ponto terminal da evolução ideológica da humanidade e a forma final do governo humano, constituindo assim, o fim da história”.⁵

Para ele, as anteriores formas de governo seriam caracterizadas por graves imperfeições e irracionalidades, que acabaram conduzindo ao seu colapso. Por sua vez, a democracia liberal estava comprovadamente livre dessas contradições internas fundamentais.

³ FUKUYAMA, 1989, p. 4.

⁴ FUKUYAMA, 1992, p. 76.

⁵ FUKUYAMA, 1992, p. 13.

Fukuyama não contrapõe a chamada democracia liberal somente ao socialismo, mas também aos regimes autoritários de direita que entraram em colapso e que, de acordo com ele, adotaram, em maior ou menor escala, o modelo da democracia liberal. Na América Latina, aponta as ditaduras na Argentina, no Brasil e no Chile; na Ásia, lembra o fim do regime autoritário de Ferdinand Marcos, em 1987, nas Filipinas; na África do Sul, foi a libertação de Nelson Mandela pelo governo de maioria branca e a busca de um governo de coparticipação de brancos e negros. Isto tudo, segundo ele, com algumas variantes, mas sempre em busca de um modelo de democracia liberal.⁶ Para Fukuyama, liberalismo é o regime fundado no terreno político, na democracia burguesa, e que pode ser definido como “uma norma jurídica que reconhece certos direitos ou liberdades individuais que escapam ao controle do governo” e, no terreno econômico, “no direito de livre atividade econômica e troca econômica, baseado na propriedade privada e nos mercados.”⁷

Resumindo, ao longo do século XX, a democracia liberal teria superado os “totalitarismos” de direita e esquerda e também quaisquer outras variantes autoritárias, e triunfado como o regime mais adequado ao progresso e à liberdade humana. Por outro lado, as propostas que restam atualmente, em contraposição à democracia liberal, estão na defensiva e representariam o conservadorismo e o atraso.

Fukuyama toma como ponto de partida o conceito de História de Hegel, que pode ser entendido

no sentido mais limitado de ‘História da ideologia’, ou seja, a história do pensamento sobre princípios primordiais, inclusive aqueles que governam a organização política e social. Deste ponto de vista, o fim da História significa não o fim dos acontecimentos mundiais, mas

⁶ FUKUYAMA, 1992, p. 45-49.

⁷ FUKUYAMA, 1992, p. 73-74.

sim o fim da evolução do pensamento humano sobre tais princípios primordiais.⁸

O fim da História é, portanto, o fim da ideologia. Como a ideologia pode ser considerada a parteira da História, quando ela atinge o seu apogeu e realiza a função de emprestar racionalidade ao real, ela deixa de ter qualquer função e desaparece. E, juntamente com a ideologia, desaparece também a História.

A tese do fim da História tenta apresentar uma concepção de ordem mundial sem hegemonia, ou que a hegemonia não pode mais justificar-se em termos de bipolaridade, entre Estados Unidos e União Soviética. Para Fukuyama, a hegemonia se mantém no mundo real, correspondendo à “vitória de uma ideia sobre outra”, ou dito de outra forma, a vitória do capitalismo liberal sobre o socialismo. Ele chega ao extremo em afirmar que a ideia vitoriosa é uma “verdade teórica é absoluta e não pode ser aperfeiçoada.”⁹

Fukuyama lembra que não está sendo original ao trabalhar com o conceito de “fim da História”. Dois dos maiores filósofos do século XIX já haviam previsto isso:

Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada, mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois pensadores previram um “fim da história”. Para Hegel, seria o Estado Liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista.¹⁰

⁸ FUKUYAMA, Francis. O debate sobre “Será o fim da História?” *Diálogo*, Rio de Janeiro, v. 23, n° 4, 1990, p. 9.

⁹ FUKUYAMA, 1989, p. 8.

¹⁰ FUKUYAMA, 1992, p. 12.

O significado do Fim da História era explicitado de forma muito clara por Fukuyama:

Isto não significava que o ciclo natural do nascimento, vida ou morte acabasse, que deixassem de ocorrer acontecimentos importantes ou que os jornais que os noticiavam deixassem de ser publicados. Mas sim, significava que não haveria progresso no desenvolvimento dos princípios e instituições fundamentais, porque todas as questões verdadeiramente importantes tinham sido resolvido.¹¹

Alguns anos mais tarde, estando no Brasil, em entrevista à revista *Veja*, Fukuyama retoma esta análise:

A ideia de que existe um “fim da história” era compartilhada pelos marxistas, que acreditavam, como eu, em evolução a longo prazo da sociedade humana. A diferença é que eles achavam que o fim da história seria a vitória da utopia comunista. Depois da queda do Muro de Berlim quase ninguém ainda acredita nisso. Minha tese é que, diferentemente do que pensavam os marxistas, o ponto final da história é a democracia liberal. Não considero plausível imaginar que estávamos no rumo de uma forma mais elevada de civilização. Podemos retroceder ao fascismo, à monarquia ou ao caos puro e simples. Nunca vamos ter, contudo, um modelo de sociedade melhor do que a democracia orientada pela economia de mercado. Essa é a ideia básica de O Fim da História. Nada do que ocorreu desde então, nem mesmo os atentados de 11 de setembro de 2001, mudou isso.¹²

Do ponto de vista da doutrina marxista, é possível dizer que, se o motor da História é a luta de classes e a vitória não sorriu para o

¹¹ FUKUYAMA, 1992, p. 12.

¹² FUKUYAMA, Francis. Entrevista. *Veja*, São Paulo, edição 1880, 17 de novembro de 2004.

proletariado, só pode haver uma conclusão: a história acaba com a derrota do proletariado, após um longo período de decadência da classe trabalhadora. Isso coloca as coisas sob uma outra perspectiva. Apesar de proclamar o “fim da História”, Fukuyama busca a autoridade de Friedrich Hegel e não a interpretação de Karl Marx, e segundo seus críticos,¹³ assim ele evita ter que afirmar, obrigatoriamente, com todas as letras: a luta de classes acabou e os burgueses venceram. Desta forma, foi muito mais diplomático afirmar que “o Estado que emerge no fim da história é liberal na medida em que reconhece e protege, através de um sistema jurídico, o direito universal do homem à liberdade, e é democrático na medida em que existe o consentimento dos governados.”¹⁴ Assim, Fukuyama não precisa interpretar o fim da história em termos de luta de classes. Para ele, a dialética envolve apenas “sistemas”: liberalismo, fascismo e socialismo; e não classes sociais: burguesia e proletariado.

A tese de Fukuyama foi importante porque ilustrou uma tentativa precoce dos neoconservadores para refazer o discurso da Guerra Fria à luz do colapso do comunismo na Europa. Uma vez que tinha atingido o “fim da história”, o Ocidente era “pós-histórico”, ao passo que o resto do mundo estava ainda a lutar no “histórico”. No entanto, as ideias de Fukuyama tinham falhas significativas. Em primeiro lugar, era um esquema fortemente etnocêntrico que não reconhecia os problemas sérios que afetavam os Estados ocidentais. Classificar certos Estados como “liberais” não diz muita coisa sobre a estrutura específica desses Estados e as contradições das suas versões históricas particulares de liberalismo, nacionalismo e militarismo; os Estados ocidentais estão longe de ser homogêneos em termos de liberalismo. Em segundo lugar, a suposição que o declínio da ideologia marxista-

¹³ Ver, por exemplo: ANDERSON, Perry. *O Fim da História* – de Hegel à Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

¹⁴ FUKUYAMA, 1989, p. 5.

-leninista e a suposta expansão do liberalismo levará à diminuição dos conflitos internacionais entre os Estados, é simplesmente otimista. A sua conclusão de que a vida internacional para aqueles que alcançaram o “fim da História” está mais preocupada com a economia do que com a política e com a estratégia, vai de encontro à suposição falaciosa que as democracias capitalistas são pacíficas e não belicosas. Textualmente ele afirma: “um mundo feito de democracias liberais, então, teria menor incentivo para a guerra, uma vez que haveria o reconhecimento recíproco da legitimidade entre todas as nações.”¹⁵

Fukuyama deixa claro que “numa democracia liberal o Estado é, por definição, fraco: a preservação de uma esfera de direitos individuais significa uma delimitação nítida do poder do Estado.” Lembra-va que os regimes autoritários, tanto de direita como de esquerda, ao contrário, sempre “procuraram usar o poder do Estado para interferir na esfera privada e controla-la para diversos fins – seja para aumentar a força militar, para promover uma ordem social igualitária, seja para apressar o crescimento econômico.”¹⁶

Não foram apenas os acontecimentos do final dos anos 1990 e a crise do socialismo real que levaram ao “fim da história”, mas também os acontecimentos dos séculos anteriores. A própria “lógica da ciência natural moderna parece ditar uma evolução universal na direção do capitalismo.”¹⁷

Com a vitória do capitalismo, um futuro desafio da esquerda ao liberalismo atual pode tomar uma forma bastante diferente de todas as existentes até então. A ameaça à “liberdade democrática” representada pelo comunismo era tão direta e óbvia, e “atualmente a doutrina está tão desacreditada que é difícil duvidar de que se tenha esgotado completamente no mundo desenvolvido.” Por isso, Fukuyama acre-

¹⁵ FUKUYAMA, 1992, p. 21.

¹⁶ FUKUYAMA, 1992, p. 42.

¹⁷ FUKUYAMA, 1992, p. 15.

dita que é muito mais provável que uma futura ameaça esquerdista à democracia liberal “vista a roupagem do liberalismo enquanto muda seu sentido a partir do interior, do que desfeche um ataque frontal às instituições e aos princípios democráticos.”¹⁸

De qualquer forma, de acordo com os postulados da teoria do “fim da história” há um grande vencedor que, concretamente, não vê ameaças à sua trajetória futura:

No fim da história a democracia liberal não tem mais nenhum competidor ideológico importante. No passado a democracia liberal foi rejeitada porque todos acreditavam que era inferior à monarquia, à aristocracia, à teocracia, ao fascismo, ao totalitarismo comunista, ou a qualquer outra ideologia. Mas fora do mundo islâmico, parece haver um consenso geral que aceita a afirmação da democracia liberal de que é a forma mais racional de governo, isto é, o Estado que realiza com maior perfeição o desejo racional ou o reconhecimento racional.¹⁹

No final dos anos 1980 a percepção ocidental do Islamismo assumiu uma forma radicalmente diferente. Com a expansão do fenômeno chamado renascimento islâmico, setores do mundo ocidental começaram a ver o Islamismo não como um credo divino de importância simplesmente histórica, mas sim como uma força formidável, potencialmente ameaçadora para a globalização ocidental. Por isso é que Francis Fukuyama vai afirmar a respeito do Islamismo:

É verdade que o Islam constitui uma ideologia sistemática e coerente, como o liberalismo e o comunismo, com um código de moralidade e uma doutrina de justiça social e política. A atração do Islam é potencialmen-

¹⁸ FUKUYAMA, 1992, p. 357.

¹⁹ FUKUYAMA, 1992, p. 259-260.

te universal, estendendo-se a todos os homens, como homens e não apenas como membros de um determinado grupo étnico ou nacional. E o Islam, sem dúvida, derrotou a democracia liberal em muitas áreas do mundo islâmico, representando uma grave ameaça às práticas liberais, mesmo onde não conquistou diretamente o poder político. O fim da Guerra Fria na Europa foi seguido imediatamente por um desafio ao Ocidente por parte do Iraque, onde se poderia argumentar que o Islam é um fator.²⁰

Além do Islamismo, outro adversário do liberalismo moderno seria o nacionalismo. Segundo Fukuyama, esta é uma ameaça mais séria, pois é fácil observar a recrudescência de antigos conflitos nacionalistas. A Europa não está livre destes conflitos. “Na verdade, podemos esperar uma escalada dos conflitos nacionalistas na Europa com o fim da Guerra Fria.” Entretanto, o nacionalismo também pode ser um fator concomitante necessário à expansão da democracia, “quando os grupos nacionais e étnicos, há muito tempo impedidos de ouvir suas vozes, passam a se expressar a favor da soberania e de uma existência independente.”²¹

Como na democracia liberal o Estado tem que ser fraco, os “Homens de Estado” também não terão força. Fukuyama chama a atenção para a política externa destes Estados, onde os “políticos democráticos” ainda conseguirão um nível de reconhecimento que é impossível em outra atividade. “A política externa tem sido tradicionalmente a arena para as decisões importantes e para o confronto de grandes ideias, mesmo que o âmbito desse confronto esteja agora restrito pela vitória da democracia.” O autor toma como exemplo George Bush (pai) e sua atuação na Guerra do Golfo de 1991, para mostrar como um político “inconsistente e limitado nos problemas internos, pode,

²⁰ FUKUYAMA, 1992, p. 76.

²¹ FUKUYAMA, 1992, p. 330.

mesmo assim, criar novas realidades no cenário mundial, exercendo os poderes constitucionais do seu mandato como chefe de Estado e comandante-em-chefe das forças armadas.” Levar o país à vitória numa guerra pode ser “um sucesso presidencial” que resultará num certo grau de reconhecimento público, que é completamente inacessível ao empresário ou industrial de maior sucesso.²²

Com a democracia liberal vitoriosa haveria benefícios para todos, de acordo com Fukuyama. A segurança e a paz garantiria bem-estar à humanidade: “o fim da história traduz-se no fim das guerras e revoluções sangrentas. Os homens de acordo aos objectivos não teriam grandes razões para lutar. A actividade económica satisfaria as suas necessidades, pelo que já não teriam de arriscar a vida em batalhas.”²³

Geopoliticamente, a tese central de Fukuyama procura apresentar um objetivo estratégico. Com a ausência da possibilidade de um retorno à bipolaridade, a vitória triunfante do Ocidente acaba se reafirmando “pela total exaustão de alternativas sistemáticas viáveis.” Por outro lado, surgem questões essenciais que precisam ser respondidas: a democracia e os direitos humanos estão se tornando valores universais? É lícito, em nome desses valores, intervir em outros países e legitimar uma nova estratégia nas relações internacionais?

Dez anos depois de publicar seu polêmico artigo, Francis Fukuyama traz ao público *The Great Disruption: Human Nature and the Reconstitution of Social Order*,²⁴ seu livro mais provocativo e abrangente. Nele, Fukuyama volta sua atenção para questões ainda mais fundamentais sobre a natureza da sociedade moderna. *A Grande Ruptura* começa observando que, nos últimos trinta anos, os Estados Unidos e

²² FUKUYAMA, 1992, p. 382-383.

²³ FUKUYAMA, 1992, p. 333.

²⁴ FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

outros países desenvolvidos passaram por uma profunda transformação de sociedades industriais para sociedades da informação; o conhecimento substituiu a produção em massa como base de riqueza, poder e interação social.

Salientava o autor que numa sociedade estruturada em torno da informação apareceria dois elementos que as pessoas mais valorizam numa democracia moderna: liberdade e igualdade.²⁵

Ao mesmo tempo as sociedades ocidentais têm enfrentado níveis crescentes de criminalidade, mudanças massivas na fertilidade e na estrutura familiar, níveis decrescentes de confiança e o triunfo do individualismo sobre a comunidade.²⁶ Assim como a Revolução Industrial trouxe mudanças importantes nos valores morais da sociedade, uma grande ruptura semelhante em nossa própria época causou mudanças profundas em nossa estrutura social.

Fukuyama já havia festejado a vitória do capitalismo em *O Fim da História*. Agora ele lembra que o capitalismo é com frequência compreendido como “uma força destrutiva e disruptiva que faz em pedaços lealdades e obrigações tradicionais.” Mas este mesmo capitalismo “também cria ordem e constrói novas normas para substituir aquelas que destruiu.” Assim sendo, “na verdade, é provável que, feitas as contas, o capitalismo seja um criador de normas, e assim uma força moralizadora nas sociedades modernas.”²⁷

Baseando-se nos últimos dados sociológicos e novos modelos teóricos de campos tão diversos como economia e biologia, Fukuyama revela que, embora a velha ordem tenha sido quebrada, uma nova ordem social já está tomando forma. Parte da natureza humana, ele mostra, é o fato de que somos todos biologicamente programados para formar laços uns com os outros, criando coesão social em formas novas

²⁵ FUKUYAMA, 2000, p. 15.

²⁶ FUKUYAMA, 2000, p. 71.

²⁷ FUKUYAMA, 2000, p. 261.

e adaptáveis, não apenas em nossos bairros, mas também em nossas organizações empresariais e estruturas familiares. Na verdade, ele sugere, a grande ruptura das décadas de 1960 e 1970 pode estar dando lugar a uma “grande reconstrução”, à medida que a sociedade ocidental tece uma nova estrutura de valores sociais e morais adequados às realidades transformadas do mundo pós-industrial.

Como defensor do liberalismo, Fukuyama faz questão de afirmar que “o Estado não é a fonte de todos os nossos problemas, nem o instrumento pelo qual podemos resolvê-los.” No entanto, destacava que “suas ações podem esgotar ou restaurar o capital social, em grande ou pequena escala.” Da mesma forma em relação à religião: “não nos tornamos modernos e secularizados ao ponto de podermos viver sem religião.” Lembrava, porém, que “também não somos privados de recursos morais inatos ao ponto de precisarmos esperar que um messias nos salve.”²⁸

Conclui seu livro dizendo que no início do milênio havia dois processos andando em paralelo.

Na esfera política e econômica, a história parece ser progressiva e direcional e, no final do século XX, culminou na democracia liberal como a única alternativa viável para sociedades tecnologicamente avançadas. Contudo, na esfera social e moral, a história parece ser cíclica, com a ordem indo e vindo no espaço de múltiplas gerações. Não há nada que garanta que haverá mudanças para melhor no ciclo.

A “roda da História”, ao que parece, voltou a girar.

Nossa única razão para esperança é a poderosa capacidade inata humana para reconstruir a ordem social. Do sucesso deste processo de reconstituição depende a direção ascendente da flecha da História.²⁹

²⁸ FUKUYAMA, 2000, p. 287.

²⁹ FUKUYAMA, 2000, p. 290.

O ciclo de ruptura e reconstrução é familiar na história da humanidade. Por isso, ao apontar para o futuro, Francis Fukuyama pretende desafiar os pressupostos sobre a sociedade e a cultura, que abriria um novo mundo de possibilidades.

Em outro de seus livros, *State-Building: Governance and World Order in the 21st century*,³⁰ publicado em 2004, Francis Fukuyama demonstra como a obsessão neoliberal pelo Estado mínimo vem se transformando numa grave ameaça à segurança de dos os países do mundo, inclusive para os desenvolvidos.

Se existe algo que pode servir de consenso em relação às consequências da globalização da economia e do novo paradigma tecnológico, está relacionado ao enfraquecimento do Estado Nacional. A abolição gradativa das fronteiras nacionais, priorizando de forma absoluta o capital, tem consequências que ainda estão apenas se desenhando, mas já causam enorme preocupação.

Em consequência, na verdade, está em perfeita sintonia e decorre do pensamento dominante, que vê o Estado como o responsável por praticamente todas as mazelas de qualquer nação, ao mesmo tempo em que, para resolver estes problemas, preconiza seu desmonte de forma indiscriminada.

Já no prefácio deste livro, Fukuyama afirma que “Estados fracos ou fracassados constituem a fonte de muitos dos problemas mais graves do mundo, da pobreza, AIDS, drogas e terrorismo.”³¹ E mais adiante chega à verdadeira preocupação:

O fim da Guerra Fria deixou um grupo de países falidos e fracos que vai dos Bálcãs ao Cáucaso, o Oriente Médio, a Ásia Central e o Sul da Ásia. O colapso ou

³⁰ FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados – Governo e organização no século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

³¹ FUKUYAMA, 2004, p. 9.

a debilidade do Estado já criou grandes desastres humanitários e de direitos humanos durante a década de 1990 na Somália, no Camboja, na Bósnia, em Kosovo, no Haiti, e no Timor Leste. Durante algum tempo, os Estados Unidos e outros países puderam fingir que esses problemas eram apenas locais, mas o dia 11 de setembro provou que a fraqueza do Estado também constituía um enorme desafio estratégico.³²

Embora restrinja o problema aos países pobres, ele reconhece que boa parte dessa situação se deve a aceitação universal do “consenso de Washington”, segundo ele, um “pacote” de medidas, “sugeridas” pelo FMI, Banco Mundial e governo dos Estados Unidos, cuja ênfase é a drástica redução do grau de intervenção estatal nas atividades econômicas.

Segundo Fukuyama, esse “pacote” passou a ser conhecido como neoliberalismo pelos seus adversários, principalmente na América Latina. Para o autor, economistas sérios acreditaram que seria perfeitamente possível separar as questões econômicas de suas consequências políticas e sociais. Ele parte do princípio que

não havia nada de errado no consenso de Washington em si: os setores estatais dos países em desenvolvimento eram, em muitos casos, obstáculos ao crescimento e só poderiam ser corrigidos em longo prazo com a liberalização econômica. Na verdade, o problema era que, embora os Estados precisassem ser reduzidos em determinadas áreas, ao mesmo tempo precisavam ser fortalecidos em outras.³³

Dito de outra forma, o Estado mínimo dos neoliberais só devia ser “fraco” onde pudesse atrapalhar o funcionamento infalível dos

³² FUKUYAMA, 2004, p. 11.

³³ FUKUYAMA, 2004, p. 19-20.

mercados. Mas devia ser “forte” o suficiente para garantir o “cumprimento das leis”. Na prática isto significa manter a ordem e garantir a propriedade privada.

Fukuyama reforça essa impressão, ao citar o economista Milton Friedman: “ele observou que, uma década antes, teria três palavras para os países que faziam a transição do socialismo: ‘privatizar, privatizar, privatizar’. ‘Mas eu estava errado’. ‘Acontece que o domínio da lei é provavelmente mais fundamental que a privatização.’”³⁴

Certamente Friedman não estava se referindo às leis trabalhistas ou de proteção social. Com o fim da autoridade absoluta do Estado, fica enfraquecida também a ação da polícia, dos serviços de vigilância interna, das prisões, etc. Sem os “muros” das fronteiras, corre-se o risco de verem surgir os problemáticos fluxos de imigrantes e refugiados.

Sobre isso, mais adiante, Fukuyama afirma que a era “pós-Guerra Fria” começou sob o domínio intelectual dos economistas, que defenderam a liberalização e um Estado menor. Dez anos depois, muitos economistas perceberam que algumas das variáveis mais importantes que afetam o desenvolvimento não eram econômicas, mas sim que estavam ligadas a instituições políticas.³⁵

Fukuyama discute quais deveriam ser os meios para se classificar os Estados e, principalmente, maneiras de construí-los de modo a se encaixarem no infalível consenso de Washington. No entanto, não fica claro, o que “deve acontecer” com os países que, depois de fracassarem sob os conselhos das instituições financeiras internacionais, não aceitando as novas receitas, segundo as quais, deverão doravante “construir” seus Estados nacionais. Para ele, “algumas pessoas gostam de traçar uma distinção clara entre as intervenções em nome dos direitos humanos e aquelas para evitar ameaças à segurança de outros países e dizem que somente as primeiras constituem base legítima para

³⁴ FUKUYAMA, 2004, p. 36.

³⁵ FUKUYAMA, 2004, p. 39.

violação da soberania.” O problema seria que “esta distinção é questionável, por que pressupõe que a autodefesa seja, de alguma forma, menos legítima que a defesa de terceiros.” Mas esclarece, de forma um tanto quanto dúbia: “esta questão não deve ser interpretada como um sumário da guerra do governo Bush contra o Iraque”.³⁶

Fukuyama relativiza o conceito de soberania das nações, pois na prática, em um mundo globalizado, é muito difícil que as crises geradas por “Estados fracos ou fracassados” não tenham consequências para vários outros países. No caso de um Estado não conseguir demonstrar capacidade de controlar possíveis ameaças à “ordem global”, ele deve ser “reconstruído” conforme um novo conjunto de normas e diretrizes, estabelecidas em consonância com os interesses universais. Neste ponto, o autor faz ressurgir a noção da “missão do homem branco”, tão cara aos sistemas coloniais que persistiram até o século XIX. Com isso, se abandona os ideais da própria globalização em termos de um projeto comum para toda a humanidade. A “aldeia global” existe para beneficiar apenas uma parte da “sociedade mundial”, ou seja, os ricos e bem sucedidos; para a outra parte, formada pelos pobres, existe o bom e velho Estado, encarregado de fazer “cumprir as leis”. No último capítulo de seu livro, intitulado *Menor porém mais forte*, Fukuyama deixa registrado: “Para as sociedades individuais e para a comunidade global, o enfraquecimento do Estado não é um prelúdio para a utopia, mas sim para o desastre.”³⁷

Obviamente que existe uma solução. Para não correr riscos, os países precisam ser capazes de “construir instituições estatais não apenas dentro de suas próprias fronteiras, mas também em outros países mais desorganizados e perigosos.” E Fukuyama apresenta uma justificativa consoladora: “no passado, eles teriam feito isso simplesmente invadindo o país e anexando-o administrativamente ao seu impé-

³⁶ FUKUYAMA, 2004, p. 130.

³⁷ FUKUYAMA, 2004, p. 156.

rio.” Atualmente, quando ocorre uma intervenção, é para promover a democracia, o autogoverno e os direitos humanos e que “qualquer esforço para governar outras pessoas é meramente transicional e não implica ambições imperiais.”³⁸

Diante disso, Fukuyama externa seu lado geopolítico, preocupado com o bem-estar do “seu mundo”, quando afirma: “a arte de construção de Estado será um componente essencial de poder nacional, tão importante quanto à capacidade de utilizar as forças militares tradicionais para a manutenção da ordem mundial.”³⁹

Na realidade, para Fukuyama, a chamada comunidade global não passa de uma grande utopia; as fronteiras territoriais e políticas só devem desaparecer para as corporações globais e o capital financeiro. Para a grande maioria dos povos, a questão está limitada a criar novos Estados que possam cumprir suas funções “primordiais”, ou seja, de manter sob controle os conflitos gerados pela própria globalização.

³⁸ FUKUYAMA, 2004, p. 137.

³⁹ FUKUYAMA, 2004, p. 137.

O choque de civilizações

COM O FIM DA GUERRA FRIA O SISTEMA INTERNACIONAL ENCERROU sua organização bipolar, assumindo um forte componente unipolar representado na liderança dos Estados Unidos. No entanto, as tensões e conflitos continuaram fazendo com que geopolíticos, politólogos e estrategistas procurassem buscar as causas destes conflitos.

SAMUEL HUNTINGTON

No verão de 1993, um polêmico artigo publicado na prestigiosa revista *Foreign Affairs*, intitulado *Choque de Civilizações?*¹ provocou um enorme alvoroço no mundo acadêmico. Seu autor, Samuel Philips Huntington, já era conhecido por polêmicas no mundo acadêmico.

¹ HUNTINGTON, Samuel P. The clash of civilizations?, *Foreign Affairs*, 72(3), p. 22-49, Summer 1993.

Seu primeiro livro importante foi *O soldado e o Estado: a teoria e a política das relações civis-militares* (1957)², que foi altamente polêmico quando foi publicado, mas atualmente é considerado o livro mais influente sobre as relações civis-militares americanas. Nesta obra, Huntington apresenta a teoria do controle civil objetivo, segundo a qual o meio ideal de afirmar o controle sobre as forças armadas é profissionalizá-las. Isso contrasta com o controle subjetivo, que envolve colocar restrições legais e institucionais à autonomia dos militares.

Outra polêmica violenta aconteceu quando em 1968, durante a Guerra do Vietnã, propôs uma urbanização forçada da população vietnamita como forma de combater os vietcongs. Ao analisar a situação sócio-econômica vietnamita, entendeu que o controle exercido pelo governo central alcançava somente a população urbana, de tal modo que a característica crucial das áreas rurais mais conflagradas era a ausência de organização social e política eficaz acima do nível local. Huntington supõe que os vietcongs operariam sobre este vazio de poder. Por isso sua estratégia: com a urbanização, os vietcongs estariam neutralizados.³

Ainda no final dos anos 1960, Huntington publicou *A ordem política nas sociedades em mudanças*,⁴ uma tese na qual afirma que só regimes autoritários são capazes de modernizar os países do Terceiro Mundo.

Samuel Huntington, por outro lado, percebe a corrupção como “uma medida da ausência de institucionalização política eficiente”. Assim, o problema da corrupção seria decorrente de processos de modernização mediante os quais não ocorre institucionalização política

² HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

³ HUNTINGTON, Samuel P. The bases of accommodation. *Foreign Affairs*, 64, July 1968, p. 642-656.

⁴ HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: USP, 1975.

Formado em Ciência Política com distinção na Universidade de Yale, obteve o doutorado na Universidade de Harvard, onde começou a lecionar com 23 anos. Nesta universidade foi diretor do Instituto de Estudos Estratégicos. Na presidência de Jimmy Carter atuou como coordenador de planejamento de segurança do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com o Open Syllabus Project, Huntington é o segundo autor mais citado em programas de faculdade para cursos de ciências políticas.



**SAMUEL
HUNTINGTON**
(1927-2008)

PRINCIPAIS OBRAS:

1957 – *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*

1961 – *The Common Defense: Strategic Programs in National Politics*

1968 – *Political Order in Changing Societies*

1976 – *The Crisis of Democracy: On the Governability of Democracies*

1981 – *American Politics: The Promise of Disharmony*

1991 – *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*

1996 – *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*

2004 – *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*

2004 – *America is not a lie; it is a disappointment.*

suficiente, resultando numa ordem política instável. Nestes termos, a corrupção pode levar à saída pretoriana para se estabelecer a ordem política por meio do uso da força.

Até então, a visão dominante era a de que politicamente desenvolvida era a sociedade governada democraticamente. Democracia era sinônimo de desenvolvimento político, e ditadura sinônimo de atraso. Huntington demonstrou que essa premissa era falsa. Para ele, o que distingue um país desenvolvido de um não desenvolvido politicamente, não era a forma política, mas a capacidade de governar.

As nações desenvolvidas politicamente eram aquelas em que os governos governam, isto é, têm elevada capacidade de implementar suas decisões. Nação não desenvolvida era a que não consegue governar ou governa precariamente, ou seja, as decisões governamentais têm baixa probabilidade de sair do papel e se tornar realidade. A capacidade de governar, segundo Huntington, estava ligada fundamentalmente à força das instituições. Onde as instituições são fortes, mostram ter capacidade de adaptação à mudanças e, ao mesmo tempo, exibem características de consenso, os governos funcionam e são desenvolvidos.

Nesta obra, Huntington discute amplamente a relação violência/corrupção em seu impacto sobre as sociedades em mudança. Sua hipótese é a de que “a corrupção como a violência, ocorre quando a ausência de oportunidades de mobilidade fora da política se combina com a existência de instituições frágeis e inflexíveis, canalizando energias para o comportamento político desviante.”⁵ Tanto a violência como a corrupção teriam causas e funções comuns: são encorajadas pela modernização; refletem a debilidade das instituições políticas; e são meios pelos quais os atores sociais se relacionam com o sistema político. O autor reconhece a existência de forças sociais bem diferenciadas que utilizam estas duas capacidades de formular demandas ao sistema,

⁵ HUNTINGTON, 1975, p. 80.

ou seja, a violência e a corrupção. A violência responderia às demandas dos “pobres” e a corrupção às demandas dos “ricos”.

Como para Huntington a preocupação central é a da ordem política nas sociedades em mudança, ele entende a violência como a mais perigosa para a ruptura desta ordem: “o predomínio da violência apresenta uma ameaça maior ao funcionamento do sistema que o predomínio da corrupção”. Desta forma, “aquele que corrompe as autoridades policiais de um sistema é mais suscetível de se identificar com o sistema do que aquele que atava as delegacias policiais do sistema.”⁶

Para Huntington, se a corrupção pode acentuar as desigualdades existentes – e continuar sendo um fator de reprodução do sistema e de estabilidade política – por privilegiar aqueles que já detêm maior acesso ao poder político e, portanto, às riquezas do país, pode também ser um canal de acesso à participação política e à integração de novos grupos no sistema, assim como a corrupção decorrente da expansão da intervenção governamental pode estimular o desenvolvimento econômico.

Como Samuel Huntington já era um autor reconhecido, seu artigo *Choque de Civilizações?* foi traduzido no mundo todo e provocou uma onda enorme de discussões.⁷ A expressão Choque de Civilizações havia sido utilizada pela primeira vez em 1990 num artigo do especialista do Médio Oriente, Bernard Lewis, intitulado *As raízes de raiva muçulmana* e estabelece a ideia de que o islã não tem nada de bom e que a amargura que isso causa entre os muçulmanos transforma-se em raiva contra o Ocidente.

O ponto de partida da ideia central do artigo de Huntington é assim sintetizado pelo autor: “Fé e família, sangue e crença são as

⁶ HUNTINGTON, 1975, p. 77.

⁷ Na tradução brasileira: HUNTINGTON, Samuel P. Choque de Civilizações? *Política Externa*. São Paulo, v. 2. Nº 4, p. 120-141, mar. 1994.

ideias com as quais as pessoas se identificam e pelas quais elas irão lutar e morrer. E é por isso que o choque das civilizações está substituindo a Guerra Fria como o fenômeno central da política global”⁸

Logo no início de seu artigo deixava claro sua forma de entender o mundo pós-Guerra Fria. Afirmava ele:

Minha tese é a de que a fonte fundamental de conflito nesse novo mundo não será essencialmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões da humanidade e a fonte predominante de conflito serão de ordem cultural. As nações-Estado continuarão a ser os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro.⁹

Huntington define civilização como a identidade cultural mais ampla de um povo. “Civilização é portanto o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, excetuando-se aquele que distingue os seres humanos dos demais espécies.” Para ele, civilização “define-se por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, e também pela auto-identificação subjetiva dos povos.”¹⁰

Assim, enquanto um país poderia evitar se alinhar no contexto da Guerra Fria, ele não pode prescindir da identidade. A pergunta, “de que lado você está?” foi substituída pela pergunta muito mais fundamental: “Quem é você?” Todos os Estados precisam ter uma resposta para esta pergunta.¹¹

⁸ HUNTINGTON, 1994, p. 121.

⁹ HUNTINGTON, 1994, p. 120.

¹⁰ HUNTINGTON, 1994, p. 121-122.

¹¹ HUNTINGTON, 1994, p. 153-154.

Huntington empreende um esforço para demonstrar que as civilizações atualmente existentes não estão se fundindo, através da globalização e modernização, bem como a multiplicidade de civilizações e sua interação é que será o grande eixo em torno do qual vai girar a política internacional. Ao defender sua tese, Huntington contrapõe a premissa de Fukuyama, ao afirmar: “A história não terminou. O mundo não é um só. As civilizações unem e dividem a humanidade.”¹²

Logo depois o autor ampliou sua tese em forma de livro,¹³ onde pode expandir sua ideia central de que no mundo pós-Guerra Fria, os conflitos não são mais ideológicos, nem mesmo econômicos. Eles serão conflitos culturais.

Assim os Estados-nação continuam a ser a chave das relações internacionais. Entretanto, eles dispõem de autonomia cada vez mais restrita para poder estabelecer suas políticas e alianças, que são forjadas em torno de linhas de interesses supranacionais ou civilizacionais. “Os Estados-nação continuam sendo os principais atores no relacionamento mundial,”¹⁴ afirma Huntington. Isso significa que os centros mundiais do poder ainda são os Estados, e eles atuam de forma coerente com o realismo, em “busca de poder e riqueza.”

Huntington, ao contrário de outros pensadores contemporâneos, via no Estado uma significância enorme:

Nosso mundo é um mundo de agrupamentos sobrepostos de Estados unidos em graus variados por história, cultura, religião, língua, localização e instituições. Em nível mais amplo, esses agrupamentos são civilizações. Negar sua existência é negar as verdades básicas da existência humana.¹⁵

¹² HUNTINGTON, Samuel. *Civilizações ou o que? Paradigmas do mundo pós-Guerra Fria. Política Externa*, São Paulo, v. 2, n° 4, nov. 1993, p. 178.

¹³ HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

¹⁴ HUNTINGTON, 1997, p. 20.

¹⁵ HUNTINGTON, 1993, p. 175.

Os Estados ainda são fundamentais, e seu argumento é o de que “é pouco provável que exista em poucos anos, uma civilização universal.”¹⁶

Ao abordar a questão paradigmática, Huntington concorda que o paradigma “choque de civilizações” pode não explicar tudo o que estava acontecendo no cenário internacional do final do século XX. No entanto, adotou uma postura bastante crítica ao paradigma do “fim da História”, defendido por Francis Fukuyama. Para ele era falacioso o argumento que o colapso da União Soviética “significa o fim da história e a vitória universal da democracia liberal em todo o mundo.” Segundo ele, esse argumento se ressentia da Falácia da Alternativa Única, ou seja, a presunção típica da Guerra Fria de que a única alternativa ao comunismo é a democracia liberal, e de que destruindo-se o primeiro, produzir-se-á a universalização da segunda.¹⁷

Huntington toma o cuidado de afirmar que os Estados-nação continuam os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas salienta que os conflitos internacionais envolverão cada vez mais diferentes civilizações. Uma noção fundamental nessa interpretação é a de “linhas de cisão entre as civilizações”, que seriam as áreas do globo onde os choques ocorreriam com maior intensidade. Elas podem ser vistas como “áreas fronteiriças”, ou seja, locais onde há uma significativa presença de civilizações diferentes e ocorre uma “luta pelo controle de cada uma.”

Ao argumentar que os diversos conflitos entre Estados-nação e ideologias ocorreram no passado fundamentalmente no seio da civilização ocidental ou tendo esta por referência – exemplificando com os casos das duas grandes guerras mundiais e da própria Guerra Fria – o autor mostra que, recentemente, a política internacional saiu da fase ocidental e passou a ter como foco principal a interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais, além das não-ocidentais entre si.

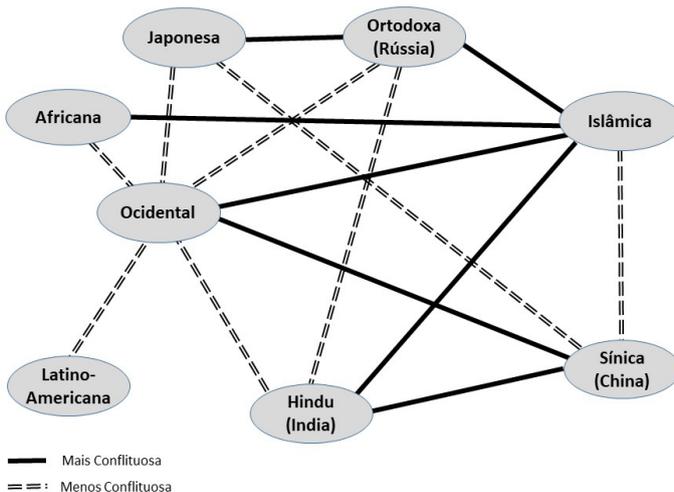
¹⁶ HUNTINGTON, 1993, p. 175.

¹⁷ HUNTINGTON, 1993, p. 175.

Na atual realidade civilizacional, os povos e governos das civilizações não-ocidentais já não seria objetos da História enquanto alvos da colonização ocidental, mas juntar-se-iam ao Ocidente enquanto protagonistas da História.

Assim, para este pensador, o eixo central da política mundial pós-Guerra Fria reside na interação entre o poder e a cultura ocidentais e o poder e a cultura das civilizações não ocidentais. A fonte fundamental da expansão ocidental foi tecnológica. “A expansão do Ocidente também foi facilitada pela superioridade de suas tropas em organização, disciplina, treinamento e, posteriormente, por armas, meios de transporte, logística e serviços médicos superiores como consequência de sua liderança na Revolução Industrial.” Desta forma, “o Ocidente conquistou o mundo, não pela superioridade de suas ideias, valores ou religião, mas sim por sua superioridade em aplicar a violência organizada. Os ocidentais frequentemente esquecem desse fato; os não-ocidentais nunca.”¹⁸

A política mundial das civilizações: choques emergentes



Fonte: HUNTINGTON, 1997, p. 320.

¹⁸ HUNTINGTON, 1997, p. 59.

Huntington define a nova ordem mundial como “multipolar e multicivilizacional” e identifica oito civilizações: a Ocidental, a Islâmica, a Hindu, a Eslava Ortodoxa, a Latino-americana, a Japonesa, a Sínica e a Africana. Mas ele lembra que as civilizações não têm fronteiras nitidamente definidas, nem começos e fins precisos. Salienta também que os povos podem redefinir suas identidades e, em consequência, “a composição e as formas das civilizações mudam com o tempo.” Outro elemento importante é o grau em que a cultura das civilizações se assemelham ou diferem uma das outras. Apensar disso, “as civilizações são entidades que têm um sentido e, conquanto as linhas entre elas raramente sejam nítidas, elas são reais”.¹⁹

O conceito de “Estado-núcleo de uma civilização” seria uma categoria nova de poder, diferente das superpotências da Guerra Fria e das grandes potências dos últimos séculos. As civilizações são como famílias, com os Estados-núcleo representado o chefe, o líder dos demais Estados daquele “bloco civilizacional”. Os Estados-núcleo “são a fonte de ordem no seio das civilizações e, através de negociações com outros Estados-núcleo, entre civilizações.”²⁰ Os Estados-núcleo estabelecem uma esfera de influência. Mas, “o exercício da influência pelo Estado-núcleo é temperado e moderado pela cultura em comum que ele compartilha com Estados-membro de sua civilização.”

O número e o papel dos Estados-núcleo variam de uma civilização para outra, bem como podem se modificar ao longo do tempo. “A civilização japonesa é virtualmente idêntica ao único Estado-núcleo japonês. As civilizações sínica, ortodoxa e hindu têm, cada uma, um único Estado-núcleo amplamente predominante”. Por outro lado, “historicamente, o Ocidente em geral teve vários Estados-núcleos. Atualmente ele possui dois núcleos – os Estados Unidos e um núcleo

¹⁹ HUNTINGTON, 1997, p. 48.

²⁰ HUNTINGTON, 1997, p. 194.

franco-germânico na Europa, com a Grã-Bretanha sendo um centro de poder adicional vagando entre os dois.”²¹

Quando uma civilização carece de um Estado-núcleo (como acontece com a africana, com a islâmica...) existem maiores problemas em criar ordem no seio delas e também em resolver disputas entre os seus Estados e outros de civilizações diferentes. Ele cita o exemplo da civilização latino-americana, em que a falta de um Estado-núcleo levou os Estados Unidos a desempenhar o papel principal na crise do Haiti, e suas ações foram criticadas pelos países latino-americanos como sendo as de “um interventor extra civilizacional”. Da mesma forma, a ausência de um Estado-núcleo africano complicou os esforços para resolver a continuada guerra civil no Sudão.”²² O fato destas civilizações não terem um Estado-núcleo, segundo ele, “se deve e parte ao imperialismo das potências ocidentais, que dividiram entre si a África, o Oriente Médio e, em séculos anteriores e de forma menos decisiva, a América Latina.”²³

Em relação à América Latina, um país teria condições de assumir a função de Estado-núcleo: “tamanho, recursos naturais, população, capacidade militar e econômica qualificam o Brasil para ser o líder da América Latina e é concebível que ele possa vir a sê-lo.” Entretanto, ao que parece, Huntington se equivoca ao apontar o motivo pelo qual o Brasil não é o Estado-núcleo da civilização latino-americana. Segundo ele, é o fato do Brasil possuir diferenças subcivilizacionais, representadas pelas diferenças linguísticas em relação aos demais países da América Latina.²⁴ Ao que parece, o autor superdimensiona as diferenças entre a língua portuguesa e a castelhana”.

O caso mais problemático seria o mundo islâmico, um bloco ci-

²¹ HUNTINGTON, 1997, p. 167.

²² HUNTINGTON, 1997, p. 195.

²³ HUNTINGTON, 1997, p. 167.

²⁴ HUNTINGTON, 1997, p. 167.

vilizacional em emergência, com um crescimento populacional que assusta alguns setores do mundo ocidental. Pelos dados apresentados por Huntington, os muçulmanos constituíam, em 1980, 18% da população mundial, passando a 23% no ano 2000, sendo que a previsão é que em 2025 este percentual vai elevar-se a 31%.²⁵ Embora o crescimento populacional da civilização muçulmana seja extremamente significativo, sendo Huntington é uma civilização que “tem percepção, mas não coesão.” O movimento da percepção islâmica para a coesão civilizacional envolve dois paradoxos: i) O Islã está dividido entre centros de poder competitivos (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Paquistão, Egito, Líbia e, provavelmente, a Turquia), com cada um tentando capitalizar a identificação muçulmana a fim de promover a coesão sob sua liderança; ii) A *ummah*, ou seja, a comunidade muçulmana como um todo, pressupõe a ilegitimidade do Estado-nação e, no entanto, só pode ser unificada através das ações de Estados-núcleo fortes, que atualmente não existem.²⁶

O autor aponta a Turquia como o país que teria as melhores condições para se transformar no Estado-núcleo da civilização muçulmana, mas para isso, teria que se redefinir, “abandonar o secularismo como sendo estranho ao seu modo de ser”, que a impede de voltar a desempenhar seu papel de liderança no mundo muçulmano. Lembra que dentre os países muçulmanos, a Turquia é a única a ter amplas vinculações históricas com os muçulmanos dos Balcãs, do Oriente Médio, do Norte da África e da Ásia Central. O mais importante é que para ser líder teria que “abandonar o seu papel frustrante e humilhante de mendiga que implora para ser admitida no Ocidente, e retomar seu papel histórico, muito mais respeitável e altaneiro, de principal interlocutor e antagonista islâmico do Ocidente.”²⁷

²⁵ HUNTINGTON, 1997, p. 145.

²⁶ HUNTINGTON, 1997, p. 221-222.

²⁷ HUNTINGTON, 1997, p. 224.

A luta da Turquia para ser admitida na comunidade europeia seria ingloria, até por que “as potências europeias deixam claro que não querem um Estado muçulmano, a Turquia, na União Europeia, e não veem com agrado a existência de um segundo Estado muçulmano, a Bósnia, no continente europeu.”²⁸

As relações entre os diversos Estados-núcleo não seguem uma regra linear.

As relações entre as civilizações e seus Estados-núcleo são complicadas, muitas vezes ambivalente, e de fato se modificam. A maioria dos países numa mesma civilização geralmente seguirão a liderança do Estado-núcleo no desenvolvimento de suas relações com os países de uma outra civilização.²⁹

Como estrategista norte-americano, Huntington está preocupado com os destinos da civilização Ocidental e, em especial, com o papel que os Estados Unidos devem desempenhar na nova ordem mundial multipolar e multicivilizacional. “A vitória do Ocidente na Guerra Fria produziu não o triunfo, mas a exaustão,”³⁰ defende ele. Apesar do Ocidente ainda possuir um domínio absoluto sobre setores mundialmente poderosos, estaria ocorrendo um declínio “gradual e inexorável” do poder relativo do Ocidente ante ao restante do mundo.

Embora afirme que o Ocidente ainda vai dominar o mundo durante muito tempo, Huntington apresenta dados que o preocupam. Territorialmente, o Ocidente em 1920 dominava em torno de 66 milhões de quilômetros quadrados, para em 1990 dominar 32,8 milhões de quilômetros quadrados. Aponta que em 1920, os ocidentais representavam em torno de 30% da população mundial e governavam

²⁸ HUNTINGTON, 1997, p. 154.

²⁹ HUNTINGTON, 1997, p. 310.

³⁰ HUNTINGTON, 1997, p. 98.

outros 45%, para em 1990 constituir apenas 13% da população do planeta, além de não exercer sua autoridade sobre mais ninguém, a não ser eles mesmos. E como símbolo da decadência do poderio, lembra que em 1920 o Ocidente possuía 48% do efetivo militar mundial, decaindo para 21% em 1991. Além disso, em 1991, quatro das sete maiores economias do mundo eram de nações não-ocidentais: Japão (2º lugar), China (3º lugar), Rússia (6º lugar) e Índia (7º lugar). A projeção que Huntington fazia era a de que em 2020 a China teria a maior economia do mundo e dentre as dez maiores, apenas três seriam da civilização Ocidental: Estados Unidos, Alemanha e França.³¹

No nível micro, as linhas de fratura mais violentas estão entre o Islã e seus vizinhos ortodoxos, hindus, africanos e cristão ocidental. No nível macro, a divisão predominante está entre “o Ocidente e o resto”, com os conflitos mais intensos ocorrendo entre as sociedades muçulmana e asiática, de um lado, e o Ocidente, do outro.³²

Os conflitos ou as guerras intra-civilizacionais teriam uma importância somente regional. Por sua vez, os conflitos intercivilizacionais serão os mais perigosos e que têm repercussão global. Na sua análise, provavelmente, os choques mais perigosos no futuro terão origem “da interação da arrogância ocidental, da intolerância islâmica e da postura afirmativa sínica.”³³

Para exemplificar o que foi uma guerra de civilizações, que era muito recente no momento em que externava suas ideias, Huntington afirma: “A guerra da Bósnia foi uma guerra de civilizações. Os três participantes primários provinham de civilizações diferentes e pro-

³¹ HUNTINGTON, 1997, p. 101-106.

³² HUNTINGTON, 1997, p. 227.

³³ HUNTINGTON, 1997, p. 227.

fessavam religiões diferentes.”³⁴ Estiveram presentes naquele conflito a civilização Ocidental (Croácia), a Eslava (Sérvia) e a Muçulmana (Bósnia).

Huntington não acredita que o capitalismo e a democracia liberal tenham sido os grandes vencedores. Da mesma forma, não acredita na possibilidade de expandir a democracia para todas as civilizações.

O conceito de uma civilização universal é um nítido produto da civilização ocidental. No século XIX, a ideia d “fardo do homem branco” ajudou a justificar a expansão do domínio político e econômico ocidental sobre as sociedades não-ocidentais. No final do século XX, o conceito de uma civilização universal ajuda a justificar o predomínio cultural do Ocidente sobre outras sociedades e a necessidade para estas sociedades de imitar as práticas e as instituições ocidentais. O universalismo é a ideologia do Ocidente para confrontações com culturas não-ocidentais.³⁵

Huntington defende que os Estados Unidos deixem de intervir em guerras alheias, mesmo que em nome dos chamados “direitos humanos”. É o que ele chama de regra de abstenção, que determina que os Estados-núcleo se abstenham de intervir em conflitos de outras civilizações. Obviamente, ele vê dificuldade para os Estados Unidos aceitar esta regra. Para que não ocorra grandes guerras intercivilizacionais, ele preconiza um outro requisito, que é a regra de mediação conjunta, onde os Estados-núcleo negociarão entre si para impedir ou cessar guerras “de linha de fratura entre Estados ou grupos de suas próprias civilizações.”³⁶

³⁴ HUNTINGTON, 1997, p. 368.

³⁵ HUNTINGTON, 1997, p. 78.

³⁶ HUNTINGTON, 1997, p. 403.

Em termos pragmáticos, Huntington, preocupado com o declínio do Ocidente, defende uma aliança incondicional entre Estados Unidos e Europa, que “se juntarão ou serão destruídos separadamente.”³⁷

³⁷ HUNTINGTON, 1997, p. 410.

A geopolítica do caos

PARA ALGUNS AUTORES, O MUNDO QUE EMERGIU COM O FIM DA Guerra Fria teria como característica marcante a “desordem mundial”, uma espécie de caos no sentido de ausência de regulamentação, de domínio de um mercado instável e uma geopolítica caracterizada pela multiplicação de conflitos de toda espécie em todos os continentes. Dois autores marcham nesta direção: Ignacio Ramonet e Alain Minc.

IGNACIO RAMONET

Um dos jornalistas mais influentes das últimas décadas e da atualidade, também professor universitário, como editor do prestigiado jornal francês *Le Monde Diplomatique*, seguidamente publica artigos seus e de colaboradores acadêmicos do mundo todo, fazendo uma espécie de síntese de uma visão catastrófica da nova ordem mundial que se apresentava com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade.

Na sua opinião, haveria o risco de a “civilização humana” sucumbir na anarquia em que se encontrava o cenário internacional no final do século XX. Para Ignacio Ramonet, ninguém estaria sabendo quem governava o mundo, da mesma forma que ninguém sabia qual era o efetivo poder da mídia, das ONGs, das grandes empresas transacionais.

Já em 1994 Ramonet havia coordenado a publicação de *Le désordre des nations*, onde analisava o mundo recém-saído da ordem bipolar e seus problemas.

No prefácio da obra, chamado de *Um mundo sem bússola*, ele escreve:

Todos sabem que vivemos, no final do século, um período de rupturas, de recomposição geral de forças geoestratégicas, formas sociais, atores econômicos e marcos culturais. Cinco anos após a queda do Muro de Berlim e três anos após a Guerra do Golfo, o otimismo acabou. Em toda parte, incerteza, alarme, desordem sucedem a grande esperança de uma “nova ordem mundial”. Este, agora sabemos, é natimorto. E nossas sociedades, como em tempos de transição anteriores, se perguntam se não estão caminhando para uma civilização do caos.¹

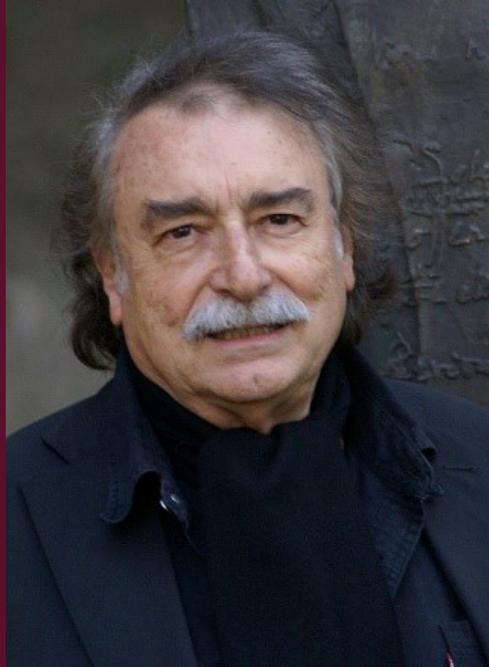
Para o autor, como a nova ordem mundial já nasceu morta, diante desta situação, ele afirma que:

Na enorme desordem que cobre de névoas a paisagem geopolítica após a Guerra Fria, cada um perde por sentido. Governantes e governados constatarem a incapacidade atual para descobrir o princípio fundador do mundo pós-comunista e admitem que é necessário encontrar novas formas de pensamento.²

¹ RAMONET, Ignácio; CRESC, Alain (Org). *A desordem das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1996 [1994], p. 7.

² RAMONET, 1996 [1994], p. 7.

Galego, filho de refugidos republicanos espanhóis, cresceu no Marrocos. Doutor em Semiologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Professor em inúmeras universidades na França, Espanha, Rússia, Argentina, Cuba. É um dos idealizadores do Fórum Social Mundial.



PRINCIPAIS OBRAS:

1981 – *Le chewing-gum des yeux*

1985 – *La Golosina visual*

1989 – *La communication victime des marchands*

1995 – *Cómo nos venden la moto*

1996 – *Il pensiero unico*

1997 – *Géopolitique du chaos*

1998 – *Internet, el mundo que llega; Rebeldes, dioses y excluidos*

1999 – *La tyrannie de la communication*

1999 – *Geopolítica y comunicación de final de milenio*

2000 – *Propagandes silencieuses*

2001 – *Marcos, la dignité rebelle*

2002 – *La Post-Télévision*

2002 – *Guerres du XXIe siècle.*

2004 – *Abécédaire partiel et partial de la mondialisation*

2004 – *¿Qué es la globalización?*

2006 – *Fidel Castro: biografía a dos voces*

2013 – *Hugo Chávez. Mi primera vida*

IGNÁCIO RAMONET

(1943 - ...)

Para Ramonet, a Europa Ocidental constitui juntamente com a América do Norte e o Japão, uma trilateral do poder onde se concentram a maior riqueza financeira, os grandes conglomerados industriais e a base da inovação tecnológica. “Esta trilateral é que domina o mundo como nenhum império antigo o fizera jamais.”³ No entanto, esta dominação sofre os efeitos corrosivos de um outro fenômeno de dimensão planetária: a mundialização da economia.

Ramonet salienta a importância estratégica da Ásia, pois é naquela região que se está desenrolando em grande parte o destino do século XXI, devido ao crescimento dos dois gigantes: China e Índia. Ao mesmo tempo, os perigos de conflitos entre China e Taiwan, Coreia do Norte e Japão, Índia e Paquistão, não são de se menosprezar.

Por conta disso, um problema preocupante é a possibilidade da guerra nuclear, que torna-se novamente, junto com o risco da catástrofe ecológica, uma das duas maiores ameaças que pesam sobre o mundo. No Oriente Médio, Israel, por exemplo, que encontra dificuldades para impor-se claramente através de meios militares convencionais, possui armamento nuclear. Salienta-se que o país não aderiu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, do mesmo modo que dois outros Estados rivais: Paquistão e Índia. Não longe deste teatro, três potências nucleares investiram militarmente e fracassaram: Estados Unidos, Reino Unido e Rússia. As duas primeiras no Iraque e no Afeganistão e a terceira na Chechênia

De forma bastante clara, Ramonet apontava para a existência de uma “grande bagunça que embaça a paisagem geopolítica após a Guerra Fria”, onde todos “estão pedindo sentido” e que “devemos encontrar novas formas de pensamento.” Os conflitos que surgiram no pós-Guerra Fria “reavivaram feridas muito antigas”. Como consequência, “em toda parte, as fronteiras são contestadas e a presença de minorias

³ RAMONET, 1996 [1994], p. 10.

dá origem a propostas nacionalistas, sonhos de anexação, divisão ou limpeza étnica.”

Demonstrava Ramonet a inoperância dos organismos internacionais, que deveriam envidar todos os esforços para a manutenção da paz.

As Nações Unidas, como toda a arquitetura internacional construída depois da Segunda Guerra Mundial, não parecem adaptadas à violência dos novos tremores que se multiplicam. Mais uma vez, a esperança de um mundo mais justo, harmoniosamente governado pela ONU, ruiu.⁴

A globalização atingia também o setor da informação e da comunicação. O fato de o mundo caminhar para uma aldeia global, não impedia que fossem trazidas do passado questões que pareciam estar sepultadas. Assim, quem havia anunciado o “fim da História” havia feito de forma apressada e equivocada. Concluía questionando: “Não é hora de convocar uma grande conferência pós-Guerra Fria para reconstruir o planeta e finalmente definir um curso para este mundo sem bússola?”⁵

Esta situação toda estava levando o mundo para uma situação que só seria explicada pela *geopolítica do caos*.

Do ponto de vista geopolítico, o mundo apresenta o aspecto de um grande caos: por um lado, a multiplicação de uniões econômicas regionais, por outro, renascimento dos nacionalismos, ascensão dos integristas, Estados divididos, minorias que reivindicam sua independência. Neste final de século, a maioria dos conflitos são conflitos internos, intraestatais, que opõem um poder central a uma fração de sua própria população.⁶

⁴ RAMONET, 1996 [1994], p. 8.

⁵ RAMONET, 1996 [1994], p. 9.

⁶ RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 7-8.

A ausência de pressões ideológicas, da opressão bipolar do mundo pós-Guerra Fria, de dogmas e doutrinas liberaram indivíduos e sociedades, diz Ramonet. Então, livres da imposição, Estados, sociedades e especialistas encontram-se diante do dilema da falta de modelos, de itinerários previamente construídos, de alternativas planejadas à sombra e de moldes já construídos.

A mundialização é também a mundialização dos meios de comunicação de massa, da comunicação e da informação. Ramonet afirma que as tecnologias da informação e da comunicação desencadearam a transformação das civilizações do mundo. Em consequência, a era industrial e a chamada sociedade de consumo são gradativamente substituídas pela “sociedade da informação”. Setores inteiros da atividade econômica, das finanças, do comércio, do lazer, da pesquisa, da educação, da mídia têm sido profundamente alterados pela explosão das redes eletrônicas, e das tecnologias da multimídia e do digital.⁷ Diante desta situação, Ramonet questiona como reagir diante deste poderio, que já foi considerado o quarto poder. Como o cidadão pode se defender e enfrentar este poder?

Es necesario, simplemente, crear un “quinto poder”. Un “quinto poder” que nos permita oponer una fuerza cívica ciudadana a la nueva coalición dominante. Un “quinto poder” cuya función sería denunciar el superpoder de los medios de comunicación, de los grandes grupos mediáticos, cómplices y difusores de la globalización liberal. Esos medios de comunicación que, en determinadas circunstancias, no sólo dejan de defender a los ciudadanos, sino que a veces actúan en contra del Pueblo en su conjunto.⁸

No final do século XX todos os Estados estavam envolvidos no

⁷ RAMONET, 1998, p. 135.

⁸ RAMONET, Ignacio. El quinto poder. *Los Verdes*, Andalucía, 01 de octubre de 2003.

grande movimento de mundialização, o que torna as economias dependentes umas das outras. Os mercados financeiros acabam tecendo “uma teia invisível que religa os países”, ao mesmo tempo que “amarra e aprisiona os governos”. Como resultado, ficou impossível o isolamento de um Estado do restante do planeta.⁹ Continuando, ele afirma que “nas vésperas da entrada no terceiro milênio, cada um pode constatar que a incerteza tornou-se a única certeza. E que uma espécie de sinistrose mundial se espalha em um clima de insatisfação geral e desencantamento.”¹⁰

Na sua avaliação, há uma desesperança, em relação ao futuro; ninguém sabe o que esperar.

O olhar do cidadão perscruta o futuro e entra em pânico quando observa, por toda parte, a ascensão das forças da desorganização e da anomia. O limiar da era planetária, que estamos prestes a transpor, apresenta-se repleto de incógnitas, perigos e ameaças.¹¹

Ramonet diz que durante décadas o Ocidente procurou destruir os regimes comunistas da União Soviética e do Leste Europeu. Quando conseguiu o objetivo persistentemente seguido, o clima de triunfo e euforia que se esperava não aconteceu. Muito pelo contrário: “uma grande desordem deixa confuso a paisagem geopolítica após a Guerra Fria, e cada um anda à procura de um sentido.”¹²

Os Estados Unidos estão vendo o seu projeto de hegemonia mundial ir fracassando, apesar de algumas vitórias mais ou menos recentes. Ramonet se utiliza do depoimento de Arthur Schlesinger, antigo conselheiro do presidente John Kennedy, para reforçar sua po-

⁹ RAMONET, 1998, p. 8-9.

¹⁰ RAMONET, 1998, p. 13.

¹¹ RAMONET, 1998, p. 13.

¹² RAMONET, 1998, p. 14.

sição: “A situação dos Estados Unidos é curiosa: é uma superpotência militar, mas incapaz de assumir o custo de suas próprias guerras. Portanto, não pode ter um grande futuro como potência. Não estamos em condições de governar o mundo.”¹³

Com a implosão da União Soviética, os Estados Unidos encontravam-se colocados “em uma situação de supremacia que nenhuma potência conheceu no último século.”¹⁴ No entanto, não tiveram condições de reinventar um grande projeto, do tipo Plano Marshal, para socorrer uma ex-União Soviética em decomposição e assediada pelos dirigentes dos novos Estados independentes. Assim, os Estados Unidos descobriram “que já não tinham os meios econômicos para a sua diplomacia”. Como os Estados Unidos não puderam ajudar economicamente os países que surgiram das cinzas do Socialismo Real, o empobrecimento e a degradação generalizada das sociedades que estavam saindo de trás da “cortina de ferro” favoreceram o aparecimento de múltiplos focos de instabilidade, “vigorosamente estimulados pelo renascimento dos nacionalismos étnicos que acabaram dando origem, aqui e ali (Balcãs, Cáucaso), à guerras abertas de longa duração.”¹⁵

Poucos anos depois, Ramonet faz uma leitura um pouco diferente em relação ao papel dos Estados Unidos neste “caos”:

No nível geopolítico, os Estados Unidos estão em uma situação hiper-hegemônica que nenhum país conheceu na história. Militarmente, sua força é avassaladora. Eles não são apenas a principal potência nuclear e espacial, mas também marítima. São os únicos que possuem uma frota de guerra em cada um dos principais mares do planeta; e eles têm bases militares, de abastecimento e de escuta em todos os continentes.¹⁶

¹³ RAMONET, 1998, p. 15.

¹⁴ RAMONET, 1998, p. 43.

¹⁵ RAMONET, 1998, p. 39.

¹⁶ RAMONET, Ignacio. Potência sem limites? *El País*, 04 set. 2002, p. 1. Disponível em ht-

Naquele momento, início do século XXI, os Estados Unidos “no campo das relações exteriores, a hiperpotência americana domina a política internacional.” Em nome da guerra infinita contra o terrorismo internacional, contavam com forças especiais destacadas no Afeganistão, Paquistão, Filipinas, Iêmen, Somália, Geórgia e Colômbia. Era “a única potência que atua no tabuleiro mundial: do Oriente Próximo ao Kosovo, de Timor ao Taiwan, do Congo a Angola, da Colômbia a Cuba e Venezuela”¹⁷

Como consequência dessa “mega-supremacia”, Washington acreditava “ter poder ilimitado” e poderia declarar à vontade qualquer líder, regime ou país como “inimigo da humanidade”. Foi em nome dessa superioridade que os Estados Unidos decidiram atacar o Iraque e fazer desta “agressão ilegal” uma “causa nobre” à qual todos os países do mundo teriam a obrigação de se associar. Quem não apoiasse seria acusado de “estar com os terroristas”.¹⁸

Voltando à ideia do “caos”, Ramonet percebe que, “neste novo contexto geopolítico, uma noção fundamental parece bastante confusa: a do adversário, da ameaça, do perigo. Tais conceitos viram sua significância se alterar sem que se saiba, daqui em diante, o seu exato sentido.” Para o regime democrático é fundamental respostas para questões como “Quem é o inimigo?” e “Qual é o perigo dominante?” É a resposta para estas questões que vai definir um sistema de segurança capaz de se preservar e prevenir as crises. Ramonet argumenta que o inimigo principal, que ao longo do século XX foi o comunismo, deixou de ser unívoco. Agora existe um “monstro de múltiplas cabeças”, que pode assumir alternadamente várias facetas, como “a bomba demográfica, da droga, das máfias, da proliferação nuclear, dos fanatismos étnicos, da AIDS, do vírus Ebola, do crime organizado, do inte-

[tps://elpais.com/diario/2002/09/04/internacional](https://elpais.com/diario/2002/09/04/internacional)

¹⁷ RAMONET, 2002, p. 1.

¹⁸ RAMONET, 2002, p.1.

grismo islâmico, do efeito estufa, da desertificação, das grandes migrações, da nuvem radioativa.”¹⁹ Por nossa conta acrescentamos mais uma faceta no monstro de Ramonet: o Covid-19.

As fronteiras políticas estão perdendo seu significado, num processo de “desfronteiração”. Geograficamente, países se desintegram, fazendo surgir uma multiplicidade de novos países, originando novos problemas ou reascendendo os velhos problemas.

Praticamente em toda a Europa, essas fraturas reavivaram antiquíssimas feridas; em numerosas regiões, as fronteiras são contestadas e a presença de minorias dá lugar a irrupções de irredentismo, supervalorizações nacionalistas, sonhos de anexação, cisão ou purificação étnica.”²⁰

Para Ramonet, querer impor pela força a estratégia ultraliberal, apesar das resistências populares, significa que vai enfraquecer a democracia, além de alimentar os mais agressivos nacionalismos.²¹

“Para salvar o mercado, o Ocidente aceita sacrificar a democracia” afirma Ramonet. Para exemplificar, cita o caso do Peru, com Alberto Fujimori, que deu um golpe para aplicar, autoritariamente, sua concepção de ultraliberalismo; da mesma forma aconteceu na Argélia, quando nas eleições de 1992 a população aderiu maciçamente ao partido islâmico. Foi necessário a intervenção do poder militar, para fazer a “correção de rumos” em direção ao liberalismo.

Em uma economia global, o papel do Estado é desconfortável. Já não controla o câmbio, nem os fluxos de capital, de informações ou de mercadorias e, apesar de tudo, continua a ser responsabilizado pela formação dos cidadãos e pela ordem pública interna, duas missões

¹⁹ RAMONET, 1998, p. 17-18.

²⁰ RAMONET, 1998, p. 21.

²¹ RAMONET, 1998, p. 28.

muito dependentes da situação geral da economia. Desta forma, “o Estado deixou de ser totalitário, enquanto, na era da mundialização, a economia tende cada vez mais vir a sê-lo.”²²

Ramonet lamenta que a mundialização liquidou o mercado nacional, que é um dos fundamentos do Estado-nação, e com isso diminuiu o papel dos poderes públicos. Com isso, os Estados não têm mais força para se opor aos mercados. Da mesma forma, com a independência dos Bancos Centrais, os Estados não tem mais suas reservas de câmbio para enfrentar possíveis movimentos de divisa hostil, fazendo com que “o volume dessas reservas é ridiculamente baixo diante da força dos mercados.”²³

Mas o domínio absoluto não se dá só no setor econômico. O que torna mais eficaz essa apropriação do Estado pelas forças do mercado é a capacidade que estas forças têm de manter sob seu controle os órgãos de informação, sejam da imprensa ou acadêmicos (universidades, institutos de pesquisa). Financiando estas instituições, os grupos econômicos constroem a base ideológica que legitimará e difundirá maciçamente a sua ideologia a toda a população. Esta difusão é tão maciça que foi criada a expressão que define esta *corrente*: “pensamento único”.

De uma forma veemente, Ramonet critica as polêmicas teses de Francis Fukuyama e Samuel Huntington: “Ambas mostraram, bem depressa, suas fraquezas e carências diante da complexidade da caótica situação contemporânea.”²⁴

Pela sua postura crítica em relação ao processo de mundialização, Ramonet não crê no “Fim da História” e na vitória do capitalismo e da democracia liberal.

Em relação ao “Choque de Civilizações”, Ramonet afirma que

²² RAMONET, 1998, p. 57.

²³ RAMONET, 1998, p. 58.

²⁴ RAMONET, 1998, p. 150.

houve, por parte de seu autor, uma simplificação política e uma “divisão grosseira das fronteiras civilizacionais” e, principalmente, “seu apelo à reação do Ocidente para resistir a uma pretensa ofensiva do Islã e do confucionismo.” As teses de Huntington teriam encorajado a xenofobia nos Estados Unidos e na Europa, dando crédito à ideia de que o Islã é o novo “inimigo total” do Ocidente. Salienta também que “não existem compartimentos estanques entre formações humanas, culturais e culturais. A história da humanidade é a narração das trocas de toda espécie entre os seres humanos.”²⁵

Entre as dezenas de países nascidos do desmantelamento dos impérios coloniais, apenas três (Coreia do Sul, Singapura e Taiwan) conseguiram alcançar um nível de desenvolvimento satisfatório. Os demais permanecem estacionados em um subdesenvolvimento crônico.²⁶

O caso dos Estados Unidos era emblemático. A duvidosa máquina militar ficou muito tempo atolada no Iraque, “na arapuca de uma guerra assimétrica perdida, reduzida a praticar ou a encobrir, ela também as atrocidades (prisão em massa, massacres, torturas sistemáticas) que dizia ter banido desde o fiasco na guerra do Vietnã.”²⁷

De acordo com Ramonet, o fracasso político é ainda mais assombroso. Em função das intervenções norte-americanas, o Irã, principal inimigo regional dos Estados Unidos no Oriente Médio, desvencilhou-se de seus adversários limítrofes: o regime dos talibãs no Afeganistão e o de Saddam Hussein no Iraque. Agora, o regime dos Aiatolás de Teerã se arma para se defender. Enquanto isso, com Washington fixando sua atenção no Oriente Médio, na América Latina alguns considerados “velhos adversários” nos primeiros anos do século XXI, aproveitaram para tomar o poder, de forma democrática, na Venezuela, no

²⁵ RAMONET, 1998, p. 92.

²⁶ RAMONET, Ignacio. *Geopolítica del Caos*. Madrid: Editorial Debate, 1999, p. 27. (Em que pese possuir o mesmo título, este livro não é o mesmo publicado pela Editora Vozes em 1998).

²⁷ RAMONET, Ignácio. Um novo estado do mundo. *Le Monde diplomatique*. <https://diplomatie.org.br/um-novo-estado-do-mundo>. Set. de 2006.

Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Panamá, na República Dominicana, na Bolívia.²⁸

Ramonet acredita que os Estados Unidos têm que ter mais autoridade e estabelecer regulamentações, principalmente na Europa. É necessário reformular a ONU, incluindo novos membros no Conselho de Segurança. Como foi a Europa “que inventou o Estado providência”, ele crê na necessidade da manutenção dos empregos a qualquer preço, bem como dos benefícios sociais.²⁹

Para reestabelecer a ordem mundial, Ramonet questiona: “Não seria a hora de convocar uma grande conferência do pós-Guerra Fria, para a reconstrução do planeta e para fixar um rumo a este mundo sem bússola”?³⁰

Diante da pandemia que assola o mundo no ano de 2020, Ramonet classifica este fenômeno como um “fato social total”.

Pues a veces en la historia se producen acontecimientos, por ejemplo una guerra, que tienen repercusiones en todos los ámbitos de la sociedad. Primero en la organización misma de la sociedad, en la economía, en la cultura, en la política, en la organización de la vida de la gente. La pandemia, tal y como nos ha sorprendido, ha funcionado y está funcionando como un hecho social total. Realmente hay pocos espacios en nuestra vida cotidiana y en la de las sociedades que no se hayan visto afectadas de manera particularmente impactante por la pandemia.³¹

Para Ramonet a pandemia do Covid-19 escancarou dois aspectos fundamentais: i) está deixando em evidência a crise do modelo

²⁸ RAMONET, 2006.

²⁹ RAMONET, 1998, p. 78.

³⁰ RAMONET, 1998, p. 12.

³¹ RAMONET, Ignácio. Entrevista. *Quarto Poder*, Madrid, 9 de agosto de 2020. <https://www.cuartopoder.es/ideas/2020/08/09/ignacio-ramonet-la-pandemia-esta-estableciendo-la-crisis-del-modelo-neoliberal/>

neoliberal; ii) é uma manifestação da crise ecológica, pois o vírus surgiu do desprezo da sociedade atual pela natureza, pelos ataques constantes a ela e, em particular, aos animais selvagens. E o vírus teria saltado de um animal selvagem para o ser humano, justamente por causa desse desprezo.

Do ponto de vista da geopolítica, Ramonet analisa o papel desempenhado pelas duas grandes potências em evidência: Estados Unidos e China.

Ele chama a atenção para o fato de que “es la primera vez desde el principio del siglo XX que hay una crisis mundial y que EEUU no tiene un rol de protagonista. Esto no se ha visto nunca hasta ahora.” Durante a pandemia os Estados Unidos tiveram papel zero: não enviaram uma máscara a ninguém, não enviaram uma seringa ou equipe médica a nenhum país. “Esta ausencia da una idea de la debilidad de EEUU. El país más impactado por la pandemia es EEUU, por una conducción política completamente errática, equivocada, con un problema de liderazgo enorme”. Para Ramonet, “solo esto ya es una indicación de cómo la pandemia está modificando la geopolítica.” Destaca também que a pandemia também interrompeu todos os conflitos no mundo, por algumas semanas, com muito mais eficácia do que a ONU. Aliás, o autor critica a atuação da ONU, que esteve absolutamente ausente nesta crise. Em síntese, diante da sua concepção de Geopolítica do Caos, “hay algo en la estructuración y funcionamiento geopolítico hasta ahora que demuestra que tal y como funcionaba el mundo, éste no era eficaz.”³²

Sobre a China, Ramonet tem duas coisas a dizer: i) há a responsabilidade de saber se o vírus apareceu lá por que não foi possível impedir que ele se propagasse; ii) a China combateu a pandemia com grande eficácia e é um país que tem ajudado enormemente outros países, enviando remédios, médicos, etc.³³

³² RAMONET, 2020, p. 1.

³³ RAMONET, 2020, p. 1.

ALAIN MINC

O caos na ordem mundial também foi analisado por Alain Minc, que seguidamente expressa suas opiniões em jornais como *Le Monde*, *Le Figaro* e em diversos jornais estrangeiros.

Ainda antes do término da Guerra Fria e do mundo bipolar Alain Minc escreveu que “hemos llegado a un momento en que las certidumbres se tambalean por fin”. Como consequência, “frente al ser económico, las políticas racionales caen una tras otra en el vacío. La fuerza de gravedad que nos empuja hacia la depresión es demasiado fuerte.”³⁴

Numa obra escrita no início dos anos 1990, ao abordar a “desordem” mundial, Alain Minc apresentou a ideia que a História é cíclica e que, em função desta concepção, estaríamos retornando à Idade Média. O otimismo histórico estava se esvaindo: chegava ao fim um reinado de mais de três séculos, que postulava progresso e ordem. Acreditava-se que na civilização ocidental, apesar de seus tropeços, a História tinha que ir na direção certa: um otimismo crescente que levaria ao paraíso.

De acordo com Alain Minc, uma característica central desta “nova Idade Média”, seria a predominância das “zonas cinzentas” no universo normativo e nas sociedades, como um retorno à “lei da selva” nos mercados, na expansão de regulações paralelas ou na desobediência aos sistemas normativos por parte de muitos atores.

Algumas características muito peculiares do imediato pós-Guerra Fria teria similitude com o período medieval: fragmentação e divisão dos povos e territórios, com exacerbação dos sentimentos individualistas e grupais; guerras locais e regionais; recrudescimento do poder paraestatal; aumento do raio de ação das organizações ilícitas (milícias?); a extrema dificuldade de se diferenciar o permitido

³⁴ MINC, Alain. Todo el mundo baja. *El País*, 03 feb. 1984. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1984/02/03/economia>

do proibido; crise da legalidade e do Direito, com uma insegurança jurídica; uso da força bruta como método de resolução de conflitos, predominando uma violência - real ou simbólica - do mercado ou das autoridades nestas disputas. Enfim, a incerteza absoluta e o caos predominariam.

Um caldeirão ideológico borbulha com ingredientes de populismo, nacionalismo, tribalismo, mas também de ecologia e individualismo: assim como em certos momentos o extremismo de esquerda e o extremismo de direita intercambiaram alguns de seus ancestrais, o etnicismo e a ecologia podem, inadvertida ou deliberadamente, fazer um bom casamento. O perigo está nessa alquimia intelectual nova e não no ressurgimento das cruzes gamadas rabiscadas por skinheads incultos e bêbados.³⁵

Para Alain Minc esta “nova Idade Média” significava “o rebaixamento da razão como princípio fundador, em proveito de ideologias primárias e de superstições desaparecidas por tanto tempo”.³⁶ Neste sentido, Alain Minc, nos anos 1990, já destacava o papel dos fundamentalismos em contraste com as estratégias “racionais” ocidentais. Estes fundamentalismos, aliás, vão aparecer com todas as formas de obscurantismo, perversidade e miséria do período medieval histórico.

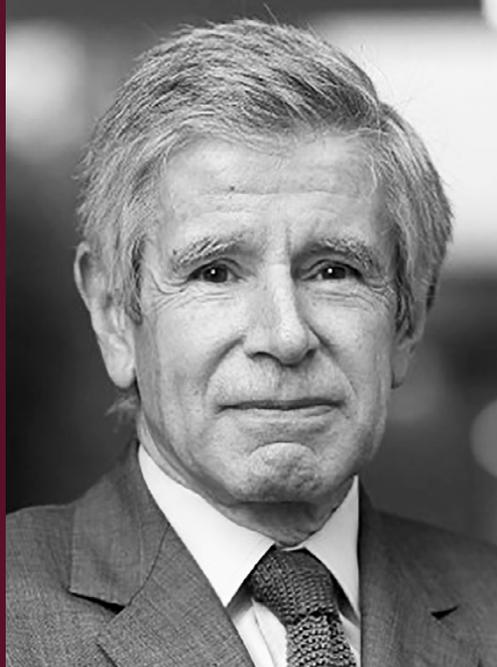
Ao expressar a sua forma de ver o mundo recém-saído da Guerra Fria, Alain Minc dizia:

Com efeito, a ausência de sistemas organizados, o desaparecimento de qualquer centro, o surgimento de solidariedades fluidas e evanescentes, a indeterminação, o acaso, a fluidez, o desenvolvimento de “zonas cinzentas” que se multiplicam fora do alcance de qualquer

³⁵ MINC, Alain. *A nova Idade Média*. São Paulo: Ática, 1994, p. 31.

³⁶ MINC, 1994, p. 10.

Filho de imigrantes judeus da Polônia, engenheiro de formação, consultor financeiro e analista político francês. Presidente do conselho de administração de várias empresas. Foi conselheiro de políticos, inclusive do ex-presidente Nicolas Sarkozy.



PRINCIPAIS OBRAS:

1977 – *Rapport sur l'informatisation de la société*

1987 – *La Machine égalitaire*

1990 – *Les vengeances des Nations*

1994 – *Le rapport sur la France de l'an 2000*

1994 – *Le Nouveau Moyen-âge*

2003 – *Ce monde qui vient*

2003 – *Epître à nos nouveaux maîtres*

2004 – *Les prophètes du bonheur: história pessoal da pensée économique*

2006 – *Uma sorte de Diabo, dos anos de John M. Keynes*

2006 – *Le Crépuscule des petits dieux*

2008 – *Um histoire de France*

2009 – *Dix jours qui ébranleront le monde*

2010 – *Une histoire politique des intellectuels*

2012 – *L'âme des nations*

2013 – *Vive l'Allemagne*

ALAIN MINC

(1949 -...)

autoridade, essa incapacidade de descobrir o princípio fundador do mundo pós-comunista nos conduz a uma Nova Idade Média.³⁷

Alain Minc não enxerga no “caos da nova ordem mundial” algo negativo, e sim uma oportunidade para se reconstruir o mundo sob novas bases. Como “liberal de esquerda”, admite que “o mercado cria desigualdades”, mas está convencido de que isso pode ser “regulamentado” e “controlado”. Para isso, é necessário “pensar o incerto com o mesmo cuidado com que outrora pensamos o provável, inventar novos conceitos” e, principalmente, “reavaliar o papel do Estado, tentar reajustar os jogos complexos que estruturam as relações internacionais.”³⁸

Com o desmantelamento da União Soviética e com o fim do socialismo nos outros países do Leste europeu, o mundo deixou de ter um centro com um inimigo preciso e localizável. Existiriam três principais espaços que funcionariam como “centros” – Estados Unidos, Europa e Ásia (Japão e/ou China) – sendo que os demais países ficariam à margem, não passando de “zonas de transição” ou “regiões de abandono”. Em algumas regiões do globo terrestre haveria uma regressão, numa “nova Idade Média”, com aumento das taxas de mortalidade, epidemias devastadoras, fome e enfrentamento tribais.³⁹

A “nova Idade Média” atingiria também o ex-bloco soviético. A desagregação nacional e o tribalismo predatório e caótico também lá se fazia presente. E Alains Minc faz uma curiosa comparação: “Se a Rússia conseguir algum dia trocar seu caos por uma desordem como a do Brasil, terá ganho a partida.”⁴⁰

Com esta “nova” fase da humanidade, a estabilidade teria terminado. E de forma chocada a sociedade perceberia que:

³⁷ MINC, 1994, p. 6-7.

³⁸ MINC, 1994, p. 7.

³⁹ MINC, 1994, p. 46-47.

⁴⁰ MINC, 1994, p. 41.

de repente, tudo se inverte: espaços imensos voltam ao estado de natureza; as máfias não parecem mais um arcaísmo em vias de extinção, e sim, uma forma social em plena expansão; uma parte das cidades escapa à autoridade do Estado e mergulha numa inquietante extraterritorialidade; milhões de cidadãos, no coração das cidades mais ricas e mais sofisticadas, cambaleiam na sombra e na exclusão: novos bandos armados, novos saqueadores, nova terra incógnita.⁴¹

Na avaliação de Minc apenas uma pequena parte do mundo obedece ao princípio da ordem, com as “zonas cinzentas” crescendo diariamente na África, em grande parte do território russo, se infiltrando no Oriente Médio e na China. Inclusive na América do Sul, “onde regiões inteiras estão sob o domínio dos imperadores da cocaína e outros traficantes.”⁴²

Alain Minc, como francês, faz um apelo para a “necessidade de ordem”, com uma completa reforma das instituições internacionais, que poderia ocorrer sob a égide da França. Para ele, seria necessário um Estado-nação que:

Seja capaz de investir contra as estruturas que progressivamente se lhe desgarram. Em nome desse mesmo dever, a França talvez esteja em melhor condição do que outros para propor uma cruzada internacional contra a “Máfia Incorporada”. Ela tem, em particular, territórios a proteger, e até mesmo reconquistar. No que toca à segurança pública, trata-se de um combate mais decisivo do que a extensão dos controles de identidade. Será preciso, amanhã. Uma política financeira internacional, dotada de meios de controle sobre os bancos e as organizações financeiras.⁴³

⁴¹ MINC, 1994, p. 55.

⁴² MINC, 1994, p. 56.

⁴³ MINC, 1994, p. 196.

Ele argumenta que esta iniciativa poderia partir de qualquer um dos grandes e importantes atores do cenário internacional.

Mas a França, que se especializou em propor esquemas de organização mundial, estaria no seu papel, avançando neste terreno [...] A França possui, de longa data, dias vantagens comparativas no jogo internacional: sua condição de potência nuclear e um direito à imaginação política que ninguém contesta.⁴⁴

Ao referir-se ao final do século XX como uma nova Idade Média Alain Minc sofreu inúmeras críticas. Alguém chamou a atenção que este “medievalismo” surgia sem o amálgama de uma fé universal.⁴⁵ A crítica mais importante e incisiva veio de um medievalista, conterrâneo seu, Georges Duby, para quem “as comparações entre épocas separadas por tantos séculos não têm praticamente nenhum valor”, alertando que “a concepção tida, em geral, da Idade Média é falsa.”

Alain Minc, em particular, apresentou uma Idade Média tenebrosa, obscura, obscurantista e incorreta. É verdade que há privatização do poder em nossa civilização europeia, com a apropriação do público por indivíduos e grupos; são formas bastante comparáveis às do período medieval, na França rural dos séculos XI, XII e XIII. Os bandos privados metem a mão sobre o poder em benefício próprio. A analogia é justificada, mas, em compensação, existem imensas diferenças, como no que concerne às mulheres. A condição feminina atual releva de uma autonomia inimaginável antes.⁴⁶

Em outros textos Alain Minc não retoma o conceito de uma

⁴⁴ MINC, 1994, p. 197.

⁴⁵ ALVES, J. A. Lindgren. 1995: os Direitos Humanos em “sursis”. *Lua Nova*, n° 35, 1995, p. 163.

⁴⁶ DUBY, Georges. Entrevista. SILVA, Juremir Machado da. *Visões de uma certa Europa*. Porto Alegre: EDIPUCTS, 1998, p. 34.

“nova Idade Média”, mas analisa a composição geopolítica mundial e o papel de alguns dos atores mais proeminentes.

Para Alain Minc, os Estados Unidos deixaram de ser um país Ocidental, para ser um país mundial. Mas seria o unilateralismo/multilateralismo “a expressão de um debate político temporário ou é uma mudança de longo prazo?” Neste sentido, ele aposta que “a nova América será, ao mesmo tempo isolacionista e unilateralista”, sem que esse posicionamento seja contraditório: “se sou um país mundial, o mundo é uma província minha”. Porém as ambições políticas americanas são “contraditórias com os meios financeiros de que os EUA dispõem”, uma vez que “com tamanhos déficits orçamental e externo, uma estratégia imperialista não é sustentável.”⁴⁷

Do ponto de vista estratégico, os laços entre Estados Unidos e Europa estão se tornando cada vez mais fracos. Mesmo que “a Europa esteja grata aos Estados Unidos por terem ganho a Guerra Fria, não é certo que a relação se mantenha tão forte como na geração anterior”. Do ponto de vista econômico, “os laços manter-se-ão fortes”, dado o compromisso europeu com o “estilo capitalista anglo-saxônico”. Entretanto, eventuais desacordos “podem parecer mais significativos no que se refere à agricultura, cultura, ferro ou bananas”. A disputa entre o dólar e o euro não constituirá uma relação conflituosa, pois ambas as partes se beneficiam com “um sistema monetário estável e sólido”. Diante da “crescente competição com a China, a Índia e outros novos atores”, haverá tendência para a aproximação entre Estados Unidos e Europa, uma vez que os “nossos mercados domésticos são os alvos principais dos novos intervenientes.”⁴⁸

Alain Minc prevê quatro cenários possíveis no relacionamento transatlântico, entre Estados Unidos e Europa: i) um “atlantismo mí-

⁴⁷ MINC, Alain. Cenários para o futuro das relações EUA-Europa. *Newsletter Fundação Calouste Gulbenkian*. Lisboa, n° 48, nov./dez. 2003, p. 11.

⁴⁸ MINC, 2003, p. 11.

nimo” em que os Estados Unidos adotam o multilateralismo para enfrentar ameaças mundiais e a Europa permanece unificada e mantém a aliança atlântica; ii) um “divórcio rude” em que a ausência de uma preocupação mundial faz com que não haja motivo para uma parceria; iii) uma “dominação imperialista” em que os novos Estados Unidos exercem um poder dominante; iv) um “forte atlantismo” que supõem um novo inimigo ou uma crise dramática.⁴⁹

Não existem mais inimigos internacionais: “o terrorismo é um ‘bode expiatório’ comum, mas não é uma ameaça suficientemente poderosa para cimentar uma aliança de longo prazo”. Por outro lado, ele questiona: “será que a ameaça chinesa poderia servir de substituta para a hostilidade russa e contribuir para manter os Estados Unidos e o Japão aliados?”⁵⁰

Em outra de suas obras, *As vantagens da globalização*, ele diz que “mundialização, globalização, internacionalização”, são simplesmente nomes codificados para a nova lei da gravitação econômica, ou seja, para o “rei mercado”. No entendimento de muitos, “o mercado não é um estado de cultura da sociedade, a escolha de um sistema entre outros; ele é um estado natural.”⁵¹ Na sua avaliação, os mercados financeiros passaram a avaliar os Estados da mesma forma que as Bolsas avaliam as empresas. Esta avaliação é feita a partir de uma tabela de leitura com diversos parâmetros: “endividamento, evolução dos déficits públicos, nível de inflação, crescimento e desemprego.”⁵²

Alain Minc afirma que o progresso do comércio mundial é o principal motor do crescimento. No entanto, o futuro é incerto, pois “dois fenômenos do livre-cambismo se desenvolvem paralelamente e podem se reforçar mutuamente ou se neutralizar parcialmente”: i) a

⁴⁹ MINC, 2003, p. 11.

⁵⁰ MINC, 1994, p. 11.

⁵¹ MINC, Alain. *As vantagens da globalização*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999, p. 10.

⁵² MINC, 1999, p. 12.

tendência à formação de grandes blocos regionais: “A União Europeia, como um amante, atrai para a sua zona de livre comércio o Leste da Europa, a Rússia ocidental, os países dos Balcãs, a Turquia e, inclusive, o Magreb.”⁵³ Da mesma forma, na América, na Ásia, surgem blocos regionais econômicos; ii) a liberalização das trocas em escala mundial: setores inteiros, até então atrasados, estão sofrendo uma reviravolta. Redução de subsídios e de tarifas tem acontecido sem interrupção.

Esta evolução do comércio, representada pelo impulso regional e mundial faz da globalização uma certeza. No entanto, “a vitória do mercado mundial sobre os grandes mercados regionais ainda não foi conseguida.” Mesmo que os protecionismos tenham perdido legitimidade política, Alain Minc lamenta que na mente de alguns “retrogradados” a tentação protecionista para as fronteiras de um conjunto regional ainda se faz presente.⁵⁴

De qualquer forma, “a economia converteu-se em senhor absoluto do mundo, com a globalização.” Por outro lado, “é uma visão utópica imaginar que ela assegure a paz, a prosperidade e a estabilidade das relações internacionais.”⁵⁵

A globalização, segundo Minc, corre alguns riscos: i) existiria uma “linha vermelha” na Eurásia, onde uma série de possíveis conflitos poderiam acontecer, fazendo com que a economia voltasse a ocupar um lugar secundário diante da geopolítica tradicional; ii) a perda da legitimidade, devido ao crescimento das desigualdades internacionais. Para o autor, os “fabricantes de ideologias” ainda estão presos ao mito do progresso técnico, não podendo responsabilizá-los pelas desigualdades; “assim eles acham mais cômodo atribuir a culpa à globalização. Esta teria o papel de bode expiatório”; iii) a oposição entre a sua uniformidade aparente e a crescente busca por uma identidade. Assim, a

⁵³ MINC, 1999, p. 17.

⁵⁴ MINC, 1999, p. 22.

⁵⁵ MINC, 1999, p. 28.

globalização não é contestada no campo da economia, mas sim no da política e é transformada no bode expiatório das injustiças e matanças, com as quais ela teria apenas uma débil relação.⁵⁶

Em relação à globalização, Alain Minc sugere a importância de compreender-se o fenômeno e a dicotomia entre padronização e autenticidade. Para ele, a globalização teve sucesso, uma vez que apesar de onipresente, ela é inatingível. É uma realidade ao mesmo tempo que não passa de uma ideia. Isto é uma contradição sem precedentes, porque então as sociedades se rebelaram contra um poder, um regime ou uma classe dominante e nunca contra um conceito. Essa é a profunda estranheza da situação: quanto menos a globalização se manifestar de maneira tangível, mais ela polarizará as angústias e as inquietudes, reforçando o desejo de proteção e, portanto, o desejo de identidade.⁵⁷

Na realidade, Alain Minc está mais preocupado com os destinos da França: “em cada etapa da abertura das fronteiras e da marcha para a globalização, o imperativo de produtividade é imposto à economia francesa. O mercado comum fez a indústria mergulhar nas águas frias da concorrência.”⁵⁸

Em sua concepção, “a França ainda não entendeu a dinâmica de uma competição global, não entre empresas, mas entre sistemas econômicos: ela não consegue avaliar sua amplitude, suas modalidades, suas exigências.”⁵⁹ E isso acabaria por ter consequências desastrosas para o país.

O acordo social do pós-Segunda Guerra mundial, do qual os franceses se orgulham, acabou punindo os mais necessitados, gerando desemprego e protegendo-os dos ricos menos do que protege a classe média. “Nem globalização, nem o aumento da competição internacio-

⁵⁶ MINC, 1999, p. 22-37.

⁵⁷ MINC, 1994, p. 24.

⁵⁸ MINC, 1999, p. 62.

⁵⁹ MINC, 1999, p. 67.

nal são culpados por este estado de coisas. Eles servem, confortavelmente, de alibi para uma França que não ousa reconhecer que fez uma escolha egoísta em favor da classe média, contra os excluídos.”⁶⁰

Os vizinhos da França, “menos marcados pela herança Estado Nacional” sabem, há muito tempo, que o interesse geral pode existir fora do poder público, que ele não identifica com um mercado puro e perfeito destinado a dominar, paulatinamente, todo o jogo social e que pode se manifestar de diversas formas.⁶¹

Para Minc, a França vai ter que se decidir sobre qual caminho seguir diante da globalização. “A França está entre o arcaísmo e a modernidade, entre o afastamento impossível e a globalização vantajosa. Ela está na metade do caminho, mas voltar atrás não está fora de cogitação.”⁶²

Ao finalizar seu livro *As vantagens da globalização*, Alain Minc, à guisa de conclusão, apresenta uma carta aberta ao primeiro-ministro de seu país, onde aponta a necessidade de a França inserir-se completamente no processo de globalização.

Na avaliação de Alain Minc, “a França tem em suas mãos todas as cartas que lhe permitiriam ter uma globalização bem sucedida.” E conclui o livro questionando: “Seremos sempre os bons alunos envergonhados da modernidade?” Para nosso autor, isso não seria suficiente. Como ele mesmo afirma: “A França merece mais.”⁶³

⁶⁰ MINC, 1999, p. 71.

⁶¹ MINC, 1999, p. 82.

⁶² MINC, 1999, p. 179.

⁶³ MINC, 1999, p. 207.

Encerrando a conversa

NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX O ESTADO era o ator privilegiado das relações internacionais. Desta forma, os agentes políticos atuavam pelo ou para o Estado. Suas ações e práticas, na tomada de decisões que envolviam a política internacional, evidenciavam concepções geopolíticas que visavam, justamente, fortalecer o Estado Nacional. Essas concepções eram decorrentes das ideias que estavam sendo difundidas por aqueles que são considerados os sistematizadores do conhecimento geopolítico que, por sua vez, também eram Homens de Estado. Cada um daqueles teóricos clássicos – Friedrich Ratzel, Alfred Tyler Mahan, Halford Mackinder, Rudolf Kjellén e Paul Vidal de la Blache – empreendeu seu esforço intelectual para fortalecer o “seu” Estado Nacional, para que o mesmo ocupasse uma posição proeminente no sistema internacional.

Vamos perceber que conceitos e ideias desenvolvidas por eles vão estar presentes nas ações empreendidas pelos “Homens” de Estado. A

expansão das fronteiras, a consolidação do território, a preocupação com o fortalecimento dos mecanismos de defesa nacional, a busca de prestígio internacional, onde muitas vezes vai estar presente “um projeto” de hegemonia, tem que ser vistas como resultado da forma como estes pensadores faziam sua “leitura do mundo”.

Uma “segunda geração” de pensadores vai dar continuidade aos postulados dos sistematizadores da geopolítica. Como faceta negativa, vamos ver que no período do entre-guerras as concepções geopolíticas vão ser assumidas pelo regime nazista de uma forma absolutamente exacerbada. Pelo fato de ter legitimado o expansionismo nazista – com sua concepção de espaço vital – a geopolítica acabou estigmatizada como “ciência maldita”.

Passada a tempestade catastrófica que foi a Segunda Guerra mundial, embora relegada a um segundo plano no meio acadêmico, a geopolítica continuou servindo de ferramenta para os responsáveis pela elaboração, principalmente, da política externa dos seus países. Desta forma, no cenário internacional demarcado pela Guerra Fria, a maioria dos países definiu o “inimigo” contra quem lutar a partir de projetos geopolíticos.

Com a crise do socialismo real e o esfacelamento da União Soviética, o conseqüente amainamento da Guerra Fria fez com que a geopolítica ligado ao espaço territorial e às estratégias de ação dos Estados, como forma de expandir o território nacional ou defender as fronteiras, entrasse em crise.

A morte da geopolítica chegou a ser anunciada. Mas eis que, como Fênix, ela ressurgue das cinzas, agora não mais com o seu componente bélico-agressivo, em que a guerra sempre era uma possibilidade. A geopolítica clássica sempre privilegiou o espaço físico como determinante na elaboração de estratégias para conquistar e manter o poder. Com o fenômeno da globalização e o desenvolvimento das tecnologias informacionais, surge um novo conceito de espaço – o es-

paço virtual – que passa a ser considerado no momento de se pensar a geopolítica.

Com a incorporação de novos elementos na concepção do que é entendido como geopolítica, com a ampliação do seu conceito, onde existem outras preocupações além da política de segurança do Estado, é possível perceber que as novas geopolíticas possuem um leque de abordagem muito maior, que vai muito além do paradigma estatal.

Inúmeros pensadores, ao analisar o mundo atual, tem identificado problemas e até apontado soluções, numa gama de variação enorme.

Com o fim da Guerra Fria e da rivalidade bipolar, sinteticamente, no presente momento é possível traçar o seguinte quadro, a respeito dos posicionamentos decorrentes das “novas geopolíticas”.

Uma **geopolítica radical**, que além de ter contribuído em muito para a sua “ressurreição” no meio acadêmico, trouxe para “ordem do dia” questões que foram desprezadas pela geografia clássica, como a questão do subdesenvolvimento.

A **geoeconomia** e as consequentes disputas econômicas é, para muitos, o fundamental elemento geopolítico. Os conflitos econômicos estariam ocupando uma posição primordial no cenário internacional, em detrimento dos conflitos bélicos. O Estado deixou de ser o ator principal e as grandes conglomerações econômicas acabam assumindo o papel que era seu, no sentido de estabelecer as linhas de ações fundamentais.

Com o fim da Guerra Fria, a disputa entre capitalismo e socialismo revelou que o primeiro foi o vencedor. A partir de então “a roda da História parou de girar”. A democracia liberal se apresenta como aquela capaz de gerir os destinos da humanidade. Assim sendo, como ela não tem mais adversários à altura, chegamos ao **Fim da História**.

Os conflitos que existirão de agora em diante não serão políticos e/ou econômicos. Serão conflitos culturais. O cenário internacional será marcado pelo **Choque de civilizações**. As guerras continuarão a

existir, mas as motivações não serão decorrentes da pergunta “de que lado você está?”, mas sim de uma outra pergunta muito mais fundamental: “quem você é?”

O cenário internacional se encontra numa total “desordem mundial”, caracterizado por uma **geopolítica do caos**. Esta “desordem” tem atrapalhado o mercado e a sociedade civil como um todo. É necessário reestabelecer o papel do Estado, para que ele possa regulamentar as ações do próprio mercado.

Para encerrar, é possível perceber que, como todas as ciências que possuem um enfoque social e humano, a geopolítica é um campo de conhecimento que se encontra em permanente construção. Por isso, com as transformações pelas quais está passando a humanidade, ela incorporou novos objetos em sua análise, que dão uma nova dimensão na relação “espaço x poder”.

“Espaço x poder”: a relação que sempre norteou a geopolítica. Hoje temos uma nova dimensão de espaço: o espaço digital ou “espaço cibernético”, que é entendido como o conjunto de tecnologias atreladas à rede mundial de computadores, bem como todas as coisas que são controladas por esses equipamentos. Este “novo” espaço tomou conta da vida da sociedade e dos seres humanos, e já é objeto de desavenças entre pessoas e litígios entre Estados.

Portanto, qualquer projeção de poder que se projete, visando o controle, dentro do espaço cibernético, seja por Estados ou outros atores, desenha uma relação que se enquadra dentro da chamada Nova Geopolítica. Cabe destaque que neste caso a busca por mais espaço não é o principal fator de disputas, mas sim a busca e o controle das informações.

Nos últimos anos surgiram numerosos atores não estatais, supranacionais, transnacionais, subnacionais e, inclusive, a nível de seres humanos, que estão presentes e atuam na sociedade mundial e, em alguns casos, desempenham um papel mais decisivo que os próprios Estados.

De qualquer forma, em que pese o surgimento de outros atores, sob o prisma da geopolítica, embora o Estado não seja mais o ator principal, sua dimensão continua importante no sistema das relações internacionais. Mesmo aqueles que advogam um “Estado mínimo” exigem que o Estado atue como agente regulador.

O ano de 2020 veio trazer um novo componente nada desprezível na formulação de qualquer geopolítica: o covid-19. Este novo coronavírus chegou desrespeitando ideologias, fronteiras e toda organização estatal ou paraestatal. Diante da pandemia que assola o mundo todo, certamente, as consequências funestas serão infinitamente menores onde o Estado for mais eficiente e presente na vida social.

Referências

FONTES

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Out of Control: Global Turmoil on the Eve of the 21st century*. New York: Mcmillan Publishing Company, 1993.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest*. New York: Atlantic Monthly Press, 1986.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *O grande fracasso- o nascimento e morte do comunismo no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1989.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism*. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Soviet Bloc: Unity and Conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Entre duas eras. América: Laboratório do mundo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

BRZEZINSKI, Zbigniew; WASSERMAN, Paul. *Why the World Needs*

a Trump Doctrine. In: <https://www.nytimes.com/2017/02/20/>

FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados – Governo e organização no século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

FUKUYAMA, Francis. Entrevista. *Veja*, São Paulo, edição 1880, 17 de novembro de 2004.

FUKUYAMA, Francis. O debate sobre “Será o fim da História?” *Diálogo*, Rio de Janeiro, v. 23, n° 4, p. 8-13, 1990.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*. Washington, n° 16, p. 3-18, october 1989.

HAUSHOFER, Karl. Poder y Espacio. In: RATTENBACH, Augusto B. (Comp.). *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar 1985 [1941], p. 85-95.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: USP, 1975.

HUNTINGTON, Samuel P. Choque de Civilizações? *Política Externa*. São Paulo, v. 2, n° 4, p. 120-141, mar. 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. The bases of accommodation. *Foreign Affairs*, 64, p. 642-656, july 1968.

HUNTINGTON, Samuel P. The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, 72(3), p. 22-49, summer 1993.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

HUNTINGTON, Samuel. Civilizações ou o que? Paradigmas do mundo pós-guerra fria. *Política Externa*, São Paulo, v. 2, n° 4, p. 169-178, mar. 1994.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KENNEDY, Paul. *El Parlamento de la humanidad: la historia de las Naciones Unidas*. Madrid: Debate, 2007.

KENNEDY, Paul. *Engenheiros da vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KENNEDY, Paul. The Greatest Superpower Ever. *New Perspectives Quarterly*, v. 19, n° 2, p. 8-18, 2002.

KENNEDY, Paulo. A História do futuro: para entender o século XXI. In: *Seminário Internacional Fronteiras do Pensamento*. Porto Alegre, 21 de março de 2007.

KJELLEN, Rudolf. Autarquia. In: RATTENBACH, Augusto B. (comp.). *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: PLEAMAR, 1985, p. 55-65.

KJELLÉN, Rudolf. Studier öfver Sveriges politiska gränser. *Ymer*, n° 19, 1899, p. 283-424.

LACOSTE, Yves. (Org). *Ler Braudel*. Campinas, Papirus, 1989.

LACOSTE, Yves. *A Geografia*. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas, Papirus, 1988 [1976].

LACOSTE, Yves. Del razonamiento geográfico, táctico y estratégico al razonamiento geopolítico: los comienzos de *Hérodote*. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 2, núm. 2, p. 339-342, 2011.

LACOSTE, Yves. *Dicionário de geografia: geopolítica das paisagens*. Lisboa: Editorial Teorema, 2005.

LACOSTE, Yves. Editorial. D'autres géopolitiques. *Hérodote: idéologie, géographie, stratégie*, n° 25, p. 3-5, mai-jui, 1982.

LACOSTE, Yves. Editorial. *Hérodote: revue de géographie et de géopolitique*, n° 28, p. 3-5, 1^{er} trimestre 1983.

LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: DIFEL,

1982 [1965].

LACOSTE, Yves. La géographie, la géopolitique et le raisonnement géographique. *Hérodote*: revue de géographie et de géopolitique, n°130, p. 17-42, 3^{er} trimestre 2008.

LACOSTE, Yves. Les bombardements de digues sont délibérés. *Le Monde*, Paris, 16 ago. 1972.

LACOSTE, Yves. *Os países subdesenvolvidos*. São Paulo: DIFEL, 1975 [1959].

LACOSTE, Yves. Por uma abordagem geopolítica do inglês. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAM, Kanavillil (Org). *Geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Eleitora, 2005, p. 7-11.

LACOSTE, Yves; FOUCHER, Michel; GIBLIN, Béatrice. Hérodote a dix ans. *Hérodote*: revue de geographie et de geopolitique , n° 40, p. 3, 1^{er} trimestre 1986

LUTTWAK, Edward. *Estratégia: a lógica da guerra e da paz*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

LUTTWAK, Edward. EUA bombardeiam se Irã não desistir da bomba. In: <http://nelsonfrancojobim.blogspot.com/2006/11>

LUTTWAK, Edward. From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce. *The National Interest*. Washington, n° 20, p. 17-23, July 1990.

LUTTWAK, Edward. *The Grand Strategy of the Roman Empire: From the First Century AD to the Third*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.

LUTTWAK, Edward. *The Rise of China vs. The Logic of Strategy*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2012.

LUTTWAK, Edward. *Turbo capitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

MACKINDER, Halford J. O Mundo Redondo e a Conquista da Paz. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro. Ano XII, n° 118, p. 80-84, jan./fev. 1954 [1943].

MACKINDER, Halford J. O pivot geográfico da História. *GEOSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n° 29, p. 87-100, 2011 [1904].

- MACKINDER, Halford. *Democratic ideals na reality: a study in the politics of reconstruction*. New York: NDU Press defense classic ed., 1962 [1919].
- MAHAN, Alfred T. *Retrospect & Prospect.: studies in International Naval and Political*. London: Sampson Low, Marston & Company, 1902.
- MAHAN, Alfred T. *Sea Power in its relations to the War of 1812*. London: Sampson Low, Marston & Company, 1905.
- MAHAN, Alfred T. *The Influence of sea power upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1890.
- MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire 1793-1812*.
- MAHAN, Alfred T. *The Interest of America in International Conditions*. Boston: Little Brown, 1910.
- MAHAN, Alfred T. *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*. Boston: Little, Brown and Company, 1897.
- MINC, Alain. *A nova Idade Média*. São Paulo: Ática, 1994.
- MINC, Alain. *As vantagens da globalização*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- MINC, Alain. Cenários para o futuro das relações EUA-Europa. *Newsletter Fundação Calouste Gulbenkian*. Lisboa, nº 48, nov./dez. 2003.
- MINC, Alain. Todo el mundo baja. *El País*, 03 feb 1984. <https://elpais.com/diario/1984/02/03/economia>.
- NAISBITT, John. Entrevista. *Revista Época*, São Paulo, edição nº 477, 06 de julho de 2007a.
- NAISBITT, John. Entrevista. *Revista Negócios*, São Paulo, edição nº 5, julho de 2007b.
- NAISBITT, John. *Megatendências: as dez grandes transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.
- NAISBITT, John. *Megatrends 2000*. São Paulo: Amaná-Key, 1990.
- NAISBITT, John. *O líder do futuro: 11 conceitos essenciais para ter clareza num mundo confuso e se antecipar às novas tendências*. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.

NAISBITT, John. *Paradoxo global*: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

NAISBITT, John; NAISBITT, Doris. *China's Megatrends*. The 8 pillars of a new society. New York: HarperCollins Publishers Inc, 2009.

NAISBITT, John; NAISBITT, Doris. *Mudança no Jogo Global*: como a faixa sul irá transformar o mundo. Lisboa: Gradiva, 2016.

OHMAE, Keniche. *O continente invisível*: quatro estratégias definitivas para atuar na era das empresas sem fronteiras. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

OHMAE, Kenichi. *O Estrategista em ação*: a arte japonesa de negociar. São Paulo: Pioneira, 1985.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado nação*: ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OHMAE, Kenichi. *O mundo sem fronteiras*: poder e estratégia em uma economia global. São Paulo: Makron, McGraw Hill, 1991.

OHMAE, Kenichi. *Triad Power*: the coming shape of global competition. New York: Free Press, 1985.

OHMAE, Kennechi. Entrevista. *Pequenas empresas & grandes negócios*, nº 293, junho 2013.

RAMONET, Ignacio. El quinto poder. *Los Verdes*, Andalucia, 01 de octubre de 2003.

RAMONET, Ignácio. Entrevista. *Quarto Poder*, Madrid, 9 de agosto de 2020. <https://www.cuartopoder.es/ideas/2020/08/09>

RAMONET, Ignácio. Entrevista. *Quarto Poder*, Madrid, 9 de agosto de 2020. <https://www.cuartopoder.es/ideas/2020/08/09>.

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica del Caos*. Madrid: Editorial Debate, 1999.

RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RAMONET, Ignacio. Potência sem limites? *El País*, 04 set. 2002. <https://elpais.com/diario/2002/09/04/internacional>.

RAMONET, Ignácio. Um novo estado do mundo. *Le Monde diploma-*

tique. <https://diplomatie.org.br/um-novo-estado-do-mundo>. Set. de 2006.

RAMONET, Ignácio; CRESC, Alain (Org.). *A desordem das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1996.

RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990 [1896], p. 175-192.

RATZEL, Friedrich. As Raças Humanas. In: MORAES, MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990 [1888], p. 108-150.

RATZEL, Friedrich. El Territorio, la Sociedad y el Estado. *Geosur*, Montevideo, Año XV, nº 161/162, p. 03-15, sep./oct. 1993 [1899].

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990 [1882], p. 32-107.

RATZEL, Friedrich. *La géographie politique*. Paris: Fayard, 1987 [1897].

RATZEL, Friedrich. *Las raças humanas*. Barcelona: Montaner y Simon, 1906 [1888].

RATZEL, Friedrich. Ubicación y espacio. In: RATTENBACH, Augusto B. (Comp.) *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985, p. 15-52.

SEVERSKY, Alexander O. *A vitória pela Força Aérea*. São Paulo: Belo Horizonte: Itatiaia, 1988 [1942].

SEVERSKY, Alexander P. *America: Too Young to Die!* New York: McGraw-Hill, 1961.

SEVERSKY, Alexander. *Air power: key to servival*. New York: Simon and Schuster, 1950.

SPYKMAN, Nicholas. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1942

SPYKMAN, Nicholas. Las dos Américas. In: RATTENBACH, Augusto (Comp.). *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1975, p. 161-190.

SPYKMAN, Nicholas. Política de poder y la guerra. *Geopolítica: hacia una doctrina nacional*. Buenos Aires, Año VI, nº 17, p. 13-21, mar. 1980.

THROW, Lester. *A sociedade do Soma Zero*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

THUROW, Lester. A Chinese Century? Maybe It's the Next One. *The New York Times*, 19 aug. 2007.

THUROW, Lester. *A Construção da Riqueza*. As novas regras para indivíduos, empresas e nações numa economia baseada no conhecimento. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

THUROW, Lester. *Cabeça à cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

THUROW, Lester. Entrevista. *Revista Isto É*. 15 de maio de 2002.

THUROW, Lester. Entrevista. *Revista Veja*, 24 de novembro de 1993.

THUROW, Lester. *Fortune Favors the Bold: What We Must do to Build a New and Lasting Global Prosperity*. New York: HarperCollins Publishers, 2003.

THUROW, Lester. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. A evolução da população na Alsácia-Lorena e nos departamentos limítrofes. In: HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1916], p. 287-313.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. A renovação da vida regional. In: HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1917], p. 315-333.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectiva da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982 [1913], p. 37-47.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As divisões fundamentais do território francês. In: HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1888], p. 203-212.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As regiões francesas. In: HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1910], p. 245-275.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Estados e nações da Europa em torno da França. In: HAESBAERT, Rogério. PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1889], p. 363-388.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France de l'Est*. Paris: La Découverte, 1994 [1917].

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. O contestado Franco-Brasileiro. In: HAESBAERT, Rogério. PEREIRA et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1898], p. 421-424.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Prefácio ao Atlas Geral: História e Geografia. In: HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1894], p. 41-46.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1954 [1922].

VIDAL DE LA BLACHE. A Geografia Política: a propósito dos escritos do sr. Friedrich Ratzel. In: HAESBAERT, Rogério. PEREIRA et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012 [1898], p. 401-420.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A Geopolítica da dependência como estratégia brasileira da inserção no Sistema Internacional. In: PENNA-FORTE, Charles; LUIGI, Ricardo. *Perspectivas Geopolíticas: uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2010.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. *Uma breve história da geopolítica*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *O poder marítimo sob o ponto de vista estratégico entre 1540 e 1945: uma comparação entre as concepções de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Herbert William Richmond (1871-1946)*. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de mestrado em História), 2009.

ALVES, J. A. Lindgren. 1995: os Direitos Humanos em “sursis”. *Lua Nova*, nº 35, p. 149-165, 1995.

ANCEL, Jacques. Geopolítica de fronteiras. In: CASTAGNIN, Daniel (Copm.) *Poder global y geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1984, p. 85-160.

ANDERSON, Perry. *O Fim da História – de Hegel à Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as Nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986.

ASSEF, Alberto E. *Proyección Continental de la Argentina: de la Geohistoria a la Geopolítica Nacional*. Buenos Aires: Pleamar, 1979.

ATENCIO, Jorge E. *Que es la geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1965.

AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a serviço da política. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 21, p. 42-67, out. 1955.

BACKHEUSER, Everardo. A geopolítica geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

BACKHEUSER, Everardo. A política e a geopolítica, segundo Kjellén. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, ano X, nº 110, p. 534-539, set./out. 1952.

BACKHEUSER, Everardo. Geopolítica e geografia política, *Revista Brasileira de Geografia*. São Paulo, V. 4, nº 1, p. 3-18, 1942.

BACKHEUSER, Everardo. Leis geopolíticas da evolução dos Estados. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, ano VIII, nº 88, p. 419-430, jul. 1950.

BACKHEUSER, Everardo. Rio-Branco, geógrafo e geopolítico. *Revista da sociedade de geografia*. Rio de Janeiro, t. 52, p. 5-29, 1945.

BALDOMIR, Horacio. Geopolítica y política internacional. In: LAVIÑA, Felix. *Manual de Política Internacional Contemporânea*. Montevídeu: Depalma, s/d.

BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da geopolítica. *Revista brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, nº 50, t. 2, p. 99-125, 1988.

BECKER, Jean-Jacques. Vidal de la Blache, Paul, La France de l'Est (Lorraine-Alsace). *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, nº48, p. 175-176, oct./déc. 1995.

BERDOULAY, Vicent. Vidal de La Blache: perspectiva del posibilismo geopolítico. *Geosur*. Montevideo, año IX, nº 93-94, p. 3-17, ene./feb. 1988.

BRAGA, Sandra Rodrigues. Sentos, Consensos e Dissensos: itinerários geopolíticos de Ratzel a Lacoste. *Revista de Geopolítica*, v. 2, nº 1, p. 146-163, jan./jun. 2011.

CAIRO CAROU, Heriberto. Discurso político o metodo de analisis: algunos problemas de definicion de la geopolitica. *Geo-sur*, Montevideo, Año XVI, nº 173/174, p. 3-15, set./oct. 1993.

CAIRO CAROU, Heriberto. La Geopolitica como "ciencia del Estado": el mundo del general Haushofer. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 3, num. 2, p. 337-345, 1911.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Mahan: sua época e suas ideias. *Política e Estratégia*. São Paulo, V. IV, nº 1, p. 54-103, jan./mar. 1986.

CAMPOS, Rui Ribeiro. Breve análise da obra "A França de Leste" de Paul Vidal de La Blache. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro, Ano 16, nº. 25, v.2, p. 172-208, 2º sem. 2014.

CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Theresinha de. Geografia política e geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 133, p. 383-301, jul/ago. 1956.

CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona, nº 25, abril de 1997;

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957. 2 vols.

CASTRO, Theresinha de. Geopolítica – geoestratégia: relações interna-

- cionais. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 705, p. 133-139, 1983.
- CASTRO, Therezinha de. Geopolítica: propósitos e teorias do poder. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 699, p. 63-78, jan./fev. 1982.
- CAUBET, Cristian G. A geopolítica como teoria das relações internacionais: uma avaliação crítica. *Sequência: estudos jurídicos e políticos*. Florianópolis, nº 8, p. 55-73, dez. 1983.
- CAUBET, Cristian G. Por uma (Nova?) epistemologia da Geopolítica. *Política e Estratégia*. São Paulo, vol. 2, nº 4, p. 628-647, out./dez. 1984.
- CÉLERIÉR, Pierre. *Geopolítica y geoestratégia*. Buenos Aires: Pleamar, 1983.
- CHAVES, Omar Emir. A ética e a Geopolítica: perspectivas. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 443, p. 13-20, fev. 1992.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Geopolítica, arma do Fascismo*. São Paulo: Global, 1981.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1827].
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Edusp, 1992.
- CROISAT, V. J. O mundo estável de Halford Mackinder (1ª parte). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 546, p. 159-164, jan. 1960.
- CROISAT, V. J. O mundo estável de Halford Mackinder (2ª parte). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 547, p. 125-130, fev. 1960.
- DEFARGES, Philippe Moreau. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradi-va, 2003.
- DUBY, Georges. Entrevista. SILVA, Juremir Machado da. *Visões de uma certa Europa*. Porto Alegre: EDIPUCTS, 1998.
- ESG - Escola Superior de Guerra. *Fundamentos doutrinários*. Rio de Janeiro, 1997.
- ESG - Escola Superior de Guerra. *Geopolítica*. Rio de Janeiro, LS17-77, 1977.

- FEBVRE, Lucien. *A terra e a evolução humana*. Introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos, 1991 [1922].
- FERNANDES, João Pedro Teixeira. A geopolítica clássica revisitada. *Nação e Defesa*, nº 105, p. 221-244, verão 2003.
- FETTWEIS, C. J. On Heartlands and Chessboards: Classical Geopolitics, Then and Now. *Orbis*, v.59, nº 2, p. 233-248, 2015.
- FIORI, José Luís. Nicholas Spykman e a América Latina. *Carta Maior*, 05 dez. 2007.
- GABAGLIA, F. A. Raja. A Geopolítica. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro, ano V, n] 54, p. 692-697, set. 1947.
- GARCÍA BALLESTEROS, Aurora. Vidal de la Blache en la crítica al neopositivismo en Geografía. *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*. Núm. 3, p. 25-39, 1983.
- GEORGE, Pierre et alii. *A Geografia Ativa*. São Paulo, DIFEL, 1980.
- GIBLIN, Béatrice. Géopolitique des régions françaises. *Herodete: revue de géographie et de géopolitique*, nº 40, p. 32-53, 1^{er} trimestre 1986,
- GIBLIN, Béatrice. Herodote et L'ecole Française de Geopolitique. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, p. 51-61, 2014.
- GICOVATE, Moisés. A geopolítica no estudo da Geografia e da História. *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, vol. VI, nº 17, p. 213-231, nov. 1945.
- GLASSNER, Martin Ira. *Political Geography*. New York: John Wiley & Sons. Inc, 1993.
- GOTTMANN, J. Doutrinas Geográficas na Política. *Boletim geo-gráfico*. Rio de Janeiro, Ano V, nº 54, p. 649-658, set. 1947.
- GUGLIAMELLI, Juan Enrique. Geopolítica en la Argentina. *Estrategia*, Buenos Aires, nº 46/47, p. 5-14, may./ago. 1977.
- HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1978.
- HAUSHOFER, Heinz. Geografia política y Geopolítica. *Geopolítica:*

hacia una doctrina nacional, Buenos Aires, nº 3/4, p. 11-15, mar./jun. 1976.

HEINSFELD, Adelar. A Geopolítica como elemento decisivo na formação territorial: um estudo a partir da imprensa do interior de Santa Catarina no início deste século. *Revista Roteiro*, Joaçaba, v. 17, nº 34, p. 47-60, jul./dez.1995.

HEINSFELD, Adelar. A influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 4, p. 115-134, 2013.

HEINSFELD, Adelar. *As fronteiras nacionais e a imprensa na República Velha*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

HEINSFELD, Adelar. O olhar da geopolítica sobre as fronteiras. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 3, nº 2, p. 105-114, dez. 2002.

HEINSFELD, Adelar. *Pensamento geopolítico*. Passo Fundo: Clio Livros, 2008.

HEPPLE, Leslie W. La restauracion de la Geopolítica. *Geosur*, Montevideo, año XIV, nº 153-154, ene./feb. 1993.

HERRERO FABREGAT, Clemente. El resurgimiento de la geopolítica: la Geopolítica Cibernética. *Revista de Geopolítica*, v. 4, nº 1, p. 15-35, jan./jun. 2013.

HUNTINGTON, Ellsworth. *Civilization and Climate*. New Haven: Yale University Press, 1915.

KELLY, Philip. La “Tierra Corazon” de Mackinder: el concepto aplicado a Sudamerica. *Geosur*, Montevideo, año XII, nº 131-132, p. 33-47, mar./abr. 1991.

KISS, George. Geografia política na Geopolítica: recentes tendências na Alemanha. *Revista brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, out./dez. 1942

KISS, George. Political Geography into geopolitics. *The geographical review*. New York, v. XXXII, nº 4, p. 632-642, out. 1942.

MAGNOLI, Demétrio. *O que é Geopolítica*. São Paulo: Brasiliense, 1986

MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis, nº 6, maio 2003.

MARÇAL, Heitor. As teorias geopolíticas. *Boletim Geográfico*, Rio de

Janeiro, v. 24, n° 185, p. 258-267, mar/abril 1965.

MARINI, Jose Felipe. *El conocimiento geopolítico*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1985.

MARTIN, André Roberto. Geopolítica e Ideologia na Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995.

MATTOS, Adriana. Brasil desperdiça crise, diz Lester Thurow. *Folha de São Paulo*, 11 de novembro de 2001.

MATTOS, Carlos de Meira. Fundamentos científicos da geopolítica e sua relação com a teoria de fronteiras. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ano VI, n° 16, p. 79-86, nov. 1990.

MATTOS, Carlos de Meira. Fundamentos, teorias e escolas geopolíticas. *Política e Estratégia*, São Paulo, V. II, n° 4, p. 560-575, out./dez. 1984.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma visão histórica e contemporânea da geopolítica brasileira. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n° 739, p. 27-37, set./out. 1988.

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona: Ediciones Omega, 1960.

MEANEY, Thomas. O Maquiavel de Maryland. *Piauí*, n° 115, abril 2016.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Ed. UFAM, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A Geopolítica do poder terrestre revisitada. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo, n° 34, p. 55-69, 1994.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hicitec, 1999.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, São Paulo, n° 4, p. 75-92, 1981.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

MOODIE, Arthur Edward. *Geografia e política*. Rio de Janeiro: Zahar,

1965

MORAES, Antonio Carlos Robert. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990, p. 7-29.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena História crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Ed. UnB; IPRI, 2003 [1948].

NICOLAS, Georges. Paul Vidal entre filosofia francesa y geografia alemana. *Geosur*. Montevideo, año IX, n° 93-94, p. 17-37, ene./feb. 1988.

Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical Geopolitics. The Politics of Writing Global Space*. London: Routledge, 1996.

Ó TUATHAIL, Gearóid.; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (org.). *The geopolitics reader*. Nova Iorque: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, Lucimar L. de. Propuestas de un nuevo concepto de geopolítica. *Geosur*. Montevideo, año X, n° 113-114, p. 19-27, set./oct. 1989.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic; ROBIC, Marie-Claire. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. *GEOgrafia*, ano IX, n° 18, p. 7-31, 2007.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993.

PEREIRA, Sergio Nunes. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT, Rogério et alii. *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012, p. 337-362.

PERTUSSIO, Roberto L. Geopolítica: su relación con la estrategia y el conflicto. *Revista de la Escuela de Inteligencia Nacional*. Buenos Aires, p. 168-172, segundo cuatrimestre de 1994.

PIMENTA, Angela. Minimizando o 11 de setembro. *Revista Exame*, 06 de setembro de 2011.

PORTELA, Lucas Soares. Geopolítica do espaço cibernético e o poder: o exercício da soberania por meio do controle. *Revista Brasileira de Estudos*

de Defesa, v. 5, n° 1, p. 141-165, jan./jun. 2018.

QUAGLIOTTI DE BELLIS, Bernardo. Reflexiones sobre la Geopolítica de Fin de Siglo. *Geosur*, Montevideo, Año XV, n° 169/170, p. 6-16, may./jun. 1994.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTENBACH, Augusto Benjamin (Comp.) *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985.

RIBEIRO, Guilherme. Mito e ciência nas interpretações sobre Paul Vidal de La Blache. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 7-21, mai./ago. 2014.

RIBEIRO, Guilherme. Território, império e nação: geopolítica em Paul Vidal de La Blache. *Revista da ANPEGE*. v. 6, p. 29-42, 2010.

RIO BRANCO, Raul do. *Reminiscência do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

RODRIGUEZ, Danilo Silva. *A influência de Mackinder sobre o pensamento estratégico norte-americano: Spykman e Brzezinski*. Rio de Janeiro: UFRJ (Monografia), 2018.

ROSIÈRE, Stéphane. Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 87-95.

SANGUIN, André-Louis. En relisant Ratzel. *Annales de Géographie*, Vol. 99, n° 555, p. 579-594, 1990.

SANZ, Pablo R. Geopolítica y defensa. *Revista de la Escuela de Inteligencia Nacional*. Buenos Aires, p. 189-194, segundo trimestre de 1994.

SARNO, Hugo Gaston. El pensamiento geopolítico y sus escuelas. *Geopolítica: hacia una doctrina nacional*. Buenos Aires, n° 61, p. 43-52, jun./ago. 1997.

SEMPLE, Ellen Churchil. *Influences of Geographic Environment – on the Basis of Ratzel's System of Anthropogeography*. New York: H. Holt, 1911.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia: geografia e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOREL, Louis. La Geopolítica: debates semánticos. *Geopolítica: hacia una doctrina nacional*. Buenos Aires, n° 63, p. 23-27, mar./mayo 1998.

STEUCKERS, Robert. Retorno e historia del concepto “Geopolítica”: el aporte de Yves Lacoste. *Geopolítica: hacia una doctrina nacional*. Buenos Aires, n° 63, p. 17-22, mar./mayo 1998.

STRAUSZ-HUPÉ, Robert. *Geopolítica: la lucha por el espacio y el poder*. México: Editorial Hermes, 1945.

TAMBS, Lewis. A influência da geopolítica na formação da política internacional e da estratégia das Grandes Potências. *Política e Estratégia*. São Paulo, vol. 1, n° 1, p. 73-104, jul./set. 1987.

TANHAM, George K. *Reviewed SEVERSKY, Alexander*. Air power: key to survival. New York: Simon and Schuster, 1950. (<http://calteches.library.caltech.edu/1132/1/books.pdf>)

THORNDIKE JR, Joseph J. Geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, Ano I, N° 6, p. 15-26, set. 1943.

TOSTA, Octavio. Mahan e o poder marítimo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, ano XLVII, n° 546, p. 135-139, jan. 1960.

TOSTA, Octavio. Teorias geopolíticas e poder mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n° 692, p. 71-104, nov./dez. 1980.

TOSTA, Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

TRIAS, Vivian. *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*. Montevideo: Ediciones El Sol, 1967.

VESENTINI, José Willian. *A Capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

VESENTINI, José Willian. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2003.

VESENTINI, José Willian. O apogeu e o declínio da geopolítica. *Revista do departamento de Geografia – USP*, São Paulo, n° 11, p. 19-28. 1997.

VICENS VIVES, J. *Tratado general de geopolítica*. El fator geográfico y el proceso histórico. 3ª ed. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1972.

WAIBEL, Leo. Determinismo geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital). *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, Ano XIX, n° 162, p. 612-617, mai./jun. 1961.

WEIGERT, Hans W. *Geopolítica: generales y geografos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

ZARUR, Jorge. Geopolítica: a luta por espaço e poder. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano IV, n° 4, p. 849-852, out./dez. 1942.

Índice onomástico

A

Albuquerque, Edu Silvestre, 15, 25
Alexandre VI (Papa), 30
Almeida, Francisco Eduardo Alves de, 54
Alves, J. A. Lindgren, 338
Ancel, Jacques, 99, 100
Anderson, Perry, 290
Andrade, Manuel Correia de, 26
Aristóteles, 30, 31
Aron, Raymond, 14, 19, 59
Assef, Alberto E., 21
Atencio, Jorge E., 27
Azevedo, Aroldo de, 20

B

Backheuser, Everardo, 15, 16, 17, 18, 26, 28, 72, 74, 77
Baldomir, Horacio, 76
Becker, Bertha, 28
Becker, Jean-Jacques, 96, 97
Bell, Daniel, 149
Bismarck, Otto von, 39, 67
Bodin, Jean, 31
Bolívar, Simon, 31
Bonaparte, Napoleão, 31, 56, 150
Bowman, Isaiah, 20
Braga, Sandra Rodrigues, 183
Brzezinski, Zbigniew, 107, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

Bush, George, 213, 222, 284, 293,
300

C

Cabaugh, F., 17

Cairo Carou, Heriberto, 15, 166

Caminha, João Carlos Gonçalves,
52, 56

Campos, Rui Ribeiro, 94

Capel, H., 41

Carter, Jimmy, 145, 305

Carvalho, Delgado de, 27, 30

Carvalho, Marcos B. de., 41

Castro, Josué de, 176, 177, 178

Castro, Therezinha de, 18, 27

Céliériér, Pierre, 33, 40, 77

Châtelet, François, 175

Chesneaux, Jean, 8

Chiavenato, Júlio José, 8, 15

Christofolletti, Antonio, 89

Clausewitz, Carl von, 214

Clinton, Bill, 191, 231

Coggiola, Osvaldo, 121

Costa, Wanderley Messias, 28, 44,
59, 67, 100, 110, 111, 119, 120

Cresc, Alain, 320

D

Dalby, Simon, 14, 15

Defarges, Philippe, 13, 120, 121

Deleuze, Gilles, 175

Dix, Arthur, 100

Dorpallen, Andreas, 110, 111

Duby, Georges, 338

E

Estrabão, 31

F

Febvre, Lucien, 92, 93, 98

Fernandes, João Pedro Teixeira, 15

Fettweis, Christopher, 60

Fiori, José Luís, 133

Foucault, Michel, 175

Foucher, Michel, 179, 180, 356

Fukuyama, Francis, 256, 283, 284,
285, 286, 287, 288, 289, 290, 291,
292, 293, 294, 295, 296, 297, 298,
299, 300, 301, 309, 310, 329

G

Galois, Pierre, 16

García Ballesteros, Aurora, 92,

George, Pierre, 19, 166, 176

Giblin, Béatrice, 179, 180

Gottmann, Jean, 76, 108

Gugliamelli, Juan Enrique, 15, 16,

H

Haesbaert, Rogério, 83, 84, 85,
86, 88, 93

Hartshorne, Richard, 41

Haushofer, Albrecht, 119
 Haushofer, Karl, 16, 18, 20, 26,
 60, 67, 70, 107, 108, 109, 110,
 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117,
 118, 119, 120, 121, 177

Hegel, Friedrich, 287, 288, 290

Heinsfeld, Adelar, 144

Henning, Richard, 27

Hess, Rudolf, 108, 109, 110, 119

Hipócrates, 31

Hitler, Adolf, 109, 110, 111, 112,
 115, 118, 119, 120, 121, 126

Huntington, Ellsworth, 41

Huntington, Samuel Philips, 303,
 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310,
 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317,
 318, 329, 330

Hussein, Saddam, 330

J

Jefferson, Thomas, 31

Johnson, Lyndon, 145, 169

Júlio Cesar, 31

K

Kennedy, John, 269, 325

Kennedy, Paul, 190, 191, 192,
 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199,
 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206,
 207, 208, 209, 210, 211

Khaldoun, Ibn, 32

Kiss, George, 78, 112

Kjellén, Rudolf, 9, 14, 15, 16, 26,
 35, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78,
 79, 80, 105, 108, 347

Korinman, Michel, 15

L

Lacoste, Yves, 21, 22, 23, 25, 97,
 99, 166, 167, 168, 169, 170, 171,
 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178,
 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185,
 186

Lautensach, H., 110

Laviña, Felix, 76, 363

Luigi, Ricardo, 15, 361

Luttwak, Edward, 190, 211, 212,
 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219,
 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226,
 227, 228

M

Mackinder, Halford John, 33, 35,
 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68,
 69, 70, 71, 102, 105, 108, 115,
 120, 137, 138, 140, 142, 146, 153,
 347

Mahan, Alfred Thayer, 33, 35, 49,
 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58,
 59, 105, 108, 142, 347

Mamigonian, Armen, 83, 86, 87,
 94

Mandela, Nelson, 287

Maquiavel, 30, 228, 367

Marcos, Ferdinand, 287

- Marini, José Felipe, 15, 77
- Martin, André Roberto, 121
- Marx, Karl, 288, 290
- Mattos, Adriana, 247
- Mattos, Carlos de Meira, 18, 50, 59, 122
- Mauil, Otto, 28, 40, 48, 110
- Meaney, Thomas, 228, 367
- Mello, Leonel Itaussu Almeida, 8, 70, 71, 113, 115, 140, 146
- Minc, Alain, 319, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343
- Miyamoto, Shiguenoli, 15, 27
- Montesquieu, 30, 31
- Moraes, Antonio Carlos Robert, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 92, 329
- Moreira, Ruy, 25
- Morgenthau, Hans, 17, 19, 121
- N**
- Naisbitt, Doris, 275, 276, 279
- Naisbitt, John, 190, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282
- O**
- Ó Tuathail, Gearóid, 14, 15, 20, 22
- Ohmae, Kenichi, 190, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267
- Ozouf-Marignier, Marie-Vic, 85, 94, 368
- P**
- Pennaforste, Charles, 15
- Pereira, Raquel Maria Fontes do Amaral, 82
- Pereira, Sergio Nunes, 88, 93
- Pimenta, Angela, 228
- Platão, 31, 77
- Q**
- Quagliotti de Bellis, Bernardo, 24
- R**
- Raffestin, Claude, 19, 49, 369
- Rajagopalan, Kanavillil, 184
- Ramonet, Ignacio, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333
- Rattenbach, Augusto B., 46, 79, 114, 143
- Ratzel, Friedrich, 26, 28, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 71, 72, 79, 79, 82, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 98, 99, 105, 108, 115, 120, 133, 179, 183, 347
- Reagan, Ronald, 213, 285
- Rébérioux, Madeleine, 175
- Ribeiro, Guilherme, 93, 94, 95

- Richmond, Herbert William, 54
- Rio Branco, Barão do, 58, 70
- Rio Branco, Raul do, 70
- Robic, Marie-Claire, 85, 94
- Rockefeller, David, 145
- Roosevelt, Theodore, 56
- Rosièri, Stéphane, 165
- Routledge, Paul, 14, 15
- Rückert, Aldomar Arnado, 165
- S**
- Sanguin, André-Louis, 36
- Schlesinger, Arthur, 325
- Seversky, Alexander, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132
- Semple, Ellen Chrchil, 41
- Silva, Augusto César Pinheiro da, 165
- Silva, Golbery do Couto e, 18, 24, 29, 113
- Silva, Gutemberg de Vilhena, 165
- Silva, Juremir Machado da, 338
- Sodré, Nelson Werneck, 15, 25
- Spykman, Nicholas John, 17, 107, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146
- Strausz-Hupé, Robert, 47
- T**
- Tanham, George K. 131
- Taylor, Griffith, 17
- Termer, F., 110
- Thorndike Jr, Soseph J., 21, 59, 112
- Thurow, Lester, 190, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247
- Tocqueville, Alexis de, 30
- Tosta, Octavio, 15, 31, 111, 112, 127, 128, 136
- Travassos, Mario, 17, 70, 71, 371
- Tucídides, 31
- Tzu, Sun, 32, 226
- V**
- Vesentini, José Willian, 15, 25, 27, 30, 161, 205
- Vidal de la Blache, Paul, 33, 35, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 347
- Vives, Vicent, 21, 371
- W**
- Waibel, Leo, 19, 20
- Wasserman, Paul, 159, 160
- Weigert, Hans H., 17, 23, 31, 49, 76, 111, 113
- Wilson, Woodrow, 94, 99

FONTES DAS IMAGENS

- Página 37. Friedrich Ratzel, 1897. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Friedrich_Ratzel_Radierung_von_Johann_Lindner.jpg
- Página 51. Alfred Thayer Mahan. Óleo obre tela. Disponível em: Naval History and Heritage Command. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/research/library/research-guides/z-files/zb-files/zb-files-m/mahan-alfred.html>
- Página 61. Halford John Mackinder, 1910. Library of the London School of Economics and Political Science. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Halford_John_Mackinder#/media/Ficheiro:Halford_Mackinder_\(1\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Halford_John_Mackinder#/media/Ficheiro:Halford_Mackinder_(1).jpg)
- Página 73. Rudolf Kjellén. Disponível em: <https://alchetron.com/Rudolf-Kjell%C3%A9n>. Acesso em out. 2020.
- Página 80. Paul Vidal de la Blache. Biblioteca Nacional de França - Gallica Disponível em: <https://histoirebnf.hypotheses.org/2044>. Acesso em out. 2020.
- Página 109. Karl Haushofer, por Friedrich V. Hauser (d. 1921) - Bundesarchiv Koblenz und Berlin. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Karl_Haushofer#/media/File:Karl_Haushofer,_circa_1920.jpg. Acesso em out. 2020.
- Página 123. Alexander Serversky. Disponível em: https://line.17qq.com/articles/qshmhfnfy_p2.html. Acesso em out. 2020.
- Página 132. Nicolas J. Spykman. Disponível em: <https://geografie.nl/artikel/nicolas-j-spykman-de-man-van-het-rimland>. Acesso em out. 2020.
- Página 146. Zbigniew Brzezinski. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/zbigniew-brzezinski-o-estrangero-que-reinventou-os-eua/>. Acesso em out. 2020.
- Página 167. Yves Lacoste. Foto de Romuald Meigneux/SIPA. Disponível em: <https://www.revueconflits.com/geopolitique-etat-nation-europe/>. Acesso em out. 2020.
- Página 191. Paul Michael Kennedy. Disponível em: <https://koreajoongangdaily.joins.com/2012/09/28/socialAffairs/INTERVIEW-Paul-Kennedy-warns-Korea-against-populism/2960196.html>. Acesso em out. 2020.
- Página 213. Edward Luttwak. Disponível em: <https://alchetron.com/Edward-Luttwak#edward-luttwak-3e24eb21-599e-4b45-95f1-2d3ca4168a1-resize-750.jpeg>. Acesso em out. 2020.
- Página 231. Lester Thurow. Teresa Zabala/The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/03/30/business/economy/lester-c-thurow-prominent-economist-is-dead-at-77.html>. Acesso em out. 2020.
- Página 249. Keniche Ohmae. Disponível em: <https://alchetron.com/Kenichi-Ohmae>. Acesso em out. 2020.
- Página 269. John Naisbitt. Disponível em: <https://www.portal-gestao.com/artigos/7560-john-naisbitt.html>. Acesso em out. 2020.
- Página 285. Francis Fukuyama. Gobierno de Chile. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Francis_Fukuyama. Acesso em out. 2020.
- Página 305. Samuel Huntington. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/obituaries/3999461/Samuel-Huntington.html>. Acesso em out. 2020.
- Página 321. Ignacio Ramonet. Editions Galilée. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ignacio_Ramonet#/media/Ficheiro:Ignacio_Ramonet_GALILEE.jpg. Acesso em out. 2020.
- Página 335. Alan Minc. Disponível em: <https://www.berggruen.org/people/alain-minc/>. Acesso em out. 2020.

Adelar Heinsfeld é graduado em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Erechim e em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas. É mestre e doutor em História pela PUC-RS, com pós-doutorado em História pela Pontifícia Universidad Católica de Chile.

Possui uma longa carreira docente, em que atuou em todos os níveis de ensino. Após desenvolver atividades em várias outras universidades atualmente está vinculado à Universidade de Passo Fundo, como professor titular da graduação em História e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisa, bem como orienta dissertações e teses, sobre temas relacionados à geopolítica, política externa brasileira, relações internacionais, história política, imprensa e história.

A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA SEMPRE PRIVILEGIOU O ESPAÇO FÍSICO como determinante na elaboração de estratégias para conquistar e manter o poder. Com o fenômeno da globalização e o desenvolvimento das tecnologias informacionais, surge um novo conceito de espaço – o espaço virtual – que passa a ser considerado no momento de se pensar a geopolítica. Com isso, a morte da geopolítica chegou a ser anunciada, mas como Fênix ela ressurgiu das cinzas, agora não mais com o seu componente bélico-agressivo, em que a guerra sempre era uma possibilidade. Com a incorporação de novos elementos na concepção do que é entendido como geopolítica, com a ampliação do seu conceito, onde existem outras preocupações além da política de segurança do Estado, é possível perceber que as novas geopolíticas possuem um leque de abordagem muito maior, que vai muito além do paradigma estatal.



ISBN 9786586000375



9 786586 000375 >